



**Elizabeth Carvalho
Martins**

**Percepção e valores das comunidades tradicionais
no processo de desenvolvimento**



**Elizabeth Carvalho
Martins**

**Percepção e valores das comunidades tradicionais
no processo de desenvolvimento**

Tese apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Ciências e Engenharia do Ambiente, realizada sob a orientação científica da Doutora Filomena Maria Cardoso Pedrosa Martins, Professora Associada do Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro.

Para meus pais,

Por tudo o que me deram em todos os caminhos percorridos.

o júri

presidente

Professora Doutora Maria Celeste da Silva do Carmo
professora catedrática da Universidade de Aveiro

Professor Doutor Pedro Jesús Arenas Granados
professor assistente da Facultad de Ciencias del Mar y Ambientales , Centro Andaluz Superior de Estudios Marinos da Universidad de Cádiz

Professor Doutor Norberto Nuno Pinto dos Santos
professor associado com agregação do Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Professora Doutora Filomena Maria Cardoso Pedrosa Martins
professora auxiliar do Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro

Professora Doutora Elisabeth Kastenholz
professora associada do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro.

Professora Doutora Elisabete Maria Melo Figueiredo
professora auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro

Professor Doutor Rui Augusto Costa
professor auxiliar convidado do Departamento de Ciências da Educação e do Património da Universidade Portuguesa Infante D. Henrique

agradecimentos

Aos pescadores da Praia do Francês, gente simples e acolhedora, cujos relatos e história de vida, me fizeram e fazem refletir sobre suas adversidades no tempo e no espaço. Espero que este trabalho possa de alguma forma contribuir para a reversão das tendências em curso.

À Professora Doutora Filomena Maria Cardoso Pedrosa Martins – pela competência e objetividade demonstrada na condução das reflexões.

À Professora Doutora Laís Guaraldo – pelas leituras, conversas, discussões, e sobretudo por sua amizade e estímulo.

Ao Professor Doutor Rodrigo de Araujo Ramalho Filho – pelo incentivo e atenção desde a elaboração do projeto.

Ao Professor Doutor Jenner Barreto Bastos Filho – pelo grande apoio e incentivo.

Ao Professor Mestre Carlos de Oliveira Nunes Magalhães – pela revisão do trabalho, pela presteza e redobrada atenção.

Ao Professor Doutor Edison Francisco Valente – pela importante leitura e pelos caminhos apontados.

À Raquel Dora Pinho – por sua gentileza e atenção no trabalho com as imagens, na confecção dos mapas, e acima de tudo, por sua delicadeza e generosidade.

Ao Jornalista Jair Rattner – pelas importantes informações, contactos, disponibilidade e presteza com que me atendeu.

Ao Emanuel Ramos – Assistente técnico da Fundação Internacional do Banco d'Arguin (FIBA) para as AMPs (Áreas Marinhas Protegidas) – por sua valiosa entrevista, pelo importante material e gentileza ao conceder autorização para utilização de suas imagens sobre o Arquipélago dos Bijagós – Guiné-Bissau.

Ao Diogo Ferreira – Coordenador de Projetos no Instituto Marquês de Vale Flor (IMVF) – por sua entrevista, disponibilidade, atenção e material ofertado sobre o Arquipélago dos Bijagós – Guiné Bissau.

Ao Procurador Dr. Bruno Baiocchi e sua assessoria (9º Ofício), no Ministério Público Federal (MPF), no Estado de Alagoas, que gentilmente me receberam e disponibilizaram importante documentação para consulta, e também à Dra. Vanessa Machado (Assessora – MPF – 8º Ofício), pelas importantes informações e entrevista.

Ao Doutor Roberto Keiji Dói, pelo carinho e atenção além mar. Muito obrigada por suportar minhas marés!

Às minhas irmãs: Cristina, pelas traduções, pela redobrada atenção e carinho, e Paula, pelo cuidado e incondicional apoio – a elas minha gratidão.

Ao Dan Cervo Junior – Cervo JR. Assessoria e Representação SS LTDA – pelo apoio assegurado.

A todos aqueles que das mais diferentes formas, contribuíram para o desenvolvimento desse estudo e que não foram explicitamente citados. A estas pessoas deixo aqui os meus sinceros agradecimentos

palavras-chave

modernização, comunidades tradicionais, patrimônio local, ações futuras e sustentabilidade

resumo

Esta tese constitui uma reflexão sobre uma realidade, a praia do Francês, Alagoas, Brasil, que após mais de uma década é agora revisitada demonstrando os impactos socioambientais evidenciados ao longo de 30 anos, e por sua vez, fazem com que esta praia se transforme em laboratório cuja análise desenvolvida poderá servir como exemplo para ações futuras, e sustentáveis, em outras localidades. Sobretudo para áreas encontradas no mundo periférico, subdesenvolvido ou no *Sul do Mundo*, caracterizadas pela presença de populações tradicionais com seu rico e variado conhecimento, oralmente transmitido, adquirido através de suas observações práticas e cotidianas com seu meio circundante. Porém, este conhecimento encontra-se ameaçado pelo atual padrão de modernização, homogeneização do mundo, que em seu processo de desenvolvimento exclui crenças, valores e percepções de comunidades tradicionais inteiras, uma vez que se caracteriza por ocorrer com ausência de um olhar atento as especificidades locais, onde estas populações são as primeiras a sofrer com o atual modelo imposto que as ignora por completo e, ao mesmo tempo, por ocorrer com anuência do poder público local. Ao ignorá-las, tais ações minam suas formas de subsistência e via de consequência, às exclui das áreas onde sempre viveram e preservaram fazendo com que um importante e aprofundado conhecimento se perca, juntamente com a desintegração de seus laços de sociabilidade. A exemplo do Arquipélago dos Bijagós, Guiné-Bissau, costa Atlântica da África, lugar de existência de importante população tradicional que, a exemplo de outras localidades do mundo periférico, começa a experimentar transformações em seu patrimônio natural e cultural, decorrentes de ações desconectadas da realidade local. Este estudo, acena para uma importante reflexão sobre os impactos observados nesta realidade e os evidenciados na Praia do Francês. Portanto, procura-se aqui demonstrar a importância do conhecimento e das práticas existentes nas populações tradicionais (autóctones) para ações futuras, onde a inclusão deste saber seja prioridade para outras formas de pensar o desenvolvimento; e em seu processo de construção/planejamento este ocorra: com base no respeito à diversidade e com a participação dos mais diferentes e importantes atores. Enfim, um processo de desenvolvimento de base local, endógeno, sustentável.

keywords

modernization, traditional communities, local heritage, future actions and sustainability

abstract

This thesis is a reflection of a reality, Frances beach, Alagoas, Brazil, which after more than a decade is now revisited showing environmental and social impacts identified over the course of 30 years, and therefore, make this beach become a laboratory which developed analysis can serve as an example for future sustainable actions in other locations. Especially for areas found in the underdeveloped peripheral world or in the *South of the world*, characterized by the presence of traditional people with their rich and varied knowledge, orally transmitted, acquired through their everyday practices and observations of their surroundings. But this knowledge is threatened by the current pattern of modernization, homogenization of the world, which in their development process excludes beliefs, values and perceptions of traditional communities, once characterized to occur without a closer look at the specific locations where these populations are the first to suffer from the current imposed model that ignores them completely, and at the same time happens with the consent of the local government. To ignore them, such actions undermine their forms of subsistence and, as a consequence, exclude the areas where they have always lived and preserved, so that an important and comprehensive knowledge is lost, along with the disintegration of their social ties. As in the example of the Bijagós archipelago, Guinea-Bissau, the Atlantic coast of Africa, place of existence of important traditional population that, like other places in the world, begins to experience transformations in its natural and cultural heritage caused by disconnected actions of local reality. This study leads to an important reflection on the impacts observed in this reality and the evidenced in Frances beach. It is intended, therefore, to demonstrate the importance of knowledge and existing practices in traditional (autochthonous) populations for future actions, where the inclusion of his knowledge is priority to other ways of thinking the development, and in its construction/planning process, this occurs on the basis of respect for diversity and with the participation of the most different and important actors. Anyway, a locally-based development process, sustainable and endogenous.

Índice

Introdução.....	1
Contextualização do estudo.....	1
Considerações metodológicas.....	7
Estrutura do trabalho.....	9
 Capítulo I – O processo de transformação global.....	 11
1.1. O espaço de fluxos: segmentação espacial e exclusão social.....	12
1.2. A produção dos <i>não lugares</i> no mundo periférico.....	20
1.2.1. “O Lugar e o não lugar”.....	24
1.3. O turismo e a produção do “ <i>não lugar</i> ”.....	26
1.3.1. O turismo: uma prática moderna.....	27
1.3.2. O turismo na atualidade.....	28
1.3.3. O turismo sustentável.....	34
1.4. O desenvolvimento sustentável	37
1.4.1. As dimensões da sustentabilidade.....	39
1.4.2. As incertezas da sustentabilidade.....	41
 Capítulo II - O “lugar” das comunidades tradicionais.....	 45
2.1. As Comunidades Tradicionais e a sua relação com o Meio Ambiente.....	48
2.2. O reconhecimento e a valorização das comunidades tradicionais de pesca.....	57
2.3. Os ecossistemas costeiros tropicais: sua relevância socioeconômica e ambiental.....	64
2.3.1. Os manguezais, as planícies litorâneas e os recifes de coral: importantes e frágeis ecossistemas.....	65
2.3.1.1. Os manguezais.....	65
2.3.1.2. Planícies litorâneas: as praias, as restingas e as dunas costeiras.....	69
2.3.1.2.1. As praias.....	69
2.3.1.2.2. As restingas.....	70
2.3.1.2.3. As dunas costeiras.....	73
2.3.1.3. Os recifes de coral — marca da costa oriental do nordeste brasileiro.....	74
 Capítulo III - Políticas públicas e os instrumentos para o desenvolvimento de estratégias de planejamento e gestão	 77
3.1. Políticas públicas.....	77
3.2. Políticas públicas no Brasil.....	81
3.2.1. Comunidades tradicionais e as políticas públicas.....	85
3.3. Política Ambiental no Brasil: breve histórico.....	89
3.4. Zona costeira brasileira: a relevância da gestão integrada para uma região de grande diversidade.....	93

3.4.1. O processo de ocupação do litoral brasileiro frente às potencialidades locacionais.....	94
3.4.2. Gestão da zona costeira.....	98
3.4.3. O gerenciamento costeiro integrado (GCI).....	103
Capítulo IV – Praia do Francês: estudo de caso no litoral de Alagoas.....	107
4.1. Metodologia.....	108
4.2. Do <i>lugar</i> percebido ao <i>espaço</i> efêmero.....	112
4.2.1. Praia do Francês: espaço artificializado e impessoal.....	128
4.3. A pesca artesanal e a vulnerabilidade do ecossistema costeiro local em face da ação antrópica.....	130
4.4. A degradação dos ecossistemas costeiros e a subsistência das comunidades tradicionais.....	136
4.5. Novas inserções econômicas: exclusão, desrespeito e a perda do conhecimento tradicional.....	140
4.5.1. O turismo e o desequilíbrio nas relações socioambientais.....	142
4.6. “Praia do Francês + 10”.....	145
Capítulo V – A previsão de impactos na construção de cenários do futuro.....	157
5.1. A previsão de impactos no mundo periférico e subdesenvolvido.....	158
5.1.1. A importância da previsão de impactos humanos e econômicos para cenários futuros.....	159
5.1.2. O conceito de espaço total no centro das considerações.....	161
5.2. Arquipélago dos Bijagós: um importante patrimônio natural e cultural na Guiné-Bissau – África Ocidental.....	163
5.2.1. Localização e caracterização.....	164
5.2.2. Metodologia.....	166
5.2.3. O Arquipélago dos Bijagós.....	167
5.2.3.1. Seu patrimônio natural.....	169
5.2.3.2. Seu patrimônio cultural.....	170
5.2.3.3. Sua socioeconomia.....	171
5.2.4. O turismo na Reserva da Biosfera do Arquipélago de Bolama-Bijagós.....	174
5.2.5. O turismo e os impactos sobre o patrimônio natural e cultural do Arquipélago dos Bijagós.....	179
5.3. Duas realidades do <i>mundo periférico</i> : os impactos do modelo predatório de ocupação e expansão.....	184
Conclusão e recomendações.....	191
Bibliografia	197
Anexos.....	215

Lista de figuras

Figura 1 – Biomas brasileiros.....	50
Figura 2 – Distribuição de comunidades tradicionais indígenas e não indígenas por determinadas áreas do território brasileiro.....	52
Figura 3 – Variações fisionômicas em Manguezais.....	67
Figura 4 – Perfil de restinga típica.....	71
Figura 5 – Localização da Praia do Francês – Alagoas, Brasil.....	112
Figura 6 – Vista aérea da praia do Francês (1991), com recuo evidenciado em sua porção superior esquerda.....	113
Figura 7 – Formação de dunas na praia do Francês a partir da interrupção dos recifes (1999).....	114
Figura 8 – Praia do Francês: coqueiros (<i>Cocos nucifera</i>); vegetação de praia e de restinga.....	115
Figura 9 – Típica casa de taipa encontrada na antiga comunidade da praia do Francês.....	116
Figura 10 – Antigo mapa da costa alagoana com a localização do porto “Velho dos Franceses”, atual praia do Francês.....	117
Figura 11 – Ruínas do antigo leprosário (Praia do Francês – 1999), tombado pelo Patrimônio Histórico.....	118
Figura 12 – Festival de Verão de Marechal Deodoro – década de 1970.....	119
Figura 13 – Mapeamento da Cobertura vegetal da área de estudo.....	121
Figura 14 – Planta do loteamento Portal do Francês.....	124
Figura 15 – Loteamentos registrados na Praia do Francês na década de 1990.....	125
Figura 16 – Urbanização da orla da Praia do Francês: construção de barracas na área verde do loteamento Portais do Francês.....	127
Figura 17 – Antigo pescador da praia do Francês.....	137
Figura 18 – Pescador de outrora da praia do Francês.....	141
Figura 19 – Novas e repetidas inserções.....	146
Figura 20 – Processo de urbanização da Praia do Francês (2000 -2012).....	147
Figura 21 – Adaptação da Orla da Praia do Francês às novas demandas.....	149
Figura 22 – Localização Guiné-Bissau – África Ocidental.....	165
Figura 23 – Arquipélago dos Bijagós, Guiné-Bissau.....	166

Figura 24 – Assembleia Geral – Ilhas Urok – Arquipélago Bolama-Bijagós.....	168
Figura 25 – Superfície de Manguezal (Mangal) – Arquipélago dos Bijagós	170
Figura 26 – Ostras de Mangue – Arquipélago dos Bijagós.....	173
Figura 27 – Pesca de subsistência – Arquipélago dos Bijagós.....	173
Figura 28 – Fauna – Arquipélago dos Bijagós: tartaruga marinha, hipopótamos, aves, manatins (peixes-boi).....	174

Quadros

Quadro 1- Marcos para o Gerenciamento Costeiro (GC) no Brasil.....	100
Quadro 2- Proteção dos manguezais – diplomas legais desde o século XVIII.....	135

Tabelas

Tabela 1 - Fauna dos manguezais: classificação quanto à natureza dos ambientes.....	68
Tabela 2 - Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro: instrumentos e atribuições.....	102
Tabela 3 – A (re)produção dos impactos.....	148
Tabela 4 – Empreendimentos hoteleiros no Arquipélago dos Bijagós	175
Tabela 5 - Turismo: perdas e ganhos da comunidade no arquipélago dos Bijagós.....	180
Tabela 6 - Impactos do turismo sobre o patrimônio cultural local.....	185
Tabela 7 - Impactos do turismo sobre o patrimônio natural local.....	186
Tabela 8 - Impactos do turismo sobre o desenvolvimento local.....	187
Tabela 9 - Comunidades tradicionais não indígenas: identificação e características.....	215

Siglas e abreviaturas utilizadas

AMPC – Área Marinha Protegida Comunitária
AMPC das Ilhas UROK - Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas UROK
CAIA – Célula de Avaliação de Impacto Ambiental
CEMMM – Complexo Estuarino Lagunar Mundaú – Manguaba
CEPRAM – Conselho Estadual de Proteção Ambiental
CMA – Coordenação do Meio Ambiente
CMMAD – Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNPT – Conselho Nacional de Populações Tradicionais
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
EMATUR – Empresa Alagoana de Turismo
FIBA – Fundação Internacional Banco de Arguin
GCI – Gerenciamento Costeiro Integrado
GERCO – Gerenciamento Costeiro
GI-GERCO – Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBAP – Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
ICAM – Integrated Coastal Area Management
IMA – Instituto do Meio Ambiente
IMVF – Instituto Marques de Valle Flor
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
MCI – Manejo Costeiro Integrado
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura
MPF – Ministério Público Federal
OCDE – Organização *para a Cooperação e Desenvolvimento* Econômico
OMT – Organização Mundial do Turismo
ONGs – Organizações não governamentais
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAF – Plano de Ação Federal
PEGC– Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro
PGZC - Plano de Gestão da Zona Costeira
PIB – Produto Interno Bruto
PMGC – Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro
PNGC – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
PNMA – Política Nacional do Meio Ambiente
PNMJVP – Parque Nacional Marinho João Vieira/Poilão

PNO - Parque Nacional das Ilhas Orango
Projeto Orla – Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima
RAMPAO – Rede das Áreas Marinhas Protegidas Oeste-africanas
RBABB – Reserva da Biosfera do Arquipélago de Bolama-Bijagós
RQA-ZC – Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira
SEAP – Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente
SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado de Alagoas
SETUR – Secretaria de Turismo de Alagoas
SIGERCO – Sistema de Informação do Gerenciamento Costeiro
SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente
SMA-ZC – Sistema de Monitoramento Ambiental da Zona Costeira
SUDEPE – Superintendência do Desenvolvimento da Pesca
UCs – Unidades de Conservação
UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.
WWF – Fundo Mundial para a Natureza
ZEEC – Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro

“Eu não vos convido à ilusão! Nem vos convido muito menos à conformista esperança, [...]. eu não vos convido sequer à felicidade, pois que da experiência de que dela tenho, a felicidade individual me parece mesquinha, desumana, muito inútil. Eu vos quero alterados por um tropical amor do mundo, porque eu vos trago o convite da luta. Permiti-me a incorreção desta vulgaridade; ela porém não será talvez tão vulgar, pois que não vos convido à luta pela nossa vida, nem à caridosa dedicação pela vida enferma ou pobre, mas exatamente à luta por uma realidade mais alta e mais de todos.”

Mário de Andrade

Introdução

“Sabemos hoje que povos qualificados como ‘primitivos’, [...], vivendo principalmente da caça e da pesca, da colheita e armazenagem de produtos selvagens, não são atormentados pelo receio de morrer de fome e pela angústia de não conseguirem sobreviver num meio hostil. O seu pequeno efetivo demográfico, o seu conhecimento prodigioso dos recursos naturais permite-lhes viver no meio daquilo que não hesitaríamos, sem dúvida, em chamar abundância. E, no entanto – estudos minuciosos mostraram-no na Austrália, na América do Sul, na Melanésia e em África –, duas a quatro horas de trabalho quotidiano são amplamente suficientes aos seus membros ativos para assegurarem a subsistência de todas as famílias, incluindo as crianças e os velhos que ainda não participam, ou que já não participam na produção alimentar. Que diferença em relação ao tempo que os nossos contemporâneos passam na fábrica ou no escritório!”

Claude Lévi-Strauss

Contextualização do estudo

Diante de um contexto mundial em rápida mutação, sob a imposição progressiva de uma cultura padronizada que coloca em risco valores e identidades, gerando um cenário de incertezas, ganha importância repensar sobre o valor do conhecimento tradicional no processo de gestão, onde este conhecimento seja utilizado para aperfeiçoar e encontrar alternativas de ação e possíveis rotas para os processos decisórios. Desta forma, este conhecimento, enquanto importante recurso (que corre o risco de desaparecer), o seu registro torna-se fundamental para a compreensão e preservação de seu ambiente “natural” (Marques, 1991). E, deste modo, contribuir para um desenvolvimento local em novas bases, um desenvolvimento endógeno, “contando com suas próprias forças (*self-reliant*); voltado à satisfação das necessidades fundamentais – materiais e não materiais – das populações envolvidas; em harmonia com o meio ambiente; fundado sobre transformações estruturais” (Ramalho Filho, 2002:07).

O saber das populações tradicionais tem recebido, nos últimos anos, especial atenção por parte do mundo acadêmico. Segundo Moura (2007:09), os “cientistas descobrem modelos

cognitivos complexos, sob domínio intelectual de populações tradicionais, pobres, excluídas e, na maioria das vezes, sem nenhuma educação formal”.

Nas últimas décadas, as formas inadequadas, no uso de recursos pela lógica da sociedade moderna, fez com que o debate científico se voltasse para visões de mundo alicerçadas em tradições de povos locais que, até poucos anos, possuíam seus saberes subestimados ou mesmo ignorados (Costa, 2011). Na atualidade estudos evidenciam que o conhecimento de pescadores tradicionais locais, além de ser construído a partir de situações concretas, consideradas modificáveis, e integradas com a realidade local, exhibe compatibilidades com o conhecimento científico, podendo, por meio de articulações e confrontações, complementar, inovar, fornecer atalhos (Marques, 1991; Posey, 1992; Moura 2007; Toledo *et al.*, 2009; Costa, 2011).

Nesse sentido, a valorização do patrimônio em seu conceito renovado, ou seja, o patrimônio não apenas enquanto tradução dos bens culturais, mas também o patrimônio natural, os quais tornam-se complementares, sinérgicos e inseparáveis, ganha relevo na construção de outro desenvolvimento, onde a natureza, além de fornecer recursos necessários, apresenta-se como marco cultural e, assim, contribui para a definição de uma identidade local, regional, nacional (Ramalho Filho, 2002). Esta relação intrínseca entre cultura e natureza traz consigo novo papel para o cenário atual, marcado por um modelo de desenvolvimento que se expandiu aos povos do mundo com o processo de colonização, em sua fase inicial e, posteriormente, com a globalização, atuando em áreas do mundo periférico, onde ainda existe um patrimônio natural, de certa forma conservado, e culturas não capitalistas formadas à margem de um modelo, “cuja natureza centralizadora e autoritária inviabiliza a evolução pacífica para um convívio democrático e solidário” (Rattner, 2003:03), uma vez que, em suas práticas, as determinações externas geram profunda fragmentação social e degradação ambiental, findando por excluir de seus territórios populações tradicionais responsáveis pela manutenção dos recursos até então existentes.

Perante tal conjuntura, dúvidas e questionamentos se desenvolvem à procura de respostas e soluções para uma realidade onde, segundo Alain Tourraine (1996:34),

o mundo dos objetos, dos signos e das técnicas desligou-se da ‘vida interior’, dos princípios transmitidos ou construídos pela tradição, [...]. O mundo do consumo separou-se do mundo dos ‘valores’, que se fecha em si próprio e se fragmenta. Na medida em que o mundo dos objetos escapa à nossa vontade, a nossa identidade define-se já não por aquilo que somos o que em parte nos traz de volta à experiência das sociedades ditas tradicionais mais à procura do equilíbrio do que do progresso. [...].

Este cenário constitui uma representação da política dominante de aceleração do crescimento, favorecendo investimentos estrangeiros, a apropriação privada da natureza e a exclusão de seus habitantes, onde comunidades tradicionais enfrentam uma disputa desigual pelo seu território. Assim sendo, “sob o capitalismo, haverá sempre, relações espaciais de dominação/exploração, tirando dos *lugares* e, mais, tirando *dos do lugar*” o poder de decidir o destino dos recursos de sua convivência (Gonçalves, 2004:68). A economia mercantil em sua lógica, promove uma dinâmica espacial que, segundo este autor, *des-envolve*¹ lugares, regiões e seus povos, instaurando permanentemente tensões territoriais.

A suposta crença de um possível desenvolvimento que sustenta as sociedades contemporâneas, na convicção de que o progresso alcançado em algumas áreas poderá ser atingido pelas demais, Celso Furtado denominou de Mito do Desenvolvimento Econômico,

a ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos — é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, [...] essa ideia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, [...] a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito. (1974:75).

Dentro dessa concepção pode-se observar certas áreas onde ainda podem ser encontradas populações tradicionais que viviam ou ainda vivem basicamente da pesca e da agricultura de subsistência, serem transformadas para atender às novas ações desenvolvimentistas. Estes locais constituem na atualidade, parte dos destinos explorados pela atividade turística, devido as suas particularidades naturais e culturais preservadas (Oliveira, 2005). Ao mesmo tempo, para estas localidades, o turismo é tido como a possibilidade de redenção econômica; porém Krippendorf (1989:99) afirma que, quanto menor for o grau de desenvolvimento da localidade receptora, mais intensos e negativos serão os efeitos socioculturais do turismo sobre a população local. Ao mesmo tempo, cabe ressaltar que nem todos os conflitos são exclusivos da atividade turística; na realidade, esta constitui mais uma atividade a reproduzir tensões (Oliveira, 2005).

Tal situação remete olhar para uma realidade impactada, poderia até dizer, de um ambiente em elevado grau de artificialização – a Praia do Francês – Alagoas, Brasil, que anteriormente, nos idos da década de 1970, era habitada por uma comunidade de pescadores

¹ (grifos do autor)

artesanais, cuja atividade não apenas representou, durante significativo período, seu principal rendimento, como também encontra-se enraizada na cultura local. Esta área, anteriormente ocupada por estes pescadores, foi e continua a ser afetada por transformações decorrentes da especulação imobiliária, do turismo de massa, de toda lógica exploratória e modernizadora a elas relacionadas, além das interferências provenientes do Poder Público.

Ao mesmo tempo é possível observar que, apesar da expressiva legislação, existente no Brasil, o desrespeito à mesma permanece inalterado, devido ao forte incentivo político e econômico dado pelo Estado às atividades acima referidas, as quais, juntas, geram novas demandas por infraestruturas promotoras de tensões, sobre um antigo *lugar* de existência de populações tradicionais, que, durante anos, desenvolveram atividades consideradas de baixo impacto sobre seu rico e variado ecossistema, de onde obtinham sua subsistência. Hoje, a mesma comunidade, muitas vezes, excluída dos processos de transformação e causadores das maiores alterações por que passou aquela área, nos idos dos anos 1980 e 1990, vê-se novamente ignorada pelas mais recentes intervenções.

Após alguns anos afastada do Estado de Alagoas, ao retornar à Maceió, capital, reencontrei em 2009 a Praia do Francês. Porém, ao percorrer o trajeto que me levaria à praia, era possível observar que, em menos de uma década, os impactos anteriormente estudados estavam redimensionados. Era nítido o quanto o olhar “desenvolvimentista” encontrava-se presente em várias porções da paisagem. Foi possível identificar condomínios de luxo construídos em áreas consideradas, em lei, de preservação permanente, marinas, hotéis e outro grande impacto: a rodovia AL-101 Sul, em processo de duplicação.

Perante tal transformação veio à memória a observação feita por um antigo pescador da praia do Francês em 1999, ao se referir – e naquela época – ao processo de urbanização desta praia “[...] *aparece mais loteamento e cresce, e aí, de lá prá cá não parou mais, e não sei se vai parar não, daqui a pouco tá emendado com Marechal, Barra Nova, Massagueira, [...].*” (Rodrigues). Justamente o que era possível visualizar e pensar naquela conjuntura.

A problemática que envolve a praia do Francês, ainda é a mesma, porém com agravamento da condição social não apenas dos antigos moradores e pescadores ainda encontrados, mas particularmente na sequência de um modelo de “desenvolvimento”, que se impõe sobre determinados *lugares* mediante ações que ocorrem em desalinho com a realidade

local. Daí reencontrar e rever impactos redimensionados e, também, projetos que necessitam ser questionados em sua forma, onde o econômico permanece em sobreposição ao socioambiental.

Quando da pesquisa em loco, na Praia do Francês, foi possível perceber o quanto esta experiência poderia, de certa forma, contribuir para outras realidades, para o desenvolvimento de outros cenários e em novas bases, visando à proteção e a conservação do patrimônio natural e cultural local, particularmente para realidades que já começam a sentir as mudanças diante do avanço de uma cultura globalizada, que “elegeu a padronização a efemeridade e a autofagia como elementos fundamentais de sua dinâmica” (Ramalho Filho, 2002).

Diante desse processo anômalo de expansão e “desenvolvimento” e, mais uma vez, incompatível para áreas de grande importância natural e cultural, nesta tese, o estudo materializado em 2000 sobre os impactos socioambientais do turismo na Praia do Francês, dada sua expressão de riqueza e interesse para análise, é aqui retomado enquanto estudo de caso, e deste modo apontar caminhos para ações futuras em outras realidades.

Neste sentido, devido a similaridade com que se desenvolve e se expande o turismo, o Arquipélago dos Bijagós – Guiné Bissau, com seu rico patrimônio cultural e natural, que lhe valeram o estatuto de Reserva da Biosfera da UNESCO, constitui uma importante realidade que começa a sofrer com o frenesi da modernização e do consumo – que leva a estabelecer aqui uma reflexão que poderá ser utilizada em ações futuras e, desta forma, contribuir para um desenvolvimento local, a partir do envolvimento de diversos atores na construção de um processo de planejamento participativo, reforçando o *empowerment* coletivo. E, deste modo, evitar não somente que um específico patrimônio natural e cultural seja destruído; mas, também, para que outras realidades do mundo periférico, mediante um modelo que vem se mostrando insustentável, coloque em risco o meio ambiente (em seu sentido amplo) diante da exponencial e acelerada pressão econômica e, também, pelo intolerável processo de exclusão e desigualdade social.

Problemas e hipóteses:

As questões norteadoras desse estudo visam responder:

- 1- Quais os principais impactos ocorridos na Praia do Francês, em comparação ao estudo desenvolvido em 2000?
- 2- Quais são as causas provenientes desses impactos?
- 3- Será que as ações advindas da atividade turística e da especulação imobiliária têm gerado benefícios para as populações locais?
- 4- Como as comunidades tradicionais percebem as mudanças ocorridas sobre o ambiente local?

Hipótese:

A hipótese, nesta tese, é de que a inserção do atual processo de desenvolvimento, por ocorrer dentro de uma lógica neoliberal, em áreas localizadas no mundo periférico e tropical, onde ainda pode-se encontrar populações tradicionais, que se desenvolvem dentro de uma estreita relação com o meio ambiente e portadora de um valioso conhecimento ecológico local, tal processo de desenvolvimento, por ocorrer de forma desconectada do contexto local, traz consigo a degradação ambiental, e, sobretudo, a exclusão e a degradação humana e social.

Objetivos Gerais e específicos

Objetivos Gerais

Este estudo visa contribuir para o processo de planejamento de localidades ocupadas por comunidades tradicionais e seu importante conhecimento local, que, na atualidade são consideradas áreas de interesse turístico, particularmente diante de um modelo de desenvolvimento, em expansão contínua, que tem contribuído, de um lado para o investimento estrangeiro e a apropriação da natureza, e do outro, para a exclusão social e a degradação ambiental; que visa, também, cooperar para que as políticas públicas voltadas para as

comunidades tradicionais ocorram, no sentido de promover a qualidade de vida, de gerar o desenvolvimento de base local, harmônica e sustentável, de superar a exclusão social; por conseguinte, obter resultados comuns dentro de uma visão compartilhada de futuro.

Objetivos específicos

No intuito de viabilizar o planejamento de políticas de desenvolvimento local, de modo a respeitar as dimensões da sustentabilidade, pretende-se:

1. Conhecer as principais formas de interação entre os habitantes e o ambiente local;
2. Identificar usos e formas de uso dos recursos, visando estimar a importância dos mesmos para as comunidades tradicionais;
3. Analisar a sucessão histórica da transformação da paisagem natural, que deixa de existir, dando lugar a uma paisagem artificial transformada pelo homem, o que pode ser demonstrado, a partir de uma breve retrospectiva sobre as formas que caracterizaram, ao longo dos anos, a relação do homem com o meio ambiente;
4. Verificar o quanto à nova racionalidade imposta pelo processo homogeneizante, em sua acelerada reprodução, ignora por completo o espaço enquanto lugar do vivido, provocando sua descaracterização e, conseqüentemente, o distanciamento e o deslocamento dos seus habitantes originais em função da perda de sua identidade cultural e do próprio sentido de comunidade;
5. Investigar ações civis públicas em algumas áreas pontuais, onde os órgãos públicos governamentais tenham sido informados e as ações tomadas pelos mesmos.

Considerações metodológicas:

A compreensão das mudanças ocorridas no cotidiano de populações tradicionais e de seu importante conhecimento, construído a partir de situações concretas e conectado com a realidade local, exige pesquisa de dimensão abrangente.

Para tanto, procurou-se pressupostos metodológicos que permitissem, principalmente por envolver neste estudo ambiente e sociedade, uma contextualização que tornasse evidente as

mudanças ocorridas na área de estudo e, assim, analisar o sujeito em seu sistema de vida e história social, assim sendo “uma convergência entre o histórico e o atual constituindo uma unidade viva de análise” (Oliveira, 1998: 52).

Como caminho metodológico, os estudos etnoecológicos foram norteadores, uma vez que estes estudos utilizam conceitos da linguística para chegar a investigar o meio ambiente percebido pelo homem (Posey, 1987; Marques, 1991, Diegues, 2001). E, segundo Marques (1991, 1995), a etnoecologia é o estudo transdisciplinar dos conhecimentos, das crenças, dos sentimentos e dos comportamentos que intermediam as relações entre as populações humanas que os possuem e os demais componentes dos ecossistemas que as contêm. Ao mesmo tempo, este “campo de estudos” (Marques, 1995) contribui também para a crítica do mundo moderno, ao apontar a existência de uma “memória biocultural” (Toledo & Barrera-Bassols, 2009:44) representada por inúmeras sabedorias locais, subjugadas pelos modelos de caráter urbano-industrial. Estes estudos promovem não apenas o diálogo de saberes, como a investigação participativa e suas contribuições que auxiliam com a revalorização das culturas indígenas e de populações tradicionais, muitas vezes ignoradas e marginalizadas (*Idem*).

Para a compreensão adequada dos saberes tradicionais, é de fundamental importância entender a natureza da sabedoria local, que se baseia em “complexa inter-relação entre as crenças, os conhecimentos e as práticas” (Toledo & Barrera-Bassols, 2009:40). Em virtude da coerência destes saberes, a ‘cognição comparada’ (Marques, 1991, 1995; Moura & Marques, 2007; Maciel & Alves, 2009), permite estabelecer paralelos entre as informações provenientes do saber local e as encontradas na literatura formal sobre os mesmos temas (Maciel & Alves, 2009), pois estes conhecimentos trazem significantes contribuições para a compreensão do funcionamento de sistemas complexos, como os ecossistemas tropicais com elevada biodiversidade e, por conseguinte, para melhoria na administração e proteção dessas áreas (Pereira & Diegues, 2010).

A “consistência e a adequação do conhecimento tradicional ao manejo e à conservação local de recursos, levaram alguns pesquisadores a sugerir seu uso na definição de propostas oficiais de manejo e conservação” (Morin-Labatut & Akatar 1992 *apud* Moura & Marques, 2007: 120), ou para gerar desenvolvimento com sustentabilidade ecológica e cultural (Posey 1984). Ao mesmo tempo, culturas e línguas tradicionais têm sido rapidamente reduzidas e a sua perda é tão

grave quanto à da biodiversidade, porque esgota a riqueza de conhecimento em igual magnitude que se esgota a diversidade biológica (Castelli & Wilkinson, 2002).

O lugar metodológico, nesta tese, é traçar pontes entre dois olhares – o conhecimento tradicional e o conhecimento científico – sobre o mesmo objeto: os impactos ambientais e culturais sobre importantes localidades onde ainda é possível encontrar populações com seus saberes tradicionais, as quais correm o risco de desaparecer, diante de um modelo de desenvolvimento, que se expandiu com a globalização e que não se coaduna com a realidade local.

Estrutura do trabalho

Esta tese é composta de cinco capítulos brevemente descritos a seguir:

No primeiro capítulo, apresenta-se uma análise sobre os símbolos concretos que revestem a modernidade, a sua relação espacial e os efeitos causados por suas promessas, que, através do atual processo de transformação global, com seus critérios eminentemente econômicos e suas ações homogeneizantes, provocam de modo acelerado a segmentação espacial e a exclusão social, gerando, assim, mais desigualdade, por insistir em desrespeitar a diversidade existente. Ao mesmo tempo, as novas demandas mundiais, por ocorrerem de forma descontextualizada das realidades onde se inserem, passam a transformar *lugares*, revestidos de forte simbologia (Tuan, 1980, 1983) para aqueles que os vivenciaram, em espaços impessoais, sem identidade, que poderiam ser chamados de *não lugares*², a exemplo da atividade turística, que, em seu processo de produção de criação, produz *não lugares*.

No segundo capítulo, ressalta-se a importância dos *lugares* particularmente para as comunidades tradicionais que se desenvolveram ao longo dos anos, e por que não dizer de, séculos, numa relação harmônica com o meio circundante ao qual pertencem e se sentem pertencer. Devido à relevância ambiental, social, cultural e econômica dos ecossistemas costeiros tropicais, como o manguezal, os recifes, as praias, as dunas, as restingas, estes são aqui evidenciados, uma vez que é possível verificar a estreita relação existente entre as populações tradicionais e estes variados e frágeis ecossistemas, garantia da obtenção dos meios para sua subsistência e, ao mesmo tempo, para sua conservação.

² (*Grifos meus*).

No terceiro capítulo, através de breve análise sobre o processo histórico das políticas públicas, procura-se evidenciar a importância destas políticas para um desenvolvimento de base sustentável e a emergência de uma nova forma de pensar e agir, assegurando formas efetivas de ação, garantidoras da qualidade de vida das comunidades humanas, tão dependentes dos recursos costeiros; como, também, da manutenção da diversidade e da produtividade dos ecossistemas, demandando envolvimento e integração dos mais variados setores e interesses. .

O quarto capítulo – Praia do Francês: estudo de caso no litoral de Alagoas – a partir da análise das mudanças ocorridas e geradoras de grande impacto socioambiental sobre esta importante realidade, passa a questionar seu destino e apontar as principais tendências diante de projetos, que ocorreram desconexos com a realidade local, em atendimento às demandas estabelecidas pelo mercado e com anuência do Poder Público. Por constituírem ações desenvolvidas sem compromisso com o patrimônio cultural e ambiental, geraram desigualdades e exclusão social.

Neste quinto e último capítulo, a partir dos impactos evidenciados na Praia do Francês, procura-se demonstrar a importância dos estudos de impactos ambientais para cenários futuros, particularmente para realidades que começam a sentir as interferências produzidas pelo atual modelo de desenvolvimento que, ao ignorar povos, costumes, crenças, em suas ações, passam a gerar degradação ambiental, exclusão social e a perda de importante conhecimento tradicional, impossibilitando outro estilo de desenvolvimento. Neste sentido, será aqui utilizado o exemplo do Arquipélago dos Bijagós, Guiné-Bissau, por começar a sentir os efeitos de um processo de expansão desagregador, como foi possível observar no caso da Praia do Francês, imposto pelos setores hegemônicos, caracterizados pela falta de compromisso com o patrimônio cultural e o ambiental local.

Capítulo I –

O processo de transformação global

“[...] Ante todo, sepamos alimentarnos y educarnos a nosotros mismos; se lo hacemos, acaso podamos, finalmente, convertirnos en sociedades tecnológicas modernas con fundamentos. Pero si la mayoría de nuestros hombres y mujeres continúan fuera del proceso del desarrollo, desnutridos y analfabetos, nunca alcanzaremos la verdadera modernidad.”

Carlos Fuentes.

Ao longo dos tempos, foi predominante um tipo de desenvolvimento dependente e subserviente, objeto de um comportamento que vem se caracterizando pela busca de uma igualdade impossível.

Apesar da concordância geral de que o atual desenvolvimento econômico encontra-se esgotado, em todos os aspectos, não apenas no econômico e no ambiental, mas principalmente sob o ponto de vista social, vive-se hoje em duas realidades, pois não são empreendidas medidas concretas voltadas para a transformação da situação atual, parecendo que o paradigma de desenvolvimento se encontra apenas restrito à retórica. Mas, para sair da condição de simples instrumento de retórica, é necessário primeiramente superar um estilo de desenvolvimento que não se harmoniza com a realidade e com as reais necessidades das populações envolvidas.

Uma vez que as atividades hegemônicas, através da imposição de suas leis, acabam por modificar os equilíbrios preexistentes, fazendo com que seus fluxos corram livremente, contribuindo para a destruição e subordinação dos demais. Esse movimento imposto pela racionalidade dominante vem proporcionando uma unificação mundial perversa, em função das suas formas de atuação, criando, ao mesmo tempo, mais desigualdades e, conseqüentemente, expandindo a pobreza material, cultural e moral.

1.1 - O espaço de fluxos: segmentação espacial e exclusão social

“Porque não ser moderno, não ser desenvolvido, não significa ser culturalmente ou intelectualmente pobre.”

Marcos Terena - Líder indígena brasileiro.

Apesar de o tema modernidade não ser considerado novo, dentro da análise da relação espacial, procura-se aqui desenvolver algumas ideias, buscando mesclar as mais recentes preocupações acerca da espacialidade com os símbolos concretos que revestem a modernidade.

Diante das difíceis situações e das condições reais observadas no mundo de hoje, ao rever o cumprimento ou não das promessas da modernidade nos países subdesenvolvidos, Boaventura de Sousa Santos examina os efeitos perversos causados por estas promessas, onde o aumento da distância entre países ricos e países pobres e entre os ricos e os pobres de um mesmo país, não pára de crescer. Ao mesmo tempo, esta situação impulsiona a questionar criticamente sobre a qualidade e natureza da sociedade atual e, através das respostas obtidas, buscar alternativas para sua superação (Santos 2002).

Antes da modernização, que não pára de acelerar, tínhamos a sensação de estarmos fechados em comunidades estreitas, mais aptas a controlar seus membros do que a gerar mudanças cumulativas. Foram realizados esforços para extinguir esses mundos fechados, e assim nos libertarmos das tradições e dos privilégios. Então idealizamos uma modernidade, caracterizada basicamente pela crescente autonomia “do interesse individual, dos mecanismos de integração social e dos princípios meta-sociais de definição do bem e do mal, sejam eles religiosos ou humanistas. Essa diferenciação não destruía a unidade da sociedade, pois os mecanismos de integração permaneciam fortes: a vida era sobretudo nacional e o Estado de direito garantia a igualdade de todos perante a lei.” (Toussaint, 1996: 35).

Porém a modernidade, adverte David Harvey, implica não somente no “rompimento impiedoso com toda e qualquer condição precedente” (2003: 12), caracteriza-se também por ser um processo ilimitado de rupturas e fragmentações em seu próprio interior. Cabe observar que,

diante da tensão existente entre o “Global” e o “Local”, assiste-se igualmente à transformação das identidades, ressaltando que estas “representam vínculos a lugares, eventos, símbolos, histórias particulares” (Hall, 2006: 76). O sujeito, dentro da concepção sociológica, diante das mudanças estruturais e institucionais, torna-se fragmentado, composto não mais por uma única identidade, mas por várias e conflitantes identidades (*idem*, 2006).

A imposição de um padrão cultural, ao misturar e, até mesmo, sobrepor concepções e valores de uma cultura mundial, coloca em risco a identidade e o simbolismo do patrimônio cultural, local, regional e nacional, determinando a morte da tradição, causando segregações e frustrações sociais, além de graves conflitos entre classes sociais e entre o local e o universal (Ramalho Filho, 2002).

Ao tentar impor modelos de progresso e de organização social inadaptado às diversas situações existentes, a administração de “receitas econômicas prontas”, contribui essencialmente para a destruição de numerosas populações (Zaoual, 2008b). Uma vez que e sob o pretexto de acabar com o subdesenvolvimento, ao longo das últimas décadas, assiste-se à progressiva degradação do estilo de vida e da cultura dos povos (Octavio Paz *apud* Ianni, 2005).

A ideia de progresso, nos dois últimos séculos, fundou-se no movimento da história sob a liderança da razão e no impulso das forças produtivas, resistindo às restrições das sociedades e culturas ligadas ao espaço. Sob o domínio do tempo e o controle do ritmo colonizaram territórios e transformaram espaço no vasto movimento de industrialização e urbanização. “A transformação estruturou o ser, o tempo moldou o espaço.” (Castells, 2005: 600-601).

Durante muito tempo, acreditou-se que a industrialização seria o motor do progresso ou a propulsora do desenvolvimento, constituindo, na realidade, uma concepção retrógrada por sua incapacidade de ver a relação de degradação da sociedade e da natureza por ela sustentada (Santos 2002). Acreditava-se que ser desenvolvido é ser urbano, industrializado; “é ser tudo aquilo que nos afaste da natureza, que nos coloque diante de constructos humanos, como a cidade, como a indústria” (Gonçalves, 2004:24).

Contrariamente ao que se acreditava, a influência do meio urbano e industrial faz surgir, segundo Jean Baudrillard (1991: 56) “novas raridades: o espaço e o tempo, a verdade, a água, o silêncio... determinados bens, outrora gratuitos e disponíveis em profusão, tornam-se bens de

luxo [...]”, onde o acesso agora está restrito a uma reduzida e privilegiada parte da população, enquanto que os serviços e os bens manufaturados são oferecidos em larga escala.

A ideia de que o progresso alcançado em algumas áreas poderá ser alcançado pelas demais, e para aqueles que veem como único caminho possível a cópia de modelos como exemplo de desenvolvimento, Ignacy Sachs adverte que este não pode ser considerado um sucesso; pelo contrário, enfatiza que “a teoria convencional incidiu em uma posição anistórica e reducionista, argumentando que o cálculo econômico é a melhor aproximação a um instrumento cientificamente sólido para a tomada racional de decisão, como se objetos sociais complexos pudessem ser escolhidos por meio da otimização de custos e maximização de lucros a curto prazo” (1993: 70).

Entendido como expressão de uma civilização particular, o desenvolvimento enquanto forma de existir do capitalismo, através de seus mitos e valores característicos, deseja exclusividade em outras tradições e civilizações do mundo (Zaoual, 2008b). A sua existência apenas torna-se possível através da dominação e marginalização dentro de um sistema econômico predador dos territórios e dos recursos naturais, onde “[...], essa uniformização em torno dos únicos critérios econômicos desencadeia a destruição da diversidade estabilizadora de nosso mundo” (*idem*, 61).

A tentativa de aproximar países menos desenvolvidos dos mais desenvolvidos, através do entendimento de que isso seria possível com o crescimento do PIB e o aumento da riqueza destes países, tal objetivo não foi alcançado devido ao aumento contínuo das desigualdades entre eles. O bem-estar dessas populações não depende tanto do nível de riqueza quanto da distribuição da riqueza (Santos 2002; Rattner, 2003).

Segundo Ab’Saber (2006), a ideia de aumentar o volume dos recursos excedentes e assim provocar a ampla distribuição da riqueza, na realidade contribuiu, e ainda contribui, para elevar de forma exagerada o patrimônio das elites através da superutilização da força de trabalho do imenso contingente de trabalhadores pobres das áreas subdesenvolvidas.

No lugar da maximização do crescimento do PIB, o objetivo maior está em “promover a igualdade e maximizar a vantagem daqueles que vivem nas piores condições, de forma a reduzir a pobreza, fenômeno vergonhoso, porquanto desnecessário, no nosso mundo de abundância” (Sachs, 2008:14).

O caráter equivocado das nossas avaliações econômicas, que só conhecem a adição e misturam confusamente dados, cujas causas e consequências nem sempre se apresentam favoráveis quando interpretadas, integralmente, como um ganho bruto. Conforme Pelt (1991), é chegado o momento de a intervenção da subtração nestes modelos de cálculo permitir avaliar um produto nacional líquido³, de modo que, finalmente, sejam levadas em conta as incidências em longo prazo, do “custo da natureza e o do que forma a qualidade de vida, isto é, certos valores e bens imateriais” (*idem*: 54).

Conceber um padrão de desenvolvimento através de modelos estabelecidos nos países supostamente pobres se traduz em mais pobreza⁴, por esta ser percebida de forma reducionista, como uma categoria calculável através do parâmetro “renda” e, na atualidade, o fenômeno da pobreza e da marginalidade é visto como um processo multiforme, cuja dinâmica está integrada a diversos fatores (Rattner, 2002; Zaoual, 2008b).

No último meio século, conforme Milton Santos (2000: 69-76), os países subdesenvolvidos conheceram três formas de pobreza:

- a *Pobreza incluída*, sendo esta “uma pobreza accidental, às vezes residual ou sazonal, produzida em certos momentos do ano, uma pobreza intersticial, [...], sem vasos comunicantes”;
- a *Marginalidade* – “reconhecida e estudada como uma doença da civilização [...]. Tal pobreza era produzida pelo processo econômico da divisão do trabalho, internacional ou interna. Admitia-se que poderia ser corrigida, o que era buscado pelas mãos dos governos”. Coincide com a generalização e o sucesso da ideia de subdesenvolvimento e das teorias destinadas a combatê-lo, os pobres eram chamados de *marginais*⁵.
- a *Pobreza estrutural* – “Ela é estrutural e não mais local, nem mesmo nacional; torna-se globalizada, presente em toda parte do mundo”. Há uma disseminação

³ De acordo com a terminologia convencional da contabilidade nacional, o produto nacional líquido (PNL) corresponde ao valor que se obtém através da subtração do PNB o valor correspondente à depreciação anual do capital fixo aplicado, mas o autor, neste caso, não se refere a este “produto líquido”, mas sim a outro, até hoje não proposto e nem calculado: tratando-se, segundo nota do tradutor, de um produto nacional superlíquido, caso esta expressão seja permitida (Pelt, 1991).

⁴ Conforme Josué de Castro (2005) em seu ensaio sobre o fenômeno da fome generalizada, a pobreza revela-se em fome em todos os sentidos: de alimentos, de conhecimentos, de liberdade, de saber. Visto que, falar de pobreza é falar de subnutrição, analfabetismo, exclusão social, perda da cidadania, ausência no atendimento das necessidades básicas dos seres humanos (Castro, 2002).

⁵ (*grifos meus*).

planetária e uma produção globalizada da pobreza, embora mais acentuada nos países já pobres: “[...] é lícito que a atual divisão administrativa do trabalho e a ausência deliberada do Estado de sua missão de regulação estejam contribuindo para uma produção científica, globalizada e voluntária da pobreza”. Nessa fase, *“os pobres não são incluídos nem marginalizados, eles são excluídos”⁶*.

Os programas desenvolvidos objetivando a inclusão social, adverte Rattner (2002), devem estar para além de privilegiar a geração de emprego e renda; buscar viabilizar a participação em ações coletivas, no intuito de recuperar a dimensão central do fenômeno da exclusão que é a perda de autoestima e de identidade, de pertencimento a um grupo social organizado.

Nesse sentido Desmond Morris (1996) observa que os membros mais fracos daquela por ele considerada *supertribo urbana*, além de sofrerem diferentes níveis de subordinação, o peso da máquina *supertribal*⁷ os arrasta para o fundo da pilha, fazendo-os perder a face e consequentemente a autoestima. Para Maffesoli (1987 *apud* Haesbaert, 1988:61), a metrópole constitui o *locus* das disputas territoriais, das distintas tribos que a compõem⁸.

Convém ressaltar que o crescimento não nos aproxima nem nos afasta da abundância, pois se encontra dela separado em toda estrutura social. “Há certo tipo de relações sociais, determinado tipo de ‘desigualdade’ que outrora se perpetuava no imobilismo, que agora se reproduzem em e através do crescimento” (Baudrillard, 1991: 52). O crescimento pela desigualdade, com base em uma economia de mercado sem controle, pode tão somente aprofundar a cisão entre Norte e Sul⁹ e a dualidade interna de cada sociedade. “A rigor sua tendência é exacerbar o círculo vicioso da pobreza e da degradação ambiental” (Sachs, 1993:19).

Cabe lembrar que, quando se questiona o subdesenvolvimento e o coloca como algo que está aquém de um modelo e que precisa ser superado, tendo como horizonte o desenvolvimento;

⁶ (*grifos meus*).

⁷ (*grifos meus*).

⁸ Conforme Gomes e Haesbaert, por “territórios tribais” Maffesoli entende como a espacialização (concreta e/ou simbólica) de microgrupos, que atualmente, e principalmente nas grandes cidades, tendem a formar comunidades ligadas por laços afetivos e de territorialidade, “rompendo com o individualismo das massas” (1988:48).

⁹ Sachs divide o mundo em regiões que apresentam situações diferenciadas nos contextos dos desenvolvimentos econômico e social. “Trata-se, de alguma maneira, de uma divisão geopolítica do mundo, mas, em outro sentido, também de uma divisão que transcende a uma mera dimensão geopolítica. Deste modo Sachs se refere, em diversas instâncias, Norte/Sul, [...] e ainda a outras como Sul/Sul” (Bastos Filho, 1997:09).

quando a desigualdade é questionada parece ser a igualdade o objetivo principal; mas para tanto pressupõe medidas positivas em favor dos menos favorecidos, exigindo vontade de lutar contra uma sociedade dualizada e a sua desagregação cultural (Santos 2002; Gonçalves, 2004).

Como bem ressalta Baudrillard (1991), o mito da Igualdade propaga-se, com toda a virulência política e sociológica, desde a Revolução Industrial e as Revoluções do século XIX.

A Igualdade constitui o reconhecimento de um direito fundamental a limitar todas as formas de ação de poder social ou político. Não deve ser colocada em prática por meio de uma ação destinada diretamente a lutar contra os efeitos da desigualdade social (Touraine, 1995). Pois a desigualdade, assim como a pobreza, e a miséria¹⁰ estão inseridas na avaliação da dinâmica social do sistema capitalista informacional, “no domínio das relações de distribuição/consumo ou apropriação diferencial da riqueza gerada pelo esforço coletivo” (Castells, 2007b: 82).

Como bem recorda Antonio Carlos Robert de Moraes, a periferia não constitui um estágio, ou um momento no processo de desenvolvimento do capitalismo, mas uma função na estrutura de seu funcionamento. Na realidade, “a condição periférica expressa uma posição subordinada na hierarquia dos lugares na economia-mundo capitalista” (2008: 83), sobre a qual se integram determinadas atribuições específicas como “a realização dos superlucros ligados às diferentes formas de acumulação primitiva.” (*op. cit.*).

Hoje o mundo vivido é o mundo da rapidez e da fluidez. De uma fluidez virtual, devido à presença de novos sistemas técnicos, principalmente o sistema informacional; de uma fluidez efetiva quando a fluidez potencial é a utilizada no exercício da ação, pelas empresas e instituições hegemônicas. A fluidez potencial surge como se fosse um bem comum, uma fluidez para todos; mas, na realidade, destina-se apenas para alguns agentes que serão os efetivos possuidores da velocidade (Santos, 2000).

Mas as atuais compartimentações criam incompatibilidades entre velocidades diversas, disseminando infraestruturas à desejada fluidez apenas nos lugares considerados necessários à sua seletiva atividade, separando os espaços da pressa daqueles propícios à lentidão. O que

¹⁰ Conforme Souza (1994:33), a caracterização da pobreza faz-se a partir da comparação de níveis de satisfação de uma determinada sociedade com aquelas consideradas adequadas ao atendimento das necessidades básicas. Dessa forma, existe uma distinção entre as noções de pobreza e miséria. A miséria representa um estado de privação que coloca em risco a própria sobrevivência física do indivíduo. A pobreza é essencialmente uma questão relativa, “frente aos valores socialmente aceitos do que seja necessário” (Stahel, 1994 *apud* Souza, 1994:33).

existia anteriormente é convidado a se adaptar às novas formas de ser e agir, mesmo que ocorra no entorno pré-existente imensas distorções e a quebra da solidariedade (Santos, 2000).

É exatamente no interior da luta entre as diferentes temporalidades, que se dá a chamada revolução tecnológica e, mesmo, de poder. Permanecendo aos outros, particularmente aqueles vistos como atrasados pelo tempo hegemônico, a imposição de um tempo nem sempre possível e aceitável, por subverter as relações existentes dos povos e suas culturas com seu território, entre si e destes com a natureza (Gonçalves, 2004).

O avanço tecnológico e o processo de transformação por que passam atualmente as sociedades põe em risco a validação de todo um sistema cultural, como também o direito dessas populações a conservar vivo outro conceito de conhecimento e de inovação. O direito “a manter seus sistemas de conhecimento não redutíveis ao sistema tecnocientífico. Direito esse extensivo à humanidade” (Castro, 2000: 173-174).

Cabe lembrar que o ritmo de vida humana, durante milênios, construiu-se em estreita relação com os ritmos da natureza e com pouco poder contra as forças adversas. Mas, atualmente, os avanços tecnológicos, organizacionais e culturais típicos da nova sociedade emergente afetam decisivamente o ciclo regular de vida, sem substituí-lo por uma sequência alternativa (Castells 2005).

Nas estruturas sociais emergentes, os processos e as funções dominantes, na Era da Informação, estão organizados em torno de redes e segundo Castells (2005:605):

As redes constituem a nova morfologia das sociedades e a difusão da sua lógica modifica substancialmente as operações e os resultados dos processos de produção, experiência, poder e cultura. [...]; o novo paradigma da tecnologia de informação fornece as bases materiais para a expansão da sua penetrabilidade em toda a estrutura social.

Os fundamentos materiais da sociedade e do tempo transformam-se e organizam-se em torno dos espaços de fluxos e do tempo atemporal¹¹, que resultaria “da negação do tempo passado e futuro, nas redes do espaço de fluxos” (Castells, 2005: 614).

¹¹ Rótulo dado por Manuel Castells (2005) à temporalidade dominante da nossa sociedade.

No lugar do mundo bem ordenado, hoje o território se desenvolve em rede, onde as cidades encontram-se dissociadas de seu território, a privilegiar outras cidades ligadas através de redes, conforme Veltz (*apud* Bourdin, 2001: 59) “[...] o território das redes dá lugar a um verdadeiro território **em rede**¹², em que cada polo se define como ponto de cruzamento e de comutação de redes múltiplas”.

A rede, segundo Manuel Castells, constitui “um conjunto de nós interligados. Um nó é o ponto no qual uma curva se intercepta. O nó a que nos referimos depende do tipo de redes em causa” (2005:606). Consideradas estruturas abertas, as redes podem se expandir de maneira ilimitada, “integrando novos nós desde que consigam comunicar dentro da rede, nomeadamente, desde que partilhem os mesmos códigos de comunicação [...]” (*idem*: 607). Sua morfologia constitui importante fonte de reorganização das relações de poder e sendo as redes múltiplas, os códigos interoperacionais e os conectores entre as redes novas tornam-se fundamentais na formação, orientação e desorientação das sociedades (*op. cit.*).

Enquanto as funções dominantes se organizam em redes próprias, através de um espaço de fluxos que as liga em todo o mundo, as funções subordinadas e os indivíduos são fragmentados no espaço de múltiplos lugares, cada vez mais segregados e desligados uns dos outros (Castells, 2005). As velhas identidades, que durante muito tempo estabilizaram o mundo social, acham-se em declínio fazendo aparecer novas identidades. (Hall, 2006).

A tendência para o horizonte é de um espaço de fluxos em rede *a-histórico*, impondo sua lógica aos lugares já segmentados, cada vez menos relacionados entre si, tornando-os incapazes de compartilhar códigos culturais. Caminhamos em direção a uma vida em horizontes paralelos, cujos tempos não se encontram porque são trabalhados “em diferentes dimensões de um hiperespaço social” (Castells, 2005: 555).

A concepção de um mundo com sua estrutura em redes, da existência de cidades supranacionais/globais, perde de vista as desigualdades espaciais, em nada acrescenta para a explicação e a transformação dos lugares e segmentos sociais excluídos dos fluxos dos grandes capitais. Em muitas partes e sob a visão das redes, são verdadeiros “*não lugares*”, tão comuns em grande parte do mundo periférico, onde essas situações locais configuram-se, para a acumulação capitalista, de baixo ou nenhum interesse (Moraes, 2008).

¹² (*grifos do autor*).

1.2- A produção dos “*não lugares*” no mundo periférico

*(...), será que ainda há uma forma possível
quando se perde o lugar?*
Paul Virilio

A partir do pressuposto de que a paisagem é reflexo da relação entre o homem e a natureza, sendo sua forma resultado de uma elaboração cultural e filosófica, atendendo às necessidades da vida humana, verifica-se que, no início do período histórico, as antigas civilizações apresentavam uma relação imediata e de dependência com o entorno, onde os elementos construídos obedeciam a princípios filosóficos, religiosos e morais, objetivando o atendimento das necessidades básicas da população, além do respeito e temor à natureza. Como bem observa Santos (1992: 96), “ontem o homem escolhia em torno, naquele seu quinhão de natureza, o que lhe poderia ser útil para a renovação de sua vida...”. Mas essa relação com o entorno, pouco a pouco se desfaz, pois que o homem passa a criar “um ambiente novo e em perpétua remodelação, que doravante se lhe impõe e vai exigir-lhe esforços constantes de transformação e adaptação” (Pelt, 1991:25).

Atualmente, verifica-se, de fato, o distanciamento da paisagem natural¹³, produzindo-se uma paisagem artificializada, a partir de um modelo onde a unificação da natureza se sobrepõe à multiplicidade de formas e fatores combinantes que caracterizam a paisagem original. Segundo Santos (1996:43), tudo isso acontece em um quadro de vida em que as condições ambientais são afrontadas, agravando-se igualmente a situação física e mental das populações, pois a não conservação da natureza faz com que ela se torne hostil.

De fato, as formas desarmônicas de atuação humana, aceleradas a partir da Revolução Industrial e acentuadas no período contemporâneo, levam à deterioração da paisagem, refletidas nas partes que a compõem. A “simultaneidade, a complexidade, a rapidez e o alcance dos eventos sociais, políticos, econômicos e culturais, no tempo e no espaço, não permitem mais o controle

¹³ Ao se considerar a sucessão histórica de transformação da paisagem, ver-se-á que a “passagem de uma ordem vital para uma ordem racional” (Santos, 1997:16) vem dominando e se impondo sobre a mesma. A paisagem natural, que, grosso modo, poderia ser definida como aquela paisagem ainda não atingida pelas ações humanas, vai deixando de existir, dando lugar a uma paisagem artificial, transformada pelo homem. Nesse sentido Milton Santos afirma que “se no passado havia a paisagem natural, hoje essa modalidade de paisagem praticamente não existe mais. Se um lugar não é fisicamente tocado pela força do homem, ele, todavia, é objeto de preocupações e de intenções econômicas ou políticas. Tudo hoje se situa no campo de interesse da história, sendo, desse modo, social” (1988:23).

absoluto das variáveis [como os ritmos populacionais, as atividades, o trabalho] que incidem sobre (...) a configuração da paisagem” (Leite, 1994:93).

O espaço, enquanto suporte das atividades produtivas dos grupos humanos, é organizado no intuito de dar aos homens as condições básicas para que eles possam viver dentro de um contexto cultural ao qual estão acostumados (Claval, 1999).

Atualmente, a questão do espaço apresenta problemas dimensionados em níveis jamais alcançados, devido aos modelos tecnológicos e de vida adotados pela humanidade. Sua origem se dá a partir do momento em que o homem se descobre como indivíduo e passa a se instrumentalizar, a iniciar a mecanização do planeta, e a objetivar o seu domínio (Santos, 1997).

São ações que vêm sendo exacerbadas, principalmente com a globalização da economia, quando as sociedades passaram, de certa forma, a adotar um modelo tecnológico unificado, em que novos nexos que lhes são estranhos foram introduzidos, de modo a obrigá-las a adequar-se e a organizar-se para recebê-los, ou permanecer marginalizados do processo. Por outro lado, caracterizando-se por acontecer de forma desigual, esse processo reflete contradições, pois os interesses e as necessidades dos indivíduos são igualmente contraditórios, repercutindo-se, por sua vez, na ocupação do espaço (Carlos, 1994; Castells, 2005).

O processo de produção do espaço é, por conseguinte, dinâmico, está permanentemente em ação e constantemente em reformulação. Se é dinâmico é também dialético, de vez que a evolução da sociedade e a ação do Estado que a representa não se procedem de forma linear, mas sofrem contestações, contradições que reformulam os princípios e as ações (Andrade, 1984).

De fato, as mudanças constantes no cenário mundial e as modificações produzidas pelo desenvolvimento das forças produtivas são cada vez mais rápidas e profundas, de modo a gerar formas outras de configuração não apenas do espaço, mas de ritmo de vida, de valores e de relação entre as pessoas. Esse espaço, por sua vez, ultrapassa a escala local e se constitui cada vez mais num espaço mundial em que as relações entre os homens se tornam cada vez mais dependentes de decisões tomadas em outras áreas distantes (Carlos, 1994). Esse processo de mundialização¹⁴, tal como foi conduzido, “destrói as raízes da existência autônoma dos homens” (Zaoual, 2008:100), e acaba por influir, direta ou indiretamente, “sobre todos os aspectos da

¹⁴ Para Gonçalves, “Globalização, mundialização, planetarização são palavras a construir uma nova comunidade de destino, em que a vida de cada um já não se acharia mais ligada ao lugar ou ao país onde se nasceu, pelo menos, não do mesmo modo que antes” (2004:14).

existência: a vida econômica, a vida cultural, as relações interpessoais e a própria subjetividade” (Santos, 2000:142).

É nesse contexto que se busca explicar as visões predominantes da atualidade, em que espaço e lugar não são percebidos ou vivenciados e, quando o são, tornam-se ignorados por aqueles que, exógenos à realidade local, acabam por impor suas dinâmicas e formas de produção. Trata-se de cenário diferente da visão defendida pela fenomenologia existencial, pelo qual espaço e lugar não podem ser vistos dissociados do homem, pois constituem parte da atividade perceptiva e enriquecedora da experiência do indivíduo.

Conforme esclarece Rodrigues (2001: 86),

na fenomenologia existencial o espaço é concebido como o espaço presente, diferente do espaço euclidiano da ciência positivista. O espaço é o contexto experienciado [sic], visto como o ‘aqui’ que representa um sistema de relações com outros lugares, semelhante à noção dos conceitos temporais, tais como o ‘agora’ que remete aos tempos do passado, presente e futuro. As noções de espaço e lugar são muito importantes [...] O lugar é o centro de significância ou foco de ação emocional do homem [...] um elo afetivo entre o sujeito e o seu entorno cotidiano. Valoriza-se o contexto ambiental e os aspectos no encanto e na magia do lugar.

Para o homem, na sua relação com o *entorno*, seus sentimentos e ideias são extremamente complexos, originando-se tanto das experiências contínuas particulares, como das comuns, podendo o sentimento adquirido sobre o lugar apresentar profundo significado ao indivíduo. Segundo Machado (1996:104), “quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar [...] a atividade perceptiva enriquece continuamente a experiência individual e, por meio dela, nos apegamos cada vez mais ao lugar”.

Entretanto, como observa Marcuse (1970), ao enfocar a importância da relação perceptiva do homem com o entorno, em direção oposta, as ações impressas na atualidade, advindas da mundialização e da fragmentação do espaço, têm a capacidade de transformar o mundo em um inferno, mas também de fazer exatamente o contrário.

Para tanto, é fundamental priorizar a relação estabelecida entre o homem e o *meio*, para que o processo de estranhamento — causado pela perda das referências produzida pela fragmentação espacial, além da dissolução dos modos de vida e das relações interpessoais —

possa de alguma forma ser repensado, buscando-se o inverso do que vem a ser observado na atualidade (Santos, 1997).

A globalização, em seu processo de transformação, ou seja, de homogeneização do espaço, produz separação entre o homem e a natureza, privilegiando a troca em detrimento do uso, quando justamente o espaço se torna objeto de compra e venda (Martins, 2000). Esse processo, por conseguinte, faz com que o *local* se transforme tão rapidamente e o homem, enquanto habitante de um determinado lugar, perca as referências aí encontradas, pois o mundo da mercadoria invade a vida das pessoas, e o que deveria ser mantido, como o contato com a tradição, é preterido pelo moderno, pelo efêmero (Carlos, 1996b).

O modelo atual preconizado pela globalização, ameaçador das estruturas existentes e propagador das desigualdades, torna evidente o perigo das imposições externas, e deve ser objeto crítico de cada sociedade, conforme observa Cuéllar (1997:21-22):

generosamente produzido por instituições bilaterais ou multilaterais de assistência, deve, ao contrário, nascer do âmago de cada sociedade [...] A cultura é, por conseguinte, um fator indispensável do desenvolvimento; na realidade, deveria ser o ponto de partida de todo programa de desenvolvimento autônomo. Tomar a cultura como ponto de partida da transformação de cada comunidade é fundar o desenvolvimento sobre a identidade e os valores de cada povo.

A nova racionalidade imposta pelo processo homogeneizante, em sua acelerada reprodução, ignora por completo o espaço enquanto lugar do vivido, isto é, “de experiência sempre renovada, o que permite, ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e o futuro” (Santos, 2000:114), provocando sua descaracterização e, conseqüentemente, o distanciamento e o deslocamento dos seus habitantes originais em função da perda de sua identidade cultural e do próprio sentido de comunidade anteriormente existentes. Nesse processo, em escala mundial, predomina a dominação e não a vontade de liberdade; a competição e não a cooperação, ocorrendo em todos os lugares da vida humana, através de uma organização extremamente rígida, que “falsifica, corrompe, desequilibra e destrói” (Santos, 1997:36).

Com isso, nos afastamos de uma época em que as identidades eram definidas por essências a-históricas e, na atualidade, configuram-se no consumo, que passam a depender daquilo que se possui, “ou daquilo que se pode chegar a possuir” (Canclini: 1999:39)

Essa nova identidade que se instala, impessoal e invasora, não se dá em um único lugar, mas articula-se em todos os lugares. O espaço passa a ser apropriado, fragmentado, e suas áreas são submetidas ao mercado, provocando nos personagens que o vivificaram uma sensação de perda. É a evidência de que essas formas de apropriação reduzem ou mesmo anulam a dimensão humana e revelam um grande conflito entre uso e troca expressos no lugar (Lefèbvre, 1978). O espaço, então, passa a adquirir um valor utilitário, e é visto basicamente sob o ângulo quantitativo, em que o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso, enquanto que o espaço, anteriormente feito de lugares, percebido e vivificado, transforma-se em *não lugar*, em espaço inumano.

Por outro lado, esse processo de transformações do uso do *lugar* e de estranhamento dos seres humanos que o habitam gera, igualmente, a pulverização das relações sociais, de modo a produzir conflitos que reforçam a sua desestruturação e a destruição de suas especificidades, dificultando ainda a sua reprodução “enquanto lugar da vida em todas as suas dimensões, [e a expressão do] vivido [em seu] caráter espacial local” (Carlos, 1996b: 74). Esse caráter espacial local exige, por sua vez, a consideração do paralelismo entre os dois conceitos, considerando-se também que ambos se fundem para dar significado ao conceito de *não lugar*.

1.2.1 - “O Lugar e o não lugar”

*“Quem paga conquista o terreno;
depois coloca as torres.”*

Jean-Marie Pelt

Tomando-se por princípio que os lugares constituem centros aos quais se atribui valor e nos quais as necessidades de subsistência são satisfeitas, tais lugares não podem ser definidos independentemente de espaço, pois o que se inicia como “espaço indiferenciado” transforma-se em lugar, quando passa a ser mais bem conhecido e dotado de valor e vice-versa (Tuan, 1983). Assim, “a partir da segurança e estabilidade do lugar, estamos cientes da amplidão, da liberdade e da ameaça do espaço, e vice-versa” (*Idem*: 6).

Segundo Rodrigues (1996), enquanto categoria filosófica, o *lugar* não se constitui em construção objetiva, pois só existe para aquele que o vivencia, constituindo-se no referencial de experiência vivida, cheio de significados. Já o espaço, diferentemente, se constitui em algo distante, fugidio, “uma abstração”, que poderá transformar-se em *lugar*, quando se torna vivido.

Para Castells, “nem todos os lugares são socialmente interativos e espacialmente ricos. É precisamente porque as suas qualidades físicas/simbólicas os tornam diferentes, que eles são lugares” (2005: 552).

Em contrapartida, para Augé (1994:76-77), o lugar tem o sentido do inscrito e do simbólico e constitui o lugar do antropológico, enquanto o espaço é considerado mais abstrato, referindo-se sempre “a um acontecimento (que ocorreu), a um mito (lugar-dito) ou a uma história (lugar histórico)”, aplicando-se, de forma indiferente, a uma extensão, a uma distância entre duas coisas ou pontos, ou também a uma grandeza temporal.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que não parecem ocorrer oposições, mas complementaridade entre espaço e lugar, situação idêntica também acontece com os termos *lugar e não lugar*. Se um lugar pode definir-se como identitário, relacional e histórico, o que não pode ser assim definido constitui um *não lugar*, incluindo, nessa definição, os espaços constituídos em relação a alguns fins, como transporte, trânsito, lazer, comércio (Augé, 1994, 2010; Bourdin, 2001), mas também a relação mantida pelos indivíduos com esses espaços.

Assim, os *não lugares* se expressam bem nos supermercados, nas estações ferroviárias, nos aeroportos, nas autoestradas. São os chamados espaços da pós-modernidade, considerados lugares efêmeros, de passagem, onde não são criados: nem identidade, nem relação, nem história, apenas solidão (Augé, 1994, 2010; Bourdin, 2001).

Na abordagem de Ana Fani Carlos (1996b: 104), “o *não lugar* é caracterizado como um novo espaço, tendo igualmente como base a *não identidade* e o *não reconhecimento*”. Nesse processo de estranhamento, anteriormente referido, causado pelas novas relações espaço-temporais, que transformam o espaço construído em algo efêmero, o *não-lugar* destrói os referenciais de sustentação da vida. É um conceito que pretende ser construído em meio às contradições do espaço, existente entre valor e uso. O *não-lugar* é um produto da contradição entre o tempo de vida do homem, delimitado cultural e biologicamente, e o tempo da técnica, extremamente rápido (*op. cit.*).

O espaço, enquanto construção de uma sociedade, num dado momento histórico, é marcado pelo seu modo de produção. Com a transformação do mundo em mercadoria, a partir do momento em que o espaço é vendido, dá-se a produção da *não identidade* e, conseqüentemente, do *não-lugar* (Martins, 2000).

1.3. O turismo e a produção do “*não lugar*”

A atividade turística, em seu processo de criação de uma nova racionalidade, serve de exemplo à produção do *não-lugar*: particularmente nas programações e roteiros estabelecidos, onde tudo é previsto e determinado nos mínimos detalhes, caracterizando o chamado “tour de force”, determinando ao turista uma forte carga de atividades que impedem o desenvolvimento da sua criatividade, de suas experiências próprias, da “descoberta dos lugares como descoberta da vida” (Carlos, 1996b: 120).

Ora, para o turista exigente, a importância não está nos percursos, mas na “experiência vivenciada” (Rodrigues, 1996:28), o que, infelizmente, nas viagens “estandardizadas”, típicas do turismo de massa, se encontram muito aquém das necessidades daqueles que as utilizam.

Hoje, a indústria do turismo não produz sequer um lugar na memória, constituindo apenas um pseudoconhecimento de lugares, onde “a viagem cronometrada torna-se travessia, [...] tudo é diferente e ao mesmo tempo sempre igual” (Carlos, 1996b: 121). O *lugar* ou o *não-lugar* é apenas visto, pois o tempo de uma viagem turística não permite qualquer contato pessoal, criando-se apenas ilusões, ao se passar pelos lugares, não vivenciados, descritos por informações e imagens não apropriadas e superficiais.

O turismo, que se conhece e se desenvolve de forma “pasteurizada”, nada acrescenta aos lugares e às pessoas; produz-se apenas uma identidade abstrata, que exclui qualquer referência que esteja ligada à vida humana real.

Enquanto atividade recente, o turismo tem se desenvolvido ao longo dos anos de forma veloz e impactante, causando fortes modificações, principalmente nas zonas costeiras tropicais, justamente aquelas mais procuradas devido à sua beleza cênica e, ao mesmo tempo, de grande vulnerabilidade em função da instabilidade de seus frágeis ecossistemas, e também

da grande diversidade natural, socioeconômica e cultural, perante um tipo de turismo que consome exaustivamente o espaço e os recursos que o geram.

Nesse sentido, o turismo apresenta-se como um fenômeno moderno, cuja análise será desenvolvida a seguir.

1.3.1 - O Turismo: uma prática moderna

Ao buscar-se na história a origem do turismo, verifica-se a existência dessa atividade, sob formas particulares, praticada por antigas civilizações (Ruschmann, 2001). Tratava-se de viagens expedicionárias, de comércio ou de conquistas científicas, que sofreram grandes transformações ao longo da história, podendo-se destacar, como bons exemplos no século XIII, as viagens de Marco Pólo à China e, durante a Renascença, os descobrimentos.

No século XVIII, era comum na Europa o turismo balneário, mas essa atividade não era comum a todos; estava restrita a uma pequena e privilegiada burguesia da época. Apenas a elite podia dar-se ao luxo de viajar, de realizar o *Grand tour*,¹⁵ viagem que se fazia através do continente europeu e, segundo Hintze (2008), o *Grand tour* dos ingleses, apenas ao final do século XVIII, passou a se estruturar e se difundir entre a classe média urbana. Cabe salientar que tal desenvolvimento “estimulou a institucionalização e a oferta de serviços de ‘hospedagem’, e o surgimento dos guias – seja como pessoas, seja na forma de livros – [contribuíram] para a disseminação de rotinas, códigos e signos de viagens” (Serrano, 2000 *apud* Hintze, 2008:50). A frequência às estações de águas, e às praias, “para aproveitar o ar marinho” (Ponting, 1995:529), era igualmente restrita, pois essas viagens eram difíceis e caras, destinadas a uma minoria, constituindo-se numa atividade nitidamente excludente.

Entretanto, segundo Ferrara (1996), o turismo inicia-se, enquanto prática institucional e organizada, no século XIX, indicando o campo como local favorável à recreação.

E, de fato, no início do século XX, o crescimento da produção industrial e da oferta de energia provocou aumento da riqueza material das sociedades industrializadas, cuja elevação do poder aquisitivo transformou as condições de vida e de conforto, através da aquisição de bens de

¹⁵ Segundo Hintze, o *Grand tour* “é essencialmente diferente do turismo, pois os *grand tourists* eram ricos aristocratas e suas viagens não tinham relação com o fruto do trabalho, nem eram realizadas naquilo que conhecemos atualmente por tempo livre” (2008:50).

consumo duráveis e de gastos com o lazer. A convergência da acumulação de recursos materiais e do aumento do tempo de férias conquistadas pelos trabalhadores ofereceu condições favoráveis para a origem e o desenvolvimento de uma nova indústria: a do turismo.

Mas, somente no período pós-Segunda Guerra Mundial, com a retomada do crescimento econômico, o pleno emprego e a promoção do Estado do Bem-estar Social, o chamado *Welfare State*, associados ao desenvolvimento da tecnologia dos transportes (a navegação, o automóvel, a ferrovia, o avião) e à implantação de infraestrutura (construção e melhoria das estradas, hotéis, agências de viagens, restaurantes), é que se verifica um forte incremento da atividade turística, a qual adquire característica de massificação (Becker, 1996b).

Esse aumento da riqueza no mundo industrializado e, sobretudo, o desenvolvimento do transporte aéreo civil, herança da Segunda Guerra Mundial, através da introdução dos voos de classe turística e econômica, como também dos voos *charter* (por fretamento, mais baratos), a partir dos anos 50, proporcionaram à classe média, e mesmo às classes trabalhadoras mais privilegiadas, acesso a viagens ao exterior, anteriormente exclusivas aos abastados. Até então, essas classes sociais permaneciam em casa durante as férias ou restringiam-se a algumas áreas turísticas mais baratas, como os “campos de férias”.

Com a massificação, o turismo torna-se “*uma atividade organizada, pública e comercial*”, e a fruição criativa existente anteriormente, o resgate da visão de uma paisagem idílica proporcionada pelos pintores do século XVII, como reação ao ambiente comprometido pela Revolução Industrial, dão lugar não mais a uma visão exótica do espaço, mas sim a uma visão banalizada desse espaço (Ferrara, 1996:21).

1.3.2 - O turismo na atualidade

O movimento de retorno à natureza, da procura por áreas mais exóticas geralmente encontradas nas regiões tropicais, teve sua fase embrionária na década de 1960, quando já existiam movimentos de crítica ao cotidiano das sociedades industriais, ao consumo elevado, à exploração do proletariado e à destruição da natureza, tanto nos Estados Unidos, quanto na Europa. Tais movimentos, também influenciados pela “contracultura”, uma das fontes inspiradoras do movimento *hippie*, propunham uma forma de vida ecologicamente sadia e de retorno ao campo (Diegues, 1996:40).

Em contrapartida, o período compreendido pelos anos 1970 e 1980 caracterizou-se pelo crescimento do turismo de massa, que é considerado, diferentemente dos anos anteriores, como o mais devastador, devido ao forte domínio do turismo sobre o meio ambiente, consequência direta da crescente demanda turística dos países desenvolvidos, favorecendo, sobremaneira, a forte expansão e a ocupação das localidades turísticas, particularmente as zonas costeiras. Estas, por sua vez, tornaram-se saturadas pelo crescimento urbano desordenado, devido à ausência de planejamento, o que contribuiu violentamente para a sua descaracterização e, portanto, a não mais atender às necessidades e aos anseios do homem (Ruschmann, 2001).

O tempo de lazer torna-se imagem social para o consumo, uma mercadoria espetacular dominada por momentos de lazer e de férias que são alvo de amplo desejo. O consumo, que tem a missão de ocupar o tempo livre dos trabalhadores, passa a ser a resposta para a felicidade (Hintze, 2008). O turismo, “reduz-se fundamentalmente à distração de ir ver o que já se tornou banal” (Debord, 2004, 109).

Enquanto marca do século XX, o turismo afastou-se do sentido romântico existente nos primeiros deslocamentos espaciais, que buscavam transformar o tempo livre em objeto concreto, e, agora, vemo-lo transformado em mera atividade de consumo. Esta atividade, e diferentemente da ideia, bastante presente no discurso hegemônico, do turismo como uma atividade econômica que possibilita o desenvolvimento de muitas localidades, ao permitir a geração de rendimentos que serão reinvestidos. Não obstante, são nítidos os efeitos colaterais provocados pelo turismo na cultura e na sociedade local (Hintze, 2008). Por exemplo, a tendência de se afirmar que o turismo favorece a geração de emprego, renda e estímulo ao desenvolvimento econômico nos níveis local, regional, estadual e nacional; na realidade, o que se observa é a substituição de ocupações tradicionais por subempregos, nos quais a população local passa a exercer funções em outras atividades tais como: caseiros, empregados da construção civil, serviços relacionados ao comércio (Luchiari, 2001; Hintze 2008).

Além do que, e convém assinalar, o acelerado processo de produção e consumo do espaço turístico, nas regiões costeiras, tem causado grandes impactos ambientais, tais como (Rodrigues, 2001: 55–56):

- degradação das relações sociedade-natureza;
- implantação de projetos e de equipamentos de grande porte em perímetros sensíveis do ponto de vista ambiental, cultural e social;

- incentivo e subsídio estatais a projetos, e constituição de uma legislação para as áreas de interesse turístico, inadequadas ou contrárias aos interesses das comunidades locais;
- massificação e comercialização de produtos turísticos locais.

A inadequação do turismo aos sistemas locais reflete-se mais gravemente e principalmente nas pequenas comunidades, cujos efeitos negativos podem ser avaliados a partir de suas fases e/ou formas de atuação.

Segundo documento da OXFAM (1997)¹⁶, podem-se distinguir seis fases de impactos, a saber:

Primeira fase – A vinda dos primeiros turistas: Estes encontram hospitalidade e amizade por parte dos habitantes locais, não necessitam gastar qualquer soma de dinheiro nesses lugares;

Segunda fase – A partir da circulação de informações quanto à hospitalidade e gentileza dos locais, mais turistas chegam à área; oferecem doces às crianças e perguntam por artigos e utensílios para comprar;

Terceira fase – A vinda regular dos turistas: São construídas acomodações especiais; refeições passam a ser oferecidas; as crianças buscam por doces; outras línguas são aprendidas para melhorar a comunicação e oferecer melhores serviços aos turistas, ocorrendo maior utilização dos recursos naturais;

Quarta fase – Aumento no número de turistas: O lugar torna-se cada vez mais dependente do dinheiro dos turistas; as crianças, além dos doces, pedem roupas, dinheiro e, algumas vezes, passam a atender aos pedidos de sexo por parte dos turistas; há sensível aumento das pressões sobre os recursos naturais, assim como a solicitação de infraestrutura adequada para atender às necessidades daqueles que agora se estabelecem no local; e, ainda, o aumento da produção de lixo e a ausência de sua coleta e disposição adequada fazem-no acumular-se nas áreas livres; alimentos e bebidas são comprados em outras regiões para satisfazer a crescente demanda local;

¹⁶ Cf. Local Community Issues. In Eco-Source – Local Community by OXFAM, Hong Kong. Eco-Source homepage.

Quinta fase - Sensível expansão da chegada de turistas: Os membros da comunidade passam a tratar agressivamente os novos visitantes; drogas são trazidas pelos turistas, e verifica-se localmente um aumento do consumo delas e da prostituição; a comunidade passa a ser cada vez mais dependente do turismo; o estilo de vida e práticas de trabalho são modificados, bem como os modos tradicionais de existência; tanto a cultura como o meio ambiente começam a sofrer irremediavelmente;

Sexta fase - A decadência do turismo local: Os operadores de viagem e os turistas passam a procurar novas destinações, menos descaracterizadas. Inicia-se um novo ciclo de expansão e de degradação; elas serão as próximas a sofrer na prática as mesmas mudanças e os mesmos impactos pelos novos visitantes.

São as pequenas comunidades costeiras, aquelas que mais sofrem com o atual modelo de turismo de massa, devido ao fascínio que exercem pelo seu rico potencial paisagístico e cultural. Sem contar com infraestrutura básica, adequada para atender às necessidades crescentes daqueles que passam a frequentar os seus locais, essas comunidades são submetidas a fortes impactos socioculturais, ecológicos e econômicos: descaracterização da paisagem e degradação dos recursos ambientais, mudanças comportamentais e perda das tradições culturais, desenvolvimento de outras formas de trabalho e de vida, que estão extremamente distantes da realidade em que sempre viveram.

Há de se entender previamente que o meio natural obedece a ritmos e leis determinados. Qualquer ação externa, em desacordo com esses ritmos, provocará degradação à natureza e, quanto mais frágil ela for, menor será a sua capacidade de adaptação aos impactos, cujos níveis de extensão condicionam a permanência da atividade turística.

Como afirma Rodrigues (2001:97),

à proporção que o meio ambiente se deteriora, o fluxo do turismo vai decrescendo, determinando ocupação em marcha na busca de novos locais, deixando atrás de si núcleos onde a desvalorização dos imóveis se dá de maneira notória.

Esse decréscimo decorrerá da perda da atratividade local, cuja desvalorização, inclusive econômica, estará em curso, pois dificilmente as áreas degradadas são recuperadas, por ser altamente dispendioso e incerto o retorno dos investimentos, tornando arriscado qualquer movimento nesse sentido.

Para que o equilíbrio entre o turismo e o meio ambiente seja mantido, é necessário estabelecer a capacidade de uso das destinações, e identificar o quanto estas podem absorver em ocupação, volume de construções e deslocamento humano. Procura-se evitar a sua degradação ambiental, ao levar-se também em conta os efeitos da atividade turística no equilíbrio econômico, social e cultural. Sabe-se que os limites são imprecisos, por variarem em função dos elementos culturais, naturais, espaciais e temporais em cada área, local ou atrativo (Ruschmann, 2001).

No que se refere aos ecossistemas, quando se ultrapassa o seu limite de capacidade, vários impactos negativos são sentidos:

- no ambiente físico, através da degradação do meio natural;
- nas atitudes dos turistas, através da procura de novos locais para férias e recreação;
- na comunidade receptora, quando ela passa a ver os turistas como destruidores de seu meio ambiente, hostilizando-os por isso;
- na economia local, em função da queda na rentabilidade, ao procurarem novas atividades para atrair turistas, o que leva à saturação da área, de modo a comprometer a qualidade dos serviços e, deste modo, provoca a extinção das atividades tradicionais, como a pesca e o artesanato, e o aumento da dependência do turismo.

Apesar dos problemas que essa situação envolve, é extremamente complexa a tarefa de determinar a quantidade e a qualidade de atividades consideradas ideais para as destinações. Num primeiro momento, o que tem sido proposto é um novo tipo de consumo do espaço, de modo a desenvolver-se de forma produtiva, através do respeito, da interação, da aprendizagem e da conservação (Rodrigues, 2001).

Contudo, segundo Barbier & Billet, (*apud* Ruschmann, 2001: 118), o modelo norte-americano, mesmo com todas as limitações existentes, propõe normas a serem seguidas, tais como:

- delimitar o espaço ocupado pelos alojamentos às vias de acesso, estacionamentos e demais equipamentos necessários ao atendimento das necessidades individuais e coletivas das pessoas;
- dar prioridade absoluta às necessidades e às atividades para a população local, levando-se em consideração o meio e suas características;

- procurar evitar concentração excessiva de turistas em espaços específicos, através da delimitação de uma densidade adequada (x/m^2 por pessoa);
- especificar os objetivos pretendidos com o desenvolvimento do turismo;
- dar ao turista opção de atividades diversificadas dentro das destinações;
- procurar atrair turistas à destinação em épocas da chamada “baixa temporada”.

Essas normas com relação à capacidade de uso das destinações turísticas vêm sendo aplicadas às áreas litorâneas, onde se verifica um crescente aumento do fluxo turístico e, conseqüentemente, das pressões em seus recursos ambientais, devido à presença não apenas dos visitantes, mas também da construção de equipamentos para atender à demanda gerada por essa atividade.

Mas o simples desenvolvimento de fórmulas e/ou normas para a determinação da capacidade de uso é limitada, por tratar-se de mero instrumento de avaliação quantitativa de áreas futuras de utilização, de áreas que já se encontram em situação crítica, ou, ainda, daquelas que necessitam de uma reavaliação das suas formas de uso e ocupação. Apresentam, por isso, um caráter meramente paliativo, principalmente em função da atividade turística ser considerada de grande impacto nas regiões de maior fragilidade, quais sejam as regiões litorâneas.

A inadequação dos novos modos de produção torna essas áreas depreciadas social, natural e economicamente, diante da ausência de um olhar atento às suas características locais. A perda de suas potencialidades naturais, mas também socioculturais e econômicas, representa grave desperdício, desde que essas áreas passem a não mais participar de futuros planos de desenvolvimento locais e regionais, pois o seu potencial enquanto recurso deixará de existir.

Como afirma Becker (1996a), é sob a ótica de um novo potencial de desenvolvimento que se devem encarar a política nacional de turismo e seus efeitos na zona costeira, pois a degradação ambiental desses espaços constitui um obstáculo e, também, um desacelerador do aproveitamento desse potencial.

1.3.3 – O turismo sustentável

Por definição, o turismo sustentável tem como pretensão o respeito ao meio ambiente em seu sentido amplo (natural, humano, social e cultural), como também a minimização dos desequilíbrios regionais e a garantia das melhorias na distribuição da renda e da qualidade de vida das populações (Rodrigues, 2001), visando à equidade social.

Segundo a Organização Mundial do Turismo, o turismo sustentável é aquele que

atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas, sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida. (OMT, 2003:24).

Em contrapartida, o turismo, no Brasil, desenvolve-se dentro de políticas econômicas voltadas ao atendimento das necessidades do mercado internacional e alheias à realidade e aos interesses locais, numa direção oposta aos princípios do desenvolvimento e do turismo sustentáveis.

E, em conformidade ao que é entendido pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em sua essência, o desenvolvimento sustentável constitui

um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (CMMAD, 1991:49).

O desrespeito a esse processo pode provocar, como observado atualmente, forte agressão e degradação, não apenas dos espaços físicos naturais, como também de sua estrutura sociocultural.

Cada vez mais, as destinações turísticas apresentam estreita dependência de ambientes limpos e protegidos, e aquelas que não possuem tais atributos sofrem sensível diminuição na qualidade e na afluência de turistas. Ao mesmo tempo percebe-se, nessas áreas, o quanto as comunidades locais são atingidas com a degradação da qualidade ambiental, com a perda da identidade cultural e com a queda dos benefícios econômicos (OMT, 1998). Nesse sentido, a

prioridade deve estar em desenvolver projetos fundamentados no turismo sustentável, com respeito ao meio ambiente, de forma ampla, através de ações que minimizem os desequilíbrios regionais e assegurem às populações envolvidas melhor qualidade de vida e distribuição de renda.

Atualmente é possível perceber a existência de outras formas de turismo, diferentemente daquelas até agora praticadas, que favorecem os desequilíbrios ambientais, culturais e socioeconômicos.

Em oposição ao turismo convencional ou de massa, o Ecoturismo,¹⁷ considerado um turismo alternativo, que visa à “*conveniência e [à] busca da integração com o entorno*” (Rodrigues, 2001:24), favorecendo sensivelmente a relação entre homem e meio ambiente circundante, e conseqüentemente a percepção do lugar.

Ao mesmo tempo, o turismo cultural constitui igualmente outra forma de turismo, segundo a OMT (1998), este favorece a autoestima das comunidades locais, gerando oportunidades para um maior intercâmbio entre pessoas de diversas origens, de modo a contribuir, por conseguinte, para a preservação do patrimônio local.

Estas duas atividades, o turismo cultural e o ecoturismo, podem constituir:

estratégias de preservação dos bens tangíveis e intangíveis, ao exigir a manutenção da diversidade e da qualidade dos meios (manifestações folclóricas, artísticas, artesanais); mas também, zonas e áreas protegidas, parques, monumentos, sítios urbanos e rurais, conjuntos vernaculares e museus devem ser objeto de políticas integradas de valorização (Ramalho F.º, 1999:189).

É crescente, na atualidade, o movimento turístico voltado para atender à demanda por áreas naturais pouco alteradas ou contaminadas, onde o visitante busca a integração com o entorno, através de estudos da fauna e flora, ou mesmo no intuito de admirar a paisagem, favorecendo o contato direto com as comunidades locais (Rodrigues, 2001).

Essa demanda sensível às noções de intercâmbio e ao encontro cultural caracteriza-se por constituir-se de pessoas exigentes, especialistas em natureza, ou de pessoas que desejam

¹⁷ No Brasil, o turismo ecológico foi lançado em 1987 pela EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo), tomando como base as experiências realizadas em outros países, pois havia certa preocupação quanto às formas perniciosas de utilização dos atrativos naturais, como já era observado. Em 1989, registra-se uma nova fase, mas agora difundindo o Ecoturismo e a implantação de um projeto considerando como componentes do Brasil – Ecoturismo, as unidades de conservação e os atrativos ecológicos, correspondendo aos principais ecossistemas (Becker, 1996a: 32-33).

recuperar-se, durante curtos períodos de férias, num ambiente preservado (Ruschmann, 2001). Dessa forma, o turismo alternativo, representado pelo ecoturismo e pelo turismo cultural, exige elevado grau de participação física, social e intelectual, que propõe ao mesmo tempo *“um novo tipo de consumo do espaço – o consumo produtivo – por meio da integração, do respeito, da aprendizagem, da conservação”* (Rodrigues, 2001: 99), diferentemente do caráter consumptivo do espaço, que se esgota com ele próprio, praticado pelo turismo convencional, pois este *“cria uma demanda heterogênea segundo os estratos de renda, mas comparável segundo as mesmas possibilidades de demanda”* (Santos, 1997:147).

Observa-se que essa nova forma de turismo, em oposição às anteriormente desenvolvidas, aliada à conscientização populacional e, também, ao desenvolvimento de movimentos ambientais, tem contribuído para um maior questionamento das atuais práticas de turismo desenvolvidas, dissociadas da realidade local, responsáveis pela degradação ambiental, social, econômica e cultural das áreas onde são realizadas.

Deve-se lembrar que a qualidade dos recursos em ambientes naturais possui caráter finito, apresentando oportunidades e limitações, e as consequências trazidas pelo efeito econômico da atividade turística geram custos e benefícios para as populações e seu meio, que podem causar, ao mesmo tempo, vários conflitos, principalmente quando os interesses empresariais de curto prazo se chocam com os de longo prazo dos poderes públicos (Ruschmann, 2001).

Mais uma vez essa situação se depara com a grande problemática do desenvolvimento sustentável, que é a revisão dos paradigmas dominantes, a partir dos quais as questões meramente técnicas e econômicas não podem se sobrepor às questões ambientais, sociais e culturais.

Pelo contrário, é fundamental reconhecer que as pessoas não se constituem em:

simples átomos independentes; elas trabalham juntas, cooperam e competem, interagindo de diversas formas. É [...] a cultura que as conecta entre si, tornando possível o desenvolvimento de cada indivíduo [...] é também a cultura que define como as pessoas se relacionam com a natureza e com o meio ambiente físico, com a terra e com o cosmos, e como expressam suas atitudes e suas opiniões sobre as formas de vida animal e vegetal. Nesse sentido, todas as formas de desenvolvimento [...] são determinadas, em última análise, pelos fatores culturais. (Cuéllar, 1997:33).

O desenvolvimento do turismo sustentável requer mudanças estruturais, constituindo-se num desafio ao planejamento dessa atividade pelos órgãos responsáveis, na busca de uma situação ideal, ótima, considerando-se desde a base de recursos disponíveis, as suas condições de equilíbrio, até à evolução dos fluxos turísticos da atualidade e, mesmo, à postura do turista diante do contexto das suas destinações.

A busca de um turismo dentro das bases do desenvolvimento sustentável carece de uma mudança “filosófica” de rentabilidade, na qual o lucro rápido e fácil deverá dar lugar a lucros menores, porém contínuos e melhor distribuídos, obtidos através do desenvolvimento coerente e responsável, a partir do qual são considerados os seus aspectos não somente econômicos, mas também sociais, culturais e ecológicos.

Essa nova postura, que permite a integridade ambiental, poderá tornar áreas de destinação turística continuamente atrativas, a garantir com isso o acesso às gerações futuras.

1.4 – O desenvolvimento sustentável

O desenvolvimento sustentável, reconhecido como um novo paradigma universal, tem como definição ser *“aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias”* (CMMAD, 1991:46).

Baseado nos impactos causados pelo progresso técnico-científico e pela intensa utilização dos recursos ambientais no século atual, esse novo paradigma busca encontrar alternativas que assegurem um desenvolvimento global mais justo e igualitário, capaz de fazer reconhecer *“o valor da natureza per se, não em oposição, mas em conciliação com os demais valores de que é portadora”* (Mendes, 1993:23). Nesse sentido, o meio ambiente não permanece numa posição secundária, mas sim ao lado do desenvolvimento, no processo de ação político-econômica. Esse processo considera fundamental a transformação progressiva da economia e da sociedade, pois acredita na possibilidade de mudança, tanto no acesso aos recursos, quanto na distribuição dos custos e benefícios do desenvolvimento econômico, para garantir a sustentabilidade, pela qual fica implícita a igualdade intra e intergeracional.

Para o desenvolvimento sustentável, a satisfação das necessidades e aspirações humanas, seu principal objetivo, só será alcançada a partir do momento em que os estilos de vida e de consumo forem compatíveis com a base de recursos existentes no planeta, de modo a buscar, assim, eliminar os riscos impostos aos sistemas naturais que sustentam a vida na terra, como a água, o ar, os solos e os seres vivos em diversidade.

Ainda segundo esse novo paradigma, a evolução demográfica deve (CMMAD, 1991:47):

- ser compatível com o potencial produtivo global;
- reduzir a pressão sobre os recursos naturais;
- elevar o padrão de vida das populações, principalmente nos chamados países periféricos.

A garantia do atendimento às necessidades básicas poderá estar assegurada quando o desenvolvimento tecnológico e o conhecimento acumulado estiverem orientados, não apenas para o aumento da capacidade de produção da base de recursos — para, antes de atingir os limites naturais extremos, garantir o acesso equitativo — como também para reorientar seus esforços, e aliviar a pressão sobre os recursos (CMMAD, 1991).

De acordo com o que afirma Sachs (1993:22),

dado o caráter finito da Espaçoave terra e a fragilidade da biosfera, [...], o crescimento quantitativo ilimitado da produção material não pode, é óbvio, se sustentar eternamente. Se quisermos deter a exaustão irreversível do ‘capital da natureza’, tanto como fonte de matérias-primas, quanto como depósito para os resíduos, o fluxo de energia e de materiais deve ser contido.

Os recursos renováveis devem, portanto, ser usados nos limites de sua reprodutibilidade, já que são parte integrante de um ecossistema complexo e interligado. Quanto aos recursos não renováveis, deve-se levar em conta a sua disponibilidade enquanto recurso finito, que implica seu uso racional, através da utilização de tecnologias apropriadas, da minimização de seu esgotamento e da obtenção de substitutos para tais recursos.

Como o desenvolvimento atual tende a simplificação dos ecossistemas e a redução da diversidade de espécies, o desenvolvimento sustentável busca:

- a conservação das espécies vegetais e animais;
- a minimização dos impactos sobre os elementos naturais;
- a manutenção da integridade dos ecossistemas.

Portanto, para alcançar um desenvolvimento realmente sustentável, é essencial que haja primeiramente uma mudança de atitude, de comportamento, permitindo que as necessidades atuais e futuras possam ser atendidas, a partir de uma (re)orientação, da exploração dos recursos naturais, dos investimentos, das questões de ordem institucional e, também, dos rumos do desenvolvimento tecnológico, através de um posicionamento político determinado.

1.4.1 – As dimensões da sustentabilidade

Todo planejamento voltado para o desenvolvimento sustentável precisa considerar simultaneamente as suas dimensões, que podem tornar possível a identificação dos caminhos necessários à transformação das contradições atuais¹⁸.

A Sustentabilidade *social* é entendida como um processo de desenvolvimento que busca um crescimento orientado para a criação da chamada “boa sociedade”, que tem como meta maior a equidade social e financeira, a cooperar amplamente para a diminuição das grandes distâncias entre ricos e pobres. Tem, na melhoria da qualidade de vida, seu principal objetivo, principalmente nos países com graves problemas de desigualdade e exclusão social, além de promover a elaboração de políticas tributárias, que tenham como fim a redistribuição de recursos do centro para a periferia.

A Sustentabilidade *econômica* poderá ser possível “*através da alocação e do gerenciamento mais eficientes dos recursos e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados*” (Sachs, 1993:37). Para isso, é fundamental superar as atuais condições externas resultantes de fatores negativos, como o ônus do serviço da dívida e da saída líquida de recursos

¹⁸ Cf., Sachs, I. 1993. *Estratégias de transição para o século XXI (desenvolvimento e meio ambiente)*, São Paulo: Studio Nobel, Fundap. pp. 24 - 27.

financeiros do Sul, as barreiras protecionistas do Norte, o acesso limitado à ciência e à tecnologia, os termos de troca desfavoráveis. É importante, ainda, avaliar a eficiência econômica em termos macrossociais e não apenas em caráter microeconômico (Sachs, 2008).

A Sustentabilidade *ecológica* do desenvolvimento poderá ocorrer através da intensificação do uso potencial dos recursos dos vários ecossistemas, com menor dano possível aos sistemas de sustentação da vida. Isto implica limitar o consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos e produtos esgotáveis ou prejudiciais ao ambiente, de modo a substituí-los por recursos renováveis e/ou abundantes e não agressivos; reduzir o volume dos resíduos da poluição, a partir da conservação dos recursos e da reciclagem; realizar a autolimitação por parte dos países ricos e das camadas sociais privilegiadas, quanto ao consumo material; intensificar a pesquisa em tecnologias limpas, de forma a utilizar melhor os recursos para prover o desenvolvimento rural, urbano e industrial, e definir normas para uma proteção ambiental adequada.

A Sustentabilidade *Territorial/espacial* está voltada para a obtenção de uma configuração rural-urbana equilibrada e para a melhoria da distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas, reduzindo a concentração excessiva nas áreas metropolitanas. Contém, também, a destruição de ecossistemas frágeis pelos processos desordenados de ocupação (Sachs, 1996, 2008).

A Sustentabilidade *cultural* reconhece que a manutenção da diversidade, no seu sentido mais amplo, constitui a base do desenvolvimento, de forma a buscar mudanças que se traduzam em uma pluralidade de soluções, a respeitar as especificidades de cada ecossistema, cultura e área. A urgência de que as “soluções adotadas levem em conta as tradições culturais dos povos e das comunidades locais” (Bastos Filho, 1997:9).

A Sustentabilidade *ambiental* está relacionada com a capacidade dos ecossistemas naturais em se recuperar e absorver as agressões antrópicas, e de assegurar sua reprodutibilidade (Sachs, 1996, 2008).

A Sustentabilidade *política* (nacional) busca um desenvolvimento dentro de bases realmente democráticas, vinculado ao processo de construção da cidadania, dentro dos termos da apropriação dos direitos humanos, apresentando razoável grau de coesão social (Sachs, 1996).

A Sustentabilidade *política* (internacional) requer, de forma ampla, a cooperação internacional através do desenvolvimento compartilhado entre o Norte e o Sul, dentro das bases do princípio da equidade, necessitando, para tanto, de um eficaz controle institucional das finanças e do comércio internacional, da aplicação do princípio da prevenção na administração do meio ambiente e recursos naturais, da proteção da diversidade biológica e cultural, e da administração do direito global como parte da herança comum da humanidade (Sachs, 1996).

Para que o desenvolvimento assuma, enfim, o signo da sustentabilidade nas dimensões anteriormente apontadas, é preciso que a política de Estado adote critérios de política ambiental e social (Guimarães, 1997), identificando-se, com isso, caminhos possíveis para transformar as contradições que esse conceito encerra, em orientação para a transição do desenvolvimento humano.

1.4.2 - As incertezas da sustentabilidade

O processo do desenvolvimento sustentável levanta várias dúvidas, principalmente em função da aplicabilidade prática de seus novos paradigmas.

Vários são os motivos existentes, com relação às contradições que esse processo faz emergir, principalmente quando se passa a analisar a realidade mundial, pois assiste-se a um tipo de desenvolvimento ao longo do tempo, *“ecologicamente depredador, socialmente perverso e politicamente injusto, tanto nacional, como internacionalmente, determinado em boa medida pela tendência homogeneizadora da economia mundial”* (Guimarães, 1996:49). Daí o grande questionamento que surge em função, não da sua validade; muito pelo contrário, mas das mudanças que esse processo preconiza: a urgência de uma nova ética capaz de enfrentar as perplexidades existentes e, também, um novo desenvolvimento, que seja sobretudo responsável e solidário.

Apesar da validade do que se difunde quanto ao desenvolvimento sustentável, o seu alcance exige um grande embate por parte das forças hegemônicas, que se desenvolvem a partir de um modelo insustentável, em função de seus padrões de produção e consumo, que tem como base os recursos não renováveis, a degradação ambiental, a exclusão social e política dos grupos menos favorecidos, bem como o aumento do fosso entre o Norte e o Sul. Seria, portanto, difícil

que essas forças modificassem as formas de obtenção e manutenção de seu elevado grau de riqueza material, em prol das demais áreas até agora fortemente espoliadas.

Mesmo com o crescente aumento da consciência de que o modelo vigente não poderá ser mantido a longo prazo, em função da sua insustentabilidade, deparamo-nos, na atualidade, com uma situação em que os centros mundiais do poder declaram a falência do Estado como motor do desenvolvimento, na perspectiva de propor a sua substituição pelo mercado, além de também decretarem a falência da regulação e do planejamento governamental, ao mesmo tempo em que a noção de desenvolvimento sustentável requer justamente um mercado regulado e capaz de criar um horizonte de longo prazo para as decisões públicas (Guimarães, 1996).

Pode-se, com isso, entender por que esse novo processo transmite certa insegurança, particularmente quando se depara com as medidas tomadas no mundo atual, onde a ciência econômica conduz a uma cegueira progressiva, consequência da sua compartimentalização, que, ao especializar-se apenas no quantitativo, não consegue entender crenças, valores, virtudes; enfim, tudo aquilo que pode explicar uma sociedade.

Nossa civilização, adverte José Mujica (2013)¹⁹, montou um desafio mentiroso e, assim como vamos, torna-se impossível satisfazer esse sentido de esbanjamento que se deu à vida. “Isso se massifica como uma cultura de nossa época, sempre dirigida pela acumulação e pelo mercado. Prometemos uma vida de esbanjamento, e, no fundo, constitui uma conta regressiva contra a natureza, contra a humanidade no futuro”.

O que se vê até hoje é que o tão importante progresso técnico e o crescimento econômico não conseguiram fazer com que as desigualdades sociais fossem minimizadas, que o mundo desejado fosse alcançado. Pelo contrário, as incertezas só aumentaram.

No momento atual e mais do que nunca, torna-se urgente empreender uma mudança de base, de modo que esses questionamentos não permaneçam como empecilho para se atingir essa nova ética e um desenvolvimento realmente responsável, como pede o processo de sustentabilidade; e, deste modo, dentro das dimensões mencionadas anteriormente, devem-se buscar as alternativas necessárias para reverter o grau de incerteza instalado em nossa sociedade até agora insustentável, propiciando o atendimento das necessidades atuais e futuras.

¹⁹ Discurso proferido pelo Senhor Jose Mujica, Presidente do Uruguai, em Setembro de 2013, na Organização das Nações Unidas (ONU). Em webtv.un.org: Nations Webcast. Acedido em 28/09/2013.

Ao longo do século passado, foi predominante um tipo de desenvolvimento dependente e subserviente, objeto de um comportamento que caracterizava-se, e ainda caracteriza-se, pela busca de uma igualdade impossível.

Como observa Buarque (1993:75),

a deformada visão de integração sem diversidade cria o desejo intrínseco, em todo mundo, de caminhar para um desenvolvimento nos moldes dos países ricos. Nos países pobres, os intelectuais criam ilhas de desenvolvimento, onde vivem e esforçam-se para destruir as 'velhas' características de suas sociedades, na busca de repetir aqui o que existe fora. O resultado é o desastre social que suas sociedades apresentam.

Apesar das transformações impostas pelo novo regime de acumulação em escala global, o desenvolvimento sustentável terá grandes desafios e dificuldades para alcançar as práticas sociais necessárias às mudanças a ele associadas. Se, por um lado, a base para o desenvolvimento sustentável está em privilegiar as questões locais, por outro, aquelas impostas pela economia neoclássica de hoje têm, em sua essência “... a internacionalização crescente da economia capitalista associada à nova forma de produção introduzida pela revolução tecnológica da microtécnica e da comunicação baseada no conhecimento científico e na informação” (Becker, 1993:134).

Certamente, tais ações expressam a necessidade de novas descobertas a se colocar em prática, outros níveis e regulações, novas racionalidades em conformidade com os desejos dos homens, dos locais onde eles vivem (Santos 1997). A probabilidade concreta do desenvolvimento sustentável está em buscar formas adequadas às realidades locais, à cultura e ao conhecimento existentes, de modo a minimizar com isso e/ou até evitar os processos de exclusão, que o atual modelo dominante impõe, ao desrespeitar as diversidades existentes.

Capítulo II –

O “lugar” das comunidades tradicionais

“No fim, conservaremos apenas o que amamos, amaremos apenas o que compreendemos e compreenderemos apenas o que nos ensinaram”.

Baba Dioum- conservacionista senegalês

“Eu sabia que, para pensar uma comunidade, é preciso pensar primeiro a linguagem. É nela que se encontram os seus sonhos de amor. É somente isso que faz um povo. Os homens e mulheres se dão as mãos quando possuem um objeto comum de lealdade”.

Rubem Alves

Ao longo dos tempos, o ser humano tem modificado suas relações com o ambiente. As mudanças das condições de vida humana e das técnicas, diante do trato com a natureza, também o acompanharam. Para Colchester (2000), a ideia da separação existente entre humanidade e natureza parece estar fortemente arraigada na civilização ocidental, já que, em vários preceitos e imagens, o mundo natural era visto como caótico e hostil²⁰.

As sociedades tradicionais vivem até o presente no interior de uma natureza, considerada pelos ocidentais como hostil. Isso deve-se essencialmente ao saber e ao saber-fazer acumulados durante milênios, dos quais apenas hoje é reconhecido seu valor intrínseco (Leveque, 1997 *apud* Diegues & Arruda, 2001). Em inúmeras situações, esses saberes resultam de uma coevolução entre as sociedades e seus ambientes naturais, permitindo o equilíbrio entre ambos (Silva, 2009).

²⁰ “Na verdade, até o conto épico mais antigo do mundo, a *Epopéia de Gilgamesh*, narra a luta primordial entre as civilizações reais e a floresta, fonte de todo o mal e brutalidade” (Sinclair, 1991 *apud* Colchester, M. 2000:225).

A população tradicional ou pré-moderna do mundo é formada por dois núcleos (Toledo, 2001; Toledo & Barrera-Bassols, 2009):

- o “núcleo duro” – constituída por aproximadamente 300-500 milhões de humanos representados pelos chamados povos indígenas, que falam aproximadamente 7.000 línguas;
- o “núcleo fraco” – composto por entre 1.300 a 1.600 milhões de camponeses, pescadores e pequenos produtores familiares.

Essas populações, em seu processo de produção, requerem conhecimentos sobre seu entorno para realizar a apropriação da natureza. Desse modo, tais conhecimentos apresentam valor inequívoco para compreender as formas como as populações tradicionais “percebem, concebem e conceituam os recursos, paisagens ou ecossistemas dos quais dependem para subsistir”; como também, esse conhecimento sobre a natureza – no conceito de uma economia de subsistência – transforma-se em um elemento crucial para a construção e implantação de estratégias de sobrevivência (Toledo & Barrera-Bassols, 2009: 35).

A transmissão desse conhecimento se dá através da oralidade e, desse modo, a memória constitui um recurso fundamental para a vida desses povos. De acordo com Maldonado (1992), as sociedades orais não constituem sociedades analfabetas, uma vez que sua expressão oral não significa falta de escrita, mas a desnecessidade de escrita. Inversamente ao que se imagina, esse corpo de conhecimentos constitui, na realidade, “a dupla expressão de certa sabedoria (pessoal ou individual, e comunitária ou coletiva); é também a síntese histórica e espacial transformada em realidade [...]. É uma *memória diversificada*²¹ diante da qual cada membro do grupo social detecta uma parte ou fração do saber total da dita comunidade” (Toledo & Barrera-Bassols, 2009: 36).

De acordo com Vitor Toledo, as sociedades tradicionais abrigam um conjunto de conhecimento ecológico que, na maioria das vezes, é “local, coletivo, diacrônico, sincrético, dinâmico e holístico” (2002: 512). Ao mesmo tempo, esses sistemas cognitivos sobre a diversidade natural circundante, são transmitidos de geração a geração, pela tradição oral.

²¹ *Grifos do autor.*

Ao se adotar como critério a relação com a natureza, Dassmann (1988 *apud* Diegues & Arruda, 2001) distingue dois tipos de sociedade: os **povos dos ecossistemas** (*ecosystem people*), aqueles que se constroem em simbiose com os ecossistemas e convivem por longo tempo através do uso sustentado de seus recursos naturais ou de recursos de ecossistemas próximos; e os **povos da biosfera**, que são sociedades conectadas a uma economia global, de elevado consumo e capacidade de transformação da natureza, a provocar grande desperdício de recursos naturais²². Porém, até mesmo Dassmann observa essa classificação como simplificadora, uma vez que existe um *continuum* entre uma e outra classe, cuja estabilidade entre as populações humanas e o ambiente não é sustentada por resoluções conscienciosas, mas por uma categoria complexa de modelos de comportamento, marcados por valores éticos, religiosos e também por pressões sociais.

As culturas tradicionais, numa perspectiva marxista, conforme Diegues (1983), estão associadas a modos de produção pré-capitalistas, típicos de sociedades onde o trabalho ainda não se transformou em mercadoria; apesar de já existir a dependência do mercado, mas esta ainda não é total. Essas sociedades se organizaram em formas peculiares de manejo dos recursos naturais, que não visam diretamente o lucro, mas a reprodução cultural e social do grupo, além de percepções e interpretações que fazem, relacionadas ao mundo natural. Estão marcadas pela ideia de integração com a natureza e a dependência de seus ciclos. Nessa perspectiva, as culturas tradicionais constituem aquelas ligadas à pequena produção mercantil. Diferenciam-se daquelas vinculadas ao modo de produção capitalista, onde a força de trabalho e, também, a própria natureza se transformam em mercadoria; e conseqüentemente em objeto de compra e venda. A representação e concepção de mundo natural, nas duas formas de sociedade, são distintas (*op. cit.*). Essas duas sociedades têm racionalidades intencionais diferentes, ou melhor, trazem um sistema de regras sociais elaboradas para alcançar um conjunto de objetivos (Godelier, 1984).

Neste estudo, utilizar-se-á a noção 'sociedades tradicionais'²³ para significar grupos humanos "diferenciados sob o ponto de vista cultural, que reproduzem historicamente seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base na cooperação social e nas relações próprias com a natureza" (Diegues & Arruda, 2001:32). Essa noção refere-se tanto a povos indígenas,

²² (*Grifos do autor*).

²³ Diegues & Arruda (2001:32), apresentam como "exemplos empíricos de **populações não tradicionais** os fazendeiros, veranistas, comerciantes, servidores públicos, empresários, empregados, donos de empresas de beneficiamento de palmito ou outros recursos e madeireiros". (*Grifos meus*).

quanto a segmentos da população nacional, que, em sua existência, desenvolveram modos peculiares de viver, adaptados a nichos ecológicos específicos (*op. cit.*).

2.1 – As Comunidades Tradicionais e a sua relação com o meio ambiente

Em vastas extensões da região costeira brasileira, que permaneceram isoladas ou pouco ocupadas, foram tradicionalmente áreas de refúgio de tribos indígenas e escravos fugitivos, onde terminaram por se instalar pequenas comunidades envoltas em gêneros de vida elementares, voltados para o autoconsumo, sendo estas as origens das populações litorâneas tradicionais ainda encontradas em várias porções do litoral do país (Moraes, 2007).

Estas populações são fruto do contato entre as culturas indígenas, europeias (particularmente a portuguesa) e, em seguida, as africanas, que influenciaram a língua, as técnicas, a religião, a música, as festas e danças. Grande parte das práticas tradicionais de manejo e de conhecimento acumulado sobre a mata, os rios, lagos e o mar traz a influência direta dos saberes e práticas dos povos indígenas, transmitidos de forma oral através de gerações (Diegues, 2005). Somente nas três últimas décadas, as populações tradicionais surgiram como novos atores sociais, onde sua maior visibilidade social e política, no Brasil, foi, em grande parte, consequência dos conflitos gerados pelo avanço da sociedade urbano-industrial sobre territórios ancestrais que até então tinham reduzido valor de mercado (*idem*).

Embora a expressão “população tradicional” esteja no centro de diferentes discussões e sua implicação ultrapassa a busca pela teorização, a envolver “uma série de problemáticas relacionadas às políticas ambientais, territoriais e tecnológicas, uma vez que os diversos organismos multilaterais, que trabalham em torno deste assunto, apresentam dificuldades e discordâncias na tentativa de indicar uma definição aceita universalmente”, o que promoveria a proteção dos conhecimentos tradicionais transmitidos pelas populações de tradição oral (Pereira & Diegues, 2010:39). Uma das dificuldades do emprego da expressão “população tradicional” encontra-se na diversidade étnica mundial, uma vez que esta contempla inúmeros povos e populações que não se “autoidentificam dentro da generalização que se refere aos mesmos como indígenas ou tradicionais, e nas traduções do termo em inglês *indigenous people*”, por apresentar diversos significados, conforme o idioma e o contexto no qual é traduzido (Diegues, 1996: 82).

No Brasil, o decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT, refere-se ao termo populações tradicionais como povos ou comunidades tradicionais, os quais são definidos em seu Artigo 3 como:

I – Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição²⁴ (BRASIL, 2007).

Apesar de apresentar dificuldades em sua definição, o termo população tradicional não é sinônimo de populações atrasadas²⁵; são na realidade grupos diversos e dinâmicos, que, em linhas gerais, apresentam características comuns (Diegues & Arruda, 2001:31-32):

- *Dependência da relação de simbiose entre a natureza, os ciclos e os recursos naturais renováveis com os quais se constrói um modo de vida;*
- *Conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos, que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido por oralidade de geração em geração;*
- *Noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;*
- *Moradia e ocupação do território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;*
- *Importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implicaria uma relação com o mercado;*
- *Reduzida acumulação de capital;*
- *Importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio, para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;*
- *Importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, pesca e atividades extrativistas;*
- *Tecnologia utilizada, que é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há uma reduzida divisão técnica e social do*

²⁴ Segundo Almeida e Cunha, ainda que exista uma definição legal para populações tradicionais, “é preciso considerar que, este termo é permeado por aspectos semânticos e está sujeito a modificações” (1999 *apud* Pereira & Diegues, 2010, 39).

²⁵ Essas populações mantêm normalmente ligações conservacionistas com o meio em que vivem e muitos de seus conhecimentos se perpetuam e são observados como referência (Diegues, 2005).

trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor e sua família dominam todo o processo até o produto final;

- *Fraco poder político, que em geral reside nos grupos de poder dos centros urbanos; e*
- *Autoidentificação ou identificação por outros de pertencer a uma cultura distinta das outras.*

As comunidades tradicionais encontram-se distribuídas por todos os biomas no Brasil (Figura 1). Em função do desenvolvimento histórico e das condições ambientais, algumas regiões permaneceram isoladas dos grandes ciclos econômicos (cana de açúcar, café, indústria e, na atualidade, a soja), podendo assim conservar um maior número de comunidades tradicionais e, também, sua diversidade (Diegues, 2005). Porém, com o avanço do processo de industrialização e modernização da agricultura, esses grupos sofreram importante redução na década de 1950, o que resultou na perda de territórios tradicionais e na intensa migração para as cidades.

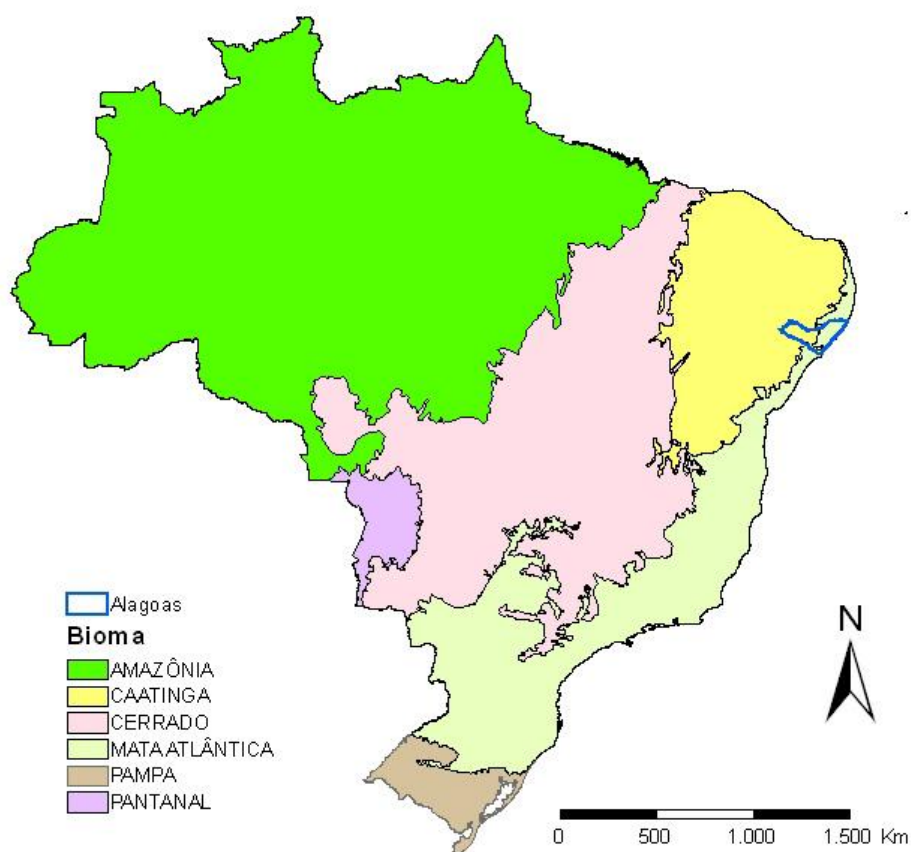


Figura 1 - Biomas brasileiros. Fonte: IBGE (2004).

Apesar da dificuldade em caracterizar populações/povos ou comunidades tradicionais²⁶, existem duas categorias de populações tradicionais no Brasil: **os povos indígenas e as populações tradicionais não indígenas**²⁷ (Diegues, 2005). No entanto, há relativo consenso sobre a utilização do termo população indígena ‘exprimindo etnia’, quer dizer “povos que guardam continuidade histórica e cultural desde antes da conquista europeia da América” (Diegues & Arruda, 2001:27). E a partir do estabelecimento de áreas indígenas no país, o direito histórico dessas populações a seus territórios é reconhecido e, portanto, sua identidade torna-se mais facilmente definida, em comparação a identidade das comunidades tradicionais não indígenas.

Apesar da inexistência de classificação e identificação definida das populações tradicionais não indígenas, distribuídas pelo território brasileiro (Figura 2), no estudo realizado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2001) são descritos alguns tipos como:

Os quilombolas, os pantaneiros (no Pantanal), babaqueiros e sertanejos (no Cerrado e na Caatinga, respectivamente), campeiros/gaúchos (Campos do sul do Brasil), faxinais (Florestas de araucária), varjeiros não amazônicos, açorianos, caiçaras, pescadores artesanais, jangadeiros, praiheiros (na Mata atlântica e em toda costa brasileira), os caipiras e caboclos (nas florestas estacionais, semidecíduais com enclaves de cerrado), caboclos e ribeirinhos amazônicos (Diegues & Arruda, 2001; Diegues, 2005)²⁸.

²⁶ De forma muito genérica as populações tradicionais são consideradas como: “Grupo humano distinto da sociedade nacional por suas condições sociais, culturais e econômicas, que se organiza total ou parcialmente por seus próprios costumes ou tradições ou por uma legislação especial e que, qualquer que seja sua situação jurídica, conserva seus próprios costumes ou tradições instituições sociais, econômicas, culturais ou por parte delas.” In: Glossário Ambiental - http://ambientes.ambientebrasil.com.br/educacao/glossario_ambiental/glossario_ambiental_-_p.html Acesso em: 16/09/2012.

²⁷ (grifos meus).

²⁸ O estudo pormenorizado sobre classificação e identificação das populações tradicionais não indígenas (Anexo 1).

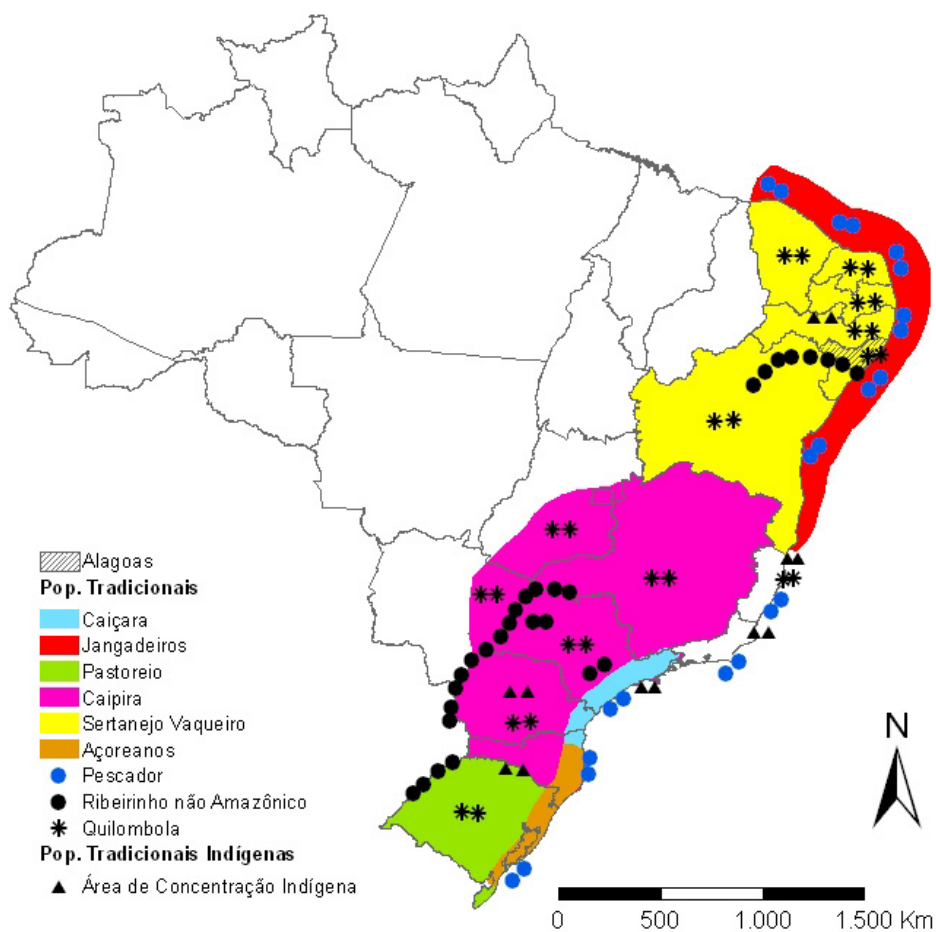


Figura 2- Distribuição de comunidades tradicionais indígenas e não indígenas por determinadas áreas do território brasileiro. Fonte: Diegues e Arruda (2001).

Dentre as populações tradicionais, para o desenvolvimento desta tese, o enfoque será dado às populações tradicionais não indígenas.

Essas populações apresentam como características básicas: o fato viverem em áreas rurais “onde a dependência do mundo natural, de seus ciclos e de seus produtos é fundamental para a produção e reprodução de seu modo de vida” (Diegues, 2005); e a unidade familiar e/ou de vizinhança, constitui outra importante condição na vida dessas populações que produzem para sua subsistência e para o mercado.

Culturalmente, a oralidade e o conhecimento aprofundado sobre o meio são, também, características importantes das populações tradicionais. Os saberes e as formas de manejo sobre

a natureza de grupos indígenas e comunidades tradicionais, a partir dos anos 1980, têm sido reconhecidos e valorizados “como fundamentais na preservação da biodiversidade” (Castro, 2000:165). As populações tradicionais não só convivem com a biodiversidade, mas nomeiam e classificam as espécies vivas segundo suas próprias categorias e nomes (Diegues, 2000). Tanto as populações tradicionais e, principalmente, as sociedades indígenas, através da observação e da experimentação, desenvolveram amplo e detalhado conhecimento dos processos naturais (Posey, 1987; Descolla, 1997).

Produzidos e gerados de forma coletiva, os conhecimentos tradicionais ocorrem “a partir de ampla troca e circulação de ideias e informações, e transmitidos oralmente, de uma geração à outra” (Santilli, 2003: 343). Mas, para que a produção desses conhecimentos tenha continuidade, é imprescindível assegurar as condições necessárias para a sobrevivência física e cultural das populações tradicionais (idem).

Conhecer as práticas e as representações de diferentes grupos é de extrema importância, pois eles conseguiram, ao longo do tempo, “elaborar um profundo conhecimento sobre os ecossistemas, conhecimento que lhes garantiu até hoje a reprodução de seu sistema social e cultural” (Castro, 2000: 166).

Para Johannes (1989 *apud* Batista et. al. 2007:129), o conhecimento ecológico tradicional (CET) adquirido por uma dada sociedade sobre o meio em que vive, “é gerado a partir das atividades que resultam de uma estreita relação entre o uso e a dependência de recursos naturais, bem como da interpretação dos processos inerentes a essa relação”.

A diversidade empírica das sociedades “construídas e acumuladas em épocas diversas e em dados territórios” deve ter prioridade em seu reconhecimento (Castro, 2000:168). Para essas populações, os recursos da diversidade biológica têm mais do que um valor de uso, pois “transcendem a dimensão econômica e permeiam o domínio das representações simbólicas e identitárias” (Santilli, 2003: 345). Além de sua dimensão simbólica, é no território que se encontram impressos os acontecimentos ou fatos históricos que mantêm viva a memória do grupo [...] (Costa Filho, 2005).

A noção de território constitui uma das mais importantes características que distinguem esses grupos tradicionais. Ocupado durante gerações, o território não é apenas definido pela extensão territorial e pelos recursos naturais nele existentes, mas também pelos símbolos que

representam os longos anos de ocupação, como os cemitérios, as roças antigas, os caminhos e também os mitos e lendas (Diegues, 2005). Como bem observa Mircea Eliade, “[...] a função soberana do mito é revelar os modelos exemplares de todos os ritos e de todas as atividades humanas significativas: tanto a alimentação como o casamento, o trabalho, a educação, a arte ou a sabedoria. Esta concepção é importante para a compreensão do homem das sociedades arcaicas e tradicionais [...]” (2000:14-15).

Em meios ecológicos complexos, onde habitam povos com suas crenças e práticas, erradamente tomadas como superstições, estas “visam preservar os recursos naturais, as espécies vegetais e animais”, consideradas muito diversas (Lévi-Strauss, 2012: 36).

Conforme Diegues (1994: 68), “nas representações simbólicas das sociedades primitivas e tradicionais, existe uma simbiose entre o homem e a natureza, que se manifesta tanto no campo das atividades do fazer, do conhecer e das técnicas patrimoniais, quanto no campo simbólico”. Os símbolos, as representações e os mitos construídos pelas populações tradicionais são importantes, pois é a partir dessas representações e do conhecimento empírico acumulado que desenvolvem seus sistemas tradicionais de manejo (*idem*).

Nesse sentido, Câmara Cascudo (1972 *apud* Diegues, 2001:76) evidencia o quanto o imaginário popular dos povos das florestas, rios e lagos encontra-se “repleto de entes mágicos que castigam os que destroem as florestas (*caipora/curupira, Mãe da Mata, Boitatá*); os que maltratam os animais da mata (*Anhangá*); os que matam os animais em época de reprodução (*Tapiora*); os que pescam mais que o necessário (*Mãe d’Água*)”. Igualmente os moradores da Várzea da Marituba (Alagoas) apresentam várias lendas, como a da “*Mãe d’Água*”, que vira a canoa dos pescadores ambiciosos, por retirarem muito peixe da lagoa (Marques, 1995).

A magia e a religião não são simplesmente uma doutrina ou uma filosofia, não constituem apenas o núcleo da opinião intelectual, mas “um modo especial de comportamento, uma atitude pragmática impregnada de razão, sentimento e vontade em partes iguais. É um modo de ação, assim como um sistema de crença, um fenômeno sociológico, bem como uma experiência pessoal” (Malinowski, 1988:26).

Para determinadas sociedades tradicionais, certas áreas, tanto de rios e estuários quanto da floresta, por serem consideradas “sagradas”, não devem ser utilizadas para atividades econômicas e na observação efetuada por Newmann, “a prática ancestral de proibir o acesso de certas florestas ao homem, é uma forma de criar zonas de preservação onde a flora e a fauna poderiam se reproduzir com tranquilidade”, a indicar ainda “estudar as possibilidades de utilizar as florestas sagradas como reserva de flora e fauna” (1992 *apud* Diegues, 2001:77). Segundo Luigi Scantamburlo, o mesmo ocorre nas ilhas sagradas dos Bijagós (Guiné Bissau), onde essas ilhas são apenas utilizadas “para cerimoniais e na presença temporária dos Bijagós em determinadas épocas ligadas à celebração de rituais” ²⁹ (1991 *apud* Diegues, 2001:78).

Daí a importância do estudo das representações dos mitos e dos aspectos religiosos das populações tradicionais para o desenvolvimento de uma política de conservação, a partir da percepção dessas populações e não das elites urbanas (Diegues, 2001).

Como também é considerada urgente a tarefa de desenvolver uma estratégia para capturar informação etnológica ameaçada de extinção (Marques, 1991; Posey, 1986; Castro, 2000). Para José Geraldo Marques, aos cientistas caberia não somente registrar o conhecimento, mas também protegê-lo e essa proteção poderia trazer “consequências práticas para enfrentar a crise ecológica contemporânea, pois novos modelos de desenvolvimento, que incorporem o ponto de vista ‘nativo’ (etnodesenvolvimento), terão mais chances de serem ecológica e socialmente acertados” (1991: 23).

Nesse sentido, quanto mais um indivíduo explora, de modo perceptivo, o lugar e sua paisagem, reduzem-se os aspectos não conhecidos e ele pode interagir com o entorno, de maneira a enriquecer ainda mais sua experiência mundo-vivido; de tal modo que, os significados do mundo-vivido não são óbvios, não se apresentam por si mesmos; precisam ser descobertos (Machado, 1996). A percepção é a forma como o usuário apropria-se do espaço ambiental,

²⁹ Uma das razões pelas quais as ilhas Bijagós se mantiveram bem preservadas foi a fé animista dos seus habitantes, que proíbe atividades econômicas e de subsistência em muitas áreas consideradas sagradas. A UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza) enumera determinadas proibições existentes para os locais sagrados, onde os mortos não podem ser aí sepultados e é proibida a fixação definitiva. O acesso é exclusivo aos indivíduos do clã já iniciados e vinculados ao local sagrado. Vários locais nunca foram habitados, nem os seus recursos utilizados. Os locais sagrados são dirigidos por clãs de famílias, possuidoras de uma estreita relação com as divindades que governam esses locais. Esses clãs formulam linhas de orientação relacionadas com o comportamento que deve ser seguido em relação aos lugares sagrados, sendo essas orientações acatadas pelos habitantes das demais ilhas. (Arquipélago dos Bijagós: breve abordagem ecológica, <http://inforbijagos.blogspot.pt/2010/12/dvd-espiritualidade-dos-bijagos.htm>; acesso 08/05/2012).

identificando-o e identificando-se com ele; “é o uso que dinamiza o espaço e o interpreta como um modo de ser de uma cidade ou um modo de habitar, de viver (Ferrara, 1988: 21).

A percepção do ambiente é de fundamental importância para todo e qualquer organismo constituindo, o “primeiro passo necessário para a aquisição de um comportamento modificador desse ambiente” (Ricklefs 1973 *apud* Marques 1991:17). A compreensão da relação existente entre “a percepção geradora de conhecimento e o comportamento decorrente deste, torna-se relevante” (Marques, 1991:17), uma vez que todo impacto ambiental depende, pelo menos parcialmente, das formas como as pessoas percebem seu entorno e dos objetivos e aspirações que possuem, ao comportarem-se na utilização dos recursos ambientais para a satisfação de seus desejos e necessidades (UNESCO, 1973).

Cabe salientar que a percepção e a compreensão da paisagem constituem um processo seletivo, devido às formas diferenciadas e particulares de visualizá-la. Assim, apesar de a realidade ser uma só, diferentes pessoas apresentam formas diversas de percebê-la e compreendê-la, dada a heterogeneidade encontrada em sua formação e educação.

Esse processo torna-se bem evidenciado a partir da exemplificação dada por Tuan (1980: 285): “a percepção e os julgamentos do meio ambiente das pessoas nativas e dos visitantes mostram pouca coincidência, porque suas experiências e propósitos pouco têm em comum”. Além disso, os detalhes mais significativos são percebidos diferentemente, conforme as culturas, pois aqueles que vivem mais próximos da natureza e que dela dependem são bem mais sensíveis àquilo que, para outro grupo de pessoas, apresenta tão somente utilidade³⁰ (Claval, 1999).

A visão diferenciada do ambiente ocasionará formas também diferenciadas de atuação sobre a paisagem, pois somente aquele que experiencia através de um contato direto e contínuo poderá alcançar melhor compreensão da paisagem. É possível considerar a percepção dos moradores como uma informação de grande importância para o estudo da interação homem e ambiente, uma vez que é inegável a existência de profunda diferença entre um cenário descrito e estudado, e um cenário experienciado e vivido (Machado, 1996). “É a familiaridade em relação a

³⁰ Conforme Cunha, dentro da lógica puramente utilitária a natureza é vista “como algo a ser permanentemente conquistado e domesticado com aportes da razão técnico-científica na inscrição do capital” (2001:145). Segundo Gómez-Pompa *et al.*, dentro de princípios não realistas e contraditórios em nossas políticas de manejo dos recursos naturais, “Do lado utilitário, essas políticas são permeadas pela aceitação de práticas destrutivas, geradas por uma crença de que medidas mitigadoras podem interromper ou reverter a espoliação ambiental e sua degradação” (2000, 129).

tudo que existe na paisagem que lhe confere um significado especial; onde os habitantes vivem, se movimentam e se relacionam entre si e com a paisagem” (*idem*: 99).

A exemplo do que ocorre no caso da pesca tradicional, é preciso analisar cuidadosamente os sistemas de representação que indivíduos e grupos fazem do meio em que vivem, uma vez que é a partir dessas representações mentais que eles atuam sobre o seu entorno (Diegues, 1983).

2.2 – O reconhecimento e a valorização das comunidades tradicionais de pesca

“O maior modelador é o silêncio. O pescador é o profissional do silêncio. O jangadeiro deve ser silencioso no meio da musicalidade selvagem do mar”.

Luís da Câmara Cascudo

O surgimento da pesca artesanal está relacionado com a falência econômica dos ciclos cafeeiro e açucareiro do Brasil colônia, bem como da necessidade de exploração de outros recursos que não fossem oriundos da fauna e da flora litorâneas (Clauzet *et. al*, 2005). Durante o longo período compreendido entre o século XVIII e início do século XIX, várias comunidades marítimas e litorâneas se formaram no Brasil, onde seus membros viviam total ou parcialmente da atividade pesqueira (*idem*).

Os pescadores artesanais, grupo de população tradicional não indígena, encontram-se distribuídos pelo litoral, pelos rios e lagos, e têm seu modo de vida assentado principalmente na pesca, ainda que executem outras atividades econômicas, como o extrativismo vegetal, o artesanato e a pequena agricultura. Mesmo que, sob alguns aspectos, seja considerada uma categoria ocupacional, os pescadores, em particular aqueles chamados artesanais, têm modo de vida característico, sobretudo os que vivem de atividades pesqueiras marítimas. Comumente, determinados grupos como os jangadeiros³¹ e praiheiros, identificam-se essencialmente como pescadores (Diegues, 2001; MMA, 2005).

³¹ São basicamente pescadores marítimos vivendo na faixa costeira situada entre os estados do Ceará e o sul da Bahia; pescando em jangadas. Para essas comunidades as atividades em terra são menos importantes do que a pesca. Atualmente sofrem com a concorrência de pescadores de botes motorizados e também com os impactos do turismo (MMA, 2005:05).

Ao realizar a pesca de forma artesanal, as comunidades tidas como tradicionais, através de profundas interações com o meio ambiente circundante, adquirem importantes conhecimentos sobre os ciclos da natureza. (Nogueira & Sassi, 2007).

Os pescadores classificam espécies de peixes e fenômenos naturais – ciclos de tempo, da atmosfera e das marés – que contêm significados precisos para a atividade pesqueira. A apropriação do objeto de trabalho se faz, numa primeira instância, pelo trabalho traduzido em conhecimento e o conhecimento da pesca é ancestral, e transcorre em diversos momentos da história da humanidade e “permanecendo ainda hoje muito próximo da primeira lança que fogueou o peixe ou do primeiro gesto que extraiu e se alimentou de uma ostra” (Cardoso, 2001:41).

O conhecimento gerado pelos pescadores artesanais e as práticas associadas, transmitidos oralmente, “orienta e sustenta o funcionamento de sistemas de manejo comunitário e está na base de suas decisões e estratégias de pesca” (Ruddle, 2000 *apud* Diegues 2004). Esse conhecimento, empírico e prático, combina diversas informações, fornece dados cruciais para o manejo dos recursos locais, por assegurar regularidade nas capturas e, assim, a sustentabilidade, em longo prazo, de suas atividades fundamentais em países tropicais, onde os dados biológicos não são facilmente encontrados.

Os pescadores, ao fazerem parte de uma rede ecossistêmica, a sua relação com o ambiente não deve ser observada unicamente sob o ponto de vista do uso e apropriação dos recursos, mas no contexto de suas relações sociais. No tocante à tomada de decisões, os pescadores agem diariamente “não apenas como ‘forrageadores’³² que procuram fazer ótimas escolhas, mas também se comportando como fiscalizadores do ambiente” (Montenegro *et al.* 2007:105).

O conhecimento na pesca significa conhecimento de ventos, de águas, de marés, de fundos submarinos, correntes, hábitos de peixes, em meio a um conjunto de processos naturais, a desenvolver sistemas cognitivos próprios para a interpretação, apropriação e representação destes processos. O conhecimento produzido nesta ação, que tem, entre suas características, uma contínua observação da natureza, uma história observada e vivida de sucessivos contatos com o meio aquático, tem servido à reprodução da pesca e, além disso, vive a prover elementos para sua gestão (Cardoso, 2001; Diegues, 2001; Batista *et al.* 2007).

³² Conforme Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa; Rubrica: ecologia. “a procura de recursos alimentares pelos seres vivos, através de estratégias especializadas”.

De um modo geral, as pesquisas etnoictiológicas têm demonstrado o profundo conhecimento que os pescadores possuem sobre suas presas e, segundo Marques (1991:21), “vários autores têm chamado a atenção para esse tipo de conhecimento que, de um modo especial, é possuído por pescadores brasileiros (inclusive caiçaras, jangadeiros, ribeirinhos e indígenas)”. O conjunto de conhecimentos teórico-práticos que os pescadores possuem sobre o comportamento, hábitos alimentares, reprodução, taxonomia e ecologia dos peixes, constitui uma preciosa fonte de informações de como manusear, conservar e utilizar os recursos pesqueiros de forma sustentável (Marques, 1991, 1995; Costa Neto & Marques, 2000; Diegues, 2000; Clauzet *et.al.*, 2005).

O conhecimento dessas populações sobre seus territórios está relacionado às áreas de moradia e de exploração dos recursos naturais, gerados da “dinâmica sazonal dos ambientes, das atividades de subsistência e geração de renda (pesca, agricultura, caça e extração de produtos), associada à transmissão de informações no processo histórico de territorialização” (Batista *et al.* 2007:125). O território constitui o espaço onde um determinado grupo garante aos seus membros “direitos estáveis de acesso, de uso e de controle dos recursos e sua disponibilidade no tempo” (Castro, 2000:168), de modo a tornar essencial o reconhecimento da extraordinária diversidade empírica dessas sociedades e, por conseguinte, de concepções específicas, construídas e acumuladas em épocas diversas e em dados territórios (*idem*: 168).

Segundo Maurice Godelier (1984), o território é uma porção da natureza que produz:

- o homem como espécie;
- os meios de subsistência;
- os meios de trabalho e produção;
- os meios para produzir os aspectos materiais das relações sociais, aqueles que compõem a estrutura de uma determinada sociedade (relações de parentesco, entre outras).

Para muitas populações tradicionais que exploram o meio marinho, o mar tem suas marcas de posse, geralmente pesqueiros de boa produtividade, descobertos e guardados cuidadosamente pelo pescador artesanal. Esses pesqueiros são marcados e guardados em segredo, onde os locais mais produtivos no mar são localizados pelo pescador que os descobriu, através da observação e marcação, por triangulação, de pontos de referência fixados na costa,

como: torres de igrejas, picos de morros, dunas ou árvores³³ (Diegues, 1983; Maldonado, 1993; Diegues & Arruda, 2001; Cascudo, 2002; Linsker & Tassara, 2005).

Com o olhar vigilante no horizonte ou nas marcações de terra, “o pensamento imerso em cálculos intuitivos, a observação dos fenômenos e elementos da natureza e, especialmente, a capacidade de prever o movimento dos cardumes de peixes e o seu comportamento” (Linsker & Tassara, 2005:12), demonstram uma compreensão do espaço e do ambiente muito além do que simples palavras poderiam esclarecer.

Essas marcas podem ser físicas e visíveis, a exemplo das caixas³⁴ instaladas no Complexo Estuarino Lagunar Mundaú e Manguaba (CELMM), Alagoas, e podem ser também invisíveis, como os rasos, tassis, corubas³⁵, geralmente submersas, em áreas onde é possível constatar a existência de peixes de fundo (Diegues & Arruda, 2001; Nogueira & Sassi, 2007).

Luís da Câmara Cascudo, na primeira edição de seu livro: *Jangada: uma pesquisa etnográfica*, em 1954, descreve detalhadamente a pesca de caminho e assento:

“O jangadeiro viaja atento às referências do litoral. É uma navegação observada pela marcação de pontos da costa. Podia-se mesmo dizer que é estimada porque a posição é determinada em função do rumo e do caminho andado. Não há bússola nem odômetro³⁶ [sic]. O essencial é a memória para guardar com exatidão as posições nítidas do *caminho* e do *assento*. O *caminho* corresponderá à latitude, norte e sul, e o *assento* será a longitude, leste e oeste”³⁷ (Cascudo, 2002:27).

No Brasil, é possível encontrar estudos que apontam a existência de “normas” locais admitidas no controle da pesca, estabelecidas pelos usuários dos recursos e indicadas como

³³ De acordo com Linsker & Tassara (2005:42) através de “linhas imaginárias traçadas a partir de acidentes geográficos localizados no continente, primeiro se estabelece um rumo estimado: caminho. A embarcação segue por esse caminho até o momento certo; quando outras marcações de terra se alinham para fechar o triângulo, este será o assento: hora de soltar âncora, procurar as boias ou lançar a rede ou o espinhel.”.

³⁴ Conforme ACIESP (1987 *apud* Nogueira & Sassi, 2007:92) entende-se por caixa, “a arte de pesca onde varas de mangue são enterradas no fundo da região estuarina, ficando as extremidades acima das águas na preamar”. De um modo geral, esta pratica tem por objetivo atrair peixes e é comumente encontrada em várias partes do mundo, sob a designação de “bruhs parks” e “akadja” onde esta técnica de pesca é largamente empregada na Costa do Marfim, Gana, Togo, Nigéria, Madagascar, Bangladesh, Sri Lanka, Ceilão, México, Camarões, Serra Leoa, China, Equador (Marques, 1991; Nogueira & Sassi, 2007).

³⁵ Rasos, tassis, corubas, correspondem a pesqueiros e podem adquirir vários nomes locais, segundo a profundidade e o tipo de peixes que aí habitam (Diegues, 2001:394 *in* Tradição marítima e oralidade).

³⁶ Conforme Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa, Rubrica: física, Hodômetro constitui um instrumento que indica distâncias percorridas por pedestres ou por veículos. De acordo com o Dicionário Brasileiro Ilustrado Melhoramentos, (1968), vol.05, Odômetro: aparelho para medir distâncias náuticas.

³⁷ (grifos do autor).

importantes para a conservação e manutenção dos recursos pesqueiros e do ambiente (Maldonado, 2000; Begossi, 2001; Cardoso, 2001; Castro, 2000; Batista *et al.* 2007). Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que essas normas constituem “fruto do conhecimento local e da territorialidade dos aglomerados populacionais locais, e representam regras que de fato evitam o colapso dos recursos, configurando-se como um contraponto ao princípio da tragédia dos comuns de Hardin³⁸” (Batista *et al.* 2007:130).

Para as sociedades de pescadores artesanais, o território apresenta-se muito mais amplo do que para os terrestres, e sua “posse” é muito fluida. Porém, “é conservada pela lei do respeito que comanda a ética reinante nessas comunidades” (Cordell, 1982 *apud* Diegues, 2001:74). Na pesca, mesmo em suas formas mais modernas, é o tempo cósmico que predomina. O pescador faz a mediação com a natureza, tanto mais nas formas de pescarias com menor emprego de capital e tecnologia. A apropriação da natureza se exprime na figura do pescador, em seu processo de conhecimento e trabalho (Cardoso, 2001).

Como observa Milton Santos (1997:42), o processo de trabalho exige prévio aprendizado: “o homem necessita aprender a natureza a fim de poder apreendê-la. Quando aprende, apreende; quando apreende, aprende.”.

Diferentemente da pesca industrial, a pesca artesanal contrasta-se por apresentar características muito diversificadas, tanto em relação às técnicas de pesca utilizadas, quanto ao habitat e os estoques pesqueiros explorados (Clauzet *et. al.*, 2005). A pesca artesanal é exercida por produtores autônomos que sazonalmente, além da pesca, desenvolvem atividades complementares. Devido à baixa autonomia de suas embarcações e aparelhagem utilizadas, são explorados ambientes ecológicos próximos à costa, enquanto as técnicas utilizadas na captura da pesca artesanal apresentam baixo rendimento relativo (*idem*).

Os pescadores artesanais são proprietários dos meios de produção, sem vínculo empregatício, pescam sozinhos ou em parcerias, normalmente com familiares, e a produção destina-se parcial ou totalmente à comercialização (Nogueira & Sassi, 2007).

³⁸ Hardin em 1968 escreveu um ensaio, que se tornou clássico, A tragédia dos comuns. Neste ensaio, o autor afirmava que grupos e/ou indivíduos usuários dos recursos comuns tenderiam a superexploração dos mesmos, com a consequente destruição da natureza, uma vez que buscariam a maximização dos lucros a curto prazo. “Para Hardin, duas soluções eram indicadas para o enfrentamento desse dilema: imposições de direitos privados ou de instâncias governamentais reguladoras. Assim, os regimes de propriedade comum não seriam aliados do que hoje chamamos de sustentabilidade e sim antagônicos à mesma” (Ramalho, 2009:10).

Na região Nordeste do Brasil, a produção do pescado estuarino/marinho é proveniente da pesca artesanal, que corresponde a 75% do total das capturas regionais (Nogueira & Sassi, 2007). De acordo com o Recadastramento Nacional dos Pescadores do Brasil (2006), divulgado pela Seap – Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, duas em cada cinco pessoas que sobrevivem da pesca artesanal no Brasil vivem na Região Nordeste, o que corresponde a 42,19% do total ou 164.854 pescadores, dentre o total cadastrados no país. (Clipping, 2006)

O pescador artesanal, em determinadas áreas do litoral brasileiro, frente aos novos usos que se impõem aos seus espaços de morada, de vida e de trabalho, é um sujeito social em processo de redefinição de sua atuação (Cardoso, 2001). Frente à ameaça de vários processos em sua reprodução física, social e econômica, entre eles a queda da produtividade do trabalho, a cadeia de intermediação do pescado, os usos conflitivos do espaço litorâneo e ribeirinho, são comuns afirmativas provenientes de pescadores, segundo Cardoso, a refletir situações onde, “antes do peixe, o que irá acabar é o próprio pescador” (*idem*: 34).

Aliados das políticas públicas da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) ³⁹, os pequenos pescadores tradicionais presenciaram suas áreas de pesca tornarem-se objeto de avanço da frota pesqueira de armadores e empresas a acirrar a competição pelo pescado, e viram-se também subordinados por um mercado sob o domínio de atravessadores de pescado que lhes reduz a renda e, ao mesmo tempo, tiveram seus espaços de vida diminuídos pelo avanço da atividade turística e da especulação imobiliária ao longo do litoral, de modo que são esses apenas alguns processos que se exponencializaram nas últimas três décadas (Cardoso, 2001).

A sobrepesca tem impactos diretos na produtividade dos ecossistemas costeiros e marinhos, bem como na biodiversidade e nas redes tróficas, onde o esgotamento progressivo e o colapso de algumas zonas pesqueiras geram fortes impactos sobre as sociedades costeiras. A excessiva exploração, a expansão das áreas em alto mar que, anteriormente, não eram exploradas, atualmente pesqueiros ativos, e a venda ao melhor licitante dos recursos pesqueiros dos países em desenvolvimento contribuem para acentuar esta problemática (Arenas, 2012).

³⁹ Ainda na década de 1960, as políticas do Estado brasileiro caminharam para a “modernização” e a industrialização da pesca, com base na criação da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE, como também de uma política de incentivo e subsídio para a criação da pesca industrial e empresarial no país. Mas essa “modernização” gerou, guardadas as especificidades territoriais e setoriais, “concentração de riqueza, expropriação dos pequenos produtores e destruição acelerada dos recursos naturais” (Cardoso, 2009).

Na atualidade, os ambientes costeiros ainda bem preservados experimentam uma valoração que deveria “limitar as possibilidades de sua exploração a uma gama de atividades restritas, que considerem o potencial de valor neles identificado” (Moraes, 2007:22).

Conforme Ab’Saber (2006), desenvolveu-se, ao longo dos milhares de quilômetros de extensão da fachada litorânea atlântica brasileira, um tipo de espaço “superpartilhado e superdesejado” para múltiplas atividades de lazer e, na expansão desse processo, vende-se uma imagem de natureza deslumbrante, apesar de se encontrar comprometida pelos planos de loteamento e urbanização; o que se pode verificar também a existência de praias ilegalmente privatizadas por condomínios fechados e áreas de antigas colônias de pescadores invadidas por residências de lazer, loteamentos ou edificações a aguardar o aval dos órgãos de meio ambiente.

Todo o espaço costeiro e, mais recentemente, a costa da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará (Região Nordeste) – ficou “comprometido pelos negócios imobiliários e pela sedução dirigida para pressionar populações tradicionais não capacitadas a entender o significado do dinheiro na contingência do capitalismo selvagem” (Ab’Saber 2006:44).

Além do avanço da atividade econômica e da especulação imobiliária, novos e grandes empreendimentos geradores de graves impactos socioambientais, que constituem parte do Plano de Aceleração do Crescimento⁴⁰ (PAC) do atual governo brasileiro, vem igualmente a inviabilizar a pesca artesanal em importantes áreas do nosso litoral⁴¹.

A atual condição da produção pesqueira exige maior destreza para seu exercício. Demanda estratégias eficazes para o enfrentamento das adversidades da natureza transformada pela ação humana (Montenegro *et al.*, 2001).

Apesar de todos esses processos, a pesca artesanal sobreviveu e sobrevive, de forma a evidenciar sua importância no contexto da produção pesqueira brasileira, mesmo que encontre,

⁴⁰ Conforme Guimarães, a aceleração do crescimento econômico, nos últimos tempos “caminha *pari passu* com a desaceleração do desenvolvimento. Ao mesmo tempo em que os índices econômicos melhoram, assistimos a deterioração dos indicadores que medem evoluções qualitativas entre setores, territórios e pessoas” (2001:49).

⁴¹ Mais recentemente, pescadores artesanais da Baía de Guanabara (Rio de Janeiro) que lutam contra os impactos socioambientais provocados por grandes empreendimentos econômicos, têm sofrido ameaças e desde 2010, quatro representantes da Associação Homens e Mulheres do Mar (AHOMAR), perderam suas vidas e de modo brutal, por denunciarem de forma sistemática, desde 2007, as violações e crimes ocorridos na construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) considerado um dos maiores investimentos da história da Petrobrás e parte do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo brasileiro. “Manifesto de Repúdio pelo Assassinato dos Pescadores da AHOMAR.” Imprensa APROPUC (Associação dos Professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP); imprensaapropuc@gmail.com, Em 29 de Junho de 2012.

cotidianamente, inúmeros obstáculos para sua existência, devido a uma constante e crescente expansão do capital, que, de forma geral, tem prioridade na sociedade – que adotou um modo não apenas de vida e de produção, mas também de reprodução social, cultural e econômica – a atropelar povos e comunidades tradicionais ao longo do litoral brasileiro.

Diante das ações evidenciadas e, também, dos graves impactos socioambientais provocados pelo avanço das inserções econômicas, em áreas tradicionalmente ocupadas por importantes comunidades de pescadores artesanais, na fachada litorânea atlântica brasileira, cabe destacar aqui, o valor dos ecossistemas costeiros, tanto para a satisfação das necessidades humanas, quanto para a proteção das regiões litorâneas contra a erosão, bem como para a conservação da fauna e da flora, de significativo valor cultural e patrimonial. Essa natureza diversa, principalmente para as comunidades tradicionais, tem um valor de uso e um valor simbólico, integrado numa complexa cosmologia. Para essas populações, devido a sua percepção geradora de conhecimento, é permitido entender essa natureza em sua diversidade, representá-la mentalmente, manuseá-la, enfim, produzir e expressar seu conhecimento sobre o mundo natural.

2.3 Os ecossistemas costeiros tropicais: sua relevância socioeconômica e ambiental

“[...] A gente mora num estado tão pequenininho, tão bonito, era para ser o melhor, e tem parte para isso, praias bonitas, tem litoral incomparável.”

Rodrigues – antigo morador da Praia do Francês

“[...] a água do mar se mistura com a terra, numa interdependência, um processo dinâmico, [...], que explica também a relação entre as várias ilhas e tabancas dos Bijagó”.

Sábado Vaz – Ilhas Urok (Tiniguena)

As regiões costeiras e litorâneas, do mundo tropical, sob o ponto de vista dos recursos naturais renováveis, são constituídas por uma diversidade de ecossistemas produtivos, de grande relevância ambiental e socioeconômica, de modo a registrar a presença de manguezais, praias, restingas, dunas, recifes de corais, complexos lagunares, estuários e planícies. São, ao mesmo tempo, consideradas extremamente frágeis e de grande vulnerabilidade diante das ações

antrópicas. Nesse espaço são encontrados, ainda, importantes atributos culturais característicos da região, como as manifestações folclóricas e expressões de populações tradicionais, a exemplo das comunidades de pescadores artesanais (Viégas, 2003).

Essas regiões, devido à multiplicidade de recursos, são exploradas tradicionalmente por populações que, através de atividades de baixo impacto⁴² sobre o meio natural, asseguram os meios necessários para sua subsistência. Ao mesmo tempo, esses ricos ecossistemas apresentam-se como suporte para outras formas de uso não tradicionais, como aquelas próprias à indústria, ao turismo e, à especulação imobiliária. São usos, que geralmente, na forma como tem sido implantados até o momento, provocam conflitos com os interesses das populações locais, que vivem basicamente dos recursos naturais.

2.3.1. Os manguezais, as planícies litorâneas e os recifes de coral: importantes e frágeis ecossistemas

2.3.1.1- Os manguezais

Várias vezes associados aos estuários, lagunas, baías e enseadas, ao longo de quase todo o litoral brasileiro, é possível encontrar grande extensão de manguezais, com áreas alagadiças de elevada produtividade. Nesta área, a mistura da água doce e salgada define espécies da fauna e da flora resistentes à alta salinidade, onde multiplicam-se também espécies vegetais microscópicas que estão na base da cadeia alimentar (Linsker & Tassara, 2005).

Considerado em sua definição como um “ecossistema entre a terra e o mar”, o manguezal tem sua ocorrência em regiões costeiras abrigadas, que oferecem condições necessárias como: alimentação, proteção e reprodução para várias espécies animais, além de ser um importante transformador de nutrientes em matéria orgânica e, também, gerador de bens e serviços (Schaeffer-Novelli, 1995:7).

⁴² Para Montenegro et al. (2007:107), “[...]. Se há correntes de pensamento afirmando que as técnicas tradicionais desenvolvidas com relação à caça, à pesca e à agricultura, estão sempre adaptadas às condições dos ecossistemas locais e conseqüentemente não levam ao esgotamento dos recursos, existem outras que discordam integralmente desta afirmação. Na verdade, a questão não pode ser vista de modo simplista, sem levar em consideração as dimensões do ser humano e seus processos históricos, evolutivos e culturais.”.

Apesar de considerados um ecossistema tropical, os manguezais também podem ocorrer em áreas de clima temperado⁴³. As condições ideais de desenvolvimento estão em áreas com temperaturas médias superiores a 20°C; temperatura mínima, com média não inferior a 15°C; amplitude térmica anual inferior a 5°C e índice pluviométrico superior a 1500 mm/ano, com ausência de longos períodos secos e ambientes salinos (Fernandes & Peria, 1995).

Em função da ação das marés ao longo dos manguezais, algumas áreas são inundadas diariamente (locais mais baixos), e outras (mais elevadas) são inundadas apenas nas épocas das grandes preamares, em função da variação do terreno, o que acarreta, com isso, diferentes concentrações de sal no sedimento. Nos manguezais próximos ao mar, a salinidade é maior, enquanto nos bosques de mangue, próximos às margens dos rios, o grau de salinidade é menor (Soares, 1995).

As espécies vegetais que aí se desenvolvem são as chamadas plantas halófitas, próprias dos ambientes salinos. As espécies vegetais do manguezal apresentam-se distribuídas em zonas (Figura 3), de modo a lembrar que nem sempre uma distribuição, em um dado local, será a mesma em região adjacente, o que pode ser variável de um manguezal para outro, pois a zonation de um manguezal dependerá “da salinidade, das marés, do tipo de substrato e do grau de energia do local, ou seja, se o local é ou não protegido da ação das ondas, marés e rios” (Soares, 1995: 36).

⁴³ Segundo Linsker & Tassara (2005). Apenas nos trechos de clima frio da costa sul do país aparecem as marismas - ambientes salobros, pantanosos e de águas rasas parcialmente inundadas pelas marés altas - semelhantes aos manguezais das costas tropicais.

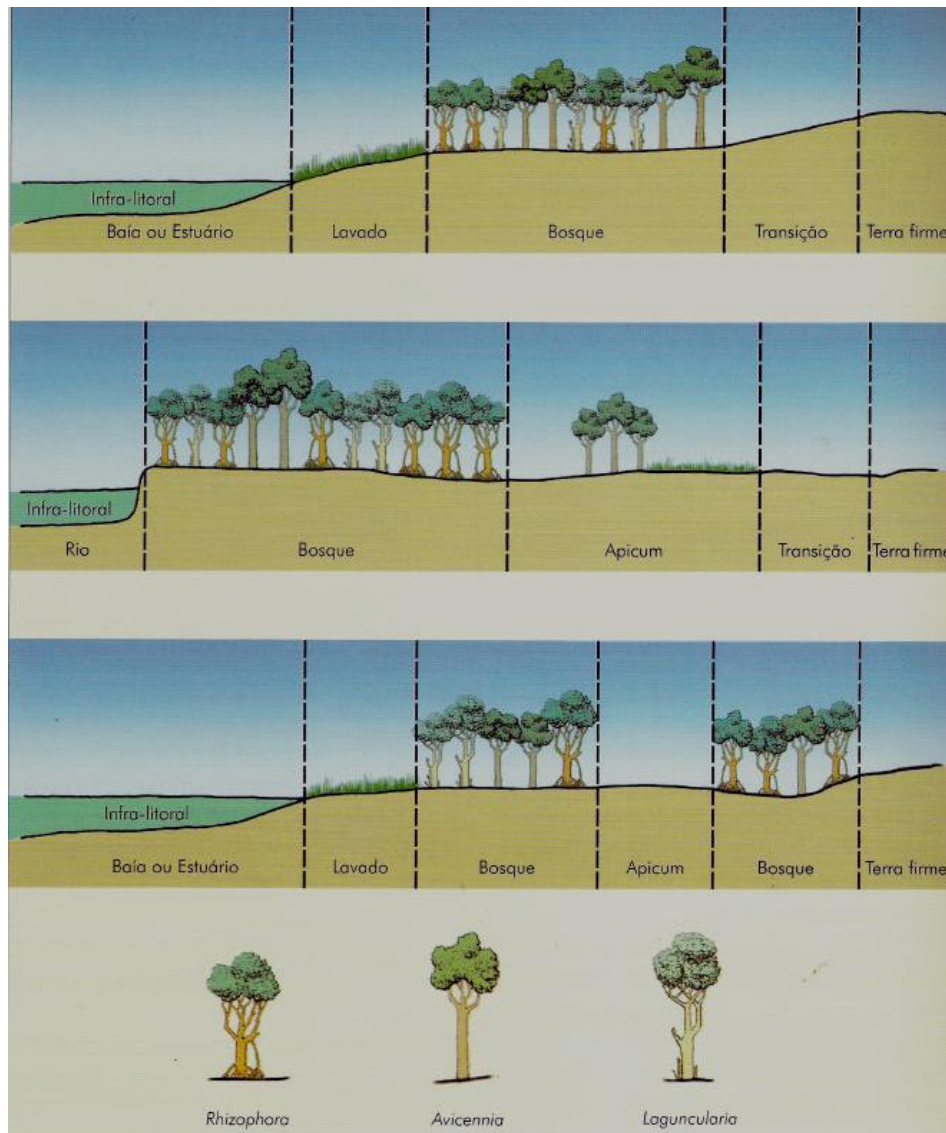


Figura 3 - Variações fisionômicas em Manguezais. Fonte: Schaeffer-Novelli, Y. (s/d). Grupo de ecossistemas: manguezal, marisma e apicum. São Paulo, Brasil.

Os detritos originados das árvores dos manguezais, como as folhas, frutos, galhos e flores, produzidos por diversos bosques, formam uma camada de serapilheira. Essa matéria orgânica, após sofrer decomposição, estará disponível aos organismos consumidores, constituindo-se na mais importante fonte energética encontrada nas águas costeiras (Menezes, 1995).

- A fauna dos manguezais:

Nos manguezais, além das espécies vegetais características, encontram-se também diversos animais, que podem variar quanto à natureza dos ambientes (Tabela 1), que assim são classificandos:

Fauna dos manguezais: classificação quanto à natureza dos ambientes			
Terrestres	Marinhos	Estuarinos	De água doce
<p>- Aves: garças, mergulhões, gaivotas;</p> <p>- Répteis: cágados e jacarés;</p> <p>- Anfíbios: sapos, jias ou rãs;</p> <p>- Mamíferos: morcegos, macacos, guaxinins, capivaras;</p> <p>- Insetos (alguns): mosquitos-pólvora, mutucas e abelhas.</p>	<p>- Moluscos*: ostras, sururus (<i>Mytella falcata</i>);</p> <p>- Crustáceos*: caranguejos (<i>Ucides cordatus</i>), siris (<i>Callinectes</i>), camarões (<i>Penaeus</i>) e peixes. (*Em grande quantidade)</p>	<p>- Peixes: Carapeba (<i>Eugerres brasilianus</i>), a tainha (<i>Mugil brasiliensis</i>) e o curimã (<i>Mugil curema</i>) (Ramalho F.º, 1983; Marques, 1995);</p> <p>- Crustáceos: grande importância comercial, principalmente: o camarão-branco (<i>Penaeus schmitti</i>), o camarão-rosa do Nordeste (<i>Penaeus notialis</i>), o caranguejo-uçá (<i>Ucides cordatus</i>), o caranguejo guaiaumum (<i>Cardisoma guanhumi</i>), o siri-vermelho (<i>Callinectes bocourti</i>) e o siri-azul (<i>Callinectes danae</i>);</p> <p>- Moluscos: enterrados no sedimento lodoso: sururus (<i>Mytella falcata</i>), taiobas (<i>Iphigenia brasiliensis</i>), unhas de velho (<i>Tagelus plebeius</i>) (Grasso & Tognella, 1995:44);</p> <p>- Mariscos em geral ou fixados às raízes do mangue: - ostra de mangue (<i>Crassostrea brasiliana</i>) e, ainda, os teredos (turus) conhecidos como perfuradores de madeira (Leitão, 1995:23).</p>	<p>- Crustáceos: o pitu (<i>M. carcinus</i>) (Montenegro et al., 2007:105) e peixes.</p>

Tabela 1. Fonte: (Leitão, 1995:23).

Esses animais apresentam também variada condição de permanência no manguezal, onde se podem encontrar os residentes, os semirresidentes, os visitantes regulares ou os oportunistas, de modo a estar todos eles, de qualquer forma, intimamente associados ao meio circundante.

Outra variação apresentada pela fauna desse ecossistema diz respeito ao tamanho dos animais, envolvendo desde formas microscópicas de vida, consideradas de fundamental importância para a longa cadeia alimentar (microcrustáceos, vermes diversos, moluscos, larvas de camarões, larvas de peixe), os insetos, até à fauna de médio e grande porte.

Devido a essa grande variedade de espécies, vegetais ou animais, esse ambiente é especial e fundamental para a garantia do equilíbrio necessário à existência de importante biodiversidade tropical. Apesar de possuírem uma estratégia estrutural adaptativa aos padrões naturais, os distúrbios induzidos, principalmente no que diz respeito às ações humanas, podem desequilibrar as relações existentes, de modo a levar à perda de grandes populações que são associadas a esse ecossistema e mesmo à sua morte (Costa, 1995).

2.3.1.2- As planícies litorâneas: as praias, as restingas e as dunas costeiras.

Formadas pela justaposição de cordões litorâneos, as planícies costeiras ou planícies litorâneas constituem uma das feições marcantes do litoral brasileiro (Scherer *et al.*, 2009: 294), onde se pode destacar a presença de importantes ambientes como:

2.3.1.2.1- As praias

Consideradas como “[...] importantes elementos de proteção do litoral, ao mesmo tempo em que são amplamente usadas para o lazer” (Muehe, 1995:291), as praias são definidas por Pires Neto (1978:47-49) como “depósitos sedimentares de forma alongada, constituídos de material inconsolidado e em constante dinâmica”. Esses sedimentos, geralmente arenosos, em função de sua mobilidade, são formados na zona litorânea pela ação das ondas, das correntes litorâneas e dos ventos.

A praia, também denominada costa rasa, em sentido amplo, encontra-se num estágio de equilíbrio entre os processos de erosão e de sedimentação, que provocam constantes modificações nas configurações do litoral.

De acordo com a energia das ondas, o perfil transversal de uma praia pode passar por modificações, como o engordamento no tempo bom e a erosão na tempestade. Nos locais onde o regime de ondas se diferencia entre o verão e o inverno, a praia desenvolve perfis sazonais de

acumulação (perfil de verão) e de erosão (perfil de inverno). E é essa adaptação da praia às diferentes condições oceanográficas que lhe confere o papel de proteção ao litoral (Muehe, 1995).

– A vegetação de praia

Esta formação vegetal é composta por espécies do tipo herbácea, constituída por plantas rasteiras, de caules longos, superficiais ou subterrâneos, denominados estolhos, a agir como barreira à movimentação da areia.

As espécies vegetais da costa brasileira são semelhantes às existentes nas praias tropicais do resto do mundo. Elas se adaptam bem às elevadas concentrações de sal e às influências do mar, principalmente quando ocorre o alagamento durante a época das tempestades. Dentre as espécies encontradas, destacam-se o feijão da praia (*Canavalia rosea*) e a salsa-da-praia (*Ipomoea pes-caprae*).

Em algumas áreas, a zona de praia apresenta-se estreita e restrita ao longo do mar, onde pode ser encontrada, logo após, uma vegetação densa e arbustiva, com bromélias, cactos e arbustos de galhos rígidos, sucedida por uma mata baixa de restinga, nas áreas mais preservadas, ou por uma comunidade de moitas e clareiras, que corresponde ao popular conceito de restinga.

2.3.1.2.2- As restingas

Espalhadas ao longo do litoral brasileiro, as áreas de restingas, consideradas faixas de areia depositadas paralelamente ao litoral, devido às regressões e transgressões marinhas, essas verdadeiras planícies litorâneas estão normalmente associadas à desembocadura de rios ou reentrâncias (Linsker & Tassara, 2005). As restingas constituem formações arenosas, que apresentam suas extremidades conectadas à terra firme, dando formação aos cordões litorâneos. Conforme Araújo & Lacerda (1992), são depósitos arenosos, em geral cobertos por comunidades vegetais características e também muito diversas, como campos ralos de gramíneas, matas fechadas de até 12 metros de altura ou brejos, com densa vegetação aquática.

Em geral, as restingas são consideradas áreas de extensão de espécies vegetais e animais dos mais diferentes ecossistemas, em função das variadas condições físicas existentes. Os fatores ambientais locais são determinantes nas composições faunística e vegetal, que se apresentam distribuídas em zonas, as quais são definidas quanto à proximidade do mar, às condições do solo, de temperatura, de salinidade e de profundidade do lençol freático.

Ao contrário do que ocorre em outros ecossistemas terrestres, o solo arenoso da restinga, pobre em argila e matéria orgânica, não constitui por isso a principal fonte de nutrientes, mas, sim, é a maresia presente na atmosfera que faz esse papel. Nos terrenos salinos próximos ao mar (Figura 4), sob a influência direta das marés, são encontradas espécies halófitas adaptadas a níveis elevados de temperatura e salinidade, correspondendo aos estratos herbáceos, onde são encontradas as dicotiledôneas. Entre as espécies mais comuns estão o capim da areia (*Panicum pacemosum*) e o capotiraguá ou pirix (*Iresine portucaloides*) (IBGE, 1977: 105).

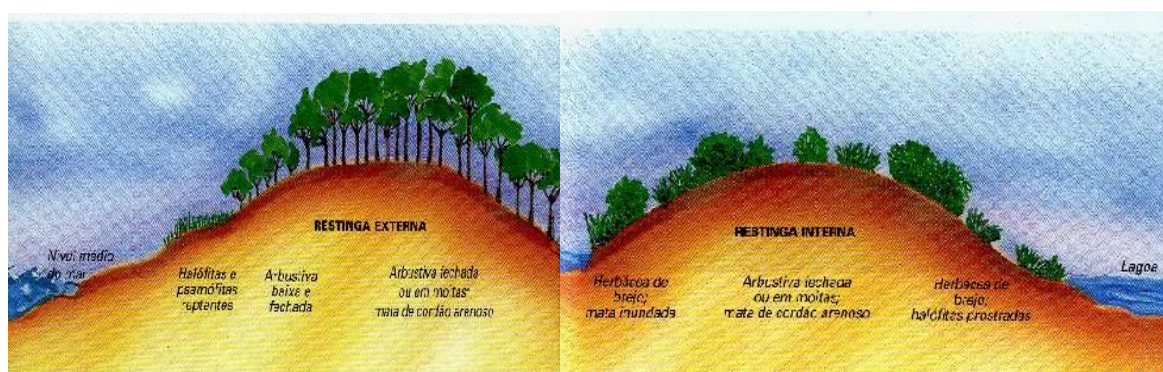


figura 4 – Perfil de restinga típica. Fonte: Alagoas (1994: 38-39)

Nos terrenos salinos com menos nutrientes e distantes do mar, são encontradas, em áreas mais preservadas, as vegetações mais desenvolvidas, consideradas típicas da restinga, de onde as comunidades retiram a matéria-prima para seus medicamentos, tendo como exemplo, no Nordeste brasileiro, a mangabeira (*Hancornia speciosa*), que, através do processo de exsudação, goteja látex branco utilizado na medicina popular contra a tuberculose e, nas espécies frutíferas, fornece o complemento alimentar. (Alagoas, 1994: 159)

No nível intermediário, compreendido pelos estratos arbustivos, encontram-se, segundo Ramalho F.º (1983), a mangaba (*Hancornia speciosa*), a pitanga (*Eugenia uniflora*) e o guajuru (*Chrysobalanus icaco*). No estrato arbóreo, destacam-se: o jenipapeiro (*Genipa americana*), o mamoeiro (*Carica papaya*) e o cajueiro (*Anacardium occidentale*).

Convém lembrar que a antiga cobertura vegetal das restingas foi extremamente modificada desde o século XVI, em virtude da chegada dos colonizadores portugueses. As florestas das restingas, por exemplo, foram reduzidas a pequenas porções arbóreas, quando não totalmente destruídas ou dizimadas.

Por outro lado, a vegetação exótica introduzida na área litorânea do Nordeste brasileiro adaptou-se bem, e, atualmente, os coqueiros (*Cocos nucifera*) dominam essa paisagem do litoral, à sombra dos quais podem ser encontrados grupos isolados de mangueiras (*Mangífera indica*) e de frutas-pães (*Artocarpus comunis*).

A grande diversidade florística da restinga faz dela um dos mais complexos ecossistemas existentes, a transformá-la em área de interesse paisagístico e valor econômico, mas também mais frágil às ações humanas nitidamente exploratórias, que afetam a sua estabilidade, estreitamente dependente do equilíbrio de seus componentes.

Esse ecossistema encontra-se protegido pela Lei Federal n.º 4.771 (Código Florestal), de 15 de setembro de 1965⁴⁴, e pela Resolução n.º 4, de 18 de setembro de 1985, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), onde se lê que “as formações florísticas de restinga são consideradas de preservação permanente”.

Dito isso, sabe-se que é ocasionado, sobretudo, pelos loteamentos oriundos da especulação imobiliária, o desmonte da vegetação, visando à extração de madeira para a construção, de lenha para fabrico de cerâmicas e para uso doméstico, ao expor o solo à radiação direta do sol; assim empobrece-o, em função do carreamento e da perda de nutrientes responsáveis pela manutenção do sistema, gerando processos avançados de degradação. Tais processos afetam não apenas a biodiversidade existente, mas também colocam em risco a população local, pois a erosão eólica passa a agir diretamente sobre o solo, agora desnudo, favorecendo a formação de dunas móveis, que acabam por invadir e soterrar vilas e povoados.

⁴⁴ De acordo com o artigo 2º do Código Florestal Brasileiro (Lei 4.771 de 15/09/1965): “[...] Art. 2º Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

(...)

f) nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues; [...]”.

2.3.1.2.3- As dunas costeiras

Nas proximidades das praias, conforme Linsker & Tassara (2005:26), e em trechos específicos do litoral brasileiro, é possível visualizar sequências de montes de areias finas e claras, a formar dunas de grande mobilidade. As dunas costeiras formam-se em áreas onde a velocidade do vento e a presença de areias praias de fina granulometria são apropriadas para o transporte eólico. São condições que podem ser encontradas em praias de tipo variável, do dissipativo ao intermediário, e com declividade suave (Muehe, 1995).

Grandes quantidades de areia são transportadas pelas correntes marítimas, parcialmente na praia, durante as marés altas e, posteriormente, carregadas pelos ventos para áreas mais elevadas. A formação das dunas é condicionada pela existência de grande estoque de areia a ser movimentado pelo vento. A inclinação da duna apresenta-se suave, entre cinco e doze graus, do lado em que sopra o vento (barlavento), ou acentuada, da ordem de 35 graus, quando contrária à direção do vento (sotavento) (Guerra, 1980). De acordo com sua formação, elas podem ser móveis, formadas recentemente, ou fixas por vegetação, quando mais antigas.

A vegetação nativa é de grande importância na formação e fixação das dunas, pois o crescimento da primeira favorece o aumento de volume e altura das segundas. As plantas que se desenvolvem nessa área estão adaptadas às condições extremas do ambiente, como: o atrito dos grãos, a salinidade e a movimentação de areia. Assim como mencionado anteriormente, no caso das restingas, a importância da vegetação encontra-se também na proteção e, para esse ambiente, na manutenção da estabilidade do cordão de dunas costeiras, uma vez que a remoção da cobertura vegetal torna a areia exposta à ação eólica, a favorecer, neste caso, a obstrução de brejos, canais, estuários e lagoas, além da invasão e soterramento das habitações próximas ao local.

As dunas têm importante papel na proteção do habitat de diversas espécies da fauna e da flora e, também, das zonas urbanas que lhes são próximas, pois atuam como barreiras naturais à invasão da areia e das águas do mar nas áreas interiores, além de proteger o lençol de água doce⁴⁵ da infiltração e salinização pela água do mar.

⁴⁵ Também conhecido como "lençol freático".

2.3.1.3 – Os recifes de coral — marca da costa oriental do nordeste brasileiro

Os recifes coralíneos ricos em recursos naturais constitui outro importante elemento, de grande importância ecológica, econômica e social, a abrigar importantes estoques pesqueiros, de modo a contribuir para a subsistência de várias comunidades costeiras tradicionais.

Considerados ecossistemas dinâmicos, essas formações litorâneas encontram-se ao longo da plataforma continental, próximas à costa, formadas por elevações de estruturas compactas, habitadas por várias espécies da fauna e da flora marinhas.

Os recifes podem apresentar duas formações básicas — de arenito e de coral — em função de sua origem e evolução diferenciada. Recifes de arenito resultaram da consolidação, por carbono de cálcio, de antigas praias arenosas, enrijecidos por concentrações de óxido de ferro, originando aliósió, mais comumente alios⁴⁶, que contribui para preservação desses recifes. Recifes de coral são construções orgânicas, de crescimento para cima a partir do fundo, de modo que representam uma associação biológica de animais e plantas, cujo desenvolvimento está condicionado à presença de águas límpidas e com salinidade normal⁴⁷, em torno de 35 partes de sal por mil, com temperaturas anuais superiores a 20°C, sendo encontrados desde a área entre marés até profundidades não superiores a 40 metros (Leinz & Amaral, 1980; Sewell, 1978).

Nos recifes de coral, distinguem-se dois importantes perfis conhecidos (Leinz & Amaral, 1980:196):

1. O recife de franja ou costeiro, situado junto à costa, expandindo-se em direção ao mar e apresentando extensão variável, em função do declive da plataforma continental.

⁴⁶ Arenito de coloração pardo-avermelhada que resulta de cimentação dos grãos de areia, sendo feito pelo óxido de ferro (Guerra, 1980).

⁴⁷ Isso explica por que não se formam corais em frente das embocaduras dos rios, pois nessa área existem modificações tanto na limpidez quanto na salinidade da água (Leinz & Amaral, 1980).

2. O recife de barreira, paralelo à linha da costa, forma uma barragem entre esta e o mar, resultando na formação de um canal que os separa. Essa área entre o continente e os recifes coralígenos, conhecida como “laguna”, favorece o desenvolvimento da vida, com grande quantidade de animais.

No Nordeste brasileiro, verifica-se a ocorrência desses dois tipos, tanto o de franja, quanto o de barreira, desde Abrolhos, no sul da Bahia, até as proximidades do Cabo de São Roque, no Rio Grande do Norte, que chega a atingir uma faixa de 1.800 km.

Os recifes, de significativo valor ecológico para a região costeira, em função da grande variedade de espécies de peixes, moluscos e crustáceos que abrigam, desempenham importante papel na cadeia alimentar marinha e na produção de alimentos para o homem. Ao mesmo tempo, contribuem para a proteção contra a erosão e para a manutenção da estabilidade na zona costeira (Leinz & Amaral, 1980). Além da grande diversidade de vida, os recifes de coral, associados aos mangues, representam o suporte para a manutenção da atividade pesqueira (Prates *et al.*, 2007).

Segundo Scherer *et al.* (2009), na porção leste do litoral nordestino, a ausência de grandes rios e as águas quentes da Corrente Sul Equatorial favoreceram o desenvolvimento de formações coralíneas, que constituem os únicos ecossistemas recifais do Atlântico Sul, uma vez que suas espécies formadoras fundamentais ocorrem somente em águas brasileiras.

Por conseguinte, os variados ecossistemas inerentes às zonas costeiras, tais como: os manguezais, as dunas, as restingas, as praias e os recifes de coral, todos estão sujeitos às grandes pressões urbano-industriais. Nessas zonas, desenvolvem-se atividades essenciais ao país, que favorecem uma grande concentração econômica e populacional, que acabam por provocar uma forte degradação dos recursos naturais, pelas formas desordenadas e mesmo incompatíveis de uso e ocupação do espaço. Por constituírem práticas desestabilizadoras, promovem do mesmo modo a desestruturação das comunidades locais, ao interferirem no seu funcionamento, que finda por marginalizá-las e expulsá-las de suas áreas.

Por ser considerada uma região de contrastes, a Zona costeira do Brasil transforma-se em um privilegiado campo para o exercício de diferentes estratégias de gestão ambiental, com enorme demanda por capacitação e mobilização dos atores envolvidos, a pressupor ações integradas, orientadoras das políticas públicas nacionais incidentes na região (Ab’Saber, 2006).

Como observa Novaes, só será possível caminhar quando levarmos as questões ambientais para o centro de todas as políticas públicas e de todos os planejamentos privados, uma vez que “tudo acontece no concreto – no solo, na água, nos alimentos que consumimos, no ar que respiramos, entre os seres vivos. E se isso não for considerado desde o início, não haverá solução” (2010:17).

Capítulo III –

Políticas públicas e os instrumentos para o desenvolvimento de estratégias de planejamento e gestão

“Talvez um dia seja possível abater a ignorância e exigir uma verdadeira democracia, conduzida com inteligência vinculada a bons e amplos conhecimentos e a uma ética permanente com o social e o futuro.”

Aziz Ab’Saber – Leituras Indispensáveis.

Apesar da importância do tema a ser desenvolvido neste capítulo, não se pretende fazer aqui um estudo exaustivo do assunto. Serão abordados instrumentos relevantes para o desenvolvimento de novas e adequadas estratégias de planejamento, monitoramento e gerenciamento, no intuito de viabilizar ações socialmente justas e ecologicamente duráveis, particularmente; e, no caso deste estudo, voltadas para as comunidades tradicionais, normalmente excluídas do processo de elaboração e, conseqüentemente, de implementação das políticas públicas.

3.1 – Políticas Públicas

As políticas públicas surgiram no século XX, a partir de uma nova e importante função do Estado, que é a promoção do bem-estar social. Essa nova demanda passa a requerer uma ação mais direta e diferenciada do Estado, no atendimento aos problemas cotidianos da sociedade com o objetivo de oferecer respostas às necessidades específicas da coletividade.

Tradicionalmente, as políticas públicas compreendem “o conjunto das decisões e ações propostas por um ente estatal, em uma determinada área (saúde, educação, cultura, meio ambiente), de maneira discricionária ou pela combinação de esforços com determinada comunidade ou setores da sociedade civil” (Tude, s/d: 11). De certa forma, as Políticas Públicas constituem a totalidade de ações, metas e planos que os governos nacionais, estaduais ou

municipais delineiam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. As ações selecionadas pelos dirigentes públicos (governantes ou tomadores de decisões) têm como prioridades aquelas que eles entendem como as necessidades ou expectativas da sociedade. Ou seja, o bem-estar da coletividade é sempre deliberado pelo governo e não pela sociedade (Lopes e Amaral, 2008).

No caso das sociedades em desenvolvimento, Frey (2000) adverte que as peculiaridades socioeconômicas e políticas não podem ser tratadas como fatores institucionais e processuais específicos; é preciso uma adequação do conjunto de instrumentos da análise de políticas públicas às condições características dos grupos.

A política pública em geral e a política social em particular, do ponto de vista teórico-conceitual, são campos multidisciplinares, e seu foco encontra-se nas interpretações sobre a natureza e nos processos da política pública. “Por isso, uma teoria geral da política pública implica a busca de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia. As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade” (Souza, 2006:25). Razão pela qual, pesquisadores de tantas disciplinas – economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas – partilham um interesse comum na área e têm contribuído para avanços teóricos e práticos.

Com o desenvolvimento da ciência política, alguns estudos ocuparam-se da análise do entendimento da evolução do conceito de políticas públicas. Os estudos sobre a interação dos atores estatais e privados no processo de produção das políticas públicas, nas últimas duas décadas, têm sofrido expressivas reformulações. Grande número de pesquisas empíricas e ensaios teórico-conceituais tem revelado a inabilidade dos modelos tradicionais na interpretação dos mecanismos de intermediação de interesses, de entender a diversificação e a complexificação desses processos, caracterizados por interações não hierárquicas e por um baixo grau de formalização no intercâmbio de recursos e informações, como também pela participação de novos atores, como as organizações não governamentais de atuação transnacional e redes de especialistas (Faria, 2003).

Vale Lembrar que os problemas vivenciados pela sociedade, particularmente aqueles que afetam diretamente as populações pobres, são caracterizados como complexos (Ckagnazaroff & Melo, 2005), e o modelo tradicional que gerencia as políticas públicas, segue o modelo burocrático. Segundo Bourguignon (2001), as políticas são implementadas de forma setorial; deste modo, cada área conta com instituições e serviços próprios e isolados; logo, esta forma de gestão poderá gerar segmentação no tratamento das necessidades sociais, ações paralelas, decisões, recursos e informações centralizadas, objetivos divergentes e o fortalecimento das hierarquias e dos poderes políticos, em detrimento do cidadão.

Tal estruturação dificultará a prática de direitos e o controle social, uma vez que os problemas vivenciados derivam de diversas causas e ações isoladas, que não dão conta de promover a qualidade de vida, de gerar o desenvolvimento, de superar a exclusão social (Inojosa, 2001:103).

Uma lógica muito aquém das necessidades das pessoas ou dos grupos populacionais que apresentam perfis diferentes; todavia, referidos ao lugar, à região onde vivem, as suas características socioeconômicas e culturais, e que necessitam, em sua totalidade, de condições de desenvolvimento social, de condições ambientais e de infraestrutura (Inojosa, 2001). São as características socioeconômicas e culturais que distinguem os grupos que o governo deveria atender, e assim, garantir os direitos constitucionais, como é de sua responsabilidade.

Nesse sentido, surge a perspectiva da transetorialidade ou intersetorialidade em políticas públicas, entendida como uma articulação dos saberes e experiências no planejamento, na realização e na avaliação de ações para alcançar efeito sinérgico em situações complexas, visando ao desenvolvimento social. Apesar de ser uma abordagem recente, é considerada mais adequada para a resolução dos problemas sociais (Ckagnazaroff e Melo, 2005).

A transetorialidade ou intersetorialidade vincula-se à discussão da transdisciplinaridade enraizada na teoria da complexidade, desenvolvida por Edgar Morin, cuja essência está em “procurar entender o todo sem perder de vista as partes que o constituem e, inversamente, ao lidar com as partes não perder de vista o fato de que elas compõem o todo” (Morin, 2006: 436). A transdisciplinaridade questiona a separação das ciências em disciplinas, pois este recorte impossibilita apreender ‘o que está tecido junto’, ou seja, no sentido original do termo, o complexo (Morin, 2000: 41). Os termos transetorialidade ou intersetorialidade são encontrados

na literatura com o mesmo significado: “a articulação de saberes e experiências para a solução sinérgica de problemas complexos” (Inojosa, 2001: 103).

O conceito de intersetorialidade ou transetorialidade relaciona-se com o de descentralização⁴⁸, que é considerado como uma estratégia possível para suplantir as decorrências das políticas realizadas de forma centralizada (Ckagnazaroff & Melo, 2005).

Este processo descentralizador poderá, de certa forma, contribuir para a ampliação da democratização da sociedade, uma vez que as resoluções serão tomadas por diversas esferas, o que permitirá um olhar mais atento às necessidades da coletividade. Outro dado importante a ser observado está no fato de que uma estrutura governamental descentralizada favorece a redução dos riscos, por exemplo, de que os tipos ou *quantum* de bens públicos ofertados não correspondessem às preferências dos cidadãos ou, ainda, de que os benefícios relativos a um grupo (jurisdição) sejam arcados por outro grupo (jurisdição) (Melo, 1996).

No campo das organizações, o que se pretende está muito além de unir projetos criados e executados setorialmente. O objetivo está em desenvolver uma nova dinâmica para o aparato governamental, uma nova perspectiva de política pública, através de um processo de planejamento participativo, com a eliminação do assistencialismo e do “modelo piramidal e setorializado do aparato do Estado”, visto como insustentável, devido a sua baixa capacidade de operar com mudanças significativas (Inojosa, 2001: 107). E, conforme a autora, a atuação em rede de compromisso social poderia ser considerada como parte para a solução do modelo atual, em setores, pois significaria uma abertura do Estado à sociedade e a outros atores independentes, ligados tanto à coletividade, quanto ao aparato governamental, e que, de forma conjunta, poderiam trabalhar determinado problema do grupo e, deste modo, obter resultados comuns dentro de uma visão compartilhada de futuro.

⁴⁸ A descentralização consiste na transferência do poder central às unidades a ele subordinadas, dotando os organismos intermediários de competências e recursos, de modo a desenvolverem suas administrações próximas dos cidadãos e dos grupos sociais, e desta forma contribuir para ações mais eficazes (Ckagnazaroff e Melo, 2005).

3.2 - Políticas Públicas no Brasil

Desde a descoberta, a evolução histórica do Brasil, conforme Marcel Bursztyn, é marcada pela crescente e forte presença do Estado, sempre manifestado em seu caráter autoritário e que, ao mesmo tempo, procura sua legitimação através do paternalismo. Este duplo caráter, segundo Bursztyn, “[...] tem suas origens na própria estrutura do Estado Português do século XV, assume suas formas diferenciadas de acordo com cada período da colonização e, mesmo após a independência, tais aspectos perduram” (2008:37).

Nos países de formação colonial, a dimensão espacial assume valiosa importância na explicação dos processos sociais e particularmente da vida política⁴⁹. A geografia surge nesses países como “determinação básica, reveladora de motivações e como instância explicativa de estruturas e práticas históricas” (Moraes, 2008:137). Estes países se formaram através da conquista de espaços, e que tem na apropriação territorial um objeto recorrente dos interesses e das alianças políticas. A determinação colonial se introduz nos “padrões de organização do espaço, na conformação da estrutura territorial, nos modos de apropriação da natureza e de usos dos recursos naturais, na fixação de valor ao solo e nas formas de relacionamento entre os lugares” (*idem*), e, conseqüentemente, terminam por influir nos modos de pensar e de agir, na sociabilidade dominante, instalando-se no universo da cultura e da política. O Estado surge como gestor do território, organizador do espaço onde a concessão de infraestruturas, as normas de usos do solo, a regulação da propriedade fundiária, a distribuição das populações, tudo se encontra amarrado à ação governamental. O Estado se impõe como mediador nas relações sociais entre a sociedade e o ambiente que a abriga. (*op. cit.*).

O fazer política, diante desse contexto, transita em muito pelas formas e modos de valorização dos lugares. Por consequência, a natureza brasileira é vista como uma riqueza a ser conquistada; o espaço e os recursos naturais são apresentados como inesgotáveis e será dentro desta visão espoliativa que dominará a relação da sociedade com o meio, expressa no ritmo e na forma como avançam deixando para trás ambientes degradados (Moraes, 2008). Nesse sentido, o bom governo será aquele que facilitará o acesso aos lugares e aos recursos. Como bem observa

⁴⁹ Como bem observa Octávio Ianni “[...], a América Latina parece nitidamente desenhada na história e geografia. Foi inventada pelo mercantilismo, modificada pelo colonialismo, transformada pelo imperialismo e transfigurada pelo globalismo. Nunca adquire sua plena fisionomia, seja como um todo, seja em suas nações. Está continua e reiteradamente determinada pelas configurações e os movimentos internacionais, transnacionais ou mundiais [...]” (2005: 03).

Moraes, “[...] o país é visto como espaço e não como nação, um espaço que deve ser conquistado e explorado. Onde o tema da conquista colonial se repete na prática estatal. O território, e não o povo, sendo o alvo prioritário das políticas públicas.” (*idem*: 138).

Convém lembrar que uma característica importante do Estado brasileiro, no período entre 1920 e 1980, era seu caráter essencialmente desenvolvimentista, conservador e autoritário. Não figurava como um Estado de Bem-Estar Social; mas, sim, como promotor do desenvolvimento, um Estado conservador que impulsionou grandes transformações sem, por exemplo, modificar a estrutura da propriedade. O grande objetivo do Estado, nesse período, era o de consolidar o processo de industrialização e fazer do Brasil uma grande potência. Sua meta era eminentemente de ordem econômica. As políticas públicas estavam voltadas para promover o crescimento econômico, sem transformar as relações de propriedade na sociedade brasileira (Bacelar, 2003).

Tradicionalmente, o Estado brasileiro é centralizador. A sua baixa ênfase no bem-estar fica demonstrada em sua tradição de dar maior atenção ao crescimento econômico do que à proteção social para o conjunto da sociedade. Situação essa que fez com que o Estado adquirisse uma postura de fazedor e não de regulador⁵⁰. “Não temos tradição de Estado que regule, que negocie com a sociedade os espaços políticos, uma vez que o Estado regulador demanda diálogo entre governo e sociedade civil”(Bacelar, 2003:2). Em diferentes momentos da nossa vida recente, o Estado centralizador juntou-se ao autoritário: evidenciado na longa ditadura do período Vargas (1937-1945) e, posteriormente, na ditadura dos governos militares pós-64. Daí o viés autoritário ser tão forte nas políticas públicas do país.

Nos anos iniciais do período militar e no bojo de uma nova fase de desenvolvimentismo, orientado por uma ótica geopolítica, o Estado brasileiro conheceu um reforço progressivo em seu aparelhamento para o planejamento e gestão do território. Porém, em meados da década de 1970, a conjuntura internacional começa a se reverter findando os “Trinta Anos Gloriosos”⁵¹ de

⁵⁰ Segundo Bresser-Pereira (2009:08), o papel fundamental do Estado é de ser de fato regulador, “é o de definir e de se constituir no sistema constitucional-legal. Mas também pode ser protetor, indutor, capacitador (*enabling*) e, nas fases iniciais do desenvolvimento econômico, produtor”.

⁵¹ Durante os “trinta anos gloriosos do capitalismo” (1945-1975) –, não se queria um Estado regulador. O nome “Estado regulador” era vazio. O objetivo era desregular em vez de regular. Para o neoliberalismo o Estado deveria se tornar “mínimo”, e isso significava pelo menos quatro coisas: primeiro, que deixasse de se encarregar da produção de determinados bens básicos relacionados com a infraestrutura econômica; segundo, que desmontasse o Estado social, ou seja, todo o sistema de proteção social por meio do qual as sociedades modernas buscam corrigir a cegueira do mercado em relação à justiça social; terceiro, que deixasse de induzir o investimento produtivo e o desenvolvimento tecnológico e científico, ou seja, de liderar uma estratégia nacional de desenvolvimento; e, quarto, que deixasse de regular os mercados e principalmente os mercados financeiros porque seriam autorregulados (Bresser-Pereira, 2009:08-09).

contínua ascensão do capitalismo, onde os reflexos da crise e da recessão acabam por se impor à economia brasileira, a limitando muito a capacidade de intervenção do Estado, que, desde a década de 1950, era alimentada pelo endividamento externo. (Moraes, 2008).

Com a ausência de recursos, a estrutura de planejamento estatal passa a se retrair e grande parte desta é desmontada ao longo da chamada “década perdida”⁵². Concomitantemente, o Brasil vive o período de democratização das instituições políticas, ao longo dos anos 1980, numa situação de crise econômica e “à vontade da nação recuperada, alia-se forte redução da capacidade e ação do Estado, que pulveriza as políticas públicas em programas setoriais articulados” (Moraes, 2008: 142).

Com a descentralização tributária promovida no final dos anos 1970 e, posteriormente com as medidas descentralizadoras introduzidas pela Constituição de 1988, apesar das diferenças existentes entre inúmeros municípios brasileiros, de modo lento e instável, estados e municípios passam a substituir o governo federal em determinadas funções (Souza, 1998). A descentralização tributária, apesar de possibilitar que alguns municípios tenham certa condição financeira, esta não constitui a realidade do país em sua totalidade, uma vez que se torna visível em inúmeros municípios brasileiros, particularmente na região Nordeste do país, a impossibilidade de arrecadar recursos próprios. Devido à inexistência de expressiva atividade econômica e, também, pelo tamanho de sua população pobre, esses municípios necessitam, para sobreviver, das transferências federais e estaduais (Souza, 1998).

De forma geral, tende-se a pensar que o Brasil é uma média e a média não diz praticamente nada sobre o Brasil, que é marcado de fato por uma heterogeneidade, onde cada lugar requer uma solução que esteja em consonância com a realidade. Quando se tem uma política centralizada, o tratamento será homogeneizado, pois as propostas virão de cima para baixo, o que configura uma tradição das políticas sociais do país, juntando-se a isso a dificuldade de promover a participação da sociedade (Bacelar, 2003).

Apesar das várias experiências positivas em gestão pública observadas por todo Brasil, e, para inúmeros municípios brasileiros, não falta somente a capacidade de reinventar o governo; mas as mínimas condições para o exercício do próprio governo. Evidenciando a profunda

⁵² Corresponde ao período em que a economia brasileira na década de 1980 “atravessou uma das mais graves crises de sua história, a qual resultou na estagnação do Produto Interno Bruto e em taxas de inflação sem precedentes” (Ometto *et. al.*, 1995:403).

heterogeneidade espacial em que se inscrevem as questões das relações intergovernamentais e da reforma pública local (Souza, 1998: 3).

A heterogeneidade existente, mesmo nas áreas mais desenvolvidas do país, torna problemática a capacidade de atuação da esfera local, a quem a reforma do Estado atribui papel privilegiado. A parcela de municípios que dispõe efetivamente de condições financeiras, institucionais, políticas e técnico-administrativas para adotar esse papel, de modo a inovar, alargando a eficácia, a participação e a democratização das políticas públicas, é relativamente pequena. Particularmente nas regiões e áreas menos desenvolvidas, onde há o predomínio de municípios de menor porte, com economias de base agrícola pouco diversificada, estagnadas ou em crise, desprovidos das mínimas condições de sustentação e necessitando da solidariedade dos governos estaduais e federal (Souza & Carvalho, 1999).

Em países marcados por elevado grau de heterogeneidade, a adoção de políticas voltadas para a reforma da administração pública local demanda conhecimento aprofundado da realidade local, do forte significado do papel da União e dos Estados no apoio para as reformas e na “constatação de que [...], a reestruturação das estruturas e práticas administrativas será realizada em situação de escassez.” (Souza, 1998: 4-5).

Esse processo de dispersão das políticas públicas faz com que a visão integrada do território se perca, de forma a tornar as fronteiras, denominadas por Moraes (2008:142) como “*virtuais de acumulação*”, mais atrativas do que os investimentos materiais, fazendo com que a economia brasileira se envolva nos circuitos da circulação financeira. “A valorização ‘fictícia’ do capital comanda este novo momento, que tem como diretrizes o ‘mercado’ e a globalização. Talvez esse seja o mote contemporâneo da velha maldição colonial: construir o país é agora globalizá-lo, como já foi no passado civilizá-lo e modernizá-lo.” (*idem*).

Existe menos Estado na produção, menos Estado na regulação e, por conseguinte, mais mercado, menos políticas públicas e mais mercadorias e serviços. Mas, ao mesmo tempo, é necessário existir espaço para discutir, decidir e implementar as políticas públicas necessárias e “reformular aquele Estado desenvolvimentista, que apenas patrocina o crescimento econômico, e abrir espaço para um Estado que patrocine saúde, educação, segurança”; enfim, um Estado com políticas sociais (Bacelar, 2003:6). Uma vez que existe, especialmente nos espaços governamentais locais, uma experiência acumulada maior no âmbito dos municípios e de determinados estados do que na esfera federal. Como também existe muita experiência acrescida

nos espaços não governamentais. No Brasil, é possível encontrar experiências locais “mostrando como se organiza, como se planta, como se comercializa, como se governa” (*idem*: 7).

Apesar da heterogeneidade existente, também é possível encontrar pontos que se assemelham; mas, para tanto, é preciso “generalizar o que é comum e operar sobre o que é diferente” (Bacelar, 2003: 08). Este é o desafio que se impõe devido à inexistência, no Brasil, dessa tradição nas políticas governamentais e acrescendo a este, outro desafio se estabelece que, apesar da tradição brasileira, seria o de romper com a ideia de que o público é sinônimo de governamental.

Será dentro deste quadro que as políticas públicas, particularmente aquelas voltadas às comunidades tradicionais, deverão ser gestadas. De modo a assumir assim um compromisso, que, desde a promulgação da Constituição de 1988, está em aumentar o poder político e tributário das entidades subnacionais, e a consolidação da democracia através do empoderamento (*empowerment*) das comunidades locais, no processo decisório sobre políticas públicas (Souza, 2004).

3.2.1 - Comunidades tradicionais e as políticas públicas

A expressão comunidades ou populações tradicionais surgiu no centro da questão ambiental, no contexto da criação das Unidades de Conservação⁵³ (UCs), para dar conta da problemática das comunidades tradicionalmente residentes nestas áreas: Povos Indígenas, Comunidades Remanescentes de Quilombos, Extrativistas, Pescadores, entre outras⁵⁴.

No âmbito do Governo Federal, em dezembro de 2004, foi instituída a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, que tem como objetivo estabelecer uma Política Nacional específica para esses segmentos e, assim, apoiar, propor, avaliar e harmonizar os princípios e normas das políticas públicas relacionadas ao

⁵³ Áreas protegidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA, 1992).

⁵⁴ Em 1992 é criado no âmbito do IBAMA o Conselho Nacional de Populações Tradicionais, conforme Portaria/IBAMA. N.22-N, de 10 de fevereiro de 1992, que cria o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais - CNPT, bem como aprova seu Regimento Interno. A Lei n.9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o Art. 225 da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, menciona explicitamente as denominadas “populações tradicionais” (Art.17) ou “populações extrativistas tradicionais” (Art.18) e focaliza a relação entre elas e as unidades de conservação (área de proteção ambiental, floresta nacional, reserva extrativista, reserva de desenvolvimento sustentável).

desenvolvimento sustentável dessas comunidades tradicionais nas esferas federal, estadual e municipal⁵⁵.

É preciso atentar para a relevância de se criar uma categoria de diferenciação pré-determinada relacionada a segmentos sociais específicos. Sua importância deve-se ao fato de que, uma vez criada pelo poder público, não apenas os segmentos sociais relacionados passam a ser incluídos política e socialmente, como também se estabelece um pacto entre o poder público e esses segmentos, que envolve obrigações *vis a vis*, alicerçadas num modelo de sociabilidade, a ponto de esta categoria adquirir as condições necessárias para interferir nas realidades (Costa Filho *et. al.*, 2005). Esta iniciativa constitui um avanço, uma vez que propõe a formulação efetiva de ações distintas direcionadas a determinados segmentos da sociedade nacional. Ao assumir a diversidade no tratamento com a realidade social brasileira, tais ações denotam o comprometimento maior do Estado.

Em um país de grande diversidade étnica, racial e cultural, constitui um desafio estabelecer e implementar políticas públicas para a promoção do bem-estar social da população e, sobretudo das comunidades tradicionais, uma vez que grande parte dessas comunidades encontra-se na invisibilidade, silenciadas por pressões econômicas, fundiárias, processos discriminatórios e excluídas socialmente (Diegues, 2004).

Ao se considerar a implementação de políticas públicas para as Comunidades Tradicionais deve-se ater tanto para a especificidade quanto para a complexidade do assunto.

É imperativo, no que diz respeito à invisibilidade em que se encontra a maior parte das Comunidades Tradicionais, o levantamento ou mapeamento prospectivo desses segmentos sociais em questão; além do reconhecimento público e formal das mesmas, até em termos exploratórios. Isso constitui tarefa essencial para qualquer proposição de políticas públicas (Costa Filho *et. al.*, 2005).

Deve-se também, e prioritariamente, para qualquer plano de ação governamental, assegurar o acesso ao território ou, pelo menos, considerar essa dimensão, uma vez que esta é fundamental em termos de comunidade tradicional, apesar de este território ter sido expropriado e se refugiado no plano da memória destas comunidades (Yázigi *et al.*, 1996; Little, 2002).

Cabe lembrar que, dentro de um processo de reorganização política do espaço contemporâneo, o território constitui o espaço da prática (Becker, 2010). Se por um lado ele é um

⁵⁵ Decreto nº 10.408 de 27 de dezembro de 2004.

produto da prática espacial, incluindo a apropriação de um espaço, envolvendo a ideia de limite – elemento de qualquer exercício –, que manifesta a intenção de poder sobre uma parte determinada desse espaço, por outro lado, é ao mesmo tempo um produto usado, vivido pelos atores, utilizado como meio para sua prática (Raffestin, 1993).

Uma situação que parece fundamental refere-se à natureza da ação a ser implementada e, no que diz respeito às Comunidades Tradicionais, é preciso observar que se trata não somente de décadas, porém de séculos de resistência de uma forma sustentável de produção e distribuição, mas a invasão de terras por grileiros⁵⁶, por fazendeiros, pelo agronegócio, pelo próprio Estado, e a imposição de novos modelos, tudo isso compromete as condições tradicionais e sustentáveis de reprodução (Diegues, 2001, 2005).

São inúmeros os aspectos e critérios necessários para a intermediação em Comunidades Tradicionais, restando ainda dois importantes aspectos que devem ser examinados (Costa Filho *et. al.*, 2005):

- um deles está ligado à autonomia e diz respeito à necessidade de empoderamento (*empowerment*) destes povos e comunidades, com o fortalecimento de suas próprias formas de organizações e instituições. A partir do pacto federativo, o Governo Federal chega a essas comunidades através do município. Porém boa parte dessas comunidades não recebe os benefícios, muitas vezes por falta de vontade ou sensibilidade política dos gestores públicos locais. Daí a importância de se pensar em gestão dos recursos públicos também pelas próprias associações, ONGs, OSCIPs⁵⁷, relativas ao terceiro setor.
- outro aspecto refere-se à continuidade das ações, comprometidas pelas irregularidades e mudanças de orientação política, que fragiliza ainda mais as comunidades beneficiárias, frustradas nas perspectivas criadas, como também, quando as ações praticadas não são compatíveis com as necessidades e demandas

⁵⁶ Conforme Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa, entende-se por grileiro aquele que “se apodera ou procura apossar-se de terras alheias, mediante falsas escrituras de propriedade” (*Regionalismo Brasil*). A grilagem de terras existe em virtude de especulação imobiliária, venda de madeiras e lavagem de dinheiro. O grileiro caracteriza-se por não viver na terra grilada, possuir condições financeiras, influência dentre funcionários do governo e autoridades. Contam com a conivência de cartórios de registro de bens para se apoderar de áreas públicas e usam da violência para expulsar posseiros, povos indígenas e comunidades tradicionais que têm direito legítimo à terra (Greenpeace, 2006). <http://www.greenpeace.org.br/amazonia/pdf/grilagem.pdf>. Acedido em: 15/10/2012.

⁵⁷ Dentro da filosofia preconizada pelo Plano de Reforma do Estado está a promulgação da Lei 9.790/99, que disciplina a qualificação de entidades do Terceiro Setor como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP. Às entidades que obtiverem o certificado de OSCIP possibilitar-se-á a celebração de Termos de Parceria com a Administração Pública, contribuindo assim para que os serviços públicos aconteçam de maneira mais eficaz, eficiente e econômica. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9790.htm, acedido em 15/10/2012.

locais, fato recorrente na intervenção governamental (Diegues, 2001, 2005; Ab'Saber, 2006).

No contexto ambiental, os recursos naturais não devem ser vistos apenas sob a ótica de quem explora, ou seja, a partir da simples apropriação privada de seus valores econômicos e não econômicos, sem levar em consideração a sociedade onde os bens estão inseridos, e muito menos sob uma visão puramente preservacionista, que almeja sua intocabilidade⁵⁸.

A disjunção forçada entre a natureza e a cultura tradicional, adverte Diegues, “onde os homens são proibidos pelo Estado de exercer suas atividades do fazer patrimonial, e também do saber, representa a imposição de um mito moderno: o da natureza intocada e intocável, próprio da sociedade urbano-industrial sobre mitos das sociedades tradicionais” (Diegues 2004:09).

Na representação das áreas naturais protegidas existem simbologias em confronto, uma vez que a simbologia daqueles que propõem áreas naturais protegidas desabitadas, é considerada intrinsecamente negativa, por levar à destruição do mundo natural. Entretanto, nas representações simbólicas das sociedades primitivas e tradicionais, há uma simbiose entre homem e natureza construídas tanto nas atividades do fazer, do conhecer, quanto no campo do simbólico e das representações que estas populações tradicionais desenvolvem sobre o meio. É por meio dessas representações e do conhecimento empírico acumulado que essas populações desenvolvem seus sistemas tradicionais de manejo. A ideia de áreas naturais protegidas que exclui as populações tradicionais “é incompreensível para as culturas portadoras desse pensamento bio-antropomórfico” (*idem*: 10).

Isto posto, é mister que os direitos e os interesses das populações locais devam ser levados em conta pelos diagnósticos e gestão atual do meio ambiente. A gestão dos recursos naturais integrada com as comunidades locais tem se mostrado como elemento facilitador e, também, estratégico para uma distribuição socialmente mais justa, a cooperar assim para um desenvolvimento em bases sustentáveis.

⁵⁸ Dentro de uma perspectiva preservacionista, a natureza remete à noção de *wilderness* (vida natural, selvagem), havendo a dissociação entre homem e natureza, de modo que a mesma deve ser protegida para que permaneça intacta, pois a interferência humana é considerada sempre negativa. O conservacionismo também aponta para a necessidade da proteção dos recursos naturais, mas ultrapassa a perspectiva preservacionista ao associar as populações humanas à natureza, pois afirma que manejos sustentáveis possibilitam a interferência humana nos ecossistemas, sem a geração de impactos drásticos (Diegues, 1996: 25).

Deste modo e em virtude de sua relevância, as políticas ambientais necessitam perceber as relações societárias, as ligações da sociedade com o entorno e, principalmente, pensar o desenvolvimento como liberdade para, assim, compreender o ambiente em seu sentido amplo e sua significância.

3.3 - A Política Ambiental no Brasil: breve histórico

A política ambiental constitui um conjunto de metas e instrumentos que objetivam reduzir os impactos negativos da ação antrópica sobre o meio ambiente. Assim como toda política apresenta justificativas para sua existência, fundamentação teórica, metas e instrumentos, prediz penalidades para aqueles que não cumprem as regras estabelecidas. Intervém nas atividades dos autores econômicos e, portanto, a forma pela qual é construída influencia as demais políticas públicas (Lustosa *et.al.*, 2003:135).

A relevância da política ambiental tem sido crescente, particularmente nos países industrializados e, ao mesmo tempo, é importante observar que, embora cada país apresente problemas ambientais específicos, existem diferenças nos princípios e tipos de instrumentos de política ambiental adotados; porém há traços gerais que podem ser considerados comuns a todos. Ela constitui um instrumento necessário para induzir ou forçar os agentes políticos e econômicos a adotarem posturas e procedimentos menos agressivos ao meio ambiente, ou seja, diminuir a quantidade de emissões e atenuar a exploração dos recursos naturais (*idem*: 139).

Apesar da importância da política ambiental até a década de 1970, no Brasil, não havia um órgão especificamente voltado ao controle ambiental, uma vez que contava-se apenas com as legislações existentes que tratavam da exploração de alguns recursos naturais, através de medidas isoladas (Lustosa *et.al.*, 2003:146-147):

- Código Florestal de 1934 (Decreto nº 23.793) tratava das matas nativas, reformado posteriormente pela Lei nº 4.771 de 1965;
- Código das Águas de 1934 (Decreto nº 24.643), que estabelecia normas de uso dos recursos hídricos, com atenção especial ao seu aproveitamento hidrelétrico;

- Comissão Executiva da Defesa da Borracha de 1947 (Lei nº 86), que estabelecia medidas visando à assistência econômica da borracha natural, posteriormente reestruturada em 1967;
- Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) de 1962 (Lei Delegada nº10), vinculada ao Ministério da Agricultura.

Apenas em 1973, ou seja, após as agressões ocorridas, a questão ambiental passou a ser tratada como uma estrutura independente, seguindo a recomendação da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente. Segundo Moraes, a composição da estrutura de planejamento e gestão nomeadamente ambiental, no aparato governamental brasileiro, acontece “na contramão da tendência geral de desmonte do aparelho de Estado operada nas últimas décadas” (2008: 143).

Inicialmente, a política ambiental é pensada mais para uma ação de combate à poluição e nesta fase foi criada, na primeira metade dos anos 70, a Secretaria Especial de Meio Ambiente - SEMA (Decreto 73.030 de 1973), vinculada ao Ministério do Interior, assim como diversos órgãos estaduais do setor.

Em uma segunda fase, apesar da criação de leis e normas ainda na década de 1970, somente em 1981, foi promulgada, com força de lei, a Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA, integrando as esferas federal e estadual, através da Lei nº 6.938, que estabeleceu seus objetivos, ações e instrumentos, tendo como propósitos não apenas a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, mas ao mesmo tempo comprometendo-se a assegurar as condições para o desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. Além de atender aos princípios já previstos na Constituição (anexo 2), estabelece outros que asseguram a tutela jurídica do meio ambiente (Lustosa *et.al.*, 2003:147). Os Instrumentos especificados na Lei nº 6.938, em seu artigo 9º, são:

I - o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental;

II - o zoneamento ambiental;

III - a avaliação de impactos ambientais;

IV - o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;

V - os incentivos a produção e instalação de equipamentos e a criação ou absorção de tecnologia, voltados para a melhoria da qualidade ambiental;

VI - a criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo poder Público Federal, Estadual e Municipal, tais como áreas de proteção ambiental, de relevante interesse ecológico e reservas extrativistas;

VII - o sistema nacional de informações sobre o meio ambiente;

VIII - o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental;

IX - as penalidades disciplinares ou compensatórias ao não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental;

X - a instituição do Relatório de Qualidade do Meio Ambiente, a ser divulgado anualmente pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

XI - a garantia da prestação de informações relativas ao Meio Ambiente, obrigando-se o Poder Público a produzi-las, quando inexistentes;

XII - o Cadastro Técnico Federal de Atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras dos recursos ambientais. [...].

Foi constituído, ainda nessa fase, o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, e criado o Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA (organismo intergovernamental e com ampla representação na sociedade civil). Os ecos da democratização começam a se fazer sentir na estrutura setorial. Nessa fase, a concepção dominante priorizava as ações de conservação e preservação de áreas dotadas de condições naturais ainda pouco alteradas pela ação antrópica. Numerosas unidades de conservação são instituídas. Cabe ainda observar o início de uma presença mais significativa dos organismos internacionais (públicos e privados) nas ações e discussões que interessam ao meio ambiente no Brasil (Moraes, 2008; Polette, 2008).

A terceira fase da política ambiental brasileira pode ser identificada a partir do programa “Nossa Natureza”, de 1988, o qual cria o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), agrupando os vários órgãos dedicados à matéria existente no governo federal, como o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE). Nesta fase, registra-se também a criação de um Ministério específico para tratar do tema, bem como a indicação do Brasil, em 1992, para sediar a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, conferindo nova orientação ao setor, que terá como guia teórico a noção de “desenvolvimento sustentável” (Moraes, 2008).

Nesta última fase atual, busca-se resgatar a discussão econômica da questão ambiental e se preocupa bem mais com aspectos institucionais dos programas e projetos. O caráter descentralizante da Constituição Brasileira de 1988 acende esta preocupação, que introduz, entre outros componentes, o modelo de planejamento participativo, que encontrará muitas dificuldades para se realizar num país tradicionalmente marcado por uma cultura política autoritária e centralizadora, como fora observado anteriormente no item 3.2 deste capítulo. Vale

frisar a alta disparidade regional e local que ainda impera no país, jogando contra tal intuito (Souza, 1998, 2004; Bacelar, 2003; Moraes, 2008). Para essa nova orientação, dentre as novidades introduzidas, destaca-se a retomada de um enfoque territorial na condução das ações, com maior espacialização dos projetos e programas desenvolvidos. Essa diretriz é bem ilustrada por uma série de propostas de zoneamento, exercitada em macroescala na Zona Costeira, na Amazônia e no Pantanal. Essas ações acabaram por transcender a área ambiental, a estimular interesses difusos imprimindo um sentido transetorial⁵⁹ aos planos elaborados (Moraes, 2008).

Apesar do aprimoramento teórico obtido, o mesmo não se fez acompanhar por uma capacitação operacional compatível, uma vez que os propósitos exprimidos terão que operar dentro de um complexo quadro político e econômico, num país caracterizado por elevada dívida social e em meio a uma conjuntura política internacional, de grande insegurança sob o ponto de vista financeiro. Além da reduzida capacidade de intervenção do Estado, devido aos cortes orçamentários e da diminuição da máquina administrativa (Souza & Carvalho, 1999; Bacelar, 2003; Moraes, 2008).

No Brasil, há uma grande heterogeneidade entre as agências ambientais, uma vez que torna evidente, na maioria dos Estados, uma enorme carência técnica, financeira e de pessoal a impedir ações efetivas. Problemas agravados pela crise fiscal vivida por inúmeras administrações estaduais e pela ausência de apoio político, resultando no declínio da qualidade das agências ambientais. Apesar do fortalecimento, pontual, verificado em algumas dessas agências, não foi possível detectar melhorias na qualidade ambiental, devido não somente às dificuldades internas do setor ambiental, mas também à falta de investimento em infraestrutura e serviços urbanos, à persistência de grandes bolsões de pobreza e padrões de consumo, agravando as condições ambientais (Lustosa *et.al.*, 2003).

Sabe-se que, dentre os problemas ecológicos, a pobreza, e a miséria constituem uma das formas características de poluição; mas estes problemas não resultam apenas da miséria e da pobreza, mas principalmente do modo como o homem atua sobre os recursos naturais⁶⁰, uma vez que é possível observar cidades construídas às margens dos rios, das enseadas e baías, através de uma conquista, que, por meio de aterros, ocuparam áreas frequentemente

⁵⁹ Ver Políticas públicas, item. 3.1 neste capítulo.

⁶⁰ Segundo, Manuel Correia de Andrade (1984), em conhecidas capitais litorâneas brasileiras, como Rio de Janeiro, Maceió e Salvador, nos períodos de inverno rigoroso, registra-se a ocorrência de deslizamento de encostas dos morros, em virtude da quebra no equilíbrio das vertentes, através do corte das barreiras, no intuito de atender à expansão da cidade, sem preocupação com a manutenção do equilíbrio morfológico.

inundadas nas cheias dos rios ou na maré alta, sem ao menos consultar seus regimes⁶¹. (Andrade, 1984).

Num processo histórico de dilapidação – que ainda não parou, houve apenas redução em seu ritmo – importantes áreas são degradadas e recursos de grande valor potencial são igualmente destruídos (Moraes, 2008).

Apesar de o Brasil dispor de aprimorados instrumentos de planejamento e gestão ambiental, como será visto a seguir, esses instrumentos – “que contemplam a espacialização dos processos, que estimulam a participação dos atores locais das áreas de ação, que possuem uma retaguarda técnica substantiva, e que se amparam num quadro legislativo bem discriminado” (Moraes, 2008:145) – não garantiram a efetivação das ações e das metas, apresentando-se ainda de forma muito precária, abaixo do exigido pela dinâmica territorial e populacional experimentada pelo país.

3.4 – Zona costeira brasileira: a relevância da gestão integrada para uma região de grande diversidade

A delimitação do que seria a zona costeira de um país, conforme Antonio Carlos Robert de Moraes, provoca polêmica em termos internacionais, particularmente quando se afasta de definições meramente formais, “[...] zona de interação dos meios terrestres, marinhos e atmosféricos...” (2007: 29). Tal controvérsia remete a variadas situações que deveriam estar em uma melhor definição, pois a seleção dos critérios a serem utilizados deriva em muito dos objetivos pretendidos (in Hartshorne, R. Propósitos e natureza da geografia, 1978). Ainda segundo Moraes (*op. cit.*), no Brasil existem lugares onde o litoral circunscreve paisagens e ecossistemas particulares, que apresentam limites físicos bem definidos, demonstrando, portanto, que a zona costeira não é um espaço padrão, singular, uma unidade natural evidente.

⁶¹ Para exemplificar, na cidade do Recife (Pernambuco – Brasil), os edifícios são construídos nas margens dos rios, marcando a paisagem da cidade, ainda que esta ação seja ilegal, uma vez que Código Florestal Brasileiro, promulgado em 1965, ainda em vigor, (Lei 4.771 de 15/09/1965), alterado pela lei 7.803 de 15/08/1989 e o “Código das Águas”, não autorizam a construção até trinta metros dos cursos d’água em cada margem. Entretanto, na atualidade, essas edificações continuam a ser construídas às margens dos rios da cidade (Silva, 2009:27).

Considerada patrimônio nacional pela Constituição de 1988, a zona costeira brasileira corresponde, de acordo com o Decreto Federal 5.300/04⁶²,

“[...] ao espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, abrangendo uma faixa marítima e uma faixa terrestre, com os seguintes limites:

I - faixa marítima: espaço que se estende por doze milhas náuticas, medido a partir das linhas de base, compreendendo, dessa forma, a totalidade do mar territorial;

II - faixa terrestre: espaço compreendido pelos limites dos Municípios que sofrem influência direta dos fenômenos ocorrentes na zona costeira.”.

3.4.1 - O processo de ocupação do litoral brasileiro frente às potencialidades locais

O litoral brasileiro corresponde ao conjunto de ecossistemas, observados no capítulo II, com aproximadamente 388.000 km², uma área compreendida por 395 municípios costeiros, aproximadamente 5% do território nacional constituído por, 17 (dezessete) Estados, 04 (quatro) metrópoles com mais de um milhão de habitantes (Belém, Fortaleza, Recife e Salvador) e 01 (uma) megacidade (Rio de Janeiro) (Ribeiro & Ceura, 2003; MMA, 2007; Polette, 2008).

Considerado um espaço estratégico, com 1/3 da população brasileira habitando a beira mar, visto que quase metade dessa população reside a menos de 200 quilômetros da costa. Nesse mesmo espaço estão localizadas importantes instalações industriais do país, onde as atividades econômicas relacionadas às zonas costeiras correspondem a 70% do PIB nacional. (MMA, 2007; Polette, 2008; Scherer *et al.*, 2009).

Sendo o litoral brasileiro, no tocante aos vetores de ocupação, considerado zona de usos múltiplos, devido às mais variadas formas de uso do solo e diferenciadas atividades humanas, onde se pode encontrar, desde Comunidades Tradicionais, até metrópoles dotadas de toda modernidade, poderia até dizer de “um universo marcado pela diversidade e convivência de padrões díspares...” (Moraes, 2007:31). O que lhe confere elevado grau de conflituosidade, sendo possível verificar, ao mesmo tempo, atividades e usos que lhes são próprios, assim como a reprodução de processos de valorização que são comuns em outras porções do território (*idem*).

⁶² "Regulamenta a Lei no 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências."

Devido às potencialidades locacionais da área litorânea brasileira, verifica-se um ritmo cada vez mais veloz de ocupação e expansão, causando impactos de magnitude considerável e, dentre os processos que alimentaram esse movimento, pode-se destacar a urbanização, a industrialização e a exploração turística, que, através do seu ritmo e de sua lógica de instalação, possibilita visualizar a dinâmica futura de ocupação da zona costeira considerada.

Dentre as atividades econômicas relacionadas, de acordo com Scherer *et. al.* (2009), pode-se observar aquelas consideradas geradoras de grande impacto como:

A *urbanização* - sempre que realizada sem planejamento e controle, promove vários impactos ambientais e sociais. Sobre o meio físico podem ser ressaltados: destruição de ecossistemas, desmatamentos, que constituem ameaças à biodiversidade terrestre e marinha; degradação do litoral pela intensa retirada de areia, manguezais e vegetação, pela alteração da paisagem e erosão terrestre e marinha; ocupação de áreas de relevância ambiental, etc. Sobre o meio socioeconômico, as ações estão mais relacionadas às perdas humanas e materiais causadas: pelo deslocamento das comunidades costeiras para o interior; degradação da identidade cultural de comunidades tradicionais indígenas e não indígenas; e a degradação do patrimônio natural, histórico e cultural.

O *Turismo* - todas as atividades a este relacionadas carecem de planejamento global, para evitar impactos como: a destruição de ecossistemas costeiros e marinhos, a constituir-se em ameaça à biodiversidade terrestre e marinha; ocupação de áreas de relevância ambiental e o impedimento do fluxo de matéria entre ecossistemas costeiros. Sobre a área socioeconômica, os impactos ocorrem: na privatização dos espaços públicos; no deslocamento das comunidades costeiras para o interior; na interferência quanto à atividade pesqueira; na degradação da identidade cultural de comunidades tradicionais indígenas e não indígenas; e na degradação do patrimônio natural, histórico e cultural; e, sobretudo, no incentivo à exploração sexual.

A *Pesca* - apesar de os dados atuais existentes no Brasil evidenciarem que a pesca marinha contribui com mais de 60% da produção total de pescado brasileiro, 80% dos recursos encontram-se sobreexplotados. Para agravar ainda mais a situação, e para todas as regiões do país, os peixes migratórios encontram-se explorados em 20% e sobreexplotados em 47% (MMA, 2006; Scherer *et. al.*, 2009).

A *Maricultura* - dentre os impactos socioambientais causados pela malacocultura⁶³, os principais problemas estão relacionados: à privatização de espaços públicos, ocupação desordenada da lâmina de água, limitação de acesso ao mar, impedimento da navegação e degradação da paisagem. Já no caso específico da carcinicultura⁶⁴, além dos graves impactos ambientais ocasionados em todas as suas fases (implantação de cultivos, operação e pós-operação), apresenta, também, impactos sociais como a perda de empregos e atividades tradicionais com a expulsão de marisqueiras, pescadores e catadores de caranguejo de suas áreas de trabalho (Scherer *et. al.*, 2009).

A *atividade industrial e a extração mineral* - os impactos causados por essas atividades no Brasil podem ser observados na *Região Nordeste* (descarga de efluentes químicos no oceano; despejo de vinhoto das usinas produtoras de álcool, a causar grande mortandade de peixes e crustáceos; contaminação por grande quantidade de inseticidas e fungicidas utilizados na cultura da cana de açúcar); na *Região Sudeste* (região com maior carga tóxica industrial) e na *Região Sul* (poluição hídrica por carga orgânica e química) (*op. cit.*).

As *Atividades portuárias* - entre os principais impactos causados por essas atividades estão: a contaminação de corpos de água próximos, devido à falta de saneamento nos limites portuários, particularmente de coleta e tratamento dos resíduos sólidos; modificação da hidrodinâmica e do leito marinho pelas atividades de dragagem; contaminação por meio de organismos exóticos associados à água de lastro dos navios (*op. cit.*).

A *Indústria petrolífera* - a partir da instalação e operação de dutos e plataformas, somente com o trânsito das embarcações e das instalações em terra já se torna possível verificar interferências na qualidade ambiental da zona costeira e de alterações nas atividades socioeconômicas das populações locais. Ao mesmo tempo, as atividades relacionadas com essa indústria são consideradas fortemente impactantes como: atividade sísmica, exploração, extração, transporte, armazenamento, refino e consumo de derivados; além da operação de lavagem dos tanques dos petroleiros em pleno oceano, que, embora proibida, ocasionam o derramamento de grandes quantidades de petróleo, originando, muitas vezes, as marés negras. Segundo Scherer *et. al.*(2009), os acidentes relacionados com a indústria petrolífera afetam direta

⁶³ A malacocultura constitui o mais tradicional e popularmente conhecido tipo de criação de moluscos no Brasil, praticado preferencialmente em áreas litorâneas naturalmente protegidas (enseadas e marinhas) suas atividades são integralmente conhecidas sob o termo Maricultura (MPA, 2011).

⁶⁴ A Carcinicultura constitui a criação de camarão em viveiros, ou ainda de caranguejo, siri (MPA, 2011).

e indiretamente as atividades de pesca, maricultura, turismo, esportes náuticos e a balneabilidade das praias. Além de um dos maiores impactos expostos na atualidade, que é o grave conflito entre a pesca e as atividades de extração de petróleo⁶⁵.

Visto como patrimônio natural, cultural, econômico e social de grande relevância em nível mundial, o litoral brasileiro, nos últimos anos, assiste a uma ocupação desordenada, devido à predominância do sistema de apropriação privada em áreas de uso comum, que leva este espaço a um intenso processo de uso, gerador de inúmeros problemas e conflitos. Como bem analisa Marcus Polette (2008), as prováveis causas seriam:

Econômica:

- A zona costeira constitui uma das mais valorizadas áreas do território brasileiro, com inúmeros interesses de uso e ocupação.

Política:

- Predomínio de oligarquias na condução das políticas públicas locais;
- Verifica-se, em setores que exigem visão de longo prazo e nas tomadas de decisões, a preponderância de cargos comissionados.

Institucional:

- Ausência de integração inter e intra institucional, vertical e horizontal em todos os níveis;
- Existência de consultorias direcionadas;
- A sociedade civil organizada está distanciada das relações de poder entre os governos e a iniciativa privada;
- Fraqueza na organização interna das ONGs e ausência de visão de longo prazo;
- Empoderamento de comunidades dirigidas por oportunistas que visam apenas à projeção pessoal e não a coletividade.

⁶⁵ Este confronto entre a pesca e petróleo, ao mesmo tempo, diz respeito à oposição entre territórios locais de pesca e de vida e o processo de desterritorialização da forma moderna de produção globalizada, que contrasta ônus locais com vantagens observadas a consumidores globalizados (Herculano, S., 2012:40). De acordo com os dados do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, os números da pesca extrativa marinha (onde se insere a pesca artesanal costeira e estuarina) são declinantes, em comparação com o aumento da pesca continental (industrializada) e da maricultura. O Boletim Estatístico de 2010 do MPA registrou um declínio de 8% da pesca extrativa marinha nacional entre 2009 e 2010 (mas com aumento para a pesca extrativa continental e para a aquicultura). Para o Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, o referido boletim apontou queda na pesca extrativa marinha (de 57 mil ton. em 2009 para 54 mil ton. em 2010) (Idem, 2012:43).

Ecológica:

- Falha no entendimento da estrutura e funcionamento dos ecossistemas costeiros, bem como do entendimento da resiliência⁶⁶ destes.

Administrativa:

- Ausência de infraestrutura física nas instituições, de recursos humanos, e de fiscalização rígida dos órgãos competentes;
- Inexistência de licenciamentos;
- Planos diretores antigos, sem levar em consideração o pleno processo de participação social;
- As Políticas públicas incidentes nas zonas costeiras não são integradas e não apresentam visão de longo prazo.

Mediante tais fatos, cabe levantar questionamentos sobre o funcionamento do atual modelo de uso e ocupação do litoral brasileiro (Lei nº 6.101/2007), além de buscar outras opções para uma gestão costeira integrada e participativa; mas para tanto é preciso, num primeiro momento, compreender o funcionamento do processo existente sobre a gestão da zona costeira.

3.4.2 - Gestão da zona costeira

O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), implantado pela lei 7.661/1988, cujo zoneamento é o resultado expresso em legislações definidoras do uso do solo nas diferentes localidades, constitui também um instrumento permanente para o planejamento territorial. O mesmo tem como meta estabelecer os modelos de ocupação não predatórios, dada à variabilidade da zona costeira brasileira, cuja extensão acarreta a coexistência de unidades fisiográficas muito diferenciadas e numerosas, além das variadas formas de ocupação humana e das distintas funções econômicas (Moraes, 1995).

Nesse sentido, deve-se lembrar de que a zona costeira brasileira apresenta uma formação colonial determinada, por ter sido difusora do povoamento do país, e caracterizada por maior adensamento populacional. Essa situação persiste em função da dependência da economia do país, que impõe, consequentemente, uma configuração territorial voltada para o exterior.

⁶⁶ A *resiliência* é entendida como característica de um sistema socioecológico e consiste na manutenção das suas estruturas e funções essenciais frente a distúrbios extremos que por acaso venha a sofrer. Um sistema resiliente é, portanto, aquele capaz de atenuar os impactos, conservar sua essência e identidade; auto-organizar-se, aprender e ajustar-se às modificações que por acaso venha a sofrer (Holling, 2001 *apud* Costa, 2011).

Essas características presentes no território brasileiro fizeram com que o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), em sua implantação, através de suas normas globais, tivesse como objetivos precípuos:

- Promover o ordenamento do uso dos recursos naturais e da ocupação dos espaços costeiros;
- Estabelecer o processo de gestão das atividades socioeconômicas na zona costeira, de forma integrada, descentralizada e participativa, visando à melhoria da qualidade de vida de sua população e, também, à proteção do seu patrimônio, natural, histórico, étnico e cultural;
- Desenvolver diagnóstico sistemático da qualidade ambiental da zona costeira e, a partir da identificação de suas potencialidades, utilizá-lo no processo de gestão;
- Incorporar a dimensão ambiental nas políticas setoriais direcionadas para a gestão integrada dos ambientes costeiros e marinhos;
- Controlar sob todas as formas os agentes causadores da poluição ou degradação ambiental que possam afetar a qualidade de vida da zona costeira; e
- Produzir e difundir o necessário conhecimento, que visa ao desenvolvimento das ações do gerenciamento costeiro.

Mas o grande problema nesse plano é que ele foi elaborado apenas no final dos anos 80. Em fase anterior, principalmente durante o período em que vigorava o mito do progresso, até o final da década de 1970, a questão ambiental era considerada empecilho ao desenvolvimento econômico. Inexistia no Brasil uma política ambiental regulamentada, que favorecesse a posição do país na ordenação do seu território. A criação de uma política ambiental apenas se consubstanciou em Lei, em 1981 (Rodrigues, 1997).

O que se verifica é que a elaboração de políticas ambientais e planos, como o de Gerenciamento Costeiro, se dá posteriormente às agressões ocorridas. Principalmente no tocante às zonas costeiras, os planos de desenvolvimento turístico e urbano-industrial se estabeleceram durante a fase do acelerado desenvolvimento econômico brasileiro, correspondente ao período entre 1967 e 1973, o que tornou difícil e complicada a tarefa de ordenamento e, atualmente, de reordenamento do território. O que necessitará, antes de tudo, de uma mudança de atitude e de mentalidade quanto à preservação e conservação ambiental, referindo-se aí tanto ao patrimônio natural quanto ao patrimônio cultural. Essas mudanças deverão ocorrer não apenas no plano

federal, mas também nos planos estadual e municipal. É possível observá-las a acontecer lentamente, pois as etapas a serem cumpridas pelo Gerenciamento Costeiro são muito detalhadas, e sua implementação consome muito tempo, ainda que as ações sobre as áreas costeiras aconteçam de forma rápida e em sentido contrário.

A sua operacionalização implica no desenvolvimento de uma “estratégia de sistematização da informação, ou seja, do conhecimento da realidade, de planejamento coerente com esse conhecimento, e de uma execução baseada no envolvimento e na integração intersetorial das ações públicas e na transparência das relações entre governo e sociedade” (Polette & Silva, 2003: 06).

Constituem marcos importantes para o gerenciamento costeiro no Brasil (Quadro 1):

Marcos para Gerenciamento Costeiro no Brasil	
Cronologia	Marco
1988	<ul style="list-style-type: none"> • Lei nº 7.661, que estabeleceu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC). Tendo como principal finalidade, o estabelecimento de normas gerais para a gestão ambiental da zona costeira, lançando as bases para a definição de políticas, planos e programas estaduais e municipais.
1997	<ul style="list-style-type: none"> • Instituição do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, atualmente em sua segunda versão (PNGC II). • Elaboração do Plano de Ação Federal para a Zona Costeira – PAF, no âmbito do Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO). O PAF é o referencial de atuação da União na zona costeira, sintetizando as concepções e responsabilidades federais para seu planejamento e gestão.
2004	<ul style="list-style-type: none"> • Publicação do Decreto 5.300 regulamentando a Lei 7.661. Conforme Scherer <i>et.al.</i>(2009) dois outros instrumentos passam a fazer parte da relação de aparelhos estratégicos do gerenciamento costeiro (GERCO), são eles: <ul style="list-style-type: none"> – Plano de Ação Federal para a Zona Costeira – PAF; – Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima – Projeto ORLA.
2005	<ul style="list-style-type: none"> • Revisão do Plano de Ação Federal – PAF. Análise e atualização das linhas de ação e programas do PAF.

Quadro 1 - Fonte: (MMA, 2007; Polette, 2008).

Apesar da existência de normatizações eficazes, devido à permanência de antigos vícios, elas acabam por ser desrespeitadas, e encontram, segundo Rodrigues (1997), fortes resistências em todos os estratos da sociedade, ocorrendo com frequência a não execução de projetos da forma como foram concebidos, favorecendo, conseqüentemente, em sua implementação, vários acidentes de percurso.

Ao que se observa, deveria haver necessariamente a formulação de uma política de desenvolvimento integrada dessas zonas, de modo que os interesses particulares não se sobrepussem aos interesses comuns, de modo a privilegiar a implementação de projetos que tivessem como foco a conservação e a preservação do meio ambiente natural, cultural e social, favorecendo a economia local e regional, em bases essencialmente sustentáveis.

Dentre os doze princípios determinados no Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), destacam-se (MMA, 2007; Polette, 2008):

- A não fragmentação, na faixa terrestre, da unidade natural dos ecossistemas costeiros;
- A consideração, na faixa terrestre, das áreas demarcadas por atividades socioeconômicas e culturais características da zona costeira;
- A observação dos limites políticos municipais, que visa à operacionalidade das articulações necessárias à gestão;
- A preservação, conservação e controle dos ecossistemas costeiros, com recuperação e reabilitação das áreas degradadas ou descaracterizadas;
- A aplicação do princípio da precaução tal como definido na Agenda 21⁶⁷;
- O comprometimento e a cooperação entre as esferas de governo, e dessas com a sociedade, no estabelecimento de políticas, planos e programas estaduais e municipais.

O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, em sua ideia inicial, necessita de um processo lógico e sequencial, para que possa ser entendido através dos diversos estágios, etapas e gerações de desenvolvimento (Polette & Silva, 2003). Para tanto, os instrumentos de gestão indicados (Tabela 2), (MMA, 2007; Polette, 2008; Scherer *et. al.*, 2009) são:

⁶⁷ O Princípio da Precaução, refere-se “a uma atividade que representa possíveis medidas de precaução às ameaças de danos ao meio-ambiente e/ou à saúde humana, mesmo se algumas relações de causa e efeito não forem plenamente estabelecidas cientificamente (MMA, 2007:17).

Tabela 2. PNGC – Instrumentos	Atribuições
Plano de Gestão da Zona Costeira (PGZC)	Desenvolvido sob a metodologia de planejamento participativo e interativo, com representantes de órgãos federais, estaduais e municipais que atuam na região, como também da comunidade científica e setores organizados da sociedade e da esfera produtiva. Este instrumento se destaca por possibilitar a definição das prioridades de ação integrada, a curto, médio e longo prazo.
Diagnóstico Socioambiental (DSA)	Constitui o documento referencial de apoio à gestão, cuja metodologia tem por base informações existentes, organizadas em cartas-síntese e relatórios técnicos, complementadas pelo desenvolvimento de matérias específicas, dependendo da necessidade de cada caso.
Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro (ZEEC)	Forma a base técnica para a tomada de decisão. Estabelece os critérios para o planejamento e para a implementação das atividades costeiras, está voltado para apoiar processos de licenciamento e controle ambiental. Tem na análise socioambiental sua base de informações.
Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro (PEGC)	Estabelece Planos Integrados de Ação, através de recursos orçamentários no intuito de atender as demandas, formalizados por Decreto ou instrumentos análogos. Regulamenta os instrumentos indispensáveis para a administração das pressões e conflitos de interesses na região costeira.
Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro (PMGC)	Ocupa-se da aplicação das diretrizes do zoneamento ecológico econômico costeiro no processo de elaboração dos planos diretores municipais e do disciplinamento de usos mais específicos. Este deverá ser integrado em um plano de ação municipal estabelecendo um equilíbrio com o nível estadual e com as diretrizes de gestão do Patrimônio da União.
Sistema de informações do Gerenciamento Costeiro (SIGERCO)	Constitui uma ferramenta de apoio armazenando as informações e resultados colhidos, disponibilizados para diversos usuários, gestores públicos e organizações privadas, subsidiando o planejamento e execução das atividades costeiras.
Sistema de Monitoramento Ambiental da Zona Costeira (SMA-ZC)	Ferramenta que acompanha e avalia os resultados e a eficácia das ações e medidas de controle e fiscalização em função das metas de qualidade ambiental definidas para os ambientes costeiro e marinho. Estas informações são armazenadas no SIGERCO, em constante atualização, para subsidiar a avaliação e proposição de novas medidas e também a inserção de novas políticas responsáveis pela realimentação do processo.
Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira (RQA-ZC)	Resultante do SMA-ZC e que proporciona uma visão geral da qualidade ambiental da zona costeira.

Esses instrumentos constituem, em sua maioria, formas seguras para se alcançar um processo de gestão coerente com a realidade, apesar de que novos instrumentos devam ser incorporados e outros revisados. Esta revisão deve existir numa perspectiva de integração e funcionamento, uma vez que a paisagem costeira está sujeita a mudanças, como também estão os atores governamentais e não governamentais (Polette & Silva, 2003).

3.4.3 - O gerenciamento costeiro integrado (GCI)

O manejo costeiro integrado ou gestão integrada de áreas litorâneas surge, segundo Barragán (2012), no intuito de dar respostas aos problemas que ocorrem em áreas tão singulares, desde o ponto de vista físico e natural, e de grande importância no social. Constitui uma ferramenta para buscar soluções ecologicamente duráveis e socialmente justas. Ao mesmo tempo, tem no habitante da zona costeira “o centro e sujeito principal de sua razão de ser, sem olvidar sua atenção à resolução de conflitos e sinergias entre as distintas atividades produtivas com assento no litoral, como o desenvolvimento de um processo contínuo, orientado para a conservação e restauração da dimensão biofísica da zona costeira, ao tempo em que se mantém sua biodiversidade como prática do desenvolvimento sustentável” (*idem*: 71).

O gerenciamento costeiro integrado (GCI) difere do gerenciamento costeiro (GC), particularmente porque este último, por ser mais amplo, leva em conta todas as atividades setoriais que afetam a Zona Costeira e seus recursos, a lidar também com os principais temas e problemas socioeconômicos, bem como aqueles relacionados à questão ambiental e/ou ecológica (Polette & Silva, 2003). O plano nacional de gerenciamento costeiro (PNGC) possui um vasto campo de atuação, que ultrapassa em muito uma preocupação estritamente de preservação ambiental e, de acordo com o Artigo 5º da Lei 7.661/1988, outros aspectos são visivelmente contemplados como: a urbanização, uso e ocupação do solo, do subsolo e das águas; parcelamento e reagrupamento do solo; sistema viário e de transporte; sistema de produção, transmissão e distribuição de energia; habitação e saneamento básico; turismo, recreação e lazer; pesca e aquicultura; patrimônio natural, histórico, étnico, cultural e paisagístico.

Por sua vez, o gerenciamento costeiro integrado (GCI) é um processo. Caracteriza-se por ser participativo, continuado, interativo e adaptativo, o qual inclui inúmeros deveres coligados e que devem, ao mesmo tempo, atingir metas e objetivos anteriormente determinados. Inclui ainda uma avaliação abrangente da realidade na qual se encontra inserida e, também, objetiva o

planejamento de usos e o gerenciamento dos sistemas e recursos, levando em consideração “aspectos de natureza histórica, cultural e das tradições, bem como os conflitos de interesses e a utilização do espaço a ser analisado” (Polette & Silva, 2003:03).

Dentre as principais funções do Gerenciamento Costeiro Integrado (GCI), Cicin-Sain & Knecht (1998 *apud* Lima, 2009:16) destacam:

1. planejamento territorial das ações presentes e futuras com perspectiva de longo prazo;
2. promoção do desenvolvimento econômico adequado;
3. proteger os recursos, no intuito de resguardar a base ecológica das regiões costeiras e marinhas, preservar a biodiversidade e assegurar o uso sustentável;
4. atuar na resolução dos conflitos, através da harmonização e do equilíbrio dos usos potenciais e existentes;
5. garantir a segurança pública em caso de acidentes naturais ou causados pela ação humana;
6. assegurar o domínio público de terras e águas submersas.

A importância do processo de Gerenciamento Costeiro Integrado (GCI) está no modo como prescreve suas aproximações, que se estruturam em várias etapas, com base em experiências reais através do “processo de ‘aprender-fazer’” (ICAM⁶⁸ *apud* Polette & Silva, 2003:05). Vem a contribuir, em sua ação metodológica, para uma nova dinâmica social, o que faz reforçar a necessidade do envolvimento de especialistas ao longo do processo de Gerenciamento Costeiro Integrado e, somando a este debate, políticos e a iniciativa privada, além da comunicação como instrumento fundamental para uma mudança de comportamento.

Como observa Olsen (2001), a lista de “assuntos chaves” enfrentados pelos programas de manejo costeiro se repetem. Os sintomas compreendem a destruição de importantes habitats, redução da qualidade e da quantidade de água doce, que flui para os estuários, sobreexploração dos recursos pesqueiros, localização incorreta da infraestrutura nas riveras, perda do acesso público à costa, redução dos recursos marinhos e intensificação dos conflitos entre os usuários da costa. A importância de cada assunto varia de um lugar para o outro, e as razões e implicações se alteram; porém a problemática permanece a mesma. A diferença encontra-se somente na rapidez com que a mudança ocorre e no tempo de espera, para que os resultados das ações humanas tornem-se sensíveis, como as modificações na qualidade dos ecossistemas costeiros.

⁶⁸ ICAM (Integrated Coastal Area Management), Polette & Silva (2003).

A intensidade das ações humanas nas regiões costeiras produz uma sobreposição de atividades e processos. Por esta razão, trabalhar somente de modo tradicional, de setor por setor, não é adequado. Para planejar e tomar decisões, de maneira integrada, é preciso incorporar um método, que contribua para uma perspectiva que não olhe somente o presente, mas também o passado e o futuro. E para Olsen (2001), este constitui o desafio prioritário.

Para o desenvolvimento de um plano, programa ou projeto de Gerenciamento Costeiro Integrado, existem alguns “passos” encontrados encadeados dentro de uma sequência lógica (Olsen, 2003; Olsen *et al.* 2004). Apesar da existência de variações sobre a denominação destes “passos”, eles podem ser assim definidos:

1. diagnóstico da situação (Identificar e avaliar os problemas e as oportunidades);
2. planejamento das ações que guiarão as decisões futuras;
3. formalizar compromisso para implementar o programa;
4. implementação;
5. operação;
6. avaliação.

Estes “passos” devem ser considerados como ciclos ou gerações, nas quais as decisões são tomadas, postas em prática e avaliadas (Olsen, 2003). A avaliação é considerada uma etapa fundamental para o Gerenciamento Costeiro Integrado, pois o GCI apenas poderá ser considerado eficiente, se for construído com base em uma aprendizagem que conecte o que já se fez, o que está a se fazer e o que se pretende fazer (Lima, 2009).

Segundo Olsen (2012) para um efetivo programa de Manejo Costeiro Integrado (MCI), o apoio político para as iniciativas intersetoriais produz resultados destacados, assim como é de grande utilidade para aqueles que operam com o manejo costeiro conhecer e entender profundamente como se formam, funcionam e modificam os processos e contextos nos quais atuam.

A finalidade principal do Gerenciamento Costeiro Integrado (GCI) é de melhorar a qualidade de vida das comunidades humanas dependentes dos recursos costeiros, de modo a levar em consideração a manutenção da diversidade biológica e a produtividade dos ecossistemas costeiros. Porém, isto não deve ser observado de forma simplista, pois o alcance desta meta consiste em um amplo processo de articulação política, que demanda uma longa ação de

integração e de envolvimento institucional em diversos níveis de articulação política, através da inclusão dos mais diferentes interesses, sejam eles governamentais ou não governamentais.

Apesar da relevância dos instrumentos para o desenvolvimento de ações socialmente justas e ecologicamente duráveis, abordados neste capítulo, em muitas localidades do mundo periférico, por ainda seguirem um modelo caracterizado por políticas assistencialistas, com desenho piramidal, setorializado, e ainda por se encontrar “todas as estruturas, em todos os níveis de governo [...], loteadas para os partidos políticos e para os grupos de apoio” (Inojosa, 2001:04). Tal conjuntura demonstra a sua incapacidade de provocar as mudanças necessárias para a promoção do desenvolvimento social, que, deste modo, revela-se insustentável.

No capítulo a seguir, poder-se-á ver o quanto a inobservância, a ausência de um olhar atento às características sociais, ambientais, culturais e econômicas locais, por parte dos responsáveis pelos órgãos de planejamento e gestão, associados aos grupos de interesses econômicos exógenos, produziram, ao longo de mais de três décadas, impactos socioambientais sobre uma importante comunidade de pescadores artesanais, e como, também, sobre um ecossistema de grande fragilidade e vulnerabilidade, provocando a transformação de um *lugar* identitário, em um espaço efêmero, um *não lugar*.

Capítulo IV -

Praia do Francês: estudo de caso no litoral de Alagoas

“... ao mesmo tempo que as comunidades originárias são substituídas por centros urbanos onde o indivíduo estará subordinado a um todo que o ignora e domina, o homem vai perdendo pouco a pouco a sua bela segurança em si mesmo, ansiando por libertar-se das responsabilidades angustiantes para com a natureza que outrora assumiu alegremente. A partir deste momento o doloroso despertar da consciência humana pode acompanhar-se através das divindades sucessivamente definidas.”

Popol Vuh

A atividade turística vem, em sua prática, desenvolvendo projetos, no intuito de adequar as áreas onde estes se estabelecem às demandas do mercado. Concomitantemente, esses projetos ocorrem, em sua maioria, desconexos à realidade das áreas nas quais são implementados. Essas formas de atuação têm provocado graves e sérias mudanças, favorecendo a degradação de seus principais recursos, sejam ambientais, culturais, sociais ou econômicos, de modo a comprometer sobremaneira a sua sustentabilidade.

Com a massificação da atividade turística, as zonas costeiras tropicais sofrem uma rápida e franca valorização, constituindo-se em importantes zonas de circulação econômica.

A Praia do Francês, considerada um rico e variado ecossistema costeiro de grande beleza cênica e o *lugar* de existência de uma pequena comunidade de pescadores, vem, ao longo dos anos, sendo rapidamente descaracterizada pelo intenso processo de especulação imobiliária e pela atividade turística. São ações que vêm, contraditoriamente, mas também sorrateiramente, a degradar essa área até então considerada o cartão postal, símbolo e principal recurso turístico do Estado de Alagoas. Trata-se, sem dúvida, de um exemplo típico de ocupação desordenada com alto impacto ambiental e social.

Este estudo constitui uma análise sobre o domínio dos impactos socioambientais na Praia do Francês, caracterizando as mudanças que afetaram a comunidade e os ecossistemas, questionando o seu destino e apontando as principais tendências. Ao mesmo tempo, as mudanças que puderam aqui ser registradas constituem uma homenagem à experiência tradicional da comunidade, à compreensão e à vivência que têm do local ao qual pertencem e se sentem integrados.

4.1 – Metodologia

A escolha da Praia do Francês ocorreu fundamentalmente devido ao forte significado turístico dessa praia, de conhecida beleza paisagística, mas principalmente à relação pessoal da pesquisadora com os moradores dessa localidade, nos idos dos anos 1980.

Essa relação estabelecida com os antigos moradores, especialmente os pescadores, favoreceu o desenvolvimento de uma visão maior do contexto trabalhado e suas rápidas transformações advindas do turismo, estimuladas pelo poder político-econômico exógeno que aí se instalou, resultando em drásticas mudanças no modo de vida da população local.

Ao procurar compreender melhor as mudanças ocorridas não apenas na Praia do Francês, mas também entre aqueles que a vivificaram, deparou-se com a dificuldade de obtenção de documentação oficial sobre o processo de ocupação dessa área. A sua quase inexistência fez com que se buscasse, através do depoimento dos antigos moradores e daqueles que a conheceram antes das mudanças, normalmente excluídos do processo de decisão, o registro, não apenas da história dessa praia famosa, como também da própria comunidade ali existente (Martins, 2000).

Ressalta-se que a “história de vida, aqui concebida, não é uma coisa em si absoluta, que existe e que basta recordar, mas que é da ordem da construção. Ao recordar, a memória é ressignificada de acordo com o agora que se está recuperando, lembrando” (Oliveira, 1998:53). Ao recuperar a história de vida, a partir daquele momento em que se volta para o passado, o pesquisador também participa dessa recuperação, uma vez que estimula uma lembrança mais detalhada e sempre relacionada com as transformações que o turismo e as demais inserções acarretaram para essas histórias.

Para as observações de campo e coleta de depoimentos sobre fontes de recursos e observação das atividades ainda praticadas, foram realizadas incursões na área de estudo, optando-se por entrevistas não estruturadas, que permitisse ao entrevistado, sujeito primordial,

espaço para que este dissertasse livremente sobre sua experiência pessoal (Mourão & Nordi, 2006). As entrevistas livres e abertas com (n=08) oito pescadores/moradores mais antigos, realizadas entre Fevereiro e Outubro de 1999, gravadas e posteriormente transcritas⁶⁹, mantendo-se integralmente a fala dos depoentes⁷⁰, ocorreram mediante perguntas amplas e não induzidas, de modo a permitir que o relato, tanto da sua história de vida como a do lugar, ocorresse livremente (Martins *et al.*, 2012). As técnicas empregadas para a coleta dos dados foram as mesmas já utilizadas pelas ciências sociais (relato ou história oral, depoimentos), consideradas válidas para se contrapor às técnicas quantitativas, uma vez que recuperam os valores e as emoções ausentes nos dados estatísticos (Montenegro, 2001).

Para as entrevistas, e no intuito de recuperar a história do lugar, sobretudo para revisitar a relação estabelecida entre eles e deles com o meio ambiente, foi dada prioridade aos mais antigos moradores, particularmente aqueles que viveram em momentos anteriores e posteriores às mudanças decorrentes da implantação do turismo e da especulação imobiliária. Uma vez que a percepção do ambiente, segundo Marques (1991), é de suma importância para qualquer organismo e, no caso dos organismos humanos, torna-se relevante, já que todo impacto ambiental depende, pelo menos em parte, de como as pessoas percebem seus ambientes e dos anseios e intuítos que possuem para satisfação de suas necessidades.

Esse estudo desenvolvido em 2000 sobre o “Turismo e os impactos socioambientais na Praia do Francês – Alagoas”, após dez anos, é aqui retomado e inserido como alvo das observações, para maior aprofundamento diante da atual situação que envolve a Praia do Francês. Apesar de as ações consideradas anteriormente impactantes repetirem-se, é nítido o agravamento da condição social não apenas dos antigos moradores e pescadores ainda lá encontrados, mas na sequência de um processo de “desenvolvimento”, por ocorrer de modo descontextualizado, por meio de ações que ocorrem desconectadas com a realidade local.

Ao adquirir informações detalhadas com relação aos novos projetos existentes para faixa litorânea da porção Sul do Estado e para maior conhecimento, foi necessária uma reaproximação com a antiga área de estudo, com maior interesse em ouvir o que pensam as pessoas que vivem

⁶⁹ Os trechos de interesse para análise foram registrados textualmente e no entendimento da autora, encontram-se em consonância com o texto e, também, por reconhecer que os depoimentos “têm uma história, uma concepção do tempo condizente com sua cultura, com o tempo da natureza da qual dependem e que é evidenciado na dinâmica da memória” (Costa, 2011:14).

⁷⁰ Apesar da permissão dada pelos depoentes para tornar públicos seus nomes reais, por motivos éticos com a pesquisa optou-se por preservar o anonimato, fazendo uso de nomes fictícios.

na Praia do Francês, de modo a privilegiar o ponto de vista nativo – os mais antigos pescadores e moradores – particularmente aqueles com quem já havia estabelecido nos idos dos anos 1990, uma relação pessoal e que tanto contribuíram para o desenvolvimento do estudo materializado em 2000, sobre aquela realidade.

O percurso metodológico adotado foi o da convivência, com base na observação participante, ou seja, compartilhar, conviver o maior tempo possível e conversar; e o estudo etnográfico, que consiste, basicamente, na articulação sistemática da manifestação das experiências concretas das pessoas com o objeto da investigação (Pardal & Lopes, 2011: 87), este contribuiu para identificar as transformações ocorridas no ambiente natural e cultural da área, objeto focado nesse estudo de caso.

Em um primeiro momento, entre Fevereiro e Março de 2009, foram realizadas algumas incursões a campo para observação e, também, para o estabelecimento dos primeiros contactos que já se tornaram ricos, dada à acuidade perceptiva existente. Em Fevereiro de 2011, houve retorno da autora, por mais alguns dias à Praia do Francês para novos contactos, para conversas de caráter informal, e novamente com os antigos pescadores e moradores.

As conversas, posteriormente anotadas em diário de campo⁷¹, compuseram o cenário atual da praia do Francês e o processo de transformação por que passou esta localidade, ou seja, como era e como veio a se transformar e a se constituir hodiernamente.

Para maior aprofundamento, alguns procedimentos foram adotados como:

- Levantamento bibliográfico sobre a temática da pesquisa, provenientes das Ciências Naturais (Odum, 1988; Nordi, 1994, 1995; Grasso & Tognella, 1995; Schaeffer-Novelli, 1995; Leinz & Amaral, 1980; Muehe, 1995) das Ciências Humanas (Augé, 1994, 2010; Carlos, 1996; Costa, 1983; Ferrara, 1996; Lima, 1991; Morin, 2003; Polette, 1995; Rodrigues, 1997; Zaoual, 2008; Irving, 2009); além de trabalhos interdisciplinares (Diegues, 1995, 2001; Marques, 1991, 1995; Toledo, 2009; Begossi, 1993, 2001; Linsker & Tassara, 2005; Ferrare, 1996; Oliveira, 1998).

⁷¹ No contexto da observação participante, utilizando-se de anotações em diário de campo, referiu-se essencialmente, as informações obtidas, aos contactos estabelecidos, as transformações físicas, sociais e econômicas do sítio da pesquisa, que possibilitavam perceber a dinâmica do cotidiano das pessoas e delas com o lugar.

- Levantamento e análise de dados de fontes secundárias como: jornais (imprensa local e nacional), documentos (Instituto do Meio Ambiente – IMA; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis – IBAMA), publicidade sobre lançamento de loteamentos e condomínios na região, publicidade institucional dos órgãos estaduais e municipais.
- Consulta aos órgãos públicos como: Instituto do Meio Ambiente (IMA), Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento Econômico (SEPLAN), Secretaria de Estado do Turismo (SETUR), Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (*DNIT*), Departamento de Estradas de Rodagem (DER).
- Rastreamento de ações civis públicas em algumas áreas pontuais na porção Sul do litoral de Alagoas, levantamento de dados e consulta ao Ministério Público Federal (MPF).
- Registro de fotografias sobre a área de estudo com destaque para o ambiente local, com ênfase: nas atividades desenvolvidas, na formação geomorfológica, na identificação dos recursos ambientais e no processo de ocupação. As imagens registradas constituem importantes informações e detalhes que, muitas vezes, escapam da percepção do pesquisador e que permitem consultas e comparações posteriores, além de configurar como um excelente recurso para estudos futuros, que procuram analisar a transformação dos espaços e do modo de vida das populações (Costa, 2011).
- Emprego de mapas, plantas e imagens de satélite para maior compreensão do processo de ocupação, da localização de importantes recursos e transformação da área de estudo.

4.2- Do *lugar* percebido ao *espaço* efêmero

Localizada na porção sul do litoral de Alagoas, a Praia do Francês (Figura 5), área do antigo “Porto dos Franceses” na época do Brasil Colônia, constitui o único núcleo urbano do município de Marechal Deodoro situado nessa orla marítima.

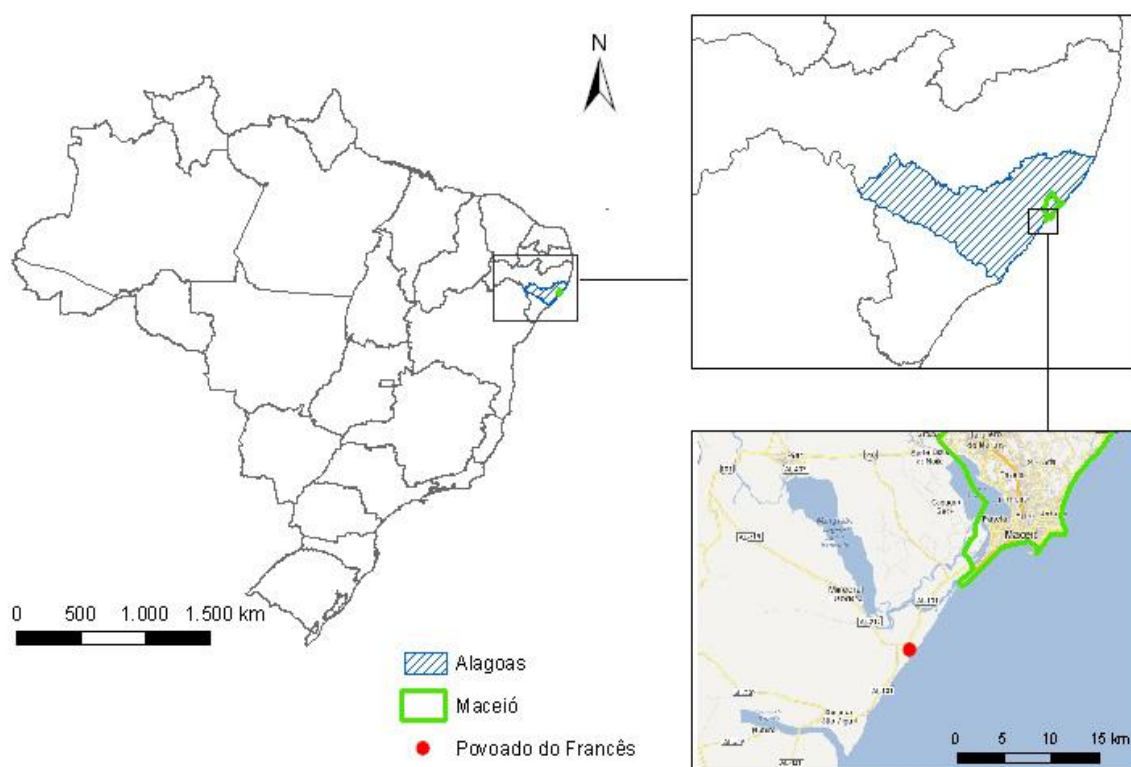


Figura 5- Localização da Praia do Francês - Alagoas, Brasil, (Adaptado). Fonte: IBGE (2004).

Essa praia, distante 24 km de Maceió, capital do Estado, juntamente com outros núcleos urbanos pertencentes ao município de Marechal Deodoro, como a Barra Nova, Massagueira, que integram o Complexo Estuarino Lagunar Mundaú – Manguaba (CELMM), constitui em um ecossistema de grande diversidade, devido à existência de mangues, lagoas, restingas e cordões de recifes.

Conhecida como uma das mais belas praias existentes no litoral alagoano, a imagem da Praia do Francês assim permaneceu durante anos para aqueles que tiveram o prazer de descobri-la, ainda selvagem, onde apenas era possível visualizar a presença de alguns de seus mais antigos

moradores, que formavam uma pequena comunidade de pescadores, que, quando não saíam para o mar, eram vistos tecendo suas redes de pesca.

A praia de areias finas e brancas, também conhecidas como areias “cantantes”, por emitir sons agradáveis quando sobre elas se caminhava, encontra-se sob a proteção de um extenso cordão de recife. Durante as marés baixas, ele atua como barreira para as águas límpidas e mornas de seu mar azul-esverdeado, a favorecer, nessa área de praia, a formação de uma extensa piscina natural. Por sua vez e ao mesmo tempo, no trecho onde a barreira se encontra naturalmente interrompida, o mar o atinge com maior intensidade (Figura 6).



Figura 6 - Vista aérea da Praia do Francês (1991), com recuo evidenciado em sua porção superior esquerda. Fonte: (Martins, 2000).

Quanto à sua formação geológica e geomorfológica, a Praia do Francês caracteriza-se por apresentar praias e terraços arenosos. Seu corpo de praia apresenta-se como uma sequência, desde as proximidades da Barra Nova, até estender-se pelas praias do Saco, da Pedra e da Pimenta (anexo 3), a constituir-se em uma barragem arenosa, de formação recente, protegida por recifes lineares, em posição frontal à área onde anteriormente se encontrava abrigado seu antigo povoado, em casas de barro cobertas por palhas de coqueiro, distribuídas harmoniosamente, em meio à grande formação dunosa aí existente.

Atualmente essa porção de praia apresenta-se ocupada por bares, hotéis e pousadas, tendo, como limite, a área onde se verifica o término do primeiro lance desse recife “costeiro linear”, até agora a atuar como proteção ao ataque das vagas da corrente litorânea. O recife evita a destruição da formação dunosa nessa área de praia, por apresentar um traçado ligeiramente curvo e saliente para o mar. Seguindo na direção sudoeste, a partir da interrupção dos recifes, o mar passa a atacar a praia mais diretamente, encontrando-se ela recuada, a formar uma pequena e rasa enseada. Devido à impetuosidade das vagas que passam a lançar grande quantidade de areia, nesse trecho há uma larga formação de dunas (Figura 7), com altura chegando até 15 metros, dando continuidade às formações anteriores, a defender o corpo da praia da erosão marinha (Lima, 1990).



Figura 7 – Formação de dunas na Praia do Francês a partir da interrupção dos recifes (1999). Fonte: (Martins, 2000).

Do ponto de vista climatológico, a região apresenta-se sob o domínio de clima tropical quente (temperatura média anual: 25,6°C) e úmido (pluviosidade média anual: 2.046,7 mm), com ocorrência de chuvas no outono-inverno e com o verão seco com raras precipitações (Marques, 1991), sendo do tipo As', na classificação de Köppen (Lima, 1990). Verifica-se, nessa área, a incidência dos ventos de leste nos meses de dezembro a fevereiro-março e, posteriormente, os de sudeste, atuando desde abril até agosto-setembro, a erguer e empurrar sobre o litoral as barragens arenosas da antepraia, que, ao mesmo tempo, denota contato das vagas sobre o litoral e um maior trabalho de escavação. Os ventos de nordeste possuem maior atuação a partir de

outubro-novembro, chegando até fins de fevereiro, conhecidos também como “construtores”, devido à edificação, na direção de sudoeste, das restingas e dunas no litoral alagoano (Lima, 1990:180-181).

Sua cobertura vegetal é composta principalmente: por coqueiros⁷² (*Cocos nucifera*), por vegetação própria de dunas como o capim de areia (*Panicum pacemosum*) e o capotiraguá ou pirix (*Iresine portucaloides*); por vegetação de praia e restinga, como a salsa-de-praia (*Ipomoea péis-caprae*), o guajuru (*Chrysobalanus icaco*), o feijão da praia (*Canavalia ramosa*) e o cajueiro (*Anacardium occidentale*), além do que restou do grande trecho de mangue por trás das dunas existentes anteriormente à exploração imobiliária (Figura 8). Pode-se verificar a presença de macrófitas aquáticas, como a taboa⁷³ (*Typha domingensis*), vegetação encontrada em um brejo localizado nas proximidades do antigo leprosário e povoado do Francês.



Figura 8 - Praia do Francês: a – Coqueiros (*Cocos nucifera*); b – vegetação de praia e restinga. Fonte: (Martins, 2000).

Muitos que a conheceram no início dos anos 1970 ou que ainda moram nessa praia guardam imagens nítidas daquela paisagem natural que tanto os sensibilizaram e que agora saudosamente lembram: “(...) descobrimos aquele paraíso, que era uma beleza, absolutamente

⁷² Trazidos pelos portugueses, não se sabe ao certo a sua procedência, podendo ser oriundos da África, Ásia ou de algum arquipélago do Pacífico. No Brasil anteriormente aos portugueses, essa palmeira não existia, mas sua presença tornou-se característica das paisagens litorâneas do Nordeste. (Alagoas, 1994: 172).

⁷³ Conforme Alagoas (1994), a taboa não é uma planta essencialmente aquática, sendo encontrada principalmente nos brejos, à beira de mangues ou na foz dos rios, formando populações uniformes e desempenhando importante papel como abrigo e fonte de alimentos para os animais aquáticos.

deserta, eram três, quatro casas de pescadores, ainda havia uma igrejinha (...)” (Alberto Leão, artista plástico).

Essa comunidade, apenas algumas famílias de pescadores em suas casas de taipa (figura 9), encontrava-se em um ambiente povoado por imensas dunas, fixadas pela sua vegetação herbácea típica, além do imenso coqueiral que as cobria e, ao mesmo tempo, as adornava. Essas famílias viviam em estreita dependência desse meio natural, de onde retiravam sua subsistência através do pescado farto e variado, do extrativismo vegetal e da pequena agricultura familiar.

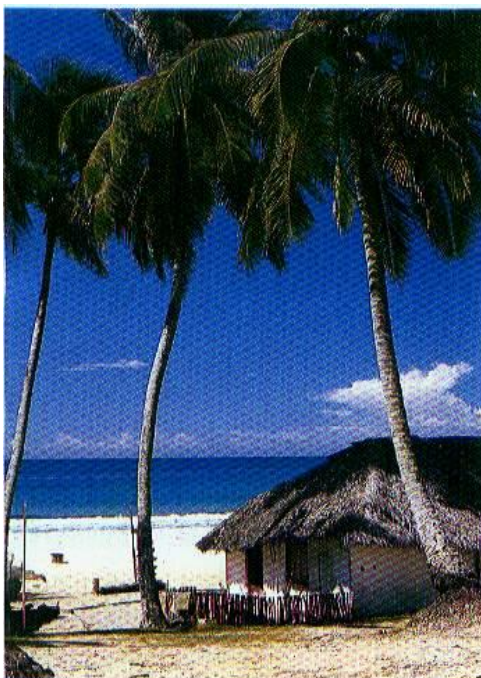


Figura 9 – Típica casa de taipa encontrada na antiga comunidade da praia do Francês. Fonte: (Martins, 2000).

A praia do Francês, cuja designação deriva do “Porto Velho dos Franceses” (Figura 10), apesar de ter sido palco de importantes acontecimentos históricos⁷⁴, permaneceu durante muito tempo esquecida, certamente pela dificuldade de acesso⁷⁵, e até mesmo “repudiada, [...] diante das ruínas de um leprosário [figura 11], construído em suas proximidades, evidência que sugere ter sido estigmatizada, dado o grau de marginalização conferido aos portadores deste mal, na época das epidemias” (Ferrare, 1996: 112).

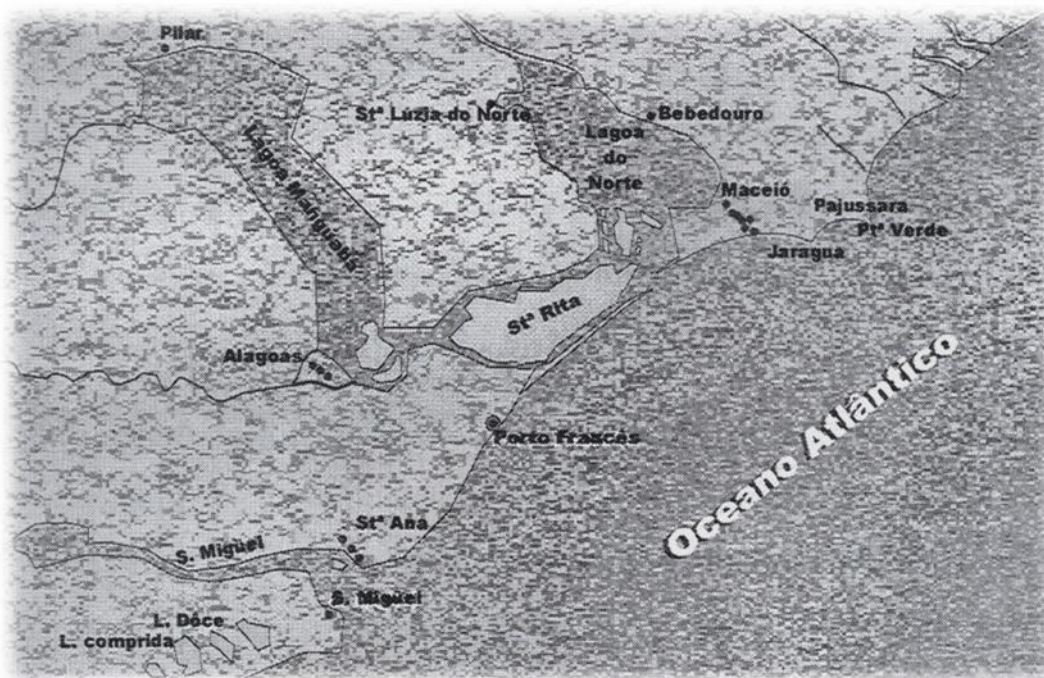


Figura 10 – Antigo mapa da costa alagoana (adaptado) com a localização do porto “Velho dos Franceses”, atual praia do Francês. Fonte: Costa, (1983:20; ed. original de 1929).

⁷⁴ Conforme Costa (1983:6), “parece ter sido familiar aos piratas franceses que se aventuravam á *[sic]* traficância do pau-brasil”, identificando-se a existência [...]: do porto “Velho dos Franceses”, antes da foz do rio São Miguel, [...]. Este fato parece confirmar a frequência dos franceses a essa porção litorânea brasileira, rica em pau-brasil.

⁷⁵ Existiam praticamente dois únicos meios. O mais utilizado era o lacustre, através das barcas que saíam de Maceió para Marechal Deodoro (duas vezes ao dia), devendo-se posteriormente caminhar por uma estrada de terra até se chegar ao povoado de pescadores. O outro era o rodoviário, através da BR– 316, e posteriormente a BR– 101, ligando Maceió a Marechal Deodoro, tomando-se depois um caminho de terra, a atual AL–215, em direção à praia. Para se chegar com um automóvel à Praia do Francês, era necessário despender muito tempo e paciência, pois a estrada encontrava-se sempre em péssimo estado de conservação (Martins, 2000).



**Figura 11 - Ruínas do antigo leprosário, tombado pelo Patrimônio Histórico. (Praia do Francês – 1999).
Fonte: (Martins, 2000).**

Mas essa estreita relação entre a comunidade e seu entorno, proveniente das experiências contínuas, particulares e comuns, mantidas assim até o início dos anos 1970, não resistiu às novas inserções econômicas, cujas incursões passaram a ser sentidas tanto por aqueles que aí viviam ou a conheceram.

Dentre essas incursões – geradoras de forte impacto sobre seu patrimônio natural e cultural – pela ordem de ocorrência, situam-se:

1- Os Festivais de Verão de Marechal Deodoro

Considerado um dos mais importantes eventos da chamada “Era do Turismo” em Alagoas, os Festivais de Verão de Marechal Deodoro, entre 1971 e 1977, foram de valiosa contribuição para o incremento do turismo no município, a atrair grande quantidade de pessoas do próprio Estado, do país e até mesmo do Exterior (Figura 12).

No início dos anos 1970, um grupo de pessoas, que fazia a cultura oficial em Alagoas, redescobriu Marechal Deodoro, os seus monumentos arquitetônicos do Barroco e a Praia do Francês, servindo-se do antigo e longo caminho do Tabuleiro litorâneo, que ligava aquele município a Maceió (capital do Estado). A partir de então, a preocupação era não só em recuperar o rico patrimônio histórico da “recém-descoberta” Marechal Deodoro, como também em

revalorizar a cultura popular através de seu rico folclore. Isso começa a tomar uma direção, desencadeando ações concretas.



Figura 12 - Festival de Verão de Marechal Deodoro – década de 1970. Cartão postal gentilmente cedido por Flávio S. Severien.

A Praia do Francês, por sua vez, acabou se convertendo em um espetáculo à parte, pois as pessoas que participavam à noite das atrações do Festival, durante o dia, se dirigiam à praia, transformando-a em área de grande movimentação.

A partir da grande repercussão desse primeiro Festival, realizaram-se seis outros festivais, dos quais principalmente os três subsequentes conseguiram manter muitos dos objetivos iniciais, como a valorização da cultura popular. Isto garantiu o aumento das verbas para a realização dos eventos seguintes e, conseqüentemente, a melhoria dos transportes e das acomodações para aqueles que se dirigiam aos Festivais, valorizando progressivamente a posição que o Estado de Alagoas começava a ocupar no cenário turístico brasileiro (Martins *et al.*, 2012).

Por outro lado, os Festivais de Verão de Marechal Deodoro contribuíram para a descaracterização de uma área – a Praia do Francês –, até então considerada lugar de existência daqueles que a mantiveram durante anos como um ambiente natural conservado, em virtude de ações que acabaram por agredir a cultura local, conforme evidencia um antigo pescador: *“Aqui dava muita gente, tinha festa, tinha missa, tinha dança, grupo de música, mas depois do Festival de Verão, sabe? Daí pronto, aí acabou com tudo, mudou muito!”* (Sr. Aldo - pescador).

Assim, projetos implementados e desconectados da realidade local, ao ignorar e desrespeitar a cultura, previamente existente, contribuem para a construção de um espaço indiferenciado, efêmero, de um *não lugar*.

2 - A construção da rodovia AL-101 Sul

A construção da rodovia estadual AL-101 Sul é considerada por muitos, que sempre viveram no “povoado do Francês”, como a grande responsável pelo início da implementação das mudanças que começaram a ser sentidas no lugar. Em entrevistas realizadas com a população local⁷⁶, verifica-se que a praia

“(...) começou a mudar depois que o asfalto chegou, começou a mudar tudo, aí começou a chegar gente, aí o pessoal já começava a alugar as salas, enquanto não tinha pousada nem nada. Chegavam os turistas e o pessoal daqui saía da casa e alugavam a casa toda e assim o pessoal começava a sobreviver desse jeito.” (Rodrigues - antigo morador).

As mudanças ocorridas na paisagem anteriormente existente foram profundas e desastrosas, conforme apontadas por um pescador:

“Só querem a estrada, né? O importante é que faça a estrada, que derruba as mangueira, os cajueiro, as bananeira, tape tudo pra lá [...]. Ali arrancaram, nossa, era lindo aquela parte ali, só de cajueiro e coqueiro, fora outras árvores, que não de fruto, aonde ficavam os pássaros. Destruiu muito.” (Zé do peixe - pescador).

A construção dessa estrada, além de satisfazer a demanda gerada pelo turismo, em Marechal Deodoro e na Praia do Francês, também ocorreu em função da construção do Polo Cloroquímico de Alagoas, na área do Tabuleiro interlacustre, pertencente ao município de Marechal Deodoro. Esse polo era tido como a redenção do Estado de Alagoas, pela capacidade de geração de emprego e renda, o que findou por não corresponder ao esperado.

Entretanto, apenas com a construção e funcionamento de seu primeiro trecho ligando Maceió à Praia do Francês e a Marechal Deodoro, a AL-101 Sul deu início, rapidamente, à ocupação do litoral sul de Alagoas, até então considerado de difícil acesso, principalmente por ser formado de áreas sensíveis de restingas, de dunas e também de manguezais (Figura 13). Consideradas de grande fragilidade, tais áreas sofreram e sofrem os efeitos de forte especulação imobiliária, o que já era possível observar, quando da elaboração do Plano de Uso do Solo e Preservação do Patrimônio de Marechal Deodoro, datado de 1979, que visava à conservação

⁷⁶ Entre Fevereiro e Outubro de 1999.

cultural e natural do município, especialmente de sua porção litorânea, no intuito de evitar sua possível descaracterização.

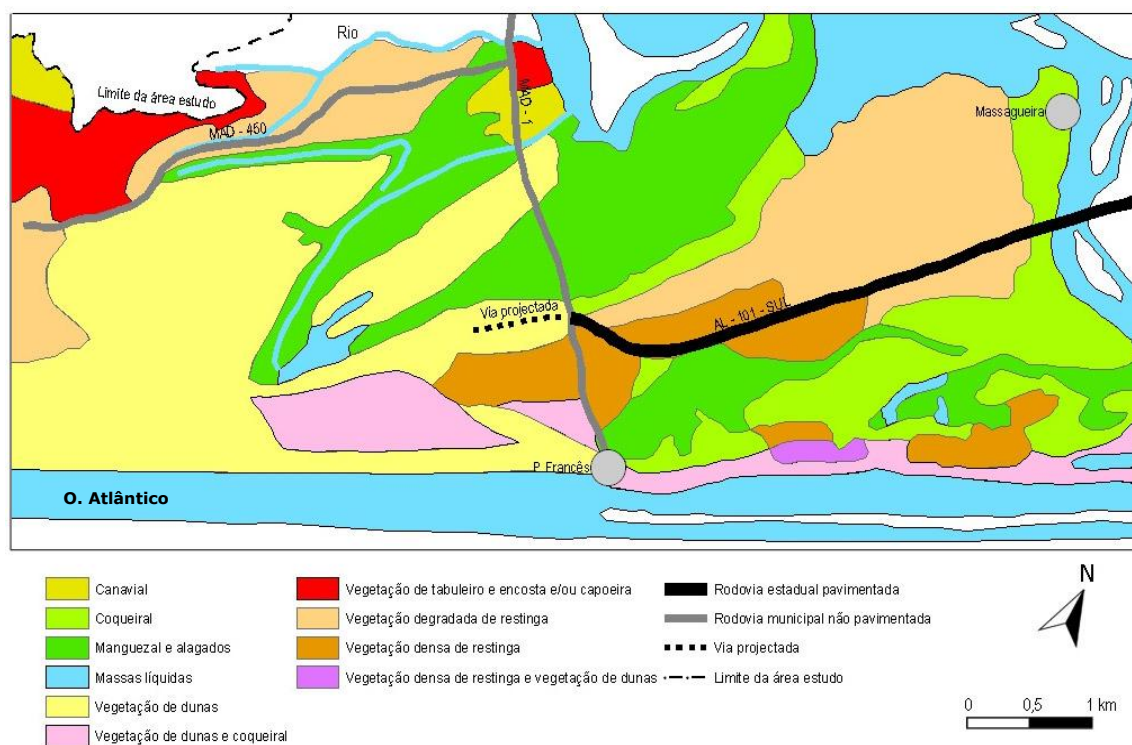


Figura 13 – Mapeamento da Cobertura vegetal da área de estudo (adaptado). Fonte: (Alagoas/Serveal/Seplan – PR Vol. II, 1979; Martins, 2000).

3 - O loteamento Portais do Francês.

Com a construção e funcionamento da AL-101 Sul, o acesso ao Povoado do Francês foi facilitado, tornando-se possível o fácil e rápido deslocamento, não apenas dos seus habitantes, mas também daqueles que para lá eram atraídos, muitos dos quais responsáveis por grandes intervenções que passaram a modificar o cenário daquela localidade.

O Portal Praia do Francês pode ser considerado como exemplo de grande impacto sobre os ecossistemas costeiros locais, pois, segundo o testemunho de muitos de seus moradores, apresentado a seguir, essa obra se realizou em área anteriormente ocupada por dunas, de aproximadamente, 12 metros de altura (Lima, 1990), cobertas por sua vegetação herbácea característica e por um imenso coqueiral, tendo em sua parte posterior outro grande e importante ecossistema: um manguezal. Tanto as dunas e sua vegetação quanto o manguezal

foram rapidamente destruídos, conforme depoimentos livres de algumas pessoas que viviam no antigo povoado do Francês, ao relatarem que esse loteamento,

“Não levou muito tempo não, levou negócio de três meses, quatro meses, aí tirou o mangue, pegou as dunas, aterrou o mangue, invadiu tudo ali, com areia das dunas, eram as maiores dunas que tinham aqui, tinham de oito a seis metros, com coqueiro, só coqueiro...” (Rodrigues - antigo morador).

Outro pescador afirma que

“... aqui num tinha nada, eram dunas e coqueiros, tinha uns dois mil pés de coqueiro, de um dia pra noite derrubaram tudo, derrubou as dunas. Aqui, tinha duna até de seis metros, eu acho oito metros. Eles botaram um motor com uma água e saíram detonando, e uma máquina empurrando as dunas aterrou o mangue lá atrás...” (Val).

São depoimentos que revelam a indignação daqueles que testemunharam e acompanharam esse processo devastador, refletindo uma nítida imagem da ação que, a despeito de qualquer legislação ambiental existente, o poder político e econômico então dominante se arvorou no direito da busca de um rápido e fácil lucro.

A legislação ambiental era e é evidente. De acordo com o Código Florestal (Lei n.º 4771, de 15/09/1965, Art. 2º), as áreas de mangue, assim como as formações florísticas de restinga, presentes na área loteada, são consideradas de preservação permanente.

Entretanto, ao examinar a documentação referente ao registro desse loteamento, verificou-se que, em nenhum momento, foi apresentada a licença que deveria ser concedida, à época, pela então Coordenação do Meio Ambiente (CMA), responsável pela fiscalização e a execução da política de proteção ambiental, e pelo Conselho Estadual de Proteção Ambiental (CEPRAM), designado para promover e a coordenar as atividades de proteção ambiental no Estado de Alagoas.

Os documentos apresentados atendem apenas à parte das exigências da Lei n.º 6.766, de 19/12/1979, em seu capítulo VI, art.18, item V, do Registro do Loteamento e Desmembramento⁷⁷, pois não se verifica a existência de cópia de aprovação do loteamento nos órgãos ambientais, constando tão somente da planta do loteamento (Figura 14), a data da sua aprovação, em 27 de julho de 1979, e a assinatura do então prefeito.

Lei n.º 6.766, de 19/12/1979 - Capítulo VI - Do Registro do Loteamento e Desmembramento.

Art. 18. Aprovado o projeto de loteamento ou de desmembramento, o loteador deverá submetê-lo ao registro imobiliário dentro de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação, acompanhado dos seguintes documentos:

I - título de propriedade do imóvel;

II - histórico dos títulos de propriedade do imóvel, abrangendo os últimos 20 (vintes anos), acompanhados dos respectivos comprovantes;

III - certidões negativas:

a) de tributos federais, estaduais e municipais incidentes sobre o imóvel;

b) de ações reais referentes ao imóvel, pelo período de 10 (dez) anos;

c) de ações penais com respeito ao crime contra o patrimônio e contra a Administração Pública.

IV - certidões:

a) dos cartórios de protestos de títulos, em nome do loteador, pelo período de 10 (dez) anos;

b) de ações pessoais relativas ao loteador, pelo período de 10 (dez) anos;

c) de ônus reais relativos ao imóvel;

d) de ações penais contra o loteador, pelo período de 10 (dez) anos.

V - cópia do ato de aprovação do loteamento e comprovante do termo de verificação pela Prefeitura da execução das obras exigidas por legislação municipal, que incluirão, no mínimo, a execução das vias de circulação do loteamento, demarcação dos lotes, quadras e logradouros e das obras de escoamento das águas pluviais ou da aprovação de um cronograma, com a duração máxima de 2 (dois) anos, acompanhado de competente instrumento de garantia para a execução das obras. [...].

⁷⁷ Documento completo ver anexo (4).

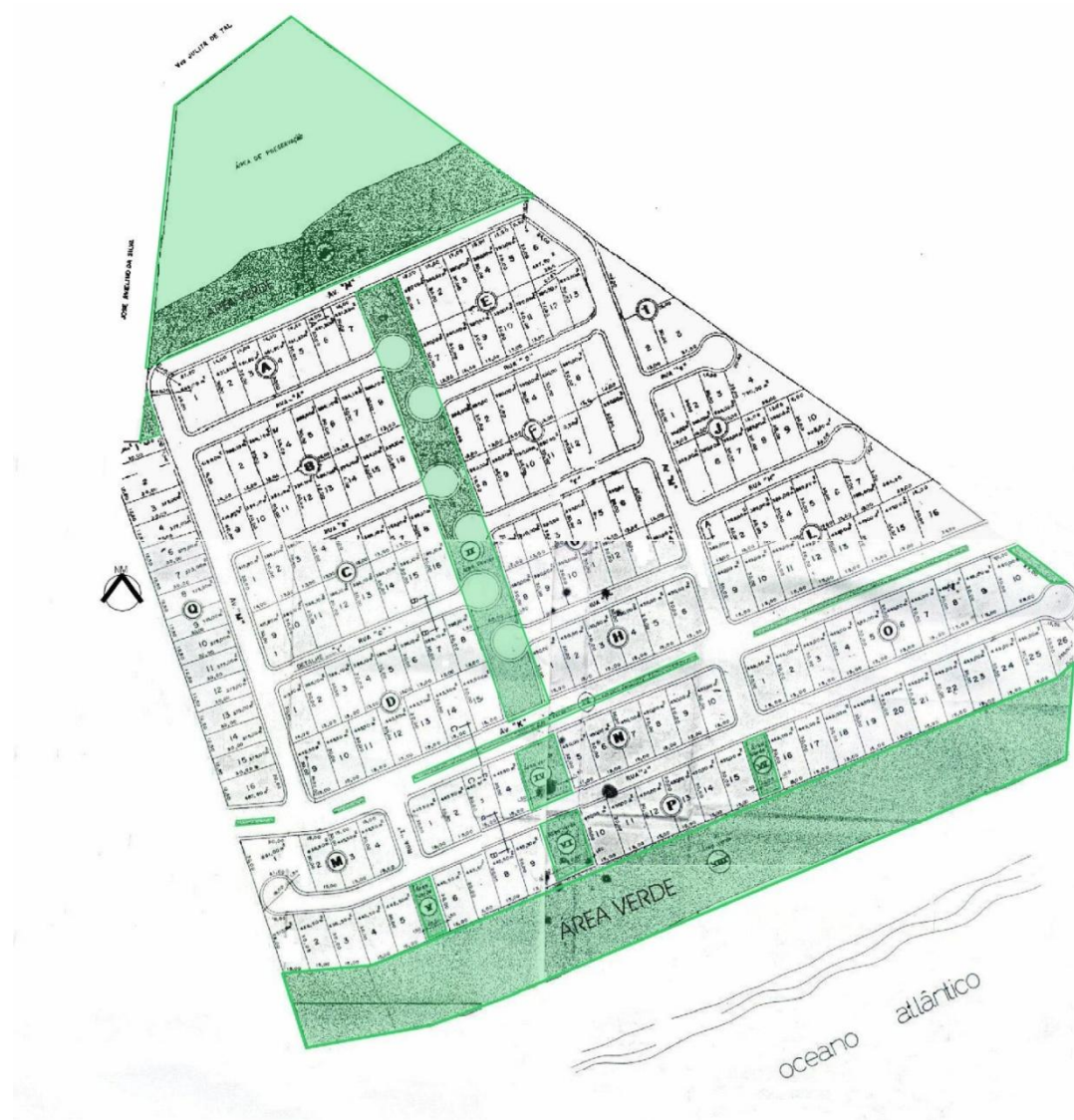


Figura 14 - Planta do Loteamento Portal do Francês. Fonte: Martins (2000).

Essa grande inserção de autoria exógena, registrada no antigo povoado do Francês, abriu as portas a tantas outras⁷⁸ como os loteamentos: Paris, Caravelas, Requite do Francês I e II, Sonho Verde — Francês, Danúbio Azul, Corais do Francês, Recifes do Francês I e II, Desmembramento do Francês, Praia do Francês e Novo Francês, que para lá se dirigiram, tornando ainda mais evidentes as formas predatórias utilizadas pela especulação imobiliária no Estado (Figura 15).

⁷⁸ Conforme Martins (2000), na época foi possível registrar na praia do Francês, conforme informações obtidas na Prefeitura, a existência de 12 loteamentos, dentre os quais dois apresentavam problemas: o loteamento Paris, em situação irregular, vendeu área verde, e o loteamento Caravelas não encontrava-se ainda aprovado.



Figura 15 - Loteamentos registrados na Praia do Francês na década de 1990. Fonte: Martins (2000).

Estranhamente, parece ter havido consentimento do poder público para essa ocupação, apesar das advertências e das normas de ocupação estabelecidas no Plano Integrado de Uso do Solo e Preservação de Marechal Deodoro (1979), principalmente para a Praia do Francês. Tais normas salientavam que:

“esse tipo de parcelamento para fins de loteamentos, em área como a do litoral deodorense, descaracteriza inevitavelmente a paisagem natural, através da derrubada dos coqueiros, aplainamento das dunas e destruição dos mangues [...] além do fato de uma área aqui citada de beleza natural inquestionável, constituir um patrimônio não apenas deodorense, mas de todo povo brasileiro”.

A manutenção da vegetação de praia e das formações dunosas é de fundamental importância para a preservação do equilíbrio físico da região. Tais ações imobiliário-especulativas, além de provocar a sua descaracterização fisiográfica, especialmente dessa praia, considerada valioso patrimônio turístico do Estado de Alagoas, comprometem a permanência da população

local, ao afetar suas principais fontes de subsistência: a pesca, a pequena agricultura e também o extrativismo.

Ao fazer uma releitura desse cenário, constata-se que “esse processo perpassa o tempo cronológico e multiplica seus malefícios à degradação da geoecologia (meio ambiente, ecossistemas) até 2011 – contexto atual desse novo século XXI, com as constantes desapropriações e instalações dos ‘loteamentos de luxo’ como o da LAGUNA, por exemplo, situado em Barra Nova e construído sobre um imenso “manguezal aterrado”, logo às margens da rodovia AL – 101 Sul” (Senhor Antonio – antigo morador de adjacência, em conversa estabelecida em Fevereiro de 2011).

4 - A “urbanização” da orla do Francês

Ao dar sequência aos impactos causados pelo loteamento Portais Praia do Francês, a urbanização dessa praia veio ampliar os seus efeitos, em seu primeiro momento, quando ocupou as áreas verdes⁷⁹, pertencentes a esse loteamento.

Mas tal agressão às normas vigentes parece ter sido a prática local, pois, desde a implantação do primeiro loteamento, se desconsiderou o limite de recuo de 33 metros exigidos pela Marinha⁸⁰, tendo a urbanização da orla (Figura 16) ocorrida inicialmente através da implantação oficial de um grande número de barracas⁸¹, “literalmente à beira mar, muitas já construídas com arrimo em pedra para proteção das marés gigantes; (...) todo adensamento de construção é acentuado pelo excesso de anúncios comerciais e sistema de iluminação a neon, que

⁷⁹ Apesar de na escritura registrada em Cartório do Único Ofício de Marechal Deodoro, constar que ficava vedada a “construção ou utilização desta área para atividades comerciais de serviços ou quaisquer outras como bares ou similares”.

⁸⁰ O Decreto Lei nº 9.760, de 05 de setembro de 1946, inclui entre bens móveis da União, os terrenos de marinha e seus acrescidos. São terrenos de marinha aqueles situados até uma distância de 33 metros, medidos horizontalmente entre a parte da terra e a posição da preamar. Estando protegidos por este decreto, as terras situadas no continente, na costa marítima e nas margens dos rios e lagos, até onde se faça sentir a influência das marés. Também são protegidas as terras que contornam as ilhas situadas em zonas onde se faça sentir a influência da maré. Por fim, regulamenta que os terrenos de marinha, são os que foram formados natural ou artificialmente para o lado do mar ou dos rios e lagoas, em seguimento aos terrenos de marinha.

⁸¹ Essa urbanização foi realizada através da construção de 26 barracas padronizadas com diâmetros de 12,60 metros, estendendo-se por 500 metros lineares de praia, margeada por um calçadão. Tal projeto e demarcação das barracas ficaram sob a responsabilidade da Empresa Alagoana de Turismo (EMATUR).

confere um ar urbanizado à praia, em oposição direta à singularidade que o sítio natural apresentava” (Ferrare, 1996).



Figura 16 - Urbanização da orla da Praia do Francês: Construção de barracas na área verde do loteamento Portais do Francês. Fonte: Martins (2000).

Essas transformações desencadeadas a partir do referido loteamento, a forma de atuação verificada para as suas construções e a chamada urbanização da orla são bem retratadas na fala dos moradores remanescentes do antigo povoado do Francês,

“o loteamento foi o primeiro a chegar e daí veio à urbanização das barracas, e aparece mais loteamento e cresce, e aí de lá pra cá não parou mais, e não sei de vai parar não; daqui a pouco tá emendado com Marechal, Barra Nova, Massaguera, tá abrindo loteamento em tudo quanto é canto.” (Rodrigues, antigo morador).

A propaganda local, nacional e mesmo internacional, através da estatal EMATUR (Empresa Alagoana de Turismo) e de agências de viagem, atraíram, no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, grandes levas de turistas, mas ao preço de permitir, atualmente, um tipo de

turismo com fortes impactos sobre o meio ambiente, e, principalmente, sobre a população local (Martins, 2000).

4.2.1- Praia do Francês: espaço artificializado e impessoal

Assim, a partir dos anos 1980, houve forte incremento da atividade turística, principalmente do chamado turismo de massa, diferentemente do que ocorreu nas décadas anteriores, caracterizadas pelo turismo individual ou de pequenos grupos. A Praia do Francês é vendida em pacotes turísticos, para curta permanência, como bem observa seu antigo morador:

“(...) hoje você vê, hoje o turismo que vem pra cá é o turismo pacote, aquele que vem, dá aquelas voltinha ali, umas horinhas e vai embora, conhecer outra praia, passa o dia naquela história, anda para um canto, procura outro canto...” (Rodrigues – antigo morador).

Como se observa, o referido tipo de turismo praticado, o chamado “turismo pacote”, de passagem, é bem evidenciado nos anúncios encontrados nos cadernos de turismo dos jornais de grande circulação no país. Nesses cadernos, grandes agências de viagem, sediadas nos Estados das regiões Sul e Sudeste do Brasil, comercializam, a preços baixos e parcelados, “pacotes” com duração média de sete dias, que permitirão “conhecer”, além da capital Maceió, as praias do litoral sul e do litoral norte de Alagoas⁸².

Essas práticas de passagem, que caracterizam o turismo atual, não apenas em Alagoas, mas o turismo global, na realidade transforma o turista num ser passivo, a seguir horários e dias marcados para “conhecer”, ou melhor, apenas reconhecer rapidamente a imagem já veiculada pela propaganda das referidas agências e operadoras (Martins, 2000). Assim fazendo, não permitem que o turista estabeleça qualquer relação com o lugar, cuja história, cultura e habitantes permanecem desconhecidos para ele, tornando-se esse lugar um espaço, apenas objeto de consumo, cuja natureza é tão somente um cenário (idem).

É possível observar, na praia do Francês, a significativa redução do número de turistas durante a tão aguardada temporada, entre os meses de dezembro e fevereiro, apesar da grande procura por essa praia, particularmente pelos moradores da capital, Maceió. Isto tem sido alvo de reclamações, notadamente por parte dos proprietários de barracas, e percebido pelos que são

⁸² (Anexo 5)

naturais do Francês e pelos próprios pescadores, que observam essa forte queda, em comparação aos anos anteriores, *“(...) o movimento está fraco sabe, passou a temporada, acabou-se. Na temporada tinha um bocado de gente aqui, era tudo cheio, num sabe? Agora só sábado e domingo, feriado.”* (Sr. Aldo, pescador).

Essa redução do turismo parece estar relacionada ao elevado número de ambulantes⁸³, mas também aos elevados preços cobrados pelos bares e restaurantes existentes, e ao crescente acúmulo de lixo na praia (anexo 6). Tudo isso compromete sobremaneira a faixa de praia utilizada e, como observa Oliveira (1998), causa rejeição por parte daqueles que a incluíam em seus roteiros, os turistas e as agências de turismo, procurando-a apenas durante a maré baixa, para atividades realizadas no mar, como os passeios de jangada; para os horários de almoço, dão preferência a lugares mais isolados e tranquilos.

Nesse mesmo sentido, afirma um antigo morador: *“(...) as pessoas vem pro Francês por causa da praia, só isso, não oferece mais nada, as barracas cobram muito caro, o pessoal vai pra Massaguera comer, que é mais viável...”* (Rodrigues).

Além disso, é possível afirmar, através do relato de alguns pescadores que sempre viveram nessa praia, que atualmente o turista não vem sendo tratado com a devida atenção:

“É tanta gente de fora e não tratar bem do turista, né? Por que, na verdade, muita gente quer o dinheiro, e o turista... Quem toma conta mais daqui, ou é o bombeiro ou os nativos. Por que quem veio de fora daqui, que veio trabalhar com bar ou pousada, eles não se preocupam com correnteza, porque eles não entendem de nada (...)” (Zé do Peixe, pescador).

A precariedade do tratamento oferecido ao turista, a dependência com relação a essa atividade e, fundamentalmente, a decadência da atividade turística, além da procura por novas destinações, representa a atual condição dessa praia.

⁸³ Segundo Sr. Erivaldo (antigo Guia de turismo de Maceió), o excessivo número de vendedores ambulantes e o modo insistente de vender os produtos, afastou o turista da Praia do Francês (Fevereiro de 2011).

4.3 - A pesca artesanal e a vulnerabilidade do ecossistema costeiro local em face da ação antrópica.

A antiga comunidade da Praia do Francês, não diferentemente das demais comunidades tradicionais de pescadores, teve e tem como principal fonte de subsistência os recursos existentes em seu rico ecossistema, os quais, utilizados de forma pouco impactante, graças ao conhecimento adquirido e transmitido ao longo de vários anos de vivência e consequente percepção do *lugar*, garantiram até a atualidade a sobrevivência do meio ambiente e do próprio grupo.

Mas com o crescimento das novas atividades econômicas, principalmente aquelas relacionadas ao turismo, as comunidades litorâneas, em suas antigas práticas tradicionais cotidianas, como a pesca e a agricultura de subsistência, passam a desenvolver outras atividades para complementar a renda familiar (Ramires, 2007).

Apesar do desenvolvimento de outras atividades, as comunidades tradicionais de pesca do litoral de Alagoas apresentam complexo relacionamento com o meio circundante e, ao analisar o processo de desestruturação da antiga comunidade de pesca da Praia do Francês, pareceu pertinente destacar a importância do seu relacionamento com o ambiente natural, que não é apenas marcado pelas instâncias econômicas. *“Valores, tradições, crenças religiosas e percepções exercem um papel fundamental na definição das relações com o ambiente e seus recursos”* (Diegues, 1995b: 251).

Através do depoimento de um pescador local, é possível verificar a relação de respeito existente na antiga comunidade entre o homem e o meio ambiente natural, a preocupação de obter apenas o necessário para a subsistência do grupo, a percepção com relação à necessidade de manutenção do equilíbrio do ecossistema:

“A gente pegava caranguejo para comer, os grandões! Porque quando era no inverno, ficava cheia a lagoa e quando era no verão, você andava igual, andar aqui na areia seca. Aí era o tempo de pegar os caranguejos. Porque daí ele abria o buraco, porque quando é inverno, o caranguejo fecha o buraco, ele mete lama ali, e fica lá dentro preso, pra descansar e ficar temporada. Quando era verão, ficava tudo seco e a gente encontrava no mangue os buracos de caranguejo, aí arrumava as armadilhas para pegar eles”. (Zé do peixe - pescador).

Assim, a desestruturação de uma comunidade litorânea faz com que muito ou todo conhecimento, anteriormente transmitido através da oralidade entre os seus membros, responsável, até os dias atuais, pela preservação de um amplo ecossistema, se perca, como, por exemplo, as técnicas de pesca, a construção de instrumentos, a percepção do entorno,

“A gente usa esse capim⁸⁴ pra amarrar os peixes. Você junta um com o outro, amarra o final, e bota um peixe, dois, três, faz uma roda de peixe. Já viu fazer infieira de peixe? É com capim. E antigamente tinha capim por todo lado... Hoje você não vê aquele capim todo!”. (Sr. Aldo, pescador).

O conhecimento adquirido através da forte percepção desenvolvida a partir de suas atividades cotidianas e do contacto direto com seu meio circundante, isso fez com que a Praia do Francês alcançasse um profundo significado para aqueles que a vivenciaram e formavam sua antiga comunidade, transformando-a em um *lugar* pleno de significados, em que fundamentavam a sua existência. Mas, com a inserção de novas atividades impostas por atores exógenos, esse antigo *lugar* passou a ser modificado e, mesmo, desfigurado para atender às novas necessidades demandadas por um suposto desenvolvimento. Caracterizando-se por manter-se divorciado da identidade cultural e das aspirações de bem-estar da população local original, esse “*mau-desenvolvimento*” (Sachs, 1993) transformou o antigo *lugar* em um espaço impessoal, fragmentado.

Verifica-se, ao longo desse processo de transformação que importantes, variados e vulneráveis ecossistemas como as restingas, as dunas e os manguezais, de onde a comunidade retirava sua complementação alimentar, foram destruídos já a partir do final da década de 1970.

Dentre os ecossistemas costeiros, os manguezais são dos mais atingidos pelas atividades antrópicas e, conforme Odum (1988), perturbações crônicas podem “*provocar efeitos pronunciados e prolongados para o meio ambiente*”, sobretudo em organismos que não apresentam história evolutiva de adaptação. Assim, a não redução ou a contenção destes poderão ampliar os níveis de degradação e comprometimento já existentes.

⁸⁴ Imbé-do-chão (*Philodendron imbe*), cuja haste (caule) é utilizada para amarração de peixes (‘infieira’) (Marques, 1995).

Muitas comunidades ribeirinhas possuem uma forte dependência em relação aos recursos encontrados nos manguezais. Tais recursos vão desde a madeira para a construção de suas casas, barcos e instrumentos de pesca, a lenha para o cozimento dos alimentos⁸⁵ e, sobretudo, servem para o fornecimento de boa parte da sua subsistência, os recursos alimentares. Estes últimos são, em grande parte, obtidos no próprio manguezal, como os moluscos e caranguejos, através da coleta durante a maré baixa, no sedimento lodoso; ou presos aos rizóforos⁸⁶ do mangue vermelho (*Rhizophora mangle*) como as ostras. Obtêm-se também tais recursos através da pesca realizada nas águas protegidas do estuário (Grasso & Tognella 1995, Linsker & Tassara 2005).

Do ponto de vista econômico, os crustáceos destacam-se pela sua grande importância comercial, principalmente: o camarão-branco (*Penaeus schmitti*), o camarão-rosa do Nordeste (*Penaeus notialis*), o caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*), o caranguejo guaiaumum (*Cardisoma guanhumi*), o siri-vermelho (*Callinectes bocourti*) e o siri-azul (*Callinectes danae*). Os moluscos também encontram facilidade de venda, especialmente a Taioba (*Iphigenia brasiliensis*), o sururu (*Mytella falcata*), a ostra de mangue (*Crassostrea brasiliiana*), a unha de velho (*Tagelus plebeius*), o maçunim (*Anomalocardia brasiliiana*) (Grasso & Tognella, 1995).

Dentre os peixes encontrados neste ecossistema estuarino, destacam-se algumas espécies típicas, como: a carapeba (*Eugerres brasilianus*), a tainha (*Mugil brasiliensis*) e o curimã (*Mugil curema*), considerados de grande importância econômica para os ribeirinhos (Ramalho Filho, 1983; Marques, 1995).

Verifica-se, portanto, que as comunidades litorâneas apresentam forte dependência dos mangues para garantirem a sua subsistência, através dos chamados usos tradicionais dos seus recursos: produção de alimentos, energia de cozimento e moradia. Segundo Diegues (1995), em algumas regiões do Nordeste brasileiro, essa intensa relação faz com que se possa afirmar existir uma verdadeira “civilização do mangue”.

⁸⁵ Essa interação “Homem/vegetal não trófica é representada pela ‘herbivoria cultural’, fenômeno que, entre o sol e o Homem, interpõe apenas a gratuita planta” (Marques, 1995).

⁸⁶ Raízes do mangue vermelho, que partem dos troncos e dos ramos em direção ao solo, ramificando-se abundantemente, fornecendo maior sustentação para a planta em sedimentos pouco consolidados (Sugiyama, 1995).

Além de berçário natural de inúmeras espécies que fazem parte da economia de populações tradicionais, diversos grupos humanos vivem diretamente da captura de crustáceos adultos que habitam esses ecossistemas. Segundo Nordi (1995), muitas pessoas que se instalam na periferia dos centros urbanos litorâneos são indivíduos predominantemente excluídos, sem acesso ao mercado de trabalho, à terra ou à pesca em alto-mar. Sobrevivem da captura do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*), que constitui uma fonte de, aproximadamente, 537.000,0 Kcal e 106,9 Kg de proteína anual por catador, na região de Várzea Nova, Paraíba (Nordi, 1994). Isso representa muito, porque a principal carência nutricional das populações pobres é a proteína.

Acrescendo-se à dependência econômica existente dessas comunidades em relação ao manguezal, verifica-se, ainda, o valor cultural exercido por esse meio. Dentre os usos culturais, pode-se destacar o tanino, retirado das cascas das árvores, para proteger as fibras naturais das redes de pesca e das velas das embarcações contra alguns micro-organismos que favorecem o apodrecimento dos materiais (Marques, 1995; Grasso & Tognella, 1995).

Mas, os chamados usos recentes vêm a transformar os manguezais em áreas de forte interesse econômico exógeno, as quais, através de ações predatórias, fomentadas por um modelo marcado pela especulação imobiliária e pela ocupação anárquica do espaço litorâneo alagoano, especialmente para finalidades turísticas, passam a inviabilizar as atividades tradicionais. O aterro dos manguezais, na região estudada, o seu desmonte pela retirada de madeira para a construção civil, o despejo de vinhoto pelas usinas de açúcar e destilarias de álcool nos corpos d'água, os resíduos de pesticidas e fertilizantes agrícolas, a poluição química, ocasionada pelas indústrias litorâneas, e o lançamento de esgotos domésticos não tratados comprometem ou mesmo aniquilam os estoques de peixes, crustáceos e moluscos e, com eles, a sobrevivência das comunidades litorâneas (anexo 7), que dependem da existência do mangue para sobreviver (Martins, 2000).

Assim como os manguezais continuam sendo vítimas de fortes impactos com consequências ambientais e sociais, as praias arenosas, as restingas e as dunas costeiras, ecossistemas de grande vulnerabilidade, vêm igualmente sendo palco da degradação antrópica, conhecendo significativa devastação, destruição e prejuízos ambientais às áreas contíguas,

através da construção de loteamentos e implantações turísticas de toda ordem, que colocam em risco os ecossistemas “marginais”⁸⁷ e a população que deles depende.

Os recifes de coral, um dos mais antigos e ricos ecossistemas da terra, vêm sofrendo, inadvertidamente, intensa agressão, seja pela retirada dos corais, seja pela pesca predatória e, principalmente, pela pressão turística.

As ações que incidem em impactos causadores das alterações das propriedades físicas, químicas, biológicas do meio natural, bem como a intensidade e as formas de ação, refletem o nível de comportamento ambiental predominante. São impactos que poderiam ser evitados com a tomada de precauções e decisões oficiais, fundamentadas no respeito ao ecossistema e aos preceitos existentes em lei. Tais preceitos, encontrados em grande quantidade de diplomas legais, desde o século XVIII (quadro 2), contemplam o manguezal, garantindo direitos e deveres em face dos problemas ambientais no tocante à sua utilização (Polette, 1995).

⁸⁷ Conforme Diegues (1995b), a economia clássica considera alguns espaços geográficos e ecossistemas de mangue como áreas marginais ou de baixo valor de mercado, adquirindo tal valor somente quando são transformadas para outros usos, quando, por exemplo, são aterradas para construção de hotéis, marinas.

Proteção dos manguezais – Documentos legais desde século XVIII

Ao longo da história as leis brasileiras foram instituídas, oficializando a proteção dos manguezais das agressões antrópicas em caráter ecológico. Dessa maneira a zona costeira adquiriu proteção legal o que pode ser observado nos trechos das leis abaixo citados (Polette, 1995; Silva, 2005):

- **Capítulo 1º do Regimento de 24 de Julho de 1704.** *O Brasil não permitia a doação de terras aluviais (mangues) porque estas pertenciam à coroa. Na época do império colonial, só era possível o uso do manguezal por concessão real, mas apenas de uma pequena fímbria do litoral, no caso, os terrenos de marinha.*
- **Alvará de 10 de julho de 1760 – Del Rey D. José.** *Este documento determina a proteção das árvores de mangue do Brasil. Tal alvará tornava ilegal a derrubada dos mangues para a queima sem a utilização prévia da sua casca. O citado documento foi elaborado a partir da ocorrência de uma derrubada indiscriminada de árvores para queima que ocorreu nas Capitanias do Rio de Janeiro, Pernambuco, Santos, Paraíba, Rio Grande e Ceará. A derrubada de árvores apenas para queima causou um aumento no preço das cascas utilizadas para obtenção do tanino. De acordo com o edital, havia um sentimento de que em poucos anos as cascas das árvores usadas estariam totalmente escassas. O edital impôs uma pena de 50.000 réis e detenção de três meses para a derrubada de árvores que não tivessem sido previamente descascadas.*
- **Lei nº 14.536, de 31 de dezembro de 1920.** *Esta lei determina o não aforamento dos mangues, mas permite o arrendamento para corte dentro das normas de preservação, não sendo permitido seu aterro ou apossamento.*
- **O 1º Congresso Nacional da Pesca 1934-1936 regulamenta** a utilização do manguezal associando seu valor às atividades pesqueiras.
- **O Decreto Lei nº 2.490, de 16 de agosto de 1940,** estabelece novas normas para aforamento de terras da marinha e promove outras providências no sentido preservacionista. Nestes terrenos estão incluídas as áreas de manguezal.
- **O Decreto Lei nº 9.760, de 05 de setembro de 1946,** inclui entre bens móveis da União, os terrenos de marinha e seus acrescidos. São terrenos de marinha aqueles situados até uma distância de 33 metros, medidos horizontalmente entre a parte da terra e a posição da preamar. Estando protegidos por este decreto, as terras situadas no continente, na costa marítima e nas margens dos rios e lagos, até onde se faça sentir a influência das marés. Também são protegidas as terras que contornam as ilhas situadas em zonas onde se faça sentir a influência da maré. Por fim, regulamenta que os terrenos de marinha, são os que foram formados natural ou artificialmente para o lado do mar ou dos rios e lagoas, em seguimento aos terrenos de marinha.
- **O Código Florestal – Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965,** protege os manguezais.
- **A Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1982,** estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente tratando inclusive, das responsabilidades e das punições aos poluidores do meio ambiente.
- **A Resolução CONAMA nº 04, de 18 de setembro de 1985** considera como reservas ecológicas as formações florísticas e as áreas florestadas de preservação permanente, incluindo neste caso os manguezais.
- **A Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988,** institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro.
- **A Constituição da República Federal do Brasil,** promulgada em outubro de 1988 no **Capítulo VI, do Meio Ambiente**, artigo 255, considera que todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem como para uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, este artigo impõe ao poder público e à coletividade, o dever de defender e preservar a natureza para as presentes e futuras gerações. O artigo 4 enfatiza que são patrimônios nacionais a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-grossense e a Zona Costeira. Sua utilização far-se-á na forma da Lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.
- **A Lei nº 7.803, de 18 de Julho de 1989,** no artigo 1º trata das florestas existentes no Território nacional e das demais formas de vegetação, as terras que revestem o Brasil são bens de interesse comum a todos os habitantes do País. O artigo 2º considera área de preservação permanente os manguezais. O efeito desta Lei protege as florestas e as demais formas de vegetação natural, que se localizam ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água. São protegidos os recursos hídricos no seu nível mais alto da faixa de margem cuja largura mínima seja de 200m. As restingas também são protegidas por esta lei porque são fixadores de dunas ou estabilizadoras de mangues.

Quadro 2 – Fonte: (Silva, 2005).

A Lei nº. 7.661, de 16 de maio de 1988, do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, prevê, em seu Artigo 3º, primeiro parágrafo, o zoneamento de usos e atividades na zona costeira, priorizando a conservação e proteção dos recursos naturais, renováveis e não renováveis, como: recifes, sistemas fluviais, estuarinos e lagunares, praias, restingas e dunas, florestas litorâneas, manguezais e outros bens. Entretanto, essas normas vêm sendo nitidamente desrespeitadas, já que as punições e as responsabilidades não são devidamente cobradas.

4.4 – A degradação dos ecossistemas costeiros e a subsistência das comunidades tradicionais de pesca.

A degradação dos ecossistemas costeiros afeta sensivelmente a subsistência das populações tradicionais que deles são dependentes. De fato, a produção dos pescadores artesanais é cada vez mais decrescente, reflexo, principalmente, dos processos de urbanização e industrialização do litoral, a partir da década de 60, os quais passaram a dominar os espaços e a poluir os recursos dos ambientes aquáticos. Desses ecossistemas, os pequenos pescadores litorâneos e fluviais produziam cerca de 50% do total de pescado obtido em todo o Brasil (Diegues, 1995).

Assim, além de contribuir significativamente para a produção pesqueira do país, a pesca artesanal até então se constituía em importante fonte de emprego e renda para as comunidades locais. Mas o processo de modernização, além de traduzir-se pela ocupação anárquica e desigual referida, também surgiu em muitos pontos do litoral sob a forma de inovação dos meios de produção.

A partir de então, foi possível verificar a generalização da pesca descontrolada nos períodos de reprodução e desova, até mesmo em locais importantes para a reprodução de várias espécies, desrespeitando a época do defeso. Como resultado, detectou-se, quase que de imediato, a redução dos estoques pesqueiros, fenômeno também conhecido como sobrepesca, particularmente nas proximidades da costa (Linsker & Tassara 2005).

Conforme Souto (2007), é largamente aceito, ainda que existam exceções, que os efeitos da competição dependem dos competidores, ou seja, quanto maior for o seu número, maior será a perda provocada nos estoques de alimentos.

Segundo os pescadores do litoral sul de Alagoas, antigamente, ou *no tempo do peixe*⁸⁸ no Francês, a pesca não era apenas farta, mas também variada, de sorte que os pescadores utilizavam-se de redes, tarrafas e redes de arrasto, ocasião em que todos ajudavam, tal como explicita o seguinte depoimento:

“Antigamente você andava aqui pela beirada, você encontrava aquele cardume de peixe, era aquele fiara, barbudo (Polydactylus virginicus), corvina (Micropogonias furnieri), era de monte aqui” (Zé do Peixe, pescador).



Figura 17 - Antigo pescador da Praia do Francês. (fotografia gentilmente cedida pelo Prof. Dr. José Geraldo W. Marques, 1998).

Entretanto, apesar da fartura, a pesca era exercida com base nas técnicas tradicionais, de modo a respeitar o hábitat e os recursos locais, onde eram pescados apenas os peixes considerados adultos

“A pesca era de rede, eles tinham o arrastão [com rede de malha larga] e pescava e era muito peixe que eles traziam” (Rodrigues).

⁸⁸ A propósito, Marques (1995: 186-187) chama a atenção para o fato de que as “interações humanas geram uma dinâmica cultural e ambiental [verificando-se] uma nítida, porém radicalmente contrastada, divisão no tempo, a qual se expressa através de indicadores temporais repetida e constantemente manifestados que tratam das mudanças. Não são referenciais do tipo ‘abstrato’, que tratem do ano ou mês. São antes palavras – ou uma breve expressão – as quais, embora sugiram no mais das vezes uma ruptura, o que conferem é qualidade nova aos diferentes tempos relatados”.

“Eu pegava 80 quilo, 100 quilo, 50 quilo, conforme dava pra pegá, por dia, por Nossa Senhora!” (Sr. Aldo - pescador).

“O meu pai tinha uma rede de arrasto, que pegava de monte, pegava garaçuma (Caranx lugubris), pegava xaréu (Caranx hippos), só pegava peixe grande” (Zé do Peixe – pescador nativo).

Mas o chamado “tempo do peixe”⁸⁹ para os pescadores da praia do Francês, no litoral sul de Alagoas, é hoje considerado passado, o que deixa os pescadores sem explicação para o que poderia ter contribuído para tal fato. Alguns acreditam ser a escassez piscosa atual causada pelo grande movimento de pessoas e barcos de passeio e recreação

“A pesca antigamente tinha mais. Você saía pra pescar não voltava sem nada. Agora você passa quatro, cinco horas, vem um quilo, dois quilos, é muita gente, muito barulho de barco, de tudo sabe, o peixe num fica mais por aqui, fica não” (Val, pescador);

“[...] agora num tá pegando nada, [...] acabou! Num sei se foi arrastão [...]” (Sr. Aldo, pescador).

Enquanto outros responsabilizam os chamados barcos de arrastão, procedentes de outras praias, principalmente de Maceió, a capital do Estado. Os arrastões tornam os habitantes indignados, pois, para eles, constitui o pior tipo de pesca existente, por ser profundamente predatória, ao revolver o fundo do mar e capturar, indiscriminadamente, espécies com e sem interesse, inclusive protegidas, e em estado juvenil ou adulto

“Antigamente era tanto peixe, e era pouco pescador daqui né, hoje tá cheio de gente de fora, e antes era pouco pescador daqui, porque os pescador da Barra [município vizinho de Barra de São Miguel] num vinha pra cá, por que lá tinha muito peixe, [...], nem os de Maceió vinha pra aqui, cada um tinha sua praia cheia de peixe, hoje as pessoa sai de lá, porque não tem mais aqueles peixe, [...], eles vêm, e destrói o que a gente tem, [...], que nem aqueles barco que fica ali ó [Antepiraia], aqueles é arrastão⁹⁰, hoje só tem um, ontem tinha cinco [...], aquilo é a pior pesca do mundo, aquilo ali

⁸⁹ As pesquisas acerca do cotidiano norteiam como trabalhar com a temporalidade, e a ideia do “tempo”, como momento vivido, condensa “aquilo que teve o vigor de ter sido. [...] definem mudanças [...]” (Oliveira, 1998:65), essa temporalidade “é um recorte [...] através do qual se buscam outras temporalidades” (idem).

⁹⁰ Conforme informação de alguns antigos pescadores, a rede utilizada por esses barcos é de malha fina. Essa pesca é segundo Diegues (1995b: 46), “causadora de uma grande mortandade de peixes miúdos [...]”. Além disso, as redes fortemente puxadas pelos barcos revolvem o fundo do mar, buscando capturar todo tipo de pescado, depauperando os demais recursos aquáticos, muitos dos quais sem valor comercial, como os corais, peixes, moluscos e crustáceos em estado juvenil.

destrói tudo, até num peixinho do tamanho de um grão de areia ela vai, é nascendo e morrendo ali, eles ficam revirando o fundo”. (Zé do Peixe – pescador nativo).

Além da redução dos estoques pesqueiros advinda da pesca predatória, conforme observa Diegues (1995), existem casos de conflitos com pescadores de barcos artesanais, especialmente no Nordeste, através da destruição de suas redes. Tais conflitos são evidenciados na área da Praia do Francês e, de acordo com a informação dada por um pescador,

“Se um nativo aqui for botar a rede e se deixar para o outro dia, aqueles barcos de pesca passam e engancham, e na hora que engancham, eles cortam a rede do nativo. Então nem mesmo o nativo pode pescar lá, não tem mais direito, porque eles tomaram conta da área” (Zé do Peixe).

Assim, sobrepesca e conflitos contribuem para que a principal fonte de subsistência da comunidade nativa venha a ser rapidamente reduzida, causando apreensão, em função do comprometimento de sua própria sobrevivência. Com a crescente escassez dos recursos pesqueiros, pouco restará para garantir o seu sustento, pois as demais atividades desenvolvidas no litoral sul do Estado, principalmente aquelas destinadas ao atendimento das novas demandas, por exemplo, o turismo, encontram-se concentradas, em grande parte, nas mãos de pessoas exógenas, não pertencentes à comunidade local original. Esse fato, por sua vez, impõe uma concorrência desleal, em função das precárias condições financeiras e da educação formal dos pescadores artesanais e demais trabalhadores locais.

Se a pesca artesanal já não garante por si só a subsistência local, são poucos aqueles que atuam em outras atividades,

“[...] foi chegando esse negócio de turismo, e aí foi acabando a pescaria, a pescaria não, foi acabando os pescadores, porque foram fazendo outras coisas, foram cuidando em bar, em passeio, essas coisas” (Val, pescador).

Pouco resta àqueles que sempre se dedicaram às atividades tradicionais — pesca, agricultura de subsistência — senão o afastamento das áreas próximas à praia.

De fato, a beleza natural, a singeleza e a simplicidade da comunidade são progressivamente transformadas, cedendo às exigências padronizadas e às pressões do turismo de massa. Não há lugar para a singularidade, para a preservação da identidade. Diante das formas e da rapidez com que as ações humanas vêm ocorrendo, transformam lugares revestidos de forte simbologia para aqueles que os vivenciam e deles subsistem em espaços impessoais, genéricos

(Martins, 2000). A busca do atendimento às novas demandas mundiais gerou a produção de um *lugar* transformado em espaço, sem identidade, o que poderia ser chamado, de *não lugar* (Augé, 1994, 2010; Carlos, 1996b; Rodrigues, 2001).

Conforme observa Ramalho Filho (1999:181),

“a homogeneização cultural advinda da globalização põe em risco a identidade e o simbolismo do patrimônio cultural local, regional, nacional, misturando, ou mesmo superpondo concepções e valores de uma ‘cultura mundial’. A adoção desses novos valores [...] decreta não somente a morte da tradição, mas também provoca segregações e frustrações sociais, [...]”.

Esse processo de expansão desagregador, imposto pelos setores hegemônicos, de interesses externos, não tem compromisso com o importante patrimônio cultural e ambiental então existente. Ao contrário, vem afetar sobremaneira a antiga estabilidade das relações sociais praticadas.

4.5 – Novas inserções econômicas: exclusão, desrespeito e perda do conhecimento tradicional.

As mudanças dos equilíbrios ambientais se processam em escalas e ritmos variáveis, que resultam em impactos igualmente variáveis em função dos ecossistemas afetados. A intensa especulação imobiliária, resultante da forte urbanização, provoca um direto e nítido processo de descaracterização da paisagem e compromete importantes ecossistemas. Isto se constitui em absoluto desrespeito às leis de proteção ambiental, estaduais e federais.

Esse processo de mudança que se instala em áreas pontuais do litoral sul de Alagoas, não significa apenas o comprometimento dos ecossistemas, mas afeta todo o contexto local em suas dimensões econômica, social e cultural, impossibilitando outro estilo de desenvolvimento. Ao transformar a antiga estrutura social da comunidade, causa desagregação das relações anteriormente existentes. A forte dispersão física dos antigos moradores e a competição gerada pelo atendimento às novas necessidades demandadas pela inserção do turismo faz crescer, por exemplo, um sentimento individualista.

“Hoje é cada um pra si. Misturou também, o pessoal morava todo mundo ali, o pessoal junto, agora está espalhado, uns para um canto, outros para outro, não se encontram, é difícil os nativos daqui se encontrarem” (Rodrigues - antigo morador).

A luta pela sobrevivência, agora em novas bases, não solidárias, pela via do incremento da atividade turística, vem a favorecer, também, a descaracterização cultural da comunidade, calcada em valores, crenças, elementos do contexto local, cujas relações interpessoais eram antes fundamentadas em sua coesão, conservação e subsistência.



Figura 18 – Pescador de outrora da Praia do Francês. (fotografia gentilmente cedida pelo Prof. Dr. José Geraldo Marques, 1998).

As pressões exercidas pelo turismo e o processo de urbanização descontrolado, inclusive a forte especulação imobiliária, que lhe é consequente, fazem com que a antiga comunidade de pescadores venha, com o tempo, a perder grande parte de seus recursos naturais e culturais.

Tais ações denotam a necessidade de novas descobertas a se colocar em prática, outros níveis e regulações, em buscar formas que se coadunam às realidades locais, à cultura e ao conhecimento existentes, de forma a minimizar com isso e/ou até evitar os processos de exclusão, que o atual modelo dominante impõe, um desrespeito às diversidades locais.

4.5.1 – O turismo e o desequilíbrio nas relações socioambientais

Atualmente, o espaço turístico se transforma em objeto de consumo, em mercadoria, submetendo-se ao processo de comercialização. A natureza transformada passa a ser apropriada para o lazer, e este, de atividade espontânea, modifica-se para uma “nova atividade produtiva, diferenciada, com ocupações especializadas, que produz um novo espaço” (Carlos, 1996a).

O processo de modificação e consequente artificialização do espaço faz com que este se constitua em mero cenário para atrair turistas, que agora foram transformados em elementos passivos, pois não estabelecem relação com o lugar. Na realidade o turismo gera apenas o reconhecimento e não o conhecimento do lugar. Como observa Ferrara (1996:21), essa atividade de passagem “favorece a metonímia, os detalhes espaciais flagrados”, e não a cultura e a história que produzem a identidade do lugar.

Essa passividade verificada nos turistas se dá em função das estratégias utilizadas pelo forte *marketing* existente em torno dessa atividade econômica, que busca produzir novos espaços, principalmente nas áreas mais exóticas existentes, normalmente encontradas em países tropicais. Tais espaços passam a atender às necessidades de retorno à natureza, entre aqueles que vivem sob o estresse urbano.

A expansão do turismo global, através dos grandes recursos públicos e privados investidos, fez desenvolver os megaprojetos, especialmente os *resorts*, destinados a proporcionar ao cliente a sensação de se sentir em casa, mantendo a mesma infraestrutura encontrada em seu lugar de origem; mas, consequentemente, desvinculado da realidade local. São espaços artificiais, verdadeiros enclaves esterilizados e estanques, refratários à cultura local, que isola os turistas do contato com a comunidade.

Nesse sentido, observa Rodrigues (1997:32) que “produz-se no espaço global um lugar, que nega o local, sendo, portanto, um não lugar”; esse tipo de turismo cria uma imagem falsa, que não representa o local, pois o turista deixa de praticar, de perceber o espaço, em função da ausência de contato direto e permanente com o entorno. E, a partir do momento em que um espaço inicialmente indiferenciado se torna mais bem conhecido e dotado de valor, tal espaço transforma-se em *lugar*, mas para tanto é preciso vivenciá-lo.

O turismo deve ter a responsabilidade de valorizar as particularidades locais, já que o fator atrativo de uma determinada localidade e que a faz existir deve-se ao fato de ser um lugar próprio e único (Castrogiovanni 2003).

Ao se considerar a ampliação do mercado de trabalho local, também não se reconhece efeitos positivos, pois, tratando-se de países ou regiões que apresentam dificuldades de oferta de mão de obra qualificada para os fins requisitados, as empresas que aí se instalam são obrigadas a importar pessoal oriundo de centros formadores e/ou com maior dinamismo turístico.

Frequentemente a mão de obra local é utilizada como “segunda categoria”, recrutada apenas para ocupar espaços de menor qualificação e menor remuneração, sendo este um grave problema das atividades turísticas no Brasil, pois marginaliza a população local do processo (Irving, 2009).

A situação se agrava ainda mais nas zonas mais densamente povoadas, especialmente as costeiras, onde as comunidades tradicionais locais sofrem diretamente os impactos das mudanças trazidas pelo turismo, através da perda de seus valores, crenças e tradições, sentindo-se, ao mesmo tempo, cerceadas no acesso às transformações proporcionadas pelo “progresso” da vida moderna, em virtude de seu baixo poder aquisitivo, decorrente de suas atividades de subsistência. Restam-lhes papéis marginais, enquanto serviçais, e não raras vezes a prostituição.

O questionamento que se faz, atualmente, é sobre a escolha de áreas habitadas por minorias e populações de baixo rendimento para a prática de atividades indesejáveis sob o ponto de vista ambiental, como também a falta de transparência e participação no processo decisório sobre a utilização do espaço (Castells, 2007a).

Essa forma de desenvolvimento turístico, por separar desse processo os aspectos humanos e culturais, nada mais é do que uma vertente de “um crescimento sem alma” (Cuéllar, 1997), pois assiste-se a uma nova maneira de produzir, principalmente nos chamados países periféricos, ao ignorar as características culturais existentes, suas formas, suas organizações, suas relações com o entorno.

É preciso salientar que a cultura não deve ser considerada como um conceito separado e estanque; mas, sim, algo dinâmico, em contínua evolução, em que todas as formas de desenvolvimento são determinadas pelos fatores culturais, pois a cultura, além de conectar os indivíduos entre si, define o relacionamento destes com a natureza, com o meio ambiente físico.

O desrespeito às diferenças culturais existentes poderá levar ao comprometimento do processo de desenvolvimento desses lugares.

A exploração sem limite e sem respeito às dotações naturais e culturais de um sítio turístico impulsiona irremediavelmente ao esgotamento e, conseqüentemente, uma repulsa da demanda, logo, de investimento (Zaoual, 2008a).

No Brasil, o fenômeno não ocorre diferentemente. O rápido e intenso processo de produção e consumo do espaço turístico, nas regiões costeiras brasileiras, vem-se agravando sensivelmente, e a grande preocupação que se instala deve-se, principalmente, aos impactos ambientais, em seu sentido amplo (físico, humano, social, cultural, econômico e político).

Assim, enquanto atração turística, a Praia do Francês apresenta-se em processo de declínio, em contraste com a forte expansão verificada na década 1980. Naquele período, foi transformada para atender à crescente demanda turística, quando não se verificava, no entanto, qualquer preocupação e ação concreta, oficial ou privada, em consonância com a realidade local, que respeitasse os seus ecossistemas, a cultura tradicional local, e que resultasse na efetiva melhoria da qualidade de vida de sua comunidade original. Ao contrário, as mudanças irreversíveis na estrutura ecológica, econômica e sociocultural anteriormente existente buscaram simplesmente adequar o contexto às novas demandas exigidas pela “explosão turística”, alterando os antigos ritmos da comunidade e o equilíbrio dos ecossistemas locais.

Para que um projeto ou política econômica obtenha sucesso, faz-se necessário uma visão de mundo partilhada pelos atores. Projetos jogados de paraquedas sobre sítios pouco ou nada conhecidos são considerados comuns e, portanto fadados ao fracasso, pois não consideram as singularidades, a ética e o imaginário do lugar, necessitando, portanto, de profundas mudanças em suas práticas e raciocínios (Zaoual, 2008a).

Esse processo de expansão desagregador, imposto pelos setores hegemônicos, de interesses externos, não tem compromisso com o importante patrimônio cultural e ambiental então existente. Ao contrário, vem afetar sobremaneira a antiga estabilidade das relações sociais praticadas no povoado do Francês, sem favorecer a tão sonhada mudança de vida dos mais velhos e, principalmente, dos mais jovens. De fato, as novas oportunidades trazidas pelo turismo não ocorreram; verificando-se uma grande frustração por parte daqueles que tanto almejavam tal transformação.

A propósito, essa almejada transformação pode ser aqui simbolizada pela analogia tão bem estabelecida por Ferrare (1996:133), ao utilizar a frustração da figura alegórica de Macunaíma, criada por Mário de Andrade, diante da decepção de uma realidade onde,

“Macunaíma aspirava o ‘sonho’ moderno de alcançar o Progresso! Porém, a rápida manobra feita pelo transatlântico que o levaria a este ‘sonho’, ao virar a popa para terra e soltar uma fumaçada de ‘pernilongos, borrachudos [...]’, cerceou esta chance, e fez Macunaíma ‘despertar’ do sonho. Decepcionado, ele então voltou para a cidade de onde tanto quisera fugir”.

Assim como Macunaíma sonhou alcançar o Progresso e, decepcionado, voltou para a sua cidade de origem⁹¹, o mesmo pode ser verificado na antiga comunidade da Praia do Francês, que, na sua inocência, acreditava em mudanças de vida (Martins, 2000). Essas mudanças aconteceram, mas diferentemente das existentes em seu sonho, pois jamais imaginava que poderiam ocasionar a decepção, evidenciada na fala de Zé do Peixe, pescador:

“(...) você veja, eu tenho hoje, hoje eu tenho muita amizade e não tenho dinheiro, nem a minha casa eu tenho mais, né? Porque a minha riqueza [a casa] eles tomaram. Eu amanhão o dia e às vezes não tenho nada que fazer”.

Hoje, a comunidade original, restrita a uma pequena faixa escondida dessa praia, em relação à extensão da urbanização pós-1979, é ignorada por muitos que ali chegam para conhecer a tão famosa Praia do Francês, sem que tenham oportunidade de revelar a sua maior riqueza, que é o seu conhecimento tradicional.

4.6 - “Praia do Francês +10”

Ao percorrer a história da Praia do Francês, de modo a ressaltar os seus importantes, variados e vulneráveis ecossistemas, verificou-se que a sua antiga comunidade se caracterizava por apresentar estreita relação e, até mesmo dependência de seu meio circundante. A sua preservação garantia a continuidade das atividades cotidianas, expressão de sua subsistência.

Porém as transformações ecológicas, econômicas e socioculturais observadas parecem ter condenado a Praia do Francês a algo aparentemente sem perspectivas, diante da desestruturação de um antigo *lugar* que, diante da dificuldade de acesso, manteve-se

⁹¹ (Ferrare, 1996:133).

praticamente isolado durante décadas, até o final dos anos 1970, e considerado até então o referencial identitário daquele grupo.

Atualmente, mais de uma década após o estudo desenvolvido sobre esta realidade, ao trilhar o caminho que conduz à Praia do Francês, observa-se que, em curto espaço de tempo, os impactos anteriormente estudados acham-se redimensionados, ou seja, esta área encontra-se mais uma vez exposta a novas e repetidas agressões, reflexo da ausência de um cuidadoso plano de previsão de impactos sobre o ambiente e seu entorno.

Torna-se nítido o quanto o olhar “desenvolvimentista” encontra-se presente em várias porções da paisagem (Figura 19), visto que é possível identificar: condomínios de luxo construídos em áreas consideradas, em lei, de preservação permanente, marinas, hotéis e outro grande impacto, e que se repete: a rodovia AL-101 Sul, em processo de duplicação e, para mais uma vez, privilegiar seguimentos considerados importantes, segundo os órgãos públicos, para o desenvolvimento econômico local.



Figura 19 – Novas e repetidas inserções: (a) Condomínio Laguna⁹²; (b) Rodovia AL-101-Sul duplicada⁹³; (c) Hotel na Praia do Francês⁹⁴.

O crescimento imposto pelo processo de inserção do turismo e da especulação imobiliária (Figura 20) contribuiu, e ainda contribui, para a descaracterização da antiga paisagem natural e cultural da Praia do Francês, comprometendo seus ecossistemas, destruindo o antigo estilo de vida, trazendo incerteza à permanência e à sobrevivência da população original local. Deste modo, ao longo das últimas três décadas, assiste-se, por anuência política e imposição econômica, a verdadeiras pilhagens sobre o seu rico patrimônio natural, mas também cultural.

⁹² Imagem disponível em: <http://www.bomnegocio.com/alagoas/alagoas/terreno>

⁹³ Imagem gentilmente cedida pelo Departamento de Estradas de Rodagem de Alagoas

⁹⁴ Propaganda promocional do Hotel.



Figura 20 - Processo de urbanização da Praia do Francês (2000 -2012).

A reprodução dos impactos anteriormente estudados (observados no item 4.2 deste capítulo), agora redimensionados, exige uma reflexão sobre a rapidez das transformações ocorridas nas regiões costeiras tropicais, cujos impactos negativos têm afetado excessivamente valores, costumes, crenças e tradições, conduzindo à desestabilização das comunidades tradicionais, e assim o meio ambiente em seu sentido amplo. Tais transformações podem ser observadas na tabela que se segue:

Principais incursões sobre o ambiente natural e cultural da Praia do Francês, nas três últimas décadas	
Entre os anos 1980 – 2000	Posteriores ao ano 2000
Construção da Rodovia AI – 101 – Sul	Duplicação da Rodovia AI – 101 – Sul
Loteamento Portais do Francês – considerado exemplo de grande impacto sobre o ecossistema local	Novos loteamentos, além da construção de hotéis, condomínios, pousadas, bares e restaurantes se seguiram ao primeiro loteamento na Praia do Francês.
Urbanização da Orla da praia do Francês	Adaptação da orla da Praia do Francês com modificações estruturais das antigas barracas (bares e restaurantes), e às demandas imobiliárias.

Tabela 3 – A (re)produção dos impactos.

Apesar dos conflitos gerados pela atividade turística, principalmente para as áreas esparsamente povoadas e consideradas “menos desenvolvidas”, a expansão dessa atividade tem sido associada, com frequência, à possibilidade de estimular o desenvolvimento, o investimento em infraestrutura; porém, parte dessa última constitui instalações específicas aos turistas (Figura 21); a outra parte serve tanto ao turista quanto à população local, como as estradas, e a melhoria no sistema de transportes. Ao mesmo tempo, nota-se que a infraestrutura direcionada para o atendimento das necessidades da população local é considerada despesa, e os gastos destinados para tornar a área mais atrativa para os turistas como as estradas, as marinas, os hotéis, são vistos como investimento. E, conforme enfatiza Oliveira (2005), o fato de o bem-estar da população local não ser entendido como investimento público, por não trazer retorno contábil, confirma que, na realidade, o que vale para o “desenvolvimento” é aquilo que pode ser calculado.



Figura 21 – Adaptação da Orla da Praia do Francês às novas demandas (atividade turística e especulação imobiliária). (Fonte: Imagens 2013 Digital Globe, Dados do mapa 2013 Google MapLink, 2013).

A implantação dessas atividades relacionadas ao turismo dá-se de forma descomprometida com os contextos: sociocultural, ecológico e econômico locais, posto que é exercida por poderosos grupos de pressão exteriores (agentes imobiliários), não raras vezes associados aos grupos oligárquicos locais (proprietários de terras, construtores). A maioria da comunidade local permanece excluída, impossibilitada de reagir diante da ausência ou conivência dos responsáveis públicos, fato esse comprovado durante as entrevistas realizadas, em 2011, com os órgãos públicos ligados ao turismo e ao meio ambiente, uma vez que a alegação apresentada pelos responsáveis públicos sobre a ocupação de áreas sensíveis como os ecossistemas costeiros tropicais, caracterizados no item 2.3 do capítulo II, e protegidos por lei, é de que as áreas ocupadas, ou que serão ocupadas, são consideradas “antropizadas”, como também constituem áreas de interesse turístico (AIT).

O que pode ficar evidenciado, na Ação Civil Pública⁹⁵ (ACP), existente no Ministério Público Federal (Procuradoria da República no Estado de Alagoas) com relação à implantação de empreendimento (“misto de loteamento e hotel”), em área considerada como o “último fragmento de Restinga da região metropolitana de Maceió, ainda preservada e um dos últimos ecossistemas de Restinga do Estado de Alagoas”, localizado entre a praia do Francês (Marechal Deodoro – Alagoas) e a Barra de São Miguel (Município vizinho, em área contígua).

Para ilustrar o acima exposto:

[...]

Os documentos acostados ao procedimento administrativo comprovam que a iminente implantação do Empreendimento Réu gerará gravíssima degradação ambiental, mormente ao se considerar a soma do impacto decorre do Hotel-Ressourt [sic] e do “Megaloteamento” (os quais, juntos, formam o Empreendimento Réu, aqui denominado “Complexo Hoteleiro-Imobiliário”). O “Megaempreendimento” e “Megaloteamento” [...] desmatará vastas áreas de restinga, sendo que nascentes e riachos sofrerão impacto de duas obras (de grande envergadura). Não bastasse, serão somadas as degradações ambientais oriundas do Complexo Hoteleiro-Imobiliário, que ostenta 2.249.419,00 m² (dois milhões, duzentos e quarenta e nove mil, e quatrocentos e dezenove metros quadrados) [...], com os impactos causados pela duplicação da Rodovia AL-101-Sul (com 22,6 km de extensão, da Ponte Divaldo Suruagy até o acesso principal da sede do município de Barra de São Miguel) [...]. Acontece que a duplicação da Rodovia ficou condicionada à criação de uma Unidade de Conservação, conforme estabelecido na Resolução Normativa nº 47/2008 e na Resolução nº 91/2008, emitidas pelos próprios Réus desta ação, CEPRAM-Estado de Alagoas [...], e nas Licenças Prévia e Licença de Instalação expedidas pelo IMA-AL (também Réu nesta ACP), ao DER [...].

*Ou seja, os Réus Estado de Alagoas-CEPRAM, e IMA/AL, condicionaram a implantação da duplicação da AL-101 à criação de uma Unidade de Conservação exatamente no local [...] onde quer se instalar o Empreendimento Réu. Entretanto, desprezando suas próprias resoluções e licenças, o CEPRAM e o IMA/AL concederam Licença Prévia para o Complexo Hoteleiro Réu se localizar e instalar exatamente onde deveria ser criada a Unidade de Conservação.
[...].*

Portanto, o licenciamento ambiental do referido loteamento deverá ser concedido pelo IBAMA, pois se trata de obras e atividades de significativo impacto ambiental de âmbito regional. Além disso, os impactos ambientais serão sentidos no mar territorial. Isso porque a supressão de restinga gera o avanço das águas marítimas ao continente [...], bem como em razão de o Empreendimento Réu irá inviabilizar a desova de tartarugas que vivem no mar territorial, e que migram por todo o litoral de outros estados brasileiros (e mesmo de outros países, antes de voltarem ao local fixo de desova [...].

⁹⁵ Ação Civil Pública (ACP) de 11 de Junho de 2010. Acesso consentido em Fevereiro de 2011, no Ministério Público Federal, Procuradoria da República no Estado de Alagoas.

No caso da duplicação da AL – 101 SUL, o CEPRAM considerou, entre as várias medidas de compensação, a imprescindibilidade de instituição de Unidade de Conservação no local onde quer se instalar o Empreendimento Réu. [...].

[...].

Vastas áreas de mangues, restingas, áreas de baixio, nascentes e pequenos cursos d'água serão afetados em virtude da Duplicação da AL-101-SUL, fora o significativo aumento do volume de tráfego de veículos em toda a extensão da Rodovia (que irá dobrar sua capacidade). Mas, como dito, tais impactos seriam compensados pela criação de uma Unidade de Conservação no local onde o Hotel-Loteamento Réu intenta se instalar (fl. 210).

[...].

A Duplicação da AL-101-SUL não é, nem de longe, o objeto desta ACP. É apenas o argumento fático-jurídico para demonstrar a ilicitude do licenciamento do Empreendimento Réu. Não haverá qualquer pedido (i)mediato em face da Duplicação da AL-101-SUL. O DER-AL não será réu neste processo, eis que, como demonstrado, é o IMA/AL e o CEPRAM-Estado e Alagoas que estão inviabilizando o DER-AL a cumprir as condicionantes (obrigação de fazer e não fazer), impostas pelos próprios IMA e CEPRAM, nas licenças prévia e de instalação (fls. 174 v. e 175 v.). Esta ação, portanto, não intenta discutir o benefício e/ou malefício da Duplicação da Rodovia. Apenas aponta, como argumento, o descumprimento da obrigação de fazer (preservação ambiental da área visada) já estipulada pelo IMA e CEPRAM, porém descumprida por estes próprios (e não pelo DER-AL, ao menos por enquanto).

Neste caso, os interesses lucrativos/recreativos do empreendedor não poderão se sobrepor ao benefício que a conservação da área ambientalmente estratégica.

[...].

Assim, os poderes político e econômico locais têm colocado à margem do processo os antigos moradores e comprometido o meio ambiente e os seus recursos, base de atividades atuais e futuras, de forma a inviabilizar, cada vez mais, a possibilidade de recuperação do *lugar*. Por um lado, faltam recursos públicos materiais e humanos para tal; e por outro, vontade política para a tomada de decisão e para a realização de verdadeiro trabalho direcionado às formas sustentáveis de utilização dos recursos ambientais e o respeito aos ritmos locais.

Esse processo vem ocorrendo ao longo do litoral do Brasil, da Região Nordeste e, particularmente, na Praia do Francês. Aliás, como bem observa Rodrigues (2001: 95), trata-se de fato comum nas regiões tropicais, onde os “*cartões postais das praias paradisíacas do mundo tropical são os mais suscetíveis às respostas negativas à degradação antrópica, apesar de terem sido, num primeiro momento, recursos básicos para a captação de projetos turísticos*”.

Situação esta revelada no depoimento dado por Alberto Leão Maia (artista plástico, cineasta e ex- Secretário de Estado 1999-2000):

“[...] Uma saudade enorme, eu chego a não reconhecer a Praia do Francês que eu vivi, e a Praia do Francês que é hoje. Para mim ela perdeu total identidade, a não ser que você dê as costas para o continente e olhe simplesmente para o mar, porque se você der as costas para o mar, você se choca pela estupidez em nível de arquitetura, em nível de urbanização. Eu acho que é uma antiarquitetura, uma antiurbanização e uma violência contra um meio ambiental, ecológico, que já foi um orgulho e que é o risco que corre toda nossa costa, se não houver urgentemente alguém que tome as rédeas. Reafirmo que não sou contra o progresso, mas um progresso com disciplina, com respeito à natureza, que é a forma inclusiva de preservar a vida, o futuro.”

A rapidez das transformações das regiões costeiras tropicais, através da atividade turística, principalmente aquelas habitadas por comunidades tradicionais, tem provocado sensíveis impactos negativos, afetando sobremaneira seus valores, seus costumes e suas tradições, conduzindo conseqüentemente à sua desestabilização. O contato entre os turistas e a população local traz a esta última o conhecimento dos elementos do suposto “progresso” e de novos estilos de vida, o que causa forte atração, particularmente nos jovens, induzindo-lhes novas aspirações. A impossibilidade em alcançá-las gera insatisfação e conflito interno, resultando em elevado custo social para a comunidade. A população mais jovem, ao aspirar as mudanças em suas vidas, gera conseqüentemente alterações no seu comportamento e na sua mentalidade, o que ocasiona sérias transformações nas crenças, valores e costumes até então existentes na comunidade, de modo a desestabilizá-la.

Nesse sentido, considerando-se o seu contexto como o resultado da integração das esferas natural, social, econômica, política e cultural (Rodrigues, 2001), a desestabilização de uma delas compromete o todo, o que torna o turismo uma atividade agressora de seus próprios recursos.

Essa concepção precisa estar de acordo com a concretude local, onde “cada sociedade se estruture em termos de sustentabilidade própria segundo suas tradições culturais, seus parâmetros próprios e sua composição étnica específica” (Diegues, 1995:24), de modo a não utilizar como padrão aquele pertencente às chamadas sociedades industrializadas, exógenas.

O conhecimento ecológico autóctone e as práticas tradicionais, segundo Cuéllar (1997:276), “oferecem soluções, não apenas baseadas em gerações de experimentação e observação, mas também corporificadas nos sistemas locais de valores e significados”.

No povoado do Francês, ficou evidenciado, através dos depoimentos de seus antigos moradores, esse conhecimento ecológico existente, expresso tantas vezes em minuciosos detalhes; mas, infelizmente, tão desprezado pelos agentes governamentais.

Tal conhecimento tradicional da natureza mostrou-se extremamente apurado, dado o trato e a percepção cotidianos, pois deles depende o exercício da pesca artesanal, por exemplo, e a sobrevivência daqueles que se dedicavam a ela, no antigo povoado do Francês:

“[...] quem trazia a garaçuma [Caranx lugubris] pra cá, era as manjuba [Anchoviella lepidentostole] – diz Zé do Peixe – [...]. Aquilo dali [manjuba] é bom que chama os peixe. Então onde vai aquelas manjuba os peixe vão atraís. Se elas vir pra cá, os peixe vem, mais só que não é peixe que nem antigamente. Que cê olhava daqui, quando falava, ó tem peixe batendo ali, ó a bateria de peixe, a gente olhava ali, no verão, era aquele espumeiro no meio do mundo. Os peixe tudo batendo nas manjuba, né? [...]. Porque de primeiro dá uma lapada com a cauda, pra batê no peixe, o peixe ficava tonto e elas pegava assim. Primeiro não vai com a boca, aí quando elas tava tudo lá, bin, bin, bin [...], aí ia quatro pescador num barco, arrudiava os cardume, quando puxava [...] aí a gente via aquele cardume de peixe descendo na onda [...] aquele monte [...]!”

A perda desse conhecimento tradicional – patrimônio imaterial, que está já em curso, parece ser inexorável. Novos hábitos, costumes e interesses surgem nas novas gerações com o advento do turismo, conforme evidencia Sr. Aldo, antigo pescador do Francês, quando perguntado sobre o exercício da pesca em sua família:

[...]
- Os filhos do senhor sabem pescar?
- Tudinho...
- E os seus netos?
- Eles mesmo, eles num qué não!

Nesse sentido, Edgar Morin adverte que, hoje, a proteção das pequenas civilizações com linguagem, cultura e sabedoria próprias encontram-se ameaçadas por lhes faltar poder para se defenderem, e, ao mesmo tempo, este autor ressalta que essa proteção “não consiste em fazer reservas – na concepção de zoo.” (2001:25). Ao invés de serem expulsas de suas terras, essas populações tradicionais deveriam ser valorizadas e recompensadas pelo conhecimento e manejo, responsáveis pela origem de mosaicos de paisagens, onde se pode encontrar, desde florestas pouco tocadas por essas populações, até as já manipuladas pelo homem. Onde o critério a ser

incorporado seria o da “existência de **áreas de alta biodiversidade**”⁹⁶, decorrente do conhecimento e do manejo tradicional ou etnomanejo realizado por populações tradicionais indígenas e não indígenas” (Diegues & Arruda, 2001:43).

A estreita relação existente entre o uso e a disponibilidade de ambientes tornou propícia a permanência dessas populações e, conseqüentemente, gerou um amplo conhecimento e o entendimento das inter-relações entre os componentes vivos e não vivos para a sustentabilidade do sistema (Batista *et al.* 2007). Os usos dos recursos naturais praticados por essas populações e as formas de defesa de seus territórios são “construídos com base no conhecimento tradicional, resultantes de processos integrados e sistêmicos que, diferentemente de muitas abordagens científicas, não são compartimentalizados” (*idem*: 132). De acordo com Morin, “[...] quanto menos um pensamento for mutilador, menos mutilará os humanos. É preciso lembrar os estragos que as visões simplificadoras fizeram, não apenas no mundo intelectual, mas na vida. Muitos dos sofrimentos que milhões de seres suportam resultam dos efeitos do pensamento parcelar e unidimensional” (2003: 122).

Para se compreender corretamente os saberes locais, estes devem ser observados nas suas relações; “tanto com as atividades práticas, como com o sistema de crenças do grupo cultural ao qual pertencem”, de modo a evitar assim uma concepção descontextualizada dos referidos saberes, particularmente quando se separa o objeto de estudo das relações com o todo onde se encontra inserido (Berkes 1999 *apud* Toledo *et al.*, 2009:40). Como ressalta Edgar Morin “o objeto e o sujeito, abandonados cada um a eles próprios, são conceitos insuficientes. A ideia de universo puramente objetivo está privada não apenas de sujeito, mas do meio e do além [...]” (2003:61).

A relação homem/biosfera deriva, portanto, do conteúdo das reflexões humanas, que passam a desempenhar importante papel para demarcar as alternativas de ação e as rotas dos processos decisórios com elas relacionados (UNESCO, 1973; Marques, 1991).

Diante das atividades e ações desenvolvidas na Praia do Francês, geradoras da forte e evidente degradação ambiental e descaracterização do *lugar*, torna-se premente rever e superar esse estilo de crescimento baseado em um tipo de turismo, que não se coaduna com a realidade local, nem com as necessidades da comunidade original, comprometendo, até, a base necessária

⁹⁶ (grifos dos autores).

para iniciar um processo voltado ao desenvolvimento sustentável. No entanto, e de acordo com Aziz Ab'Saber (2006), é fundamental para toda e qualquer região, particularmente aquelas localizadas nos países subdesenvolvidos, uma correta avaliação e/ou estudo de previsão de impactos, além de bom conhecimento dos tipos de espaços geográficos e sociais, que compõem os países sujeitos a um desenvolvimento desigual.

Portanto, é inaceitável não apenas na praia do Francês, em Alagoas, ou ao longo de todo o litoral do país, a manutenção de uma minoria privilegiada e geralmente exógena, permitindo-lhe “sacar das populações litorâneas, as últimas formas por elas encontradas de uma verdadeira estratégia de sobrevivência” (Galvão, 1985).

Ao contrário, devido às potencialidades representadas pelo seu patrimônio natural e cultural, a Praia do Francês poderá servir como experimento de práticas sustentáveis de desenvolvimento, que buscam a valorização dos seus elementos naturais locais. Entretanto, a prática exige vontade política, envolvimento dos atores locais, e formação técnica para o desenvolvimento de um processo de planejamento integrado e participativo, que beneficie e valorize, de forma criteriosa, tanto os elementos ambientais locais, quanto a cultura e o conhecimento existente, buscando minimizar ou até evitar o atual processo de exclusão, que insiste em desrespeitar as diversidades.

Esta reflexão sobre as transformações ocorridas na praia do Francês, caracterizada pela presença de comunidade tradicional que, em suas práticas cotidianas adaptadas aos ritmos e as condições da natureza, consideradas pouco agressivas, mantinha estreita relação com o ambiente circundante; mas, a partir das ações de grupos representantes do mundo urbano-industrial, descontextualizadas da realidade local, tais ações trouxeram para esta área falsas promessas de progresso e, por conseguinte, geraram a exclusão de seu mais importante grupo: a comunidade de pescadores artesanais. Esta condição, alusiva a uma realidade encontrada no Estado de Alagoas, na região Nordeste do Brasil, não representa apenas a condição de uma localidade brasileira, mas, também, de tantas outras situadas no mundo periférico ou no *Sul do Mundo*, que poderá servir – respeitando as particularidades de cada caso, dentro de certa abrangência espacial – como parâmetro para áreas que começam a sofrer com o frenesi da modernização e do consumo, particularmente para fins de previsão de impactos de projetos a serem desenvolvidos em determinadas regiões encontradas nas zonas costeiras do mundo tropical.

Capítulo V –

A previsão de impactos na construção de cenários do futuro

*“A angústia mais dramática, mais profunda,
será a provocada pela ameaça de perder o
próprio ser, a memória do passado, sobretudo
as boas memórias, a saudade, o fim de todos os
projetos, a saudade do futuro”.*

Eurico Figueiredo- Angústia ecológica e o futuro.

O processo de transformação que se instalou na Praia do Francês, gerador de profundas mudanças nos ritmos e equilíbrios locais, (evidenciados no capítulo anterior), não representou apenas o comprometimento dos ecossistemas, da degradação ambiental, mas também da degradação humana, de todo o contexto local, em suas dimensões: social, cultural, econômica e política. O processo instalado trouxe uma nova qualidade de exclusão/inclusão, pois as melhorias advindas do “progresso” – via implantação e desenvolvimento do turismo – trouxe consigo o rompimento das identidades, das tradições, das relações de sociabilidade do grupo, dos hábitos e costumes até então existentes.

Esta observação torna-se importante, particularmente, para realidades onde se pode encontrar relações complexas entre povos tradicionais e seus recursos naturais e, ainda, por constituírem o foco das estratégias globais de desenvolvimento, que são pensadas de modo desarticulado e descontextualizado das áreas onde se inserem. Tais decisões, tomadas nas esferas internacionais, acabam por transformar-se em ações agressivas ao patrimônio natural e cultural local, até então recursos importantes e atrativos para atividades do mundo urbano-industrial.

Tal como parece ser a condição do Arquipélago dos Bijagós, Guiné-Bissau, país do mundo periférico e tropical, que já começa a sentir as mudanças provenientes de grupos, que exógenos à área, em suas ações, produzem impactos ambientais, sociais, econômicos, culturais e, por ocorrerem desconectados com a realidade local, podem gerar forte desgaste nas relações de socialização, quer dizer, do sentimento coletivo, do espírito de comunidade e de cooperação anteriormente existentes.

É diante deste contexto, que o estudo de previsão de impactos poderá contribuir para o desenvolvimento desta e de tantas outras realidades, encontradas nas regiões costeiras tropicais do mundo periférico, e, segundo Ab'Saber, nenhum outro espaço físico e ecológico necessita tanto utilizar as técnicas e métodos de previsão de impactos do que as regiões costeiras. Ao mesmo tempo, tais ações devem ocorrer fundamentadas no respeito às diferenças e às particularidades locais, ou seja, com olhar atento às especificidades de cada área, de cada caso.

5.1 – A previsão de impactos no mundo periférico e subdesenvolvido

Os estudos de previsão de impactos em diferentes projetos para áreas do mundo periférico, particularmente no caso brasileiro e, devido a sua ampla representatividade, estes estudos encerram diferenciadas e complexas variáveis, uma vez que, em sua elaboração, torna-se indispensável um empenho particular na recuperação de acontecimentos semelhantes, havendo ainda a necessidade de estudos aprofundados, caso a caso, sobre os fatores impactantes e os sistemas considerados virtualmente impactáveis (Ab' Saber, 2006:28).

A previsão de impactos com relação a qualquer tipo de projeto, destinado a uma região específica e particularmente a um lugar, constitui uma operação técnico-científica transdisciplinar e de fundamental importância para os países do mundo periférico (Ab' Saber, 2006), porque:

1. Demonstra o nível de esclarecimento atingido pela sociedade do país, em relação à capacidade de antever quadros futuros da organização espacial de seu território.
2. Constitui, ainda, bom indicador da força de pressão social dos grupos esclarecidos em relação ao bom uso dos instrumentos legais, para garantir antecipadamente um razoável quadro de qualidade ambiental e ordenamento territorial.
3. Significa um extraordinário teste para examinar a potencialidade da legislação disponível, como também a sua aplicação a casos concretos.

Nesse sentido, os trabalhos de previsão de impactos contêm todo um estoque de transdisciplinaridade, voltados para atitudes culturais de importância social e de relevância para os cenários do futuro (*op. cit.*).

Significa, sobretudo, aplicar um antídoto contra os resultados da utilização incorreta de tecnologias ou de argumentações inverídicas, que envolvem a avaliação das prováveis consequências de distintos projetos, seja uma nova estrada em ecossistemas de grande vulnerabilidade, seja a instalação de uma nova indústria em lugares incompatíveis com as funções preexistentes; ou seja ainda projetos de loteamento e urbanização, a comprometer espaços costeiros através de processos de expansão de uma fronteira desordenada de lazer. Daí a importância e a grande responsabilidade cultural e ética das equipes responsáveis pela avaliação de impactos. Porém, segundo Aziz Ab'Saber, mesmo que bem preparados, técnicos e especialistas, não têm poder para “isoladamente, transformar a estrutura da sociedade, mas têm força para exigir seriedade e melhorias na organização dos espaços, para os quais se endereçam projetos ditos desenvolvimentistas” (2006:29). Para tanto, segundo este autor, bastaria empregar a legislação existente, tendo por base bons conhecimentos e adequadas estratégias de monitoramento e gerenciamento.

5.1.1 – A importância da previsão de impactos humanos e econômicos para cenários futuros

Além da importância de saber os limites e, também, as possibilidades acerca dos trabalhos técnicos e científicos de prever impactos, na realidade, exige-se uma reflexão diante de um quadro complexo de resultados em cadeia, que podem derivar de um projeto a ser implantado em uma determinada região e num dado lugar. É preciso ter em vista o cenário preexistente de ocupação espacial e qualidade ambiental, bem como os possíveis cenários a serem criados em distintas profundidades de tempos futuros (*op. cit.*).

A construção de cenários constitui importante ferramenta da gestão social que apoia a exploração de imagens futuras. Expressa parte da planificação estratégica, além de contribuir para a construção de uma visão de futuro, no sentido de um futuro desejável e possível da organização, em termos de sua missão, serviços e recursos tangíveis e intangíveis, uma vez que os imaginários resultantes deste exercício se convertam em panos de fundo das estratégias e planos da organização. Além disso, a construção de cenários constitui um método de análise e projeção da realidade intrinsecamente valioso, porque ajuda a estudar os problemas críticos de uma dada sociedade, e a prever seus possíveis resultados (Licha, 2002). Os cenários são definidos como um conjunto formado pela descrição de uma condição futura e a sequência de acontecimentos que

possibilitam avançar em direção a ela. Este método permite transitar, desde a situação presente até uma situação futura, possível e desejável, descrevendo de forma lógica esse trânsito (Godet, 1993; Licha, 2002; Saragoça *et al.*, 2012).

A construção de cenários inscreve-se teórica, instrumental e empiricamente no campo das ciências sociais, como um subcampo denominado “*estudos do futuro*”, e encontra-se também inserido nas técnicas de planificação, como um método de *previsão*, estando associado ao campo específico da *prospectiva* (Licha, 2002). Onde a prospectiva desenha o futuro no presente, tendo por base o conhecimento adquirido dos atores, do passado e do presente, e do resultado da aprendizagem desenvolvida através da reflexão coletiva e das múltiplas interações (Perestrelo, 2007).

O método de *cenários possíveis* constitui um dos instrumentos, que nos deixam agrupar diversas e importantes variáveis em diferentes visões do futuro. Esses cenários representam alternativas mais ou menos coerentes, não importa qual seja a probabilidade de elas virem a se realizar ou concretizar (Nitsch, 2010). Diferem igualmente das alternativas, que pressupõem “um único indivíduo ou corpo tomador de decisões, cujas atitudes são capazes de determinar o resultado. Em situações e processos complexos, um grande número de protagonistas e objetos (...) têm de ser levados em consideração, de modo que o que se visa, ao formular cenários possíveis, é uma gama de retratos holísticos do futuro, e não uma extrapolação ou projeção de uma única variável” (*idem*, 11).

A partir do método de previsão, a formulação de um quadro com as prováveis consequências depende de uma minuciosa revisão de todos os campos de influências que possa existir com o meio ambiente físico, ecológico e social, necessitando um aprofundamento no conhecimento, na funcionalidade plena e em que, e a quem poderão prejudicar: ecossistemas naturais, comunidades humanas, fluxos de água, patrimônios construídos, harmonia dos espaços humanizados, entornos próximos ou distantes; enfim, conhecer os sistemas impactáveis, que se entrecruzam e se sobrepõem, uma vez que “o jogo dos fatores impactantes sobre os sistemas impactados apresenta variabilidade infinita (Ab’Saber, 2006; Nitsch, 2010). Daí a exigência das chamadas ‘medidas mitigadoras’⁹⁷” (Ab’Saber, 2006:29).

⁹⁷ São aquelas destinadas a prevenir impactos negativos ou reduzir sua magnitude. É preferível usar a expressão “medida mitigadora” em vez de “medida corretiva”, uma vez que a maioria dos danos ao meio ambiente, quando não pode ser evitada, pode apenas ser mitigada ou compensada (Arruda *et al.*, 2001). In: *ambientebrasil* [acedido 22novembro2012] - http://ambientes.ambientebrasil.com.br/educacao/glossario_ambiental/glossario_ambiental_-_m.html?query=medidas+mitigadoras

5.1.2 – O conceito de espaço total no centro das considerações

Como todo projeto tem um local de implantação e uma determinada região de localização, é imprescindível conhecer sua estrutura, sua composição e a dinâmica dos fatos que caracterizam o espaço total da área escolhida. Apesar da importância da análise do local para implantação de um projeto, a área de entorno – considerada em sua composição: a população residente, a qualidade do ar, das águas e do solo, os caminhos e ruas, e remanescentes da biodiversidade dignos de preservação – ganha relevância em termos de curto, médio e longo prazos. Por essa razão, o conceito de *espaço total* passa a ocupar o centro das considerações, em face de qualquer projeto que se pretenda introduzir em um território específico.

Diante da importância deste conceito, em sua definição, o *espaço total* constitui “o arranjo e o perfil adquiridos por uma determinada área em função da organização que lhe foi imposta ao longo dos tempos. Nesse sentido, pressupõe um entendimento – na conjuntura do presente – de todas as implantações cumulativas realizadas por ações, construções e atividades antrópicas. A gênese do espaço – considerado de um modo *total* – envolve uma análise da estruturação espacial realizada por ações humanas sobre os atributos remanescentes de um espaço herdado da natureza” (Ab’Saber, 2006:31). Por esse motivo, é preciso perceber como se dá o funcionamento dos fluxos vivos da natureza que, embora perturbados, não foram totalmente eliminados, como também conhecer a história das formas de ocupação dos espaços produzidos pelos homens.

Para tanto, convém lembrar que o espaço precisa ser visto como um conjunto indissociável onde participam: de um lado, determinado arranjo de objetos geográficos, naturais e sociais e, do outro, “a vida que os anima ou aquilo que lhes dá vida. Isto é a sociedade em movimento” (Santos, 1988:16). Uma vez que a sociedade existe em movimento contínuo, cada movimento dela significa uma transformação no conteúdo das formas geográficas e uma mudança na distribuição do valor no espaço.

Nesse sentido, a previsão de impactos, além de garantir a harmonia e conciliar ações no interior do espaço total no futuro, pode ser também considerada como um ato de bom senso, ao procurar afinar o desenvolvimento com uma atitude de proteção ambiental e ecológica.

Deste modo, projetos desenvolvidos por grupos participantes do mundo urbano-industrial, para áreas onde ainda pode-se encontrar populações dotadas de tecnologias brandas, adaptadas às condições e ritmos da natureza, (estes projetos) podem gerar interferências e

agressões em grandes extensões do território, necessitando, assim, de maior percepção e compreensão sobre a realidade local; sobretudo no que diz respeito à região onde desejam empreender novos padrões de uso, comumente considerados provocadores de profundas transformações. Para Zaoual (2006), fica evidente a impossibilidade da transposição de modelos de economia e administração de um espaço para o outro, onde a experiência dos países periféricos mostra o quanto essa transposição de modelos de desenvolvimento vem causando desequilíbrios na autonomia dos lugares e dos atores sociais. Além do grave problema da alienação territorial, por poder transformar culturas, lugares e antigos saberes técnicos em ruínas.

A imensa variedade das configurações socioeconômicas e culturais, bem como das dotações de recursos que predominam em diferentes regiões, afastam a aplicação generalizada de semelhantes estratégias de desenvolvimento. Estas estratégias, para serem eficazes, necessitam responder aos problemas mais urgentes e aos anseios da comunidade. Mas para isso é preciso garantir a participação de todos os atores envolvidos no processo de desenvolvimento (Sachs, 2008).

Nos países do mundo periférico, a percepção das características regionais, por parte dos cientistas e daqueles responsáveis pelo planejamento, é de vital importância, pois qualquer erro de avaliação, análise e/ou previsão de impactos pode causar prejuízos irreparáveis para o futuro da região, da sociedade e do país (Ab'Sáber, 2006). Portanto, é imprescindível um conhecimento aprofundado dos espaços geográficos e sociais que compõem os países das regiões tropicais, sujeitos a um desenvolvimento desigual.

Nesse sentido, o Arquipélago dos Bijagós, localizado na Guiné-Bissau, África Ocidental, surge como um exemplo, dentre tantos existentes no mundo periférico, que poderia evidenciar o quanto as ações hegemônicas, com suas promessas de desenvolvimento, para as áreas nas quais exercem forte pressão para se instalarem, na realidade continuam a provocar impactos de grande magnitude, particularmente sobre regiões onde ainda se pode encontrar populações caracterizadas por seu conhecimento tradicional, considerado de grande importância para a conservação do seu patrimônio natural e cultural, garantidores de sua existência enquanto grupo. Ao atuarem de forma descontextualizada, tais atores hegemônicos acabam por provocar danos irreparáveis sobre comunidades, encontradas ainda hoje, a utilizar tecnologias brandas adaptadas aos ritmos e às condições da natureza local, causando a exclusão dessas populações das áreas onde sempre viveram dentro de uma relação harmônica e de modo sustentável.

5.2 – Arquipélago dos Bijagós: um importante patrimônio natural e cultural na Guiné-Bissau – África Ocidental

Os intercâmbios subentendem amizade e cooperação; e, para os Aborígenes, o principal objetivo do intercâmbio era o canto. O canto trazia, por conseguinte, a paz. Contudo, sentia que os trilhos do canto não eram, necessariamente, um fenômeno australiano, mas universal: constituíam o meio através do qual o homem demarcava o seu território e organizava a sua vida social. Todos os outros sistemas sucessivos eram apenas variações – ou perversões – deste modelo original.

Bruce Chatwin

Com a aceleração do turismo e a ausência de propostas de desenvolvimento, com sustentabilidade ecológica e cultural, a introdução de novas atividades econômicas coloca em risco o equilíbrio de áreas de grande biodiversidade e de importante conhecimento tradicional sobre o ambiente natural, e suas práticas de uso e manejo de ecossistemas ainda pouco estudados, que, segundo Posey (1983), correm o risco de desaparecer junto com os povos que os praticam.

A exemplo do que ressalta Posey, pode-se aqui observar nas comunidades do Arquipélago dos Bijagós e do Grupo das ilhas de “UROK” (Formosa, Nago e Chediã), Guiné-Bissau que, através de uma convivência harmoniosa com o meio ambiente circundante, conquistada durante séculos, onde esta “cohabitação só foi possível graças a uma engenhosa estratégia do uso e utilização de diferentes ecossistemas, na base duma combinação de diferentes sistemas de produção” (Justino Biai, 2011:12).

Porém esse equilíbrio encontra-se ameaçado, devido à progressiva abertura do Arquipélago a novos utilizadores e exploradores – os promotores turísticos – “atraídos pelo potencial econômico das suas qualidades naturais e paisagísticas” (Polet, 2011:15).

Conforme Bernard Duterme, há mais de meio século, parte das instituições internacionais e do conjunto dos operadores transnacionais insistem em afirmar que “o turismo é fortuna inesperada para os países do sul, dado que produz ‘desenvolvimento’, riqueza, infraestruturas e empregos”; porém, este autor questiona a equidade da repartição dos custos e a geração de benefícios por parte do turismo, quer seja no âmbito social, cultural, ambiental ou mesmo econômico (2011:04). A objeção realizada por Duterme é corroborada pelo estudo desenvolvido em 2011 no Arquipélago dos Bijagós (Guiné-Bissau), sobre o tema: a “Dinâmica e impactos da expansão do turismo”.

5.2.1. Localização e caracterização

O arquipélago dos Bijagós [...]: ilhas a perder de vista, esbatendo-se num crescendo de bruma azulada, canais bordejados de mangal e palmeiras onde deslizam pirogas, bancos de areia e de lodo povoados de pássaros, povoações calmas à sombra de grandes árvores, conjuntos de dunas da “costa selvagem” da frente marítima... um mundo que parece ter guardado até os nossos dias profunda serenidade.

Justino Biai, *et al*, 2003:06.

A Guiné-Bissau é um país africano e costeiro, tendo em seu limite Norte, o Senegal e, ao Sul, a República da Guiné (Figura 22). Localiza-se na área de transição entre o Sahel (mais seca) e as zonas guineenses costeiras, caracterizadas por níveis mais elevados de umidade. O clima dessa região é marcado por duas grandes estações, com precipitações médias de 2.200 mm (ou seja, 162 dias de chuva) e uma temperatura média de 26°C (Bernatets, 2006). Sua população residente é constituída por, aproximadamente, 1,5 milhões de habitantes. É um país basicamente agrário, com grande dependência da exploração de seus recursos naturais, além de apresentar elevados níveis de pobreza e pobreza extrema (Said & Abreu, 2011).



Figura 22 – Localização Guiné-Bissau – África Ocidental. (Mapa adaptado). Fonte: Brenier *et al.* (2009).

O seu território abrange um conjunto de ilhas tropicais continentais, que compõem o Arquipélago Bolama-Bijagós que, em sua porção norte, é constituído pelo complexo das ilhas de UROK. Este complexo é formado por três ilhas principais: Urok (ou Formosa), Nago (ou Ponta) e Chediã (ou Maio), além de inúmeras ilhotas (Figura 23), correspondendo a uma das oito Regiões Administrativas em que se divide a Guiné-Bissau (idem).

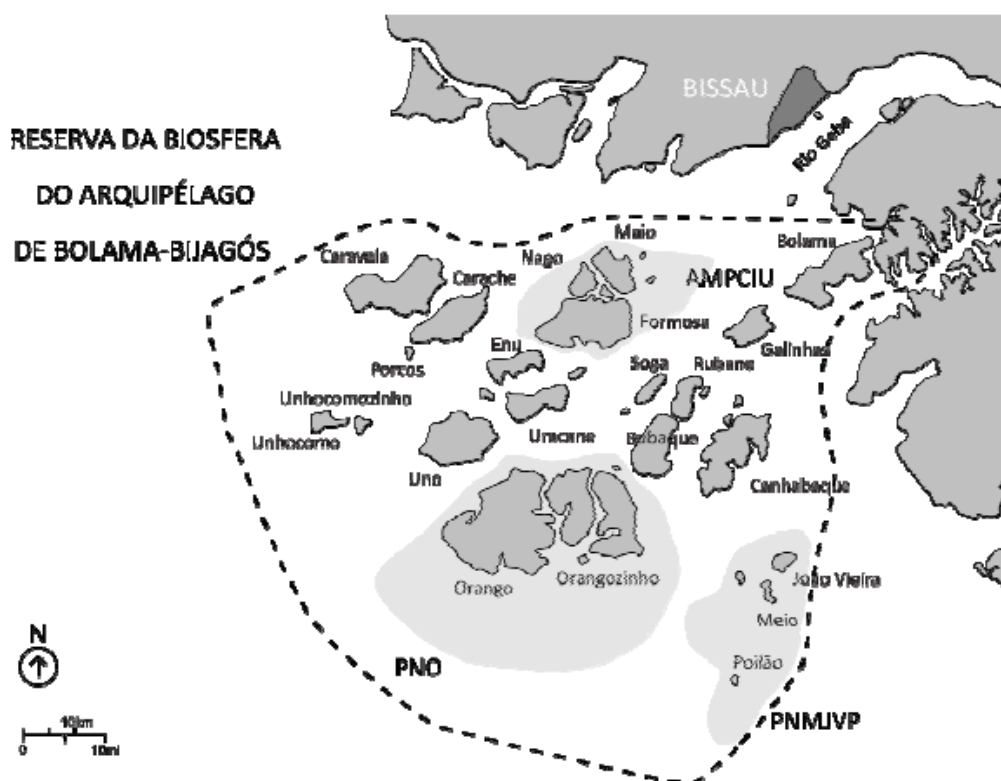


Figura 23 – Arquipélago dos Bijagós, Guiné-Bissau. Fonte: Rebelo & Catry (2011:09).

5.2.2. Metodologia

A escolha do Arquipélago dos Bijagós – Guiné Bissau deve-se ao desenvolvimento de um estudo bibliográfico mais detalhado e do contacto com trabalhos transdisciplinares sobre este Arquipélago. E, diante da riqueza de seu patrimônio cultural e natural, além da sua socioeconomia, foi possível constatar que esta realidade já começa a sentir os efeitos provenientes de diversos interesses, estranhos à realidade local, sobretudo os efeitos da pressão turística, devido às características atrativas locais que, até então, garantiram a existência de sua comunidade. Tal situação evidenciou a necessidade de uma reflexão sobre esta localidade, a partir dos parâmetros e das observações desenvolvidas na Praia do Francês, que lhe serve de cotejo nessa discussão.

Porém a instabilidade política na Guiné-Bissau impossibilitou o conhecimento desta realidade *in situ*, inviabilizando a observação direta e a realização do registro, através de

entrevistas, e, de certo modo, colher importantes depoimentos para obtenção de dados normalmente revelados nos termos da cultura do depoente (êmico).

Por outro lado, os trabalhos de Bernatets (2006), Biai (2003, 2011), Brenier *et al.* (2009), Abreu & Said (2011), Barros *et al.* (2011) e Polet (2011, 2012) foram utilizados como referências sobre a realidade do Arquipélago dos Bijagós, além de trabalhos transdisciplinares; levantamento e análise de dados de fontes secundárias, da situação social, ecológica e histórica da região; e documentos de organismos internacionais: União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Os dados obtidos na literatura e nos levantamentos realizados também auxiliaram para a realização de entrevistas, abertas e semiestruturadas, de caráter informal, no intuito de dar ao entrevistado liberdade para seu discurso e, desta forma, propiciar-lhe abertura para que o mesmo expressasse suas percepções, interpretações, experiências e memórias (Mourão & Nordi, 2006; Pardal & Lopes, 2011). As entrevistas ocorreram entre Agosto e Outubro de 2012, mediante perguntas amplas e não induzidas, com aqueles diretamente envolvidos com o processo de conservação da cultura e do ambiente local: Instituto Marquês de Valle Flor (IMVF), Fundação Internacional do Banco de Arguin (FIBA).

5.2.3. O Arquipélago dos Bijagós

Suas características excepcionais, tanto no que diz respeito ao seu patrimônio natural, quanto ao seu patrimônio cultural, conferiram a este arquipélago, em 1996, o estatuto de Reserva da Biosfera da UNESCO – juntamente com os três parques nacionais que a integram: o Parque Nacional Marinho João Vieira /Poilão (PNMJVP), o Parque Nacional das Ilhas Orango (PNO) e a Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas UROK (AMPC das Ilhas Urok) (Brenier *et al.*, 2009; Polet, 2011).

Estas áreas protegidas têm sua gestão sob a responsabilidade do Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP), onde cada Parque encontra-se dotado de um conselho de gestão (Figura 24), com a participação dos representantes das aldeias (tabancas) das ilhas envolvidas (Polet, 2011). Desde 2007, os três parques estão integrados na “Rede das Áreas Marinhas Protegidas Oeste-africanas” (RAMPAO), no programa financiado por diversos

organismos internacionais, nomeadamente: a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), o *Wetlands International* e a Fundação Internacional do Banco de Arguin (FIBA).



Figura 24 - Assembleia Geral – Ilhas UROK. (Imagem autorizada - Sr. Emanuel Ramos - FIBA).

Devido às suas características bioecológicas e socioculturais, a “Reserva da Biosfera do Arquipélago de Bolama-Bijagós” (RBABB) apresenta quatro importantes e prioritários objetivos (Barros *et al.* 2011:10; Polet, 2011:22):

- *A proteção da diversidade biológica e dos processos ecológicos associados, valorizando-se a gestão tradicional dos espaços e dos recursos e a cultura Bijagó;*
- *O aperfeiçoamento das condições de vida da população, através de um modelo de desenvolvimento que dê prioridade à exploração racional e sustentável dos recursos naturais;*
- *O aperfeiçoamento dos conhecimentos científicos da região e a proposta de alternativas para o desenvolvimento sustentável;*
- *A aplicação de uma estrutura de gestão participativa.*

Com a criação da Área Marinha Protegida Comunitária de Urok, a dimensão participativa na gestão da diversidade biológica ganhou particular importância. A definição das regras de utilização dos recursos marinhos e costeiros, no complexo de Urok, ocorreu através da atuação dos próprios habitantes, no seguimento do processo de “desenvolvimento participativo” iniciado

desde 1993 na ilha de Formosa, apoiado pela ONG nacional Tiniguena (Polet, 2011; Said & Abreu, 2011).

Esta dinâmica, apoiada pelos parceiros (Tiniguena, IBAP e FIBA), resultou na adoção de um plano de gestão dos recursos marinhos e costeiros validado oficialmente em 2005, quando do reconhecimento, pelo Governo da Guiné-Bissau, da Área Marinha Protegida Comunitária (AMPC) (IBAP *et al.*, 2003 *apud* Polet, 2011;). É conveniente observar que a AMPC Urok, após seis anos de sua criação, pode ser considerada uma experiência de sucesso, mesmo que frágil, “de conciliação dos imperativos de conservação, de desenvolvimento e de valorização das tradições locais. [...] um exemplo raro de apropriação das regras de gestão de uma área protegida pelos seus habitantes, [...]. Esta apropriação explica-se pelo caráter ‘endógeno’ do processo de patrimonialização da biodiversidade, característica desta área marinha, uma dinâmica oposta às modalidades “*santuaristas*” de patrimonialização da biodiversidade do Sul “⁹⁸ (Polet, 2011:24).

5.2.3.1. Seu patrimônio natural

Localizado a cerca de vinte quilômetros ao longo da porção continental da Guiné-Bissau, o Arquipélago dos Bijagós é formado por mais de oitenta ilhas e ilhotas em uma área deltaica, que perfaz 10,270 km². Está situado numa área de confluência de estuários continentais e de correntes costeiras do sul e do norte, além da presença de um estreito arenoso submerso e de uma extraordinária superfície de manguezal (37.000 hectares).

O manguezal (mangal), em conjugação com os bancos vasosos, arenosos e rochosos (Figura 25), exerce um papel ecológico de suma importância na produtividade biológica da área (Said & Abreu, 2011). Esta condição beneficiou o desenvolvimento de rica e variada fauna, conferindo um grande interesse patrimonial: peixes, crustáceos, tartarugas do mar, golfinhos, peixes-boi (manatins), hipopótamos, corcundas, aves limícolas, etc. (Brenier *et al.*, 2009).

⁹⁸ (Grifos do autor).



Figura 25 - Superfície de Manguezal (Mangal) – Arquipélago Bijagós. Fonte: Brenier *et al.* (2009).

Este Arquipélago, em sua composição, apresenta cinquenta por cento de sua superfície terrestre composta por palmeiral e o restante ocupado, essencialmente, por savanas úmidas e secas (Brenier *et al.*, 2009; Polet, 2011). Porém, a cobertura vegetal é bem marcada pelo sensível aumento da área destinada às plantações de caju e à agricultura itinerante (Said & Abreu, 2011).

O atual estado de conservação de seus ecossistemas deve-se, fundamentalmente, ao relativo isolamento destas ilhas, como também às formas de gestão equilibrada dos recursos existentes pela comunidade local (Polet, 2011).

5.2.3.2. Seu patrimônio cultural

A população do Arquipélago dos Bijagós, na sua grande maioria, é da etnia Bijagó constituindo entre oitenta a noventa por cento dos seus 34.000 habitantes. O restante da população é formado por outras etnias como: os Papéis, os Mandingas e os Fulas da Guiné-Bissau continental, e também os Nhomincas (pescadores) oriundos do Senegal.

A população Bijagó divide-se em quatro clãs: Oracuma, Ogubane, Oraga e Ominca.

O povo Bijagó é animista e mantém com o ambiente que o cerca relações de ordem espiritual. As decisões sobre a utilização do espaço e dos recursos são tomadas pelos mais velhos. Algumas ilhas consideradas sagradas constituem, frequentemente, locais de importância

primordial para a biodiversidade. Outro fator importante diz respeito à gestão dos recursos e do ambiente, que é objeto de delimitação tradicional no tempo e no espaço, considerada relativamente sofisticada (Brenier *et al.*, 2009).

A população Bijagó vive em aldeias (*tabancas*) sujeitas à autoridade tradicional dos anciãos, os quais são dirigidos por um régulo, que é auxiliado nas suas funções pelo “dono da tabanca”. A importância do régulo pode estender-se a uma ou mais tabancas. Em cada tabanca, a comunidade encontra-se organizada e dividida segundo classes etárias (de ambos os sexos), a cada uma das quais corresponde um estatuto, com direitos e obrigações bem delimitados. A passagem de uma classe etária para a outra é caracterizada por um conjunto de ritos e atividades complexos que, em alguns casos, se estendem por muitos meses. “Os indivíduos pertencentes às classes etárias mais jovens prestam serviços e obrigações às mais velhas como “contrapartida” pela iniciação, educação e socialização” (Said & Abreu, 2011:27).

A organização da vida social, política, cultural e econômica dos Bijagós encontra-se fortemente condicionada – embora em graus diferentes de uma ilha para a outra – pelas regras tradicionais, pela hierarquia da sociedade em faixas etárias, de pertença clânica, e pela divisão de espaço e do trabalho entre os gêneros. Segundo François Polet, o “princípio da gerontocracia e a organização em faixas etárias jogam um papel decisivo e regulador no seio da comunidade Bijagó. Os mitos, os valores, as normas e as interdições controladas pelos mais velhos regulam o acesso aos espaços e aos seus recursos, impedindo assim a sua degradação” (2011:20).

5.2.3.3. Sua socioeconomia

Conforme Said & Abreu (2011:07), “o meio biofísico, as estruturas socioculturais e as atividades econômicas se encontram em articulação próxima e inseparável”. A atividade produtiva apresenta-se enquadrada por um conjunto de normas tradicionais, revestidas de forte sentido sagrado-religioso, o que vem assegurando “a manutenção dos equilíbrios ecológicos e sociais dinâmicos” (*idem*).

Importante parcela de sua população vive em situação próxima ao limite de subsistência devido, particularmente, às características do meio, do seu isolamento e do modo de organização da produção. Além das consequências adversas, no que diz respeito ao grau de desenvolvimento humano (saúde, educação, rendimento), há, também, um conjunto de estratégias particulares por

parte da população, sobretudo no que diz respeito à redistribuição e solidariedade comunitárias e, até mesmo, em termos da diversificação produtiva como estratégia de subsistência (op. cit.).

A agricultura, e não a pesca, constitui a base da economia, tanto no que se refere à subsistência, quanto no que diz respeito às importantes fontes de renda, destacando-se: o óleo de palma e a castanha de caju⁹⁹ (Said & Abreu, 2011).

Seu sistema de produção baseia-se na agrofloresta. Tem como principal produto de subsistência o arroz de sequeiro, que é cultivado sob as palmeiras e de forma itinerante (*n'pampam*), levando seus habitantes a acampar por longos meses, uma vez que as áreas de cultivo encontram-se distantes da aldeia (*tabanca*). Ao mesmo tempo, a palmeira fornece grande variedade de produtos para seus habitantes, como: o óleo extraído, destinado para o preparo dos alimentos ou para a venda; a seiva para o vinho de palma, o tronco à construção de estruturas, as raízes à farmacopeia tradicional, etc. (Polet, 2011). Mais de 90% dos agregados familiares praticam o cultivo de arroz de sequeiro, a apanha do caju, a apanha de chabéu¹⁰⁰, a extração do óleo de palma e a apanha de combé¹⁰¹ (Said & Abreu, 2011).

Após o arroz, o feijão constitui a segunda cultura mais importante para a subsistência de seus habitantes. Porém estas culturas tradicionais vêm perdendo espaço frente à expansão do caju, já que esta constitui a principal cultura de exportação da Guiné-Bissau. Outra atividade importante nas ilhas, o pastoreio, seja de gado bovino, suíno ou de aves, é praticado de forma intensiva¹⁰² (Barros *et al.*, 2011; Said & Abreu, 2011).

Mas são os moluscos (Figura 26) que correspondem à base de proteína animal do regime alimentar local. A apanha dos bivalves é realizada pelas mulheres e jovens, em pequenos grupos, nas zonas vasosas próximas à aldeia a que pertencem. No entanto, as regras de gestão das diferentes espécies de moluscos encontram-se subordinadas ao seu uso tradicional para fins cerimoniais (Brenier *et al.*, 2009; Polet, 2011). No que diz respeito à pesca, trata-se basicamente de uma atividade de subsistência de caráter rudimentar, destinada ao consumo imediato e, em

⁹⁹ A produção da noz de caju, iniciou-se somente na década de 1970 na Guiné-Bissau. Deste então é possível registrar o elevado crescimento desta cultura em detrimento das culturas alimentares. Este setor, corresponde a 80% das receitas de exportação (Barros *et al.*, 2011).

¹⁰⁰ O Chabéu, do crioulo *cabéu* ou *cebén*, é o fruto da palmeira de chabéu ou dendém, de bagas laranja-avermelhadas, constituindo a base de grande parte das especialidades culinárias guineenses (Said & Abreu, 2011).

¹⁰¹ Também conhecido por *Kombé*, corresponde a um molusco de concha frequentemente encontrado no arquipélago, e a mais acessível proteína durante grande parte do ano (idem).

¹⁰² É conveniente observar, que os animais desempenham também importante papel enquanto reserva de riqueza, pois podem ser convertidos em dinheiro em caso de necessidade, uma vez que parte substancial da população passa por sensíveis dificuldades, encontrando-se em níveis próximos do limite de subsistência (Said & Abreu, 2011).

alguns casos, às cerimônias. A pesca (Figura 27), na maior parte dos casos, é praticada individualmente, com a utilização de tarrafas, arpões ou linhas. Dentre as espécies mais pescadas destacam-se as das famílias *Ariidae*, *Lutjanidae*, *Clupeidae*, *Sparidae*, *Sphyraenidae* e *Mugilidae* (Brenier *et al.*, 2009:05). As estratégias de subsistência dos Bijagós estão, deste modo, fortemente ligadas à exploração sustentável do conjunto dos recursos marinhos, costeiros e terrestres do referido Arquipélago.



Figura 26 - Ostras de Mangue – Arquipélago dos Bijagós. (Imagem autorizada - Sr. Emanuel Ramos - FIBA)



Figura 27 - Pesca de subsistência (Imagem autorizada - Sr. Emanuel Ramos - FIBA).

5.2.4. O turismo na Reserva da Biosfera do Arquipélago de Bolama-Bijagós

Apesar da ênfase dada pelas autoridades ao potencial turístico do Arquipélago dos Bijagós com sua insularidade e seu isolamento, pela presença de importantes espécies simbólicas (Figura 28) e patrimoniais, encontradas em vias de extinção (tartarugas marinhas, manatins etc.), e ainda por contar com grande variedade de *habitats* e ecossistemas e de relativa fartura de recursos piscatórios; mesmo com a existência de tamanho potencial e do forte poder de atração, o desenvolvimento da atividade turística nesse Arquipélago é considerado “vegetativo”, com a frequência turística em torno de 1.000 visitantes por ano, um número muitas vezes inferior ao dos Arquipélagos tropicais, regularmente oferecidos nos catálogos turísticos (Barros *et al.*, 2011).



Figura 28 - Fauna – Arquipélago dos Bijagós: a. tartaruga marinha; b. hipopótamos; c. aves; d. manatins (peixes-boi) (Fonte: DivingSharm – Panoramio).

A atividade turística é executada por pequenos empresários autônomos, que gerem os seus negócios de modo familiar, onde dezesseis operadores (Tabela 4) partilham entre si as 230 camas oferecidas no Arquipélago, ou seja, uma média de 14 camas por estabelecimento¹⁰³. A atividade turística nos Bijagós é monopólio de “pioneiros” estrangeiros¹⁰⁴, essencialmente franceses (11 em 16). A maioria dos estabelecimentos tem sua oferta de atividades, no setor turístico, centrada na pesca desportiva (anexo 8), justamente os clubes de pesca empreendidos pelos operadores franceses (Polet, 2011).

Empreendimento	Chez Sibila	Chez Titi	Chez Mama	Le Calypso	Chez Dora	Maiana Village	Les Dauphins	Kasa Africana
Ilha	Bubaque	Bubaque	Bubaque	Bubaque	Bubaque	Bubaque	Bubaque	Bubaque
Nacionalidade	Francês	Senegalês	Senegalês	Francês	Português	Francês	Francês	Francês
Número de camas	07	08	04	20	14	10	15	08
Perfil	Estalagem	Estalagem	Estalagem	Clube de pesca	Estalagem	Clube de pesca	Clube de pesca	Clube de pesca

Empreendimento	Cruz Pontes	Cadjoco	Hotel Ponta Anchaca	M'iles Vagues de déc.	Acunda Atlantic	Fishing Club Bijagós	Chez Claude	Orango Parque Hotel
Ilha	Bubaque	Bubaque	Rubane	Quéré	Ancurai	Galo	João vieira	Orango
Nacionalidade	Português	Francês	Francês	Francês	Francês	Francês	Francês	GB
Número de camas	08	07	42	20	12	18	16	14
Perfil	Estalagem	Clube de pesca	Hotel	Clube de pesca	Clube de pesca	Clube de pesca	Clube de pesca	Hotel

Tabela 4. Empreendimentos hoteleiros no Arquipélago dos Bijagós. Tabela adaptada. Fonte: (Polet, 2011).

Apesar de toda riqueza natural existente e do rótulo de “Reserva da Biosfera da UNESCO”, o ecoturismo encontra-se também pouco desenvolvido, onde apenas um operador o tem como centro de sua atividade. O turismo de mochila, voltado para a natureza, se desenvolve com lentidão, atraindo particularmente jovens (residentes em Bissau), ansiosos por descobrir e observar a natureza (Deheuninck, 2005 *apud* Polet, 2011).

¹⁰³ Apenas Hotel Lodge Ponta Anchaca (Ilha de Rubane) oferece 42 camas.

¹⁰⁴ Apenas um estabelecimento é gerido por autóctones o Orango Parque Hotel (Ilha de Orango).

Por outro lado, vários operadores empenham-se em tirar proveito de outro setor do turismo sustentável e em plena expansão em nível mundial, que constitui o turismo cultural, “a autenticidade e a tradição” (Hamon e Dano, 2005 *apud* Polet, 2011). Ao mesmo tempo, verifica-se por detrás deste rótulo, a existência de uma oferta empobrecida, por exibir costumes e “danças folclóricas”, além de visitas às aldeias tradicionais, onde este operador financia, normalmente, uma ou outra ação social¹⁰⁵.

Neste sentido, cabe a advertência feita por Benjamim (2004:84-85),

“Se é grave a apropriação direta dos fatos culturais populares, ainda são mais graves e perversas outras formas mais sutis de expropriação. Aproveitando-se da conduta de pobreza e mesmo de miserabilidade dos integrantes dos grupos tradicionais, os órgãos de Governo e particulares da comunicação de massa e do turismo estão se apropriando de rituais comunitários, alguns dos quais de natureza religiosa e outros espetáculos dirigidos aos públicos tradicionais, para convertê-los em espetáculos de massa”.

Face às possibilidades potenciais do Arquipélago dos Bijagós no mercado turístico, a pobreza da oferta turística encontra sua explicação, também, no contexto natural da Guiné-Bissau. O país está classificado como “zona de risco”: de um lado por apresentar carências múltiplas em matéria de infraestruturas (transportes, sistema sanitário, acesso à água e eletricidade, saneamento básico, telecomunicações); de outro lado, devido à instabilidade política crônica¹⁰⁶.

Diante de um quadro político conturbado nos últimos quinze anos e a ausência recorrente de financiamento do Estado da Guiné-Bissau, esta situação contraria o enquadramento institucional do turismo no país. Semelhante ao que ocorre em outros setores da função pública, *“este desenvolve-se, [...] de forma ‘indisciplinada’, sem enquadramento, nem visão, sem política, nem estratégia de desenvolvimento”* (Cantusam, 2007 *apud* Polet, 2011:29).

¹⁰⁵ Somente o Orango Parque Hotel propõe a introdução construída e pedagógica da história e da cultura das comunidades locais (Barros *et al.*, 2011).

¹⁰⁶ A guerra civil (1998-1999) criou enormes falências no seio dos operadores instalados no arquipélago. Dez anos mais tarde, em Março de 2009, o assassinato do presidente Nino Vieira e a revelação de ligações entre os traficantes colombianos de cocaína e de altos setores do Estado comprometendo os esforços de reabilitação da imagem internacional do país e, via de consequência, mantém a maior parte dos investidores internacionais à distância (Barros *et al.*, 2011).

O déficit existente na planificação do turismo contribui para o desenvolvimento descontrolado desta atividade. Uma vez que a gestão do turismo encontra-se sob a responsabilidade da Secretaria de Estado do Turismo, que depende do Ministério do Comércio, da Indústria, do Turismo e do Artesanato. Ao mesmo tempo, além de uma lista genérica de ações principais, a Secretaria não dispõe nem de ‘plano’ ou ‘estratégia’ oficial de “desenvolvimento do turismo à escala dos Bijagós nem, aliás, de outra qualquer região à escala nacional” (Polet, 2011:29). Apesar da identificação da adoção de uma estratégia global de desenvolvimento do turismo na Guiné-Bissau, em 2000, através de uma série de intervenções, visando a remoção dos obstáculos para o desenvolvimento do turismo, como: acessibilidade aos lugares de interesse turístico, melhoria da infraestrutura, reforço das capacidades institucionais, atração de investimentos, etc.; porém nenhuma delas foi aplicada (English, 2009 *apud* Polet, 2011).

A estrutura pública de apoio ao desenvolvimento das atividades produtivas praticamente inexistente (Said & Abreu, 2011). As autoridades territoriais, em suas poucas ações, como as da Secretaria de Estado do Turismo, restringem-se à recuperação dos benefícios, atribuídos de tempos em tempos e relativos às licenças de exploração ou de terrenos aos agentes turísticos. Constituindo, assim, num modo de gestão “oportunistamente, ditada pela necessidade de rendimentos imediatos”, favorecendo com isso um desenvolvimento irregular do turismo no Arquipélago, bem como nas escolhas de investimento, satisfazendo exclusivamente às estratégias de apropriação do meio ambiente pelos operadores individuais (Polet, 2011:30).

O que torna preocupante a situação local, pois desde o final dos anos 1990, verifica-se a tendência para o Arquipélago da dispersão dos empreendimentos, onde cada operador busca obter sua área individual distante da concorrência. Ao mesmo tempo, há uma relação de forças entre setores¹⁰⁷ dentro do Estado e em oposição a esta tendência, onde, de um lado, estão aqueles em nome do respeito do espírito e da zona da Reserva da Biosfera, e, do outro, os interesses políticos e económicos (Polet, 2011). Apoiados por setores internacionais, o Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP) e a Célula de Avaliação de Impacto Ambiental (CAIA) obtêm ganhos positivos, ao conseguirem, em certos momentos, bloquear a implantação de novos projetos¹⁰⁸ (*idem*).

¹⁰⁷ Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP) e a Célula de Avaliação de Impacto Ambiental (CAIA), alguns ministros (Polet, 2011).

¹⁰⁸ Porém, segundo Miguel de Barros (ONG Tiniguena), os ganhos obtidos são considerados frágeis e temporários, por serem constantemente postos à prova, particularmente quando ocorrem mudanças políticas em função dos interesses existentes dos eleitos e das suas ligações com os investidores potenciais (Polet, 2011).

Mesmo com a existência de um Plano de Gestão, adotado em 1996 e renovado em 2006, para a Reserva da Biosfera Bolama-Bijagós, prevendo um turismo “voltado para a valorização do grande potencial ecológico e cultural do Arquipélago” [e] “que sirva aos interesses das populações”, excluindo as zonas centrais e as ilhas habitadas, este documento é ignorado pela Secretaria de Estado do Turismo, bem como pela administração territorial (INEP, 2007 *apud* Barros *et al*, 2011). A mesma situação é verificada com os planos de gestão das três áreas protegidas da Reserva da Biosfera do Arquipélago Bolama-Bijagós – o Parque Nacional Marinho João Vieira /Poilão (PNMJVP), o Parque Nacional das Ilhas Orango (PNO) e a Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas UROK (AMPC das Ilhas Urok) – uma vez que estes instrumentos de gestão são considerados, tanto por políticos, quanto por funcionários envolvidos na expansão do turismo, como obstáculos aos seus interesses (*idem*).

A atividade dos operadores turísticos, sediados no Arquipélago dos Bijagós, encontra-se teoricamente enquadrada em certo número de dispositivos regulamentares¹⁰⁹. Mas, assim como na maioria dos países africanos, a fraqueza do enquadramento regulamentar na Guiné-Bissau não se encontra tanto nos limites da legislação, ainda que existam, mas na inaplicabilidade das mesmas (Barros *et al*, 2011: 19-20):

- *Déficit de informação das novas leis, falta de conhecimento dessas novas leis por parte dos funcionários, [...] dos procedimentos a respeitar;*
- *Numerosos procedimentos, confusos e lentos e muitos complexos, por vezes, para os investidores externos;*
- *Déficit de coordenação entre os diversos serviços e entre os diferentes níveis hierárquicos (local, regional, central) das administrações;*
- *Os serviços responsáveis por controlar o cumprimento do quadro regulamentar pelos operadores turísticos (DG turismo, administração territorial, CAIA, IBAP, FISCAP) têm uma enorme falta de pessoal, de capacidade e de meios, nomeadamente em matéria de transporte, para executar com êxito a sua missão;*
- *[Nos níveis central e local] da administração, o investidor turístico potencial é, em primeiro lugar, considerado como uma potencial fonte de ganhos financeiros e políticos pessoais, aos quais é preciso facilitar a atividade;*

¹⁰⁹ No plano imobiliário, a “Lei da Terra” de 1998, que reconhece “o usufruto consuetudinário da terra” e dá uma série de garantias às comunidades locais para a fruição dos seus direitos imobiliários; No plano social, a “Lei do Trabalho” (1997), ainda que imperfeita garante aos trabalhadores os seus direitos elementares; No plano ambiental, a “Lei-quadro das Áreas protegidas” foi adotada em 1997 e o IBAP é responsável pela sua aplicação, desde 2000. A legislação ambiental, referente ao conjunto do território nacional, é bem mais recente, com a adoção em 2010 da “Lei de avaliação do impacto ambiental” e a “Lei de base do ambiente”. A legalização de uma empresa turística nos Bijagós exige, teoricamente, que um proprietário obtenha licenças ou autorizações das autoridades administrativas, do Turismo, do Cadastro, do Gabinete de Planificação costeira e do IBAP, seguindo uma ordem determinada (Polet, 2011).

- *A extrema falta de representação ministerial, no nível local, torna os menos escrupulosos, alvos fáceis da corrupção por parte dos operadores turísticos; os controles dos agentes não visam tanto implementar as multas aos prevaricadores, mas sobretudo obter uma “contrapartida” em troca da sua complacência.*
- *Existe uma relação de força, no interior do Estado, entre os serviços que fazem depender a autorização de licenças pelo respeito dos critérios (IBAP, CAIA) e os que procuram, [...], retirar benefícios econômicos do interesse dos investidores pelo arquipélago;*
- *Na altura em que pareceres negativos sobre os investidores são emitidos pelos serviços mais envolvidos (IBAP, CAIA), estes são bloqueados aos níveis hierárquicos superiores, dada a existência de relações entre investidores e políticos.*

5.2.5. O turismo e os impactos sobre o património natural e cultural do Arquipélago dos Bijagós

Tais ações têm contribuído para a desestabilização das relações existentes, gerando conflitos de toda ordem. A expansão do turismo no Arquipélago dos Bijagós, em sua forma de apropriação e ocupação das terras, tem gerado todo tipo de tensão. Como os conflitos fundiários, visto que os investidores do turismo almejam, para o desenvolvimento de seus empreendimentos, ilhas desabitadas ou praias de ilhas habitadas (Polet, 2011).

Ora, estes espaços isolados constituem locais de grande importância para os Bijagós, visto que representam: por um lado, a função produtiva, como a cultura do arroz itinerante (anteriormente observada) e, por outro lado, a função cultural, pois constituem lugares sagrados, locais designados para a realização das principais cerimônias que são consideradas de suma importância na estruturação da organização interna das comunidades.

Observa-se, ao mesmo tempo, que as estratégias utilizadas pelos investidores, mesmo após a obtenção de um acordo por escrito pelo chefe da terra¹¹⁰, estes vêm desrespeitando¹¹¹ em sua essência um princípio internacionalmente reconhecido: o “consentimento livre, pré-

¹¹⁰ Chefe consuetudinário, Chefe da “tabanca” (aldeia) cuja linhagem é proprietária da ilha (Polet, 2011).

¹¹¹ *Apesar do cuidado com que os investidores se encarregam de apresentar a sua transação à comunidade, como uma operação transparente e equitativa, ela é desequilibrada sob várias perspectivas. Ela coloca face a face os operadores dotados de meios econômicos, de apoios políticos e hábeis nas negociações comerciais e as comunidades enfraquecidas e pressionadas por necessidades econômicas, mal informadas quanto às implicações a longo prazo sobre as concessões que outorgam, e crédulas face aos discursos externos (Polet, 2011:38).*

estabelecido e esclarecido”, presente no Artigo 32 da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Autóctones¹¹².

Além dos conflitos fundiários, são notórios os impactos socioeconômicos causados pelo desenvolvimento do turismo, apesar de este ser visto pelos governantes e pelas instituições internacionais como importante via para o desenvolvimento econômico dos países pobres, por ser considerado essencial para a atração de investimentos e das atividades ligadas a eles, logo fundamentais na geração de emprego e renda para a população local. Porém e de acordo com estudo desenvolvido sobre “Dinâmicas e impactos da expansão do turismo no Arquipélago dos Bijagós”, em sua análise crítica, este estudo questiona os possíveis efeitos positivos das experiências desenvolvidas pelo turismo, nos últimos 15 anos, para as comunidades locais; o que pode ser demonstrado na (Tabela subsequente) sobre os ganhos e as perdas da comunidade perante o turismo (Barros *et al.*, 2011).

A comunidade ganha	A comunidade perde
<p>Em geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Bens materiais: canoa a motor, placas de zinco, medicamentos, aguardente de cana, tabaco; - Alguns postos de trabalho (marinheiros, jardineiros, mulheres de limpeza). <p>Em alguns casos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dinheiro em espécie; - Equipamentos coletivos: poços, escolas, centros de saúde; - serviços diversos: transporte de doentes, visitas médicas; - ganhos monetários devido à venda de artesanato, legumes e pequeno gado. 	<ul style="list-style-type: none"> - controle sobre as terras, garantia da independência econômica e cultural das comunidades; - coesão social, indispensável tanto à gestão da produção, quanto à gestão das estruturas coletivas; - interesse dos jovens pelas atividades tradicionais; - solidariedade e coesão comunitárias, determinantes para o equilíbrio individual e coletivo da sociedade Bijagó; - sistema tradicional de solidariedade social baseado na responsabilidade partilhada entre as classes existentes nas sociedades Bijagós.

Tabela 5 – (Adaptada). Turismo: perdas e ganhos da comunidade no arquipélago dos Bijagós. Fonte: Barros *et al.* (2011).

Outros impactos também são sentidos, tanto em seu patrimônio cultural, quanto em seu patrimônio natural, que podem ser percebidos através da apropriação do território pelo setor

¹¹² “Os Estados consultam os povos autóctones em questão e cooperarão com eles de boa fé, através da intermediação das suas próprias instituições representativas, com vista a obter o consentimento deles, dado livremente e em consciência, antes da aprovação de qualquer projeto que tenha incidência nas suas terras ou territórios e outros recursos, nomeadamente no que toca ao questionamento do seu valor, utilização ou a exploração dos seus recursos minerais, hídricos ou outros.” www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_pt.pdf. Acedido em: Janeiro 2013.

turístico que, em sua ação, provoca o desmonte de importantes *lugares*, normalmente os mais preservados e menos frequentados. Prática incompatível com a apropriação codificada e regulada do território pelos Bijagós que, diferentemente, obedecem a preceitos religiosos, traçando limites, fronteiras, restrições, visto que determinadas áreas (algumas ilhas, praias ou bosques) são acessíveis para algumas gerações, tanto homens quanto mulheres, apenas para a realização de cerimônias em específicas épocas do ano. Enquanto a cosmogonia Bijagó encontra-se enraizada na gestão do território, a apropriação turística causa profunda perturbação nas referências culturais (Polet, 2012).

É importante considerar que a cultura Bijagó não trabalha dentro de um círculo fechado e que precisa preservar seus traços; ela está em constante transformação há, aproximadamente, vinte anos na sequência das mudanças ocorridas, onde o turismo surge como mais um vetor da aculturação já em curso, ou melhor, “da renegociação dos valores e regras internas sob a influência dos modelos externos à sociedade Bijagó” (Polet, 2011:60). O problema encontra-se na forma descontrolada de turismo, que, por sua vez desestrutura a coesão social e o controle do território, impedindo deste modo que a sociedade realize a transição cultural, sem perder sua identidade e, mais uma vez, como já observado em outros países, (como no Brasil, mais especificamente na Praia do Francês, Alagoas) assiste-se a destruição por parte do turismo de um recurso anteriormente utilizado para sua promoção.

Diferentemente do que foi até agora observado, quanto aos impactos sobre o seu patrimônio natural, estes são considerados restritos, pois ainda é possível observar a preservação ambiental do Arquipélago dos Bijagós, devido ao seu reduzido número de habitantes, como também a diminuta estrutura de acolhimento turístico, diferentemente do que ocorre com os países vizinhos que já experimentam impactos ambientais de toda ordem, em função da opção pelo turismo de massa.

As principais ameaças que pesam sobre o Arquipélago estão associadas às práticas piscatórias estrangeiras, por desenvolverem esta atividade de forma indiscriminada nas áreas de reservas pesqueiras. Há algumas dezenas de anos, este equilíbrio se viu ameaçado, devido às pressões externas causadas por utilizadores imigrantes, que vinham explorar os recursos ainda abundantes, desrespeitando as regras tradicionais (Bernier *et al.*, 2009).

No que diz respeito à atividade turística, dentre os impactos observados sobre o ambiente destacam-se (Polet, 2011):

- Implementação de estruturas turísticas em áreas ambientais sensíveis, normalmente ilhotas;
- retirada de parte relativamente extensa da vegetação original;
- Perturbação em ambientes sensíveis, interferindo negativamente na vida das espécies, por constituir lugar de refúgio e de reprodução;
- Ausência de estudos de impacto ambiental;
- Várias instalações turísticas abandonadas, degradando-se progressivamente devido a falências;
- Aproveitamento desenfreado daquilo que a população local, bem como as instituições nacionais conseguiram historicamente preservar com autodisciplina no uso dos recursos: paisagens preservadas, recursos haliêuticos abundantes, fauna de grande riqueza, etc.
- reduzido respeito às normas básicas no que tange à gestão dos lixos.

Apesar da ausência de grandes infraestruturas do turismo de massa e do fraco fluxo do turismo, este – do modo como se desenvolve no Arquipélago dos Bijagós – não corresponde aos objetivos da Reserva da Biosfera. Ainda que seja necessário fazer uma distinção entre os operadores, grande número de normas elementares em matéria de preservação encontra-se pouco ou nada respeitadas; como também as regras de gestão das áreas marinhas protegidas, que são regularmente infringidas (idem).

A gestão participativa constitui um dos meios condutores para a boa governança em todos os sentidos do desenvolvimento, uma vez que os recursos litorâneos e marinhos do Arquipélago são recursos de propriedade comunitária, o que justifica em sua gestão uma abordagem coletiva, a exigir para tanto condições para uma gestão que seja participativa, encorajando a implementação de meios de orientação para todos os níveis, pois, sem uma atenção aos aspectos da sustentabilidade e aos imperativos da gestão comunitária dos recursos, torna difícil a promoção de um desenvolvimento equânime.

Os benefícios ecológicos, socioeconômicos e culturais alcançados dentro do Arquipélago dos Bijagós, adquiridos através da gestão comunitária dos recursos, como, por exemplo: o aumento nos rendimentos obtidos através da pesca; maior disponibilidade da reserva de peixes para o consumo das famílias; o restabelecimento e a disponibilidade de recursos marinhos que vem permitir à cultura e, em particular, às cerimônias religiosas que utilizam esses recursos, perdurar. Tais benefícios, mesmo num contexto de mudanças e dificuldades, com pressões externas cada vez mais fortes, segundo Bernier *et al.* (2009), os esforços deverão prosseguir, de modo a reforçar o processo a partir do interior, mas também para o exterior.

Neste sentido, torna-se indispensável a tarefa do entendimento das conexões existentes entre povos tradicionais e natureza, o que demanda um esforço para operar com a complexidade, as contradições e os interesses presentes nas pautas de negociações, que se articulam nas esferas internacionais. Os resultados das decisões que estão sendo adotadas refletem-se diretamente nas estratégias e nos modos de vida, da esfera local. “O local irremediavelmente ligado, e por várias vias, ao global” (Castro, 2000:179).

Ao mesmo tempo é preciso, particularmente nos países do mundo periférico, que o poder público, preso a concepções ambientais tecnicistas e incompatíveis com a realidade local, comece a dar visibilidade às populações tradicionais (consideradas por muitos como indesejáveis), com seu extenso e minucioso conhecimento dos processos naturais e que constroem relações com o mundo natural diferentes daquelas predominantes nas sociedades urbano-industriais.

Este minucioso conhecimento existente na vida de diferentes comunidades tradicionais, possibilita o desenvolvimento de importantes formas de diagnóstico sobre os impactos que as ações e decisões tomadas pelo poder público, e incompatíveis com a realidade local, provocam sobre seu importante ambiente natural e cultural, o que poderá ser percebido na análise a ser desenvolvida a seguir.

5.3. Duas realidades do *mundo periférico*: os impactos do modelo predatório de ocupação e expansão

Diante das ações observadas nas duas realidades ainda que distantes: a Praia do Francês – Alagoas – Brasil e o Arquipélago dos Bijagós – Guiné-Bissau, estas encontram-se inseridas em áreas, as quais se apresentam sob a ação de diferentes atores, representantes de um modelo cujas práticas ocorrem dentro de um processo marcado por uma dinâmica uniformizadora, ao integrar países através de mercados, acentuando as desigualdades e a exclusão de grande parte de sua população. Compete, outrossim e, com base em ações e exemplos existentes, buscar desenhar outro processo de desenvolvimento, que aposta em uma gestão participativa, através da valorização do meio natural e cultural, da melhoria da qualidade de vida; da reestruturação da convivência, escolhendo o *lugar* como local de resistência à fragmentação territorial já em curso.

Tais ações, observadas nas duas realidades, podem ser demonstradas através do desenvolvimento de tabelas comparadas, quer dizer, “estabelecer comparações entre as informações provenientes do saber local (obtidas durante as entrevistas) e aquelas encontradas na literatura formal sobre os mesmos temas” (Maciel & Alves, 2009), e nas tabelas, a seguir, o tema utilizado refere-se à percepção dos impactos causados pela atividade turística sobre o patrimônio natural e cultural e, igualmente, sobre o desenvolvimento local.

Assim, a partir da percepção evidenciada nos depoimentos dos mais antigos pescadores e moradores da Praia do Francês sobre os impactos causados, desde a década de 1990, por projetos desenvolvidos e voltados para o atendimento dos mais diferentes interesses políticos e econômicos sobre este importante patrimônio natural e cultural local, buscou-se confrontar este conhecimento revelado, com as mudanças, que ora começam a ser sentidas no Arquipélago dos Bijagós, demonstradas através da literatura consultada sobre esta realidade. Para tanto, procurou-se ressaltar, utilizando-se de elementos comuns, o quanto as mais recentes ações desenvolvidas pelos mais variados grupos de interesses, e desconectadas com o *lugar*, se assemelham, e se mantêm geradoras de impactos.

Tabela 6 – Impactos do turismo sobre o patrimônio cultural local. Comparação de trechos das entrevistas realizadas com os antigos pescadores e moradores da Praia do Francês e citações da literatura sobre o Arquipélago do Bijagós, evidenciando as mudanças observadas na relação existente entre a comunidade e dela com o *lugar* ao qual pertencem e se sentem pertencer.

Praia do Francês – “estudo de caso”	Arquipélago dos Bijagós
<p><i>“Hoje é cada um pra si. Misturou também, o pessoal morava todo mundo ali [antigo povoado], o pessoal junto, agora está espalhado, uns para um canto, outros para outro, não se encontram, é difícil os nativos daqui se encontrarem”</i> (Rodrigues - antigo morador).</p>	<p><i>“[...] a desapropriação territorial e cultural que se lhe segue abala por longo tempo as estruturas internas da sociedade Bijagó e mina a sua capacidade de gerir coletivamente a mudança social em curso.”</i> (Polet, 2011:59).</p>
<p><i>“Aqui dava muita gente, tinha festa aqui chamada Dia da Hora (*). Vinha pra aqui muita gente, tinha missa, tinha dança, grupo de música [de Marechal Deodoro], mas depois do Festival de Verão, sabe? Daí pronto, aí acabou com tudo, mudou muito!”</i> (Sr. Aldo - pescador).</p>	<p><i>“[...] a colonização turística provoca uma profunda perturbação nas suas referências culturais.”</i> (Polet, 2011:51).</p>

(*) A festa chamada Dia da Hora, realizada na Praia do Francês e em outros pontos do litoral alagoano, como no bairro do Pontal da Barra, em Maceió (Espíndola, 1871), coincidia com a maturação sexual das curimãs (*Mugil curema*), [...]. Coincide também com a “verdadeira época dos ventos de sudeste”, marcando sua ocorrência de abril até agosto/setembro, com mudanças repentinas de golpes de ar, com as chamadas “tribusanas” [tempestade, temporal], que produzem o aporte, principalmente em maio, na Praia do Francês, de peixes vindos do alto-mar, ou de muitos peixes que começam a emigrar das lagoas, em direção ao mar, para reproduzir-se (Lima, 1990:181).

Tabela 7- Impactos do turismo sobre o patrimônio natural local. Comparação de trechos das entrevistas realizadas com os antigos pescadores e moradores da Praia do Francês e citações da literatura sobre o Arquipélago do Bijagós, sobre a destruição de importantes e frágeis ecossistemas essenciais para a manutenção da comunidade.

Praia do Francês – “estudo de caso”	Arquipélago dos Bijagós
<p><i>“Na parte do loteamento, lá prá parte detrás, ali foi tudo derrubado... [...] era tudo mata grande, tudo floresta [mangue], foram derrubando, tacando fogo, para o pessoal vender os lote né, que ninguém queria saber da mata, queria saber mais de vender a terra limpa, né.” (Val, pescador nativo).</i></p>	<p><i>“Implementação de estruturas turísticas em zonas ambientais sensíveis, geralmente ilhotas [...] verifica-se a retirada de parte mais ou menos extensa da vegetação original” (Polet, 2011:65).</i></p>
<p><i>“Naquelas pedra lá [recifes] era muita coisa que tinha ali, hoje, você sobe às vezes você vai ali e você não vê um aratu [Arenaeus cribarius - siri chita], é muito raro você vê um aratu, eles vive tudo junto, eles e a lagosta [Panulirus laevicauda], porque o aratu é um caranguejo, e antigamente, [...], você subia nas pedras e saía tudo correndo, hoje o que tem lá é só uns peixinho pequenininho e cada tempo que passa fica pior.” (Zé do peixe – pescador nativo).</i></p>	<p><i>“Intervenção nas estruturas dos locais naturais, o que tem um impacto negativo sobre a vida das espécies que os utilizam como lugar de refúgio e de reprodução” (Barros et al., 2011:22)</i></p>
<p><i>“Acho que não tem quem dê jeito. É a destruição da natureza. [...]. É o IBAMA¹ atrás, é o IMA², e é uma guerra né, proíbe e depois volta de novo, proíbe e depois volta de novo, e assim a gente vive. Ninguém sabe o que é que vai ser daqui prá o final. A gente não sabe se vai sobrar nem um coqueirinho, um pé de manga...” (Zé do peixe – pescador nativo).</i></p>	<p><i>“Incumprimento dos procedimentos legais no plano ambiental: ausência de estudos de impacto ambiental” (Polet et al., 2011:65).</i></p>

¹ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Cabe ao IBAMA, dentre suas atribuições, propor e editar normas e padrões de qualidade ambiental; o zoneamento e a avaliação de impactos ambientais; o licenciamento ambiental, nas atribuições federais. ² Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas.

Tabela 8 – Impactos do Turismo sobre o desenvolvimento local. Comparação de trechos das entrevistas realizadas com os antigos pescadores e moradores da Praia do Francês – “estudo de caso” e citações da literatura sobre o Arquipélago do Bijagós, com relação às transformações provocadas pelas novas inserções econômicas sobre a socioeconomia anteriormente existente, ao comprometer os recursos necessários para a sobrevivência do grupo, desestabilizando-o.

Praia do Francês – “estudo de caso”	Arquipélago dos Bijagós
<i>“[...] tem muitos que vive de pescar ainda, nativo mesmo [...], mas a maioria vive mais de negócio de passeio de turismo, essas coisa, trabalha prá outras pessoas que tem bar, de garçom”... (Val, pescador nativo).</i>	<i>“[...] a maior parte do tempo os benefícios socioeconômicos que se apregoam às comunidades não se concretizam (promessas não cumpridas), são efêmeros (motores, telhados de zinco) ou precários (empregos)” (Barros et al, 2011:37)</i>
<i>“O progresso foi chegando aqui né, e tá aí o progresso: até hoje o povo de fora se dando bem pra caramba, e os nativo se ferrando, porque os nativo daqui num tem capital pra investir né. O povo vem de fora, investe e se dá bem, [...]” (Val, pescador nativo).</i>	<i>“Nos Bijagós, tanto os operadores como os políticos locais apresentam a implantação dos novos empreendimentos turísticos como uma operação de ‘ganhos para ambas as partes’, da qual as comunidades locais são globalmente beneficiárias”(Duterme, 2011:04).</i>
<i>“Antigamente era tanto peixe, e era pouco pescador daqui né. Hoje tá cheio de gente de fora, [...], porque os pescador da Barra [município vizinho de Barra de São Miguel] num vinha pra cá, por que lá tinha muito peixe, [...], nem os de Maceió vinha pra aqui. Cada um tinha sua praia cheia de peixe. Hoje as pessoa sai de lá, porque não tem mais aqueles peixe, [...], eles vêm, e destrói o que a gente tem, [...]” (Zé do Peixe – pescador nativo).</i>	<i>“[...] Principais ameaças ambientais que pesam atualmente sobre o Arquipélago [...] as práticas piscatórias artesanais estrangeiras (Senegalesas, guineenses, serra-leonesas), que praticam uma remoção em massa e indiscriminadas das reservas pesqueiras e estabelecem acampamentos em algumas ilhas, onde exploram de forma abusiva os tarrafes” (Polet, 2011:64).</i>

Pode-se observar, nas tabelas anteriores, o quanto as ações desenvolvidas nas duas realidades se assemelham, embora aconteçam em tempos diferentes: na Praia do Francês (a partir da década de 1990) e, no Arquipélago dos Bijagós (primeira década do século XXI). Tais ações, ou melhor, os modos de intervenção externa permanecem os mesmos e que, mais uma vez, demonstram que os impactos se repetem; que as mudanças prometidas não são cumpridas, devido a uma visão descontextualizada da realidade local, uma vez que os interesses de poucos, e geralmente exógenos ao *lugar*, se sobrepõem aos interesses de muitos, as populações nativas.

É possível constatar nestes países, em áreas onde as populações tradicionais permanecem e resistem¹¹³, o quanto as suas necessidades de exploração dos recursos naturais, intrínsecas ao seu modo de vida e subsistência, são ignoradas e desrespeitadas pelos responsáveis pelas políticas públicas, ao privilegiar um modelo predatório de ocupação e expansão, o que tem gerado grande conflituosidade em torno da apropriação do território.

Tal modelo de ação, segundo Arruda (2000), provoca um conjunto de consequências indesejáveis como:

- Agravamento das condições de vida de muitas comunidades (autóctones);
- Expulsão das populações tradicionais para a periferia das cidades, ampliando a situação de miséria e a propagação de favelas;
- Aumento dos conflitos, tanto no meio rural, quanto nas áreas urbanas, particularmente em países com graves problemas de desemprego urbano, grande desigualdade na distribuição de renda e concentração fundiária, contribuindo para o agravamento da situação.

É importante salientar que as intervenções externas sobre sistemas de utilização dos recursos naturais, quanto mais profundo e abrangente for seu grau de interferência, mais limitada será a representação dos interesses locais. Isso corresponde na prática, à desarticulação dos sistemas tradicionais de uso dos recursos, justamente para aqueles grupos que, devido a sua fragilidade econômica, dependem diretamente da qualidade do meio ambiente (Barros, 2003).

Diante de uma realidade social de grande complexidade, cresce a importância do papel dos atores sociais dentro de um processo de planejamento estratégico participativo, com base e representatividade local. Através de um exercício prospectivo, ou seja, uma reflexão no intuito de apreender os elementos estruturantes de uma realidade complexa e instável, tornando seus atores mais aptos para a concretização de formas mais eficazes de intervenção, seja antecipando, seja refletindo algumas das tendências de desenvolvimento. Mas, para tanto, faz-se necessária à compreensão sobre a complexidade crescente da gestão do território, as transformações sociais e o ambiente geral de incertezas (Perestrelo, 2007; Saragoça *et al.*, 2012). Tornando, assim,

¹¹³ É importante ressaltar que, no Arquipélago dos Bijagós, mais precisamente nas Ilhas de Urok, há um importante diferencial, que é a sociedade participando e atuando de forma efetiva através das ONGs Tiniguena, FIBA, IMVF, dentre outras, com estudos e ações que têm contribuído, apesar do poder hegemônico, para um modelo de desenvolvimento de base local, de acordo com as necessidades e os anseios da população. Segundo Emanuel Ramos (em entrevista concedida em Agosto de 2012), foi a pedido da própria comunidade que começou a se pensar numa proposta de gestão local.

imprescindível o efetivo envolvimento e a participação de diferentes atores para a construção de uma ação coletiva, de sorte a esclarecer o papel dos diversos atores e, ao mesmo tempo, compreender como ocorrem os conflitos e os consensos nas relações de poder no interior de uma dada realidade.

Portanto, para se pensar em um processo de desenvolvimento com sustentabilidade, é imprescindível um sistema de gestão comunitária dos recursos, pensando no patrimônio natural e cultural local como suporte para a vida, e não apenas como ingrediente para a satisfação das necessidades imediatas de determinados grupos, um processo que estimule, em suas ações, mudanças graduais nos sistemas políticos, tornando-os mais sensíveis às realidades locais.

Conclusão e recomendações

“(...) o desafio é o da complexidade antropossocial. A simplificação, a redução, a mutilação cognitiva, não são apenas impertinentes, e mesmo grotescas; elas incitam a decisões e a políticas cegas às necessidades da sociedade e surdas às necessidades e sofrimentos dos cidadãos.”

Edgar Morin

Este trabalho buscou apresentar um cenário de mais de três décadas de implementação de um modelo de desenvolvimento, instalado sobre uma praia do litoral brasileiro (Praia do Francês). O conjunto de equívocos aqui apresentados e avaliados, no entanto, podem ser encontrados em quase todo o litoral brasileiro e, provavelmente, em grande parte do litoral de países norteados pela especulação imobiliária e pelo turismo de massa.

A praia aqui analisada, atualmente, sofre as consequências das inserções econômicas ocorridas de forma predatória, descontextualizada e distante da realidade local, o que provocou forte degradação da antiga paisagem natural e cultural, destruindo o antigo estilo de vida de sua população original, que apresentava estreita relação e mesmo dependência de seu ambiente circundante. O cenário atual é um espaço artificializado e impessoal, fruto da incerteza à permanência e sobrevivência da comunidade.

Tais consequências foram e, até hoje, permanecem ignoradas pelos mais variados interesses políticos e econômicos, uma vez que é possível assistir, por anuência política e imposição econômica, não apenas a destruição de sua paisagem natural; mas também cultural, desconsiderando por completo a existência de seu importante patrimônio, muitas vezes legalmente protegido e, em algumas situações, até por leis seculares. Esta situação pode ser exemplificada com a observação de Manuel Castells: “A autonomia local/regional dá maior força às elites e às identidades dominantes nos próprios territórios, em detrimento dos grupos sociais não representados nessas instituições governamentais autônomas ou, ainda, relegados para guetos e marginalizados” (2003:332).

A preocupação básica dos órgãos públicos, encarregados do planejamento e do turismo, em escala estadual ou municipal, está direcionada apenas para a garantia da qualidade cênica das praias. Esses órgãos, segundo critérios determinados, têm como foco principal a manutenção e o crescimento da atividade turística, com especial atenção para o turismo de massa. Esta atividade, propagada como a redenção econômica do litoral é, também, exaustivamente criticada por seus impactos negativos (Rodrigues, 1996; Oliveira, 1998; Rodrigues, 1997, 2001; Oliveira, 2005; Zaoual, 2008; Irwing, 2009; Duterme, 2011), notadamente aqueles verificados sobre as comunidades tradicionais como: as mudanças nos costumes e hábitos locais, a desestabilização das relações de cooperação anteriormente existentes, o comprometimento dos recursos ambientais indispensáveis para a manutenção do grupo e a modificação das possíveis formas de subsistência.

Esta condição representa, não apenas a realidade deste significativo cenário, mas também de grande parte dos países *do Terceiro Mundo de hoje, ou no Sul do Mundo*¹¹⁴ (Ianni, 2005), vulneráveis e sujeitos a grandes desigualdades de desenvolvimento, em face de territórios de dimensões continentais e regiões geoeconômicas, de roteiro histórico diferenciado e com grandes espaços, que compõem um mosaico de regiões funcionais com as mais variadas combinações de atributos (Ab'Saber, 2002).

A análise apresentada, nesse trabalho, das consequências do impacto ambiental e social sofridas nesse lugar do Brasil, a Praia do Francês, pretende ser uma contribuição para reflexões sobre as maneiras de preservar o meio ambiente e as comunidades que vivem em lugares ainda preservados, juntamente com seus saberes tradicionais, que se baseiam em uma complexa inter-relação entre as crenças, os conhecimentos e as práticas (Toledo & Barrera-Bassols, 2009). E, nesse sentido, contribuir para uma visão do turismo que problematiza a responsabilidade dos indivíduos, seus atores.

A exemplo do Arquipélago dos Bijagós, Guiné-Bissau, palco atual da ação de novos utilizadores e exploradores, que ocorre sem um olhar atento às especificidades locais, ao seu patrimônio natural e cultural. Particularmente, por ser um modelo que se caracteriza pelo desrespeito aos objetivos da Reserva da Biosfera¹¹⁵, às normas elementares de preservação e às

¹¹⁴ (Grifo meu).

¹¹⁵ Observados no capítulo V, item 5.2.3.

regras de gestão das ilhas marinhas protegidas. É mister Lembrar que a criação da rede mundial de Reservas da Biosfera engloba larga gama de condições naturais, culturais, econômicas e ambientais, a favorecer, dessa maneira, a conservação *in situ* da diversidade biológica e cultural (Brenier *et al.*, 2009).

Com o modelo de ‘modernização’, que não pára de acelerar e a transformação global sob o pretexto de acabarem com o subdesenvolvimento, estas promovem a homogeneização e a padronização do mundo, por meio da eliminação de importantes e simbólicos lugares de povos tradicionais, que acaba por corromper e destruir as referências e identidades, consideradas fundamentais para a manutenção dos valores locais. Tais ações, ao provocarem a ruptura com o entorno, geram o estranhamento, a dissolução dos modos de vida, a perda da sensação de pertencimento; enfim, o desenraizamento. Conforme Octávio Ianni “[...] dissolvem-se as referências palpáveis, perceptíveis, imagináveis. O espaço e o tempo dissolvem-se, tornando-se impossível localizar o lugar, deitar raízes, descortinar qualquer direção no horizonte” (2005:26).

Tal situação pôde ser observada a partir das ações desenvolvidas sobre a Praia do Francês, o que gerou uma crise de identidade e um clima geral de insatisfação, resultado de um padrão de mudança insustentável, por encontrar-se em desalinho com o conceito institucionalizado pelo Relatório Brundtland (1987), e em todas as suas dimensões: social, econômica, ecológica, ambiental, espacial, política e cultural.

Neste sentido, é preciso, para todo e qualquer projeto, que procure se estabelecer em áreas onde ainda podem ser encontradas populações vivendo em bases tradicionais, que seu patrimônio cultural e natural – em seu sentido pleno – seja o ponto de partida enquanto oportunidade de mudança, o que significa tirar proveito do “pluralismo cultural como resposta coletiva para a reversão da tendência em curso, através da revalorização do patrimônio, como núcleo de resistência e refúgio de identidade, mas também como possibilidade de inserção do local, do regional, do nacional, no global” (Ramalho Filho, 2002:07).

Tal como parece ser a condição do Arquipélago dos Bijagós, Guiné-Bissau, que, no campo das ações futuras, constitui um grande desafio, pois é imprescindível, nos projetos pensados para a região, que estes ocorram com base no respeito e na compreensão da realidade de um grupo que mantém, com seu *lugar* identitário e de pertencimento, estreita e contínua relação. Daí a importância e a urgência de se fazer da voz e da percepção da comunidade, sobre este importante patrimônio natural e cultural, a ponte para o estabelecimento de projetos que, em

seu processo de desenvolvimento, coloque no centro das decisões o conhecimento local existente, a transformá-lo em ferramenta para ações prospectivas, de base sustentável.

A transformação do modo de produção tradicional requer a elaboração de políticas voltadas para a melhor utilização do espaço costeiro, de bons e aprofundados estudos de previsão de impactos, de modo a respeitar as vocações naturais dos seus ecossistemas, e a levar em conta: a conservação e preservação do ambiente, a produção de alimentos, o lazer e a melhoria da qualidade de vida das populações locais. Sobretudo diante da atual condição das comunidades de pescadores tradicionais que, vítimas das falsas políticas, perdem a cada dia e cada vez mais, o acesso aos próprios bens naturais, o que pode provocar, diante do atual processo de reestruturação econômica global, a fome, a desnutrição e a exclusão de inúmeras pessoas aos bens e recursos naturais e produtivos, como: a terra, o mar, os bosques, a água, as sementes, a tecnologia e o conhecimento (Ziegler, 2002; Rodrigues, 2007).

É de fundamental importância considerar o uso de tecnologias apropriadas, que não agredam as condições de autossustentação e de reprodução dos recursos dessas áreas. Particularmente, no caso dos ecossistemas costeiros, devido à rapidez com que são sentidas as alterações ocorridas sobre o patrimônio natural e também cultural, torna-se imprescindível, diante deste contexto, a criação de articulações locais aptas a promover ações de conservação, através do desenvolvimento de parcerias com as comunidades, visando ao fortalecimento de processos participativos de tomada de decisão no nível local. As tentativas de solucionar os problemas existentes, dentro do padrão de atuação dos órgãos públicos, têm se mostrado ineficazes, devido à ausência de fiscalização e, também, pelo desinteresse do setor público na gestão dos recursos locais, na resolução das dificuldades e, principalmente, diante da necessidade de se incorporar as percepções e aspirações das comunidades locais, na criação de políticas efetivas de combate à degradação socioambiental (Arruda, 2000; Barros, 2003).

Ao mesmo tempo, os instrumentos legais existentes devem ser utilizados em favor das populações que, direta ou indiretamente, dependem dos recursos naturais, pois a percepção da importância dos recursos faz com que os mesmos sejam vistos de modo diferenciado e, conseqüentemente, conservados por aquele que o percebe. Por isso a relevância da contribuição das comunidades tradicionais para a proteção de áreas naturais de grande biodiversidade, uma vez que estas populações não se encontram separadas dos recursos; pelo contrário, são elas as responsáveis pela interpretação dos mesmos, tornando evidente a necessidade de serem

devidamente reconhecidas e valorizadas, com seu amplo e minucioso conhecimento desses processos naturais.

Assim, em áreas costeiras tropicais, onde ainda pode-se encontrar populações tradicionais vivendo dentro de uma relação estreita com o meio ambiente, é de suma importância que se dê prioridade à avaliação de impactos potenciais sobre os ecossistemas costeiros tropicais, por meio de “um sistema de planejamento e gerenciamento flexível, inteligente e ordenador” (Ab’Saber 2006: 45). Nesse sentido, o Gerenciamento Costeiro Integrado (GCI), por ser “participativo, continuado, interativo e adaptativo” (Polette & Silva, 2003:3), constitui uma importante ferramenta e, por ser abrangente, poderá contribuir para o estabelecimento de um processo de desenvolvimento, fundado na colaboração de todos os atores envolvidos, no intuito de “minimizar os conflitos e promover a conservação dos recursos” (Batista *et. al.* 2007:133).

Embora possa parecer que a abordagem do problema aqui proposto constitui um olhar romântico sobre os povos tradicionais, na realidade o que se pretende é encontrar, na acepção de Posey (1992), “aplicações modernas”, para tão valioso conhecimento encontrado entre as comunidades tradicionais indígenas e não indígenas, as quais, por meio de um conhecimento complexo sobre os ecossistemas, em suas ações práticas e cotidianas, contribuíram para sua manutenção. A contemporaneidade tem como desafio a convivência entre as diferenças e não a homogeneização das experiências de se estar no mundo, sem reconhecimento das singularidades dos ambientes naturais e sociais.

É essencial a observância da diversidade, dos problemas enquanto valor cultural; não tentar utilizar regras gerais e homogêneas, mas considerar a peculiaridade das variadas configurações naturais, históricas, sociais, políticas e da própria tradição local. E, conforme ressalta Sachs (1993:33):

- Para o ecodesenvolvimento, as estratégias devem ser pensadas e aplicadas com a participação de todos, não impostas de cima para baixo;
- “a troca de experiências [...] e os estudos comparativos devem desempenhar um papel importante nas políticas de cooperação, tanto em termos nacionais, quanto internacionais, não apenas para encontrar modelos prontos para reprodução, mas para estimular a imaginação social e aproveitar os sucessos e fracassos alheios como um espelho para suas próprias dúvidas”.

Nesse sentido, a Praia do Francês poderá servir como um espelho, um exemplo de “desenvolvimento” ou, como diria Ignacy Sachs, de “mau desenvolvimento” e, desse modo, incitar a todos os envolvidos, para uma reflexão mais cuidadosa sobre qual seria o caminho mais adequado a seguir, quais as alternativas para um desenvolvimento com sustentabilidade. Daí a necessidade, segundo Bastos Filho, de se pensar globalmente para agir localmente, “procurando descartar modelos de desenvolvimento que claramente produzem, a exemplo do caso do Estado de Alagoas [Brasil], latifúndios, privilégios, vinhoto nos rios e, conseqüentemente, forte exclusão social”. Ao mesmo tempo, esse autor observa sobre a importância de se entender que um “modelo constituído e consolidado não se substitui sem alternativas e que, sem estratégias de transições, nenhuma mudança realmente viável pode ser implementada” (1997:21).

Portanto, o que se pretende é a conservação, a proteção, a valorização de importantes patrimônios culturais e naturais, através de melhores problematizações e encontros de solução para os processos de desenvolvimento. É necessário que haja particular atenção nos processos que ocorrem em áreas sensíveis, localizadas no mundo periférico, subdesenvolvido, e que, ao longo dos tempos e diante das ações advindas da mundialização, tiveram suas dinâmicas e formas de produção descontextualizadas da realidade local, a provocar a degradação ambiental e, conseqüentemente, a fragmentação da cultura, do homem e do lugar enquanto espaço do vivido. O que se postula, na realidade, é um “saber presente, que dialogue com o lugar, que dialogue com os do lugar, e que não se imponha do alto, de fora [...]” (Gonçalves, 2004:43). Um processo de desenvolvimento dentro de uma perspectiva sustentável, onde o lugar e o homem não sejam vistos de modo dissociado, uma vez que o lugar constitui o elo afetivo entre o indivíduo e seu entorno; constitui parte da atividade perceptiva e enriquecedora do homem.

“[...] tem que tirar um tempinho para fazer bem para o povo, não para si. Aí, se fizer para o povo é para todo mundo, porque a gente tá em tudo, no meio. [...]”

(Rodrigues – antigo morador da praia do Francês).

“... todos são Estado [não há hierarquia].”

(Emanuel Ramos (FIBA), em entrevista concedida em Agosto de 2012).

Bibliografia

- Ab'Saber, A. 2006. Bases conceptuais e papel do conhecimento na previsão de impactos. 2ª Edição. In: Ab' Saber, Aziz Nacib e Muller-Plantenberg, Clarita (Orgs.). *Previsão de impactos*. São Paulo: Editora EDUSP, Brasil.
- Ab'Saber, A. 2010. *Leituras Indispensáveis*. Ateliê Editorial: São Paulo, Brasil. pp. 07-10.
- Agência Brasil. www.agenciabrasil.gov.br. [Acedido: Setembro de 2011].
- Alagoas. 1994. *Guia do Meio ambiente: litoral de Alagoas*. 2ª Edição. Maceió: Projeto IMA – GTZ.
- Alagoas/Serveal/SEPLAN-PR., 1979. *Plano Integrado de Uso do Solo e Preservação do Patrimônio Histórico da cidade de Marechal Deodoro*. Vol.1 Maceió, Brasil.
- Andrade, M. 1984. *Poder político e produção do espaço*. Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, Recife, Pernambuco, Brasil.
- Araujo, D. & Lacerda, L. 1992. *A natureza das restingas*. Revista Ciência Hoje, Volume Especial Eco-Brasil: Rio de Janeiro, pp. 26 –32.
- Arenas, P. 2012. Manejo Costero Integrado y sustentabilidad en Iberoamérica: aproximación a un diagnóstico. In: Barragán Muñoz, J.M. (coord.). *Manejo Costero Integrado en Iberoamérica: Diagnóstico y propuestas para una nueva política pública*. Red IBERMAR (CYTED), Cádiz, pp.21-68.
- Arruda, R. et al. 2001. *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Ministério do Meio Ambiente/USP: Brasília/São Paulo.
- Augé, M. 1994. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. São Paulo: Papirus, Brasil.
- Augé, M. 2010. *Por uma antropologia da mobilidade*. Maceió: EDUFAL/UNESP. Brasil.
- Bacelar, T. 2003. As Políticas Públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios. In: Santos Júnior, O. et al.. (organizadores). *Políticas Públicas e Gestão Local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais*. FASE: Rio de Janeiro, Brasil.

Barragán Muñoz, J.M. 2012. Iniciativa Iberoamericana de Manejo Costero Integrado: Ideas para El Progreso de una Nueva Política Pública. In: Barragán Muñoz, J.M. (coord.). *Manejo Costero Integrado en Iberoamérica: Diagnóstico y propuestas para una nueva política pública. Necesidad de cambio*. Red IBERMAR (CYTED), Cádiz, pp.69-128.

Barros, H. de. 2003. Gestão participativa de ecossistemas coteiros na Amazônia: perspectivas na busca de uma nova relação sociedade – natureza. In: Vieira, P. (org). *Conservação da diversidade biológica e culturas das zonas costeiras: enfoques e experiências na América Latina e no Caribe*. APED editora, Florianópolis, Brasil, pp, 271-277.

Bastos Filho, J. 1997. *Do futuro da sustentabilidade à sustentabilidade do futuro* (Um comentário sobre o livro *Estratégias de transição para o século XXI: Desenvolvimento e meio ambiente de I. Sachs*). Maceió: PRODEMA/UFAL, Brasil. (mimeo). pp. 1-24.

Batista, V., Ribeiro, M. & Fabré, N. 2007. O conhecimento tradicional e a abordagem ecossistêmica no manejo da várzea da Amazônia. In: Moura, Flávia de Barros P. (org.), *Conhecimento tradicional e estratégias de sobrevivência de populações brasileiras*. Maceió: EDUFAL, Alagoas, Brasil. pp. 125-140.

Baudrillard, Jean. 1991. *A Sociedade de Consumo*. Edições 70: Lisboa, Portugal.

Becker, B. 1993. A Amazônia pós ECO-92. In: BURSZTYN, Marcel (org.). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense, Brasil.

Becker, B. 1996. *Levantamento e avaliação da política federal de turismo e seu impacto na região costeira*. Ministério do Meio Ambiente (MMA), Brasília, Brasil.

Becker, B. 1996. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. In: Yázigi, Eduardo et al. *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, Brasil. pp. 181-192.

Becker, B. 2001. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. In: *Caderno Virtual de Turismo*, Vol. 1(1), pp.1-7.

Becker, B. 2010. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Volume 5, nº. 1, Belém. pp. 17-23.

Begossi, A. 1993. *Ecologia Humana: Um Enfoque Das Relações Homem-Ambiente*. INTERCIENCIA 18(1): 121-132.

Begossi, A. 2001. Mapping spots: fishing areas or territories among islanders of the Atlantic Forest (Brasil). Reg. Environ Change. Vol.2, pp. 01-12.

Benjamin, R. 2004. *Folkcomunicação na sociedade contemporânea*. Com. Gaúcha de Folclore: Porto Alegre, Brasil.

Berkes, F. 1999. *Sacred Ecology: Traditional Ecological Knowledge and Resource Management*. Taylor and Francis.

Bernatets, C. 2006. *Ces îles lusophones qui flottent au grès de l'océan atlantique*. In : Association Olifant : Sensibilisation preservation biodiversité/diversité culturelle. Disponível em : www.olifant-media.fr/blog/articles/article-6611952.html; [Acedido em: 15/01/2013].

Biai, J. et al. 2003. *Plano de Gestão da Zona Costeira das Ilhas Formosa, Nago e Chediã (Ilhas Urok), 2004 – 2008*. Reserva da Biosfera do Arquipélago de Bolama/Bijagós. Bissau, Guiné-Bissau.

Biai, J. 2011. Prefácio. In: *A Economia Local da Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas Urok: Dinâmicas, constrangimentos e potencialidades*. IMVF & Tiniguena, Lisboa. pp. 10-12.

Bourdin, A. 2001. *A questão local*. DP&A Editora: Rio de Janeiro, Brasil.

Bourguignon, J. 2001. *Concepção de rede intersectorial*. Disponível em: www.uepg.br/nupes/intersector.htm. [Acedido em: 20/08/2012].

Brasil. Código Florestal Brasileiro. Lei n.º 4771, de 15 de Setembro de 1965, Art. 2º. & MEDIDA PROVISÓRIA No 2.166-67, de 24 DE Agosto de 2001. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil>. [Acedido em: 26 de Março de 2011].

Brasil. Decreto Federal nº 6040/2007 da Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais. Publicado no Diário Oficial da União em 08 de Fevereiro de 2007.

Brasil. Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Meio Ambiente, e dá outras providências. Brasília.

Brasil. Lei Federal Nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981. *Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências*. Alterada pela Lei nº 7804 de 18 de julho de 1989.). Brasília

Brasil. Lei n.º 6.766, de 19 de novembro de 1979. *Dispõe sobre o parcelamento de solo urbano*. Disponível em: <http://www.fepam.rs.gov.br>.

Brasil. Lei n.º 7.661, de 16 de Maio de 1988. *Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, e dá outras providências*. Disponível em <http://www.socioambiental.org>.

Brasil. Lei n.º 9.790, de 23 de Março de 1999. *Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.gov.br/ccivil> .

Brenier, A., Ramos. E. & Henriques, A. 2009. *Palavra de Urok! Ensinaamentos e impactos da Área Marinha Protegida comunitária das Ilhas Urok*. FIBA, Lisboa. 63pp.

Bresser-Pereira, L. C. 2009. *Assalto ao Estado e ao mercado, neoliberalismo e teoria econômica*. In: Estudos Avançados 23 (66), São Paulo: IEA/USP, pp. 07-24. Brasil. Texto disponível em <http://www.iea.usp.br/artigos> - [Acedido em: 11/09/2012].

Buarque, C. 1993. O pensamento em um mundo Terceiro Mundo. In: Bursztyn, M. (org.). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense, Brasil. pp.57-80.

Bursztyn, M. 2008. *O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste*. 3ª Edição. Garamond: Rio de Janeiro: BNB: Fortaleza, Brasil.

Canclini, N. 1999. *Consumidores e cidadãos – conflitos multiculturais da globalização*. 4ª Edição. Ed. Toca, UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil.

Cardoso, E. 2001. *Pescadores Artesanais: Natureza, Território, Movimento Social*. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. 149p.

Cardoso, E. 2009. *Trabalho e pesca: apontamentos para a investigação*. Revista Pegada, Presidente Prudente, nº. 2, Vol.10, p. 1-14, Brasil. Acesso 28 de setembro de 2011.

Carlos, A. F. 1994. *A (Re)produção do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, Brasil.

Carlos, A. F. 1996a. O turismo e a produção do não-lugar. In: Yáziqi, E. et al. *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, Brasil, pp. 25-37.

Carlos, A. F. 1996b. *O Lugar no / do mundo*. São Paulo: Hucitec, Brasil.

Carlos, A. F. 1997. Desenvolvimento sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas. In: Becker, Bertha K. & Miranda, Marina (orgs.). *A Geografia política do Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. Brasil. pp. 13-44.

Cascudo, L. 2002. *Jangada: Uma pesquisa etnográfica*. 2ª Edição. São Paulo: Global, Brasil.

Castelli, P. & Wilkinson, J. 2002. *Conhecimento tradicional, inovação e direitos de proteção*. Estudos Sociedade e Agricultura. pp. 89-112.

Castells, M. 2005. *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura. A Sociedade em Rede*. Volume I. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, Portugal.

Castells, M. 2007a. *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. O Poder da Identidade*. 2ª Edição. Volume II. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, Portugal.

Castells, M. 2007b. *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. O Fim do milênio*. 2ª Edição. Volume III. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, Portugal.

Castro, E. 2000. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: Diegues, A.C. (org.) *Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza*. São Paulo: Hucitec -Nupaub – USP, Brasil. pp. 165-182.

Castrogiovanni, A., 2003. Turismo X Espaço: reflexões necessárias na pós-modernidade. in: Gastal, S et. al. *Turismo na pós-modernidade: (Des)Inquietações*. EDIPUCRS, Porto Alegre, Brasil. pp. 43-50.

Cicin-Sain, B. & Knecht, R. 1998. *Integrated Coastal and Ocean Management: concepts and practices*. Washington, D.C.: Island Press. 517p.

Ckagnazaroff, I. & Melo, J. 2005. *Implementação de programa intersetorial de políticas públicas – O caso BH cidadania*. FEA/USP, Brasil. Disponível em: www.fea.usp.br. [Acedido em: 15/09/2012].

Clauzet, M., Ramires, M. & Barella, W. 2005. *Pesca artesanal e conhecimento local de duas populações caiçaras no litoral de São Paulo, Brasil*. Revista MultiCiência: a linguagem da ciência, n.4, p.1-22, 2005.

Claval, P. 1999. *A geografia cultural*. Editora da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina): Florianópolis, Brasil.

Clipping. 2006. Dois de cada cinco pescadores artesanais são do Nordeste. *Jornal Diário ambientebrasil*, [Acedido em: 19 de setembro de 2011.], [Disponível em: <http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2006/12/30/28688>].

CMMAD, Comissão sobre o meio ambiente e desenvolvimento. 1991. *Nosso futuro comum*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, Brasil.

Colchester, M. 2000. Resgatando a Natureza: Comunidades tradicionais e áreas protegidas. In: Diegues, A.C. (org.) *Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza*. São Paulo: Hucitec -Nupaub – USP, Brasil. pp. 225-256.

Costa Filho, A. et al. 2005. *Comunidades tradicionais e as políticas públicas*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS): Brasília, Brasil. pp. 01-07.

Costa Neto, E. & Marques, J. G. 2000. *Conhecimento Ictiológico Tradicional e a Distribuição Temporal e Espacial de Recursos Pesqueiros pelos Pescadores de Conde, Estado da Bahia, Brasil*. Etnoecológica, Vol. IV, n. 6, p. 56-68.

Costa, Craveiro. 1983. *História das Alagoas*. São Paulo: Melhoramentos.

Costa, L. 1995. Adaptações. In: Schaeffer-Novelli, Y. (org.). *Manguezal, ecossistema entre a terra e o mar*. São Paulo: Caribbean Ecological Research, pp.31-34.

Costa, P. 2011. *Interações socioecológicas na pesca à luz da etnoecologia abrangente: a praia de Itaipu, Niterói/Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade). Universidade Estadual de Campinas, Brasil. 233p.

Cuéllar, J. 1997. *Nossa Diversidade Criadora*. Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento. São Paulo: Papirus-Unesco, Brasil.

Cunha, L. H. 2007. *Ordens e desordens socioambientais: Saberes tradicionais em dinâmicas pesqueiras da costa paranaense*. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Federal do Paraná, Brasil. 215p.

Debord, G. 2004. *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto. 238p

Descola, P. 2000. Ecologia e Cosmologia. In: Diegues, A.C. (org.) *Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza*. São Paulo: Hucitec -Nupaub – USP, Brasil. pp. 149-164.

Diegues, A. C. & Arruda, R. S. (Orgs). 2001. *Saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil*. (Biodiversidade 4). Ministério do Meio Ambiente, Brasília; USP, São Paulo, Brasil. 176p.

Diegues, A. C. 1983. *Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar*. Ática: São Paulo.

Diegues, A. C. 1994. *O nosso lugar virou parque: estudo socioambiental do Saco de Mamanguá - Parati - Rio de Janeiro*. São Paulo: NUPAUB – USP, Brasil.

Diegues, A. C. 1995a. *Ecologia humana e planejamento em áreas costeiras*. São Paulo: NUPAUB - USP, Brasil.

Diegues, A. C. 1995b. *Povos e mares: leituras em socioantropologia marítima*. São Paulo: NUPAUB - USP, Brasil.

Diegues, A. C. 1996. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, Brasil.

Diegues, A. C. 2000. Etnoconservação da Natureza: enfoques alternativos. In: Diegues, A.C. (org.) *Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza*. São Paulo: Hucitec-Nupaub – USP, Brasil. 01-46 pp.

Diegues, A. C. 2001. *A construção da etnoconservação no Brasil: o desafio de novos conhecimentos e novas práticas para a conservação*. São Paulo: NUPAUB-USP, Brasil. pp.01-07.

Diegues, A. C. 2004. Conhecimento Tradicional e Apropriação Social do Ambiente Marinho. In: Rodrigues, E; Paula, A.C. & Araujo, C.M. (Org.) *Roteiros Metodológicos: Plano de Manejo de Uso Múltiplo das Reservas Extrativistas Federais*. IBAMA: Brasília, Brasil, p. 125-157.

Diegues, A. C. 2005. *Aspectos Socioculturais e Políticos do uso da Água*. NUPAUB-USP; MMA, Brasília/DF, Brasil.

Duterte, B. 2011. Lógica e Impactos do Turismo Internacional como Quadro deste Estudo de Caso (Prefácio). In: *Dinâmicas e impactos da expansão do turismo no Arquipélago dos Bijagós – Guiné-Bissau. Lições para a AMPC Urok*. IMVF & Tiniguena, Lisboa. pp. 04-13.

Eliade, M. 2000. *Aspectos do Mito*. Lisboa: Edições 70, Portugal.

Faria, C. 2003. *Ideias, conhecimento e políticas públicas. Um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 18, nº. 51 Brasil. pp. 21-29.

Fernandes, A. & Peria, L. 1995. Características do ambiente. In: Schaeffer-Novelli, Y. (org.). *Manguezal, ecossistema entre a terra e o mar*. São Paulo: Caribbean Ecological Research, pp.13-16.

Ferrara, L. 1996. O turismo dos deslocamentos virtuais. in: Yázig, E. et al. *Turismo: espaço, paisagem e cultura*, São Paulo: Hucitec, Brasil. pp. 15-24.

Ferrara, L. 1988. *Ver a cidade: cidade, imagem, leitura*. São Paulo: Nobel, Brasil.

Ferrare, J. 1996. *A Preservação do Patrimônio Histórico: um RE-pensar, a partir da experiência da cidade de Marechal Deodoro*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Brasil, 209 p.

Frey, K. 2000. *Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil*. Planejamento e políticas públicas, nº. 21. Disponível em: www.ipea.gov.br. [Acedido em: 11/06/2011].

Furtado, C. 1974. *O mito do desenvolvimento econômico*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Brasil.

Galvão, R. 1985. O gerenciamento costeiro e a ocupação do litoral. In: *Ecologia e Cultura*: Revista Pau Brasil. São Paulo: DAEE – São Paulo Alternativo – Ano II, nº. 8, Set./Out., Brasil, pp. 37-39.

Godellier, M. 1978. Reproduction des Écosystèmes et Transformation des systèmes sociaux. In : *Economie Rurale*. Nº 124. Pp. 10-14

Godellier, M. 1984. *L'ideiel et Le matèriel: pensée, economies, sociétés*. Paris, Fayard, 348p.

Godet, M. 1993. Manual de Prospectiva Estratégica. Da Antecipação à Ação. Publicações Dom Quixote, Lisboa.

Gómez-Pompa, A. & Kaus, A. 2000. Domesticando o Mito da Natureza Selvagem. In: Diegues, A.C. (org.) *Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza*. São Paulo: Hucitec -Nupaub – USP, Brasil. pp. 125-148.

Gonçalves, C. 2004. *O desafio ambiental*. Sader, E. (Organizador). Rio de Janeiro: Record, Brasil.

Grasso, M. & Tognella, M. 1995. Valor ecológico e socioeconômico. In: Schaeffer-Novelli, Yara (org.). *Manguezal, ecossistema entre a terra e o mar*. São Paulo: Caribbean Ecological Research, Brasil pp. 43-47, 64 p.

Guerra, A. 1980. *Dicionário Geológico – Geomorfológico*. 6ª ed. Rio de Janeiro: IBGE.

Guimarães, R. 1996. Desenvolvimento Sustentável: Proposta alternativa ou retórica Liberal? In: *Ecossistemas costeiros: do conhecimento à gestão*. Florianópolis: Anais da 3ª Reunião Especial da SBPC, pp. 49-52.

Guimarães, R. 1997. Desenvolvimento sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas. In: Becker, Bertha K. & Miranda, Marina (orgs.). *A Geografia política do Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, pp. 13-44.

Guimarães, R. 2001. A Ética da Sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: Viana, G. et al. (Orgs.). *O desafio da sustentabilidade – um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Brasil.

Hall, S. 2006. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª Edição. Rio de Janeiro: DP&A editora, Brasil.

Hardin, G. 1968. *The Tragedy of the commons*. In: *Science* (162): pp.1243-1248.

Harvey, D. 2003. *A condição pós-moderna*. 12ª Edição. São Paulo: Edições Loyola, Brasil. 349p.

Herculano, S. 2012. *Conflitos ambientais e territoriais: pesca e petróleo no litoral fluminense*. Revista Nordestina de Ecoturismo, Aquidabã, v.5, n.1, p.39-52, 2012.

Hintze, H. 2008. *Ecoturismo na cultura de consumo: possibilidade de educação ambiental ou espetáculo?* (Dissertação de Mestrado). Escola Superior de Agricultura Luis de Queiroz – ESALQ/USP. Piracicaba – São Paulo, Brasil. 137 p.

Ianni, O. 2005. *Enigmas do pensamento latino-americano*. São Paulo: IEA/USP, Brasil. 41p.

IBGE (Brasil). 1977. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria Técnica. *Geografia do Brasil: Região Nordeste*. Volume 02. SERGRAF: Rio de Janeiro, Brasil. 454 p.

IBGE (Brasil). 2004. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: [\[www.ibge.gov.br\]](http://www.ibge.gov.br) – [Acedido em: 19/06/2011].

Inojosa, R. 2001. *Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersectorialidade*. Cadernos FUNDAP, nº 22, Brasil. pp. 102-110.

Irving, M. 2009. *Turismo de Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: [\[http://www.ivt-rj.net/ivt\]](http://www.ivt-rj.net/ivt). [Acedido: 21/07/2011].

- Johannes, R. 1998. *The case for data-less marine resource management: examples from Tropical near shore fin fisheries*. Trends Ecol. 13: 243-246.
- Krippendorf, J. 2009. *Sociologia do Turismo. Para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. Editora Aleph: São Paulo, Brasil. 272p.
- Lefebvre, H. 1978. *De l'État*. Vol. IV. Union Générale d'Éditions, Paris 10/18 .
- Leinz, V. & Amaral, S. 1980. *Geologia Geral*. 8ª ed. São Paulo: Edição. Nacional: São Paulo, Brasil, 400 p.
- Leitão, S. 1995. A fauna do Manguezal. In: Schaeffer-Novelli, Y. (org.). *Manguezal, ecossistema entre a terra e o mar*. São Paulo: Caribbean Ecological Research, pp.23-28.
- Leite, M. 1994. *Destruição ou Desconstrução? Questões da paisagem e tendências da regionalização*. São Paulo: Hucitec – FAPESP, Brasil.
- Lévi-Strauss, C. 2012. *A antropologia face aos problemas do mundo moderno*. Temas e debates, Portugal, 199 p.
- Licha, I. 2002. La Construcción de Escenarios: Herramienta de La Gerencia Social. In: *Diseño y Gerencia de Políticas y Programas Sociales*. BID/INDES. Pp.01-11.
- Lima, I. 1990. *Maceió, cidade restinga: contribuição ao estudo geomorfológico do litoral alagoano*. Maceió: Edufal, Brasil.
- Lima, L. 2009. *A participação no conselho ambiental da Ilha dos Marinheiros (Rio Grande – RS): diálogos entre a educação ambiental transformadora e o gerenciamento costeiro integrado*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande – Rio Grande do Sul, Brasil.
- Linsker, R. & Tassara, H. 2005. *O mar é uma outra terra*. Editora Terra Virgem: São Paulo, Brasil, 94 p.
- Little, P. 2002. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Série Antropologia (322): Brasília, pp. 01-32.
- Lopes, B. & Amaral, J. 2008. *Políticas Públicas: conceitos e práticas*. Belo Horizonte: Sebrae/MG, Brasil. 48p.
- Luchiari, M. 2001. Turismo, natureza e cultura caiçara: um novo colonialismo? In: Serrano, C. M. *Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente*. 4ª edição. São Paulo: Editora Papirus, p. 59-84.
- Lustosa, M. et al. 2003. Política Ambiental. In: May, P. et al. (Orgs.). *Economia do meio ambiente: teoria e prática*. Editora Elsevier: Rio de Janeiro, Brasil. pp.135-153.
- Machado, L. 1996. Paisagem Valorizada. A Serra do Mar como espaço e como lugar. In: Del Rio, V. & Oliveira, L. (orgs.). *Percepção Ambiental: a experiência brasileira*. Studio Nobel: São Paulo, Brasil. pp. 97-119.

Maciel, D. & Alves, A. 2009. *Conhecimentos e práticas relacionados ao aratu Goniopsis Cruentata (Latreille, 1803) em Barra de Sirinhaém, litoral sul de Pernambuco, Brasil*. Biota Neotrópica, vol. 9, nº. 4. pp. 29-36.

Maldonado, A. 1992. *La historia oral em sociedades orales*. Opciones, v.13. pp. 40-45.

Maldonado, S. 1993. *Mestres e Mares: Espaço e Indivisão na pesca marítima*. Anna Blume: São Paulo.

Maldonado, S. 2000. No mar: conhecimento e produção. In: Diegues, A. C. (org.) *A Imagem das Águas*. São Paulo: HUCITEC/ NUPAUB, USP. pp. 95-100.

Malinowski, B. 1988. *Magia, ciência e religião*. Edições 70: Lisboa, Portugal.

Marcuse, C. H. 1970. *Five Conferences*. Boston: Beacon Press.

Marques, J. 1991. *Aspectos ecológicos na etnoecologia dos pescadores do complexo estuarino-lagunar Mundaú-Manguaba, Alagoas*. Tese (Doutorado em Ecologia), Universidade Estadual de Campinas, Brasil. 292p.

Marques, J. 1995. *Pescando Pescadores: etnoecologia abrangente no baixo São Francisco*. NUPAUB – USP: São Paulo, Brasil. 285 p.

Martins, E. & Ramalho Filho, R. 2012. *Praia do Francês: o espaço do turismo – Alagoas – Brasil*. Revista turismo e desenvolvimento. Volume 2. N.º 17/18, Aveiro, Portugal. pp. 851-862

Martins, E. C. 2000. *Turismo e impactos socioambientais na praia do Francês, Alagoas*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), Universidade Federal de Alagoas, Brasil, 138p.

Melo, M. 1996. *Governance e reforma do Estado: o paradigma agente x principal*. Revista do Serviço Público, ano 47, vol. 120, nº.1. Brasil. pp. 67-82.

Mendes, A. 1993. Breve itinerário dos ecossistemas à ecopoesia. In: Bursztyn, Marcel. *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense, Brasil. pp. 11-27.

Menezes, G. 1995. Produtividade dos manguezais. In: Schaeffer-Novelli, Y. (org.). *Manguezal, ecossistema entre a terra e o mar*. São Paulo: Caribbean Ecological Research, pp.39-43.

MMA. 2000. Ministério do Meio Ambiente. *Convenção sobre a Diversidade Biológica – CDB*. Decreto Legislativo n.º 2, de 5 de Junho de 1992. Brasília, Brasil.

MMA. 2001. Ministério do Meio Ambiente. Resolução n.º 358, de 29 de abril de 2005. *Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências*. Brasília, Brasil.

MMA. 2004. Ministério do Meio Ambiente. *Agenda 21 brasileira: ações prioritárias*. 2ª Edição. Brasília, Brasil. 138p.

MMA. 2005. Ministério do Meio Ambiente. Plano Nacional de Recursos Hídricos. Secretaria dos Recursos Hídricos: Brasília, Brasil. 143p.

MMA. 2006. Ministério do Meio Ambiente. *Programa REVIZEE: avaliação do potencial sustentável de recursos vivos na zona econômica exclusiva: relatório executivo*. MMA, Secretaria de Qualidade Ambiental. Disponível em: <http://www.mma.gov.br>

MMA. 2007. Ministério do Meio Ambiente. *Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (GERCO)*. Disponível em: <http://www.mma.gov.br>

MMA. s/d. Ministério do Meio Ambiente. Agenda 21 e Biodiversidade. 2ª Edição. Brasília, Brasil. 34p. Disponível em: <http://www.mma.gov.br>

Montenegro, S., Marques, J.G. & Nordi, N. 2007. Os pescadores de Camarão do Baixo São Francisco Alagoano: Abordagem Etnoecológica com Ênfase nas Estratégias de Pesca. In: Moura, F. (org.), *Conhecimento tradicional e estratégias de sobrevivência de populações brasileiras*. Maceió: EDUFAL, Alagoas, Brasil. pp.105-122.

Montenegro, S., Nordi, N. & Marques, J.G. 2001. *Contexto Cultural, Ecológico e Econômico da Produção e Ocupação dos Espaços de Pesca pelos Pescadores de Pitu (Macrobrachium Carcinus) em um trecho do Baixo São Francisco. Alagoas-Brasil*. Revista Interciencia, 26(11). Asociación Interciencia, Caracas, Venezuela, pp.535-540.

Moraes, A. 1995. *Configuração de metodologia para o macrozoneamento costeiro do Brasil: relatório final*. 2ª Edição. Brasília: PNMA.

Moraes, A. 2007. *Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro*. 2ª Edição. AnnaBlume: São Paulo, Brasil.

Moraes, A. 2008. *Território e história no Brasil*. 3ª Edição. AnnaBlume: São Paulo, Brasil.

Morin, E. 1996. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Morin, E. 1998. *Sociologia: do microsocial ao microplanetário*. Edição revista e aumentada pelo autor. Publicações Europa-América, Portugal.

Morin, E. 2000. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 2ª. Edição. São Paulo: Cortez Editora/UNESCO, Brasil. 118p.

Morin, E. 2001. *Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar*; participação de Marcos Terena. Garamond: Rio de Janeiro, Brasil.

- Morin, E. 2003. *Introdução ao pensamento complexo*. 4ª Edição. Editora Instituto Piaget: Lisboa, Portugal.
- Morin, E. 2006. *Um ponto no Holograma: a história de meu pai*. São Paulo: A Girafa editora, Brasil.
- Morris, D. 1996. *O animal humano. Uma perspectiva pessoal da espécie humana*. Gradiva: Portugal.
- Moura, F. & Marques, J. 2007. *Conhecimento de pescadores tradicionais sobre a dinâmica espaço-temporal de recursos naturais na Chapada Diamantina, Bahia*. Biota Neotrop, v.7, n.3, Campinas, Brasil, pp.119-126.
- Moura, F. 2007. *Conhecimento tradicional e estratégias de sobrevivência de populações brasileiras*. Maceió: EDUFAL, Alagoas, Brasil.
- Mourão, J. & Nordi, N. 2006, *Pescadores, peixes, espaço e tempo: uma abordagem etnoecológica*. Revista Interciencia, 31(05). Asociación Interciencia, Caracas, Venezuela, pp.358-363.
- MPA. 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura. *Especialidades da aquicultura*. Brasília, Brasil. Disponível em: <http://www.mpa.gov.br/aquiculturampa>
- Muehe, D. 1995. Geomorfologia costeira. In: Guerra, Antônio José T. & Cunha, Sandra B. da (orgs.). *Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, pp. 253-308.
- Nitsch, M. 2010. O Futuro da Amazônia: Questões Críticas, Cenários Críticos. In: Ab'Saber, Aziz (org.). *Leituras Indispensáveis 2*. Ateliê Editorial: São Paulo, Brasil. pp. 09-28.
- Nogueira, E. & Sassi, R. 2007. A arte das caiçaras e o conhecimento tradicional dos caiçareiros de Alagoas. In: Moura, F. (org.), *Conhecimento tradicional e estratégias de sobrevivência de populações brasileiras*. Maceió: EDUFAL, Alagoas, Brasil.
- Nordi, N. 1994. *A produção dos catadores de caranguejo-uçá (Ucides cordatus) na região de Várzea Nova, Paraíba, Brasil*. Revista Nordestina de Biologia. UFPB. 9(1), João Pessoa, Brasil, pp. 71-77.
- Nordi, N. 1995. *O processo de comercialização do caranguejo-uçá (Ucides cordatus) e seus reflexos nas atitudes de coleta*. Revista Nordestina de Biologia. UFPB. 10(1). João Pessoa, pp. 39-45.
- Novaes, W. 2010. Quase Duas Décadas sem Sair do Lugar. In: Ab'Saber, Aziz (org.). *Leituras Indispensáveis 2*. Ateliê Editorial: São Paulo, Brasil. pp. 67-70.
- Odum, E. 1988. *Ecologia*. Editora Guanabara: Rio de Janeiro, Brasil 434 p.

Oliveira, A. 1998., *Turismo e comunidade: a configuração do sofrimento psicossocial em um povoado de pescadores*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil, 186 p.

Oliveira, A. C. 2005. *A atividade turística e seus efeitos à população local: um paradoxo*. In: Caderno Virtual de Turismo. Nº 16. pp. 61-73.

Olsen, S. 2003. *El uso sabio de los recursos costeros en el antropoceno*. Disponível em: www.ecocostas.org/red/RedLideres.htm. [Acedido em: 02/02/2012].

Olsen, S. 2011. Prefacio. In: Barragán Muñoz, J.M. (coord.). *Manejo Costero Integrado y Política Pública en Iberoamérica: Propuestas para la acción*. Red IBERMAR (CYTED), Cádiz, 280 pp.

Olsen, S. & Ochoa, E. 2007. *El Porqué y el Cómo de una Línea de Base para Gobernanza en los Ecosistemas Costeros*. ECOCOSTAS - CRC-URI – AVINA – LOICZ-. Guayaquil, Ecuador. 31 p.

Ometto, A. et al. 1995. *Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população*. In: Revista Saúde Pública nº 29 (5). São Paulo, Brasil. pp. 403-414.

OMT. 1998. Organização Mundial de Turismo. *Desenvolvimento de turismo sustentável: manual para organizadores locais*. Publicação de turismo e ambiente. EMBRATUR, Brasília.

OMT. 2003. Organização Mundial de Turismo. *Guia do Turismo sustentável*. Porto Alegre: Bookman, Brasil. 168p.

OXFAM. 1997. *Local Community Issues*. Disponível em: <http://www.ecosourcenetwork.com/> - Hong Kong.

Pardal, L. & Lopes, E. 2011. *Métodos e técnicas de investigação social*. Areal Editores, Portugal, 191 p.

Pelt, J. 1991. *A natureza reencontrada*. Gradiva: Lisboa, Portugal.

Pereira, B. & Diegues, A.C. 2010. *Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação*. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente. (22), Editora UFPR: Paraná, Brasil, pp. 37-50.

Perestrelo, M. 2007. *Prospectiva e Democracia Participativa: Potencialidades e Constrangimentos*. In: *Comunidades e Territórios*. Nº 14, pp. 61-69.

Pires Neto, A. 1978. Terminologia Aplicada aos Processos e à Morfologia Litorânea. In: *Notícias Geomorfológicas*. Campinas: 18 (35): 45-49.

Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC). *O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro*. Disponível em: <http://www.mma.gov.br>. [Acedido: 29/09/ 2011].

Polet, F. 2011. *Dinâmicas e impactos da expansão do turismo no Arquipélago dos Bijagós – Guiné-Bissau. Lições para a AMPC Urok*. IMVF & Tiniguena, Lisboa. 99pp.

Polet, F. 2012. *Mise en tourisme des Bijagos: entre consommation d'authenticité et désacralisation du territoire*. In : *Note d'analyse 2012*. Centre tricontinental – CETRI, Belgique. Disponível em: <http://www.cetri.be> [Acedido em: 15/01/2013].

Polette, M. & Silva, L. 2003. *GESAMP, ICAM e PNGC – Análise entre as metodologias de Gerenciamento Costeiro Integrado*. Vol. 55 (04). Ciência e Cultura: São Paulo, Brasil.

Polette, M. 1995. Legislação. In: Schaeffer-Novelli, Yara (org.). *Manguezal, ecossistema entre a terra e o mar*. Caribbean Ecological Research : São Paulo. pp. 57-60.

Polette, M. 2008. *A Zona costeira em crise: opções de gestão integrada e participativa*. UNIVALI - CTTMar: Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Ponting, C. 1995. *Uma história verde do mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Brasil.

Posey, D. 1986. *Indigenous Knowledge and development an ideological bridge to the future*. Ciência e Cultura, (35), pp. 877-894.

Posey, D. 1987. Introdução a Etnobiologia: Teoria e prática. In: Ribeiro, D. (org.). *Suma Etnobiológica Brasileira*. Volume 1. Etnobiologia. Vozes: Petrópolis, pp. 15-25.

Posey, D. 1992. Interpreting and applying the “Reality” of Indigenous Concepts: what is necessary to learn from the natives? In: Redford, K.H. & Padoch, C. (eds.). *Conservation of Neotropical Forests: working from traditional resource use*. New York: Columbia University Press, New York, pp. 21-34.

Posey, D. 1983. *Indigenous knowledge and development: an ideological bridge to the future*. Ciência e Cultura, 35(7):18-24.

Posey, D. 1984. *Ethnoecology as applied anthropology in Amazonian development*. Hum, Organ. 43(2): 95-107.

Prates, A. et. al. 2007. Unidades de conservação costeiras e marinhas de uso sustentável como instrumento à gestão pesqueira. In: *Áreas aquáticas protegidas como instrumento de gestão pesqueira*. (Série Áreas protegidas do Brasil, 4). Brasília: MMA/SBF, Brasil. 272p.

Raffestin, C. 1993. *Por uma Geografia do Poder*. Ática: São Paulo, 269p.

Rahman, A. 2000. *Development of an Integrated Traditional and Scientific Knowledge base: a mechanism for accessing, benefit sharing and documenting traditional knowledge for sustainable socio-economic development and poverty alleviation*. UNCTAD. Geneva, Switzerland.

Ramalho Filho, R. 1983. *Elements D'Une Strategie pour la Région d'Ecodeveloppement Litorale L'État d'Alagoas*. Bresil. (Thèse de doctorat). Ministère des Universités. École des Hautes Études en Sciences Sociales. Paris, 318 p.

Ramalho Filho, R. 1999. Patrimônio Cultural e Natural: Dimensão da Sustentabilidade. In: Bastos Filho, J. et al. *Cultura e Desenvolvimento: A Sustentabilidade cultural em questão*. Maceió: PRODEMA/UFAL, Brasil. pp. 179-193.

Ramalho Filho, R. 2002. *Globalização, Sustentabilidade e Patrimônio: reflexos sobre a cidade periférica*. In: I Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. CD-ROM. ANPPAS: Indaiatuba, São Paulo, Brasil.

Ramalho, C. 2009. Páginas da resistência: Os escritos de Elinor Ostrom. In: *Boletim da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica*. Ed. nº 21. pp. 09-12.

Ramires, M; Molina, S. & Hanazaki, N. 2007. *Etnoecologia caiçara: o conhecimento dos pescadores artesanais sobre aspectos ecológicos da pesca*. Revista Biotemas, 20(1): 101-113.

Rattner, H. 2002. *Sobre exclusão social e políticas de inclusão*. Revista Espaço Acadêmico – Ano II – Nº 18 – Novembro de 2002 – Mensal – ISSN 1519.6186.

Rattner, H. 2003. *Ambiente, Desenvolvimento e Crescimento*. In: Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva. São Paulo: ABDL e FEA/USP, São Paulo, Brasil. Disponível em: www.abdl.org.br/rattner/inicio.htm. [Acedido: 10/07/2011].

Rebelo, R. & Catry, P. 2011. *O arquipélago dos Bijagós (Guiné-Bissau) – valores de biodiversidade e potencialidades para a investigação científica*. Revista Ecologi@, 2: 8 -15 – ISSN: 1647-2829.

Ribeiro, D. 1995. *O Povo Brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*. 2ª Edição. Companhia das letras, São Paulo, 477p.

Ribeiro, M. & Ceura, M. 2003. A importância da gestão integrada costeira e marinha no controle de impactos socioambientais e seus aportes para o fomento do desenvolvimento sustentável no Brasil. In: Vieira, P. (org). *Conservação da diversidade biológica e culturas das zonas costeiras: enfoques e experiências na América Latina e no Caribe*. APED editora, Florianópolis, Brasil.

Rodrigues, A. B. 1997. *Turismo e Ambiente – reflexões e propostas*. Hucitec: São Paulo, Brasil. 178p.

Rodrigues, A. B. 2001. *Turismo e Espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar*. 3ª Edição, Hucitec, São Paulo, Brasil. 158p.

Rodrigues, A. 1996. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. In: Yázigi, E. et al. *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, Brasil. 241p.

Rodrigues, A. 2007. *A cidade como direito*. Los problemas Del mundo actual. Soluciones y alternativas desde La geografia y las ciencias sociales. In: IX Colóquio Internacional de Geocrítica, Porto Alegre: Rio Grande do Sul, Brasil. Disponível em: www.ebu.edu/geocrit/9porto/arlete.htm. [Acedido em: 07-10-2011]

Ruschmann, D. 2001. *Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio Ambiente*.

Sachs, I. 1986. *Ecodesenvolvimento*. São Paulo: Vertice, Brasil.

Sachs, I. 1993. *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. Studio Nobel - Fundação do Desenvolvimento Administrativo: São Paulo, Brasil.

Sachs, I. 1996. *Social sustainability and whole development*. Frankfurt, Institut für Sozial Ökologische Farschung / UNESCO's MOST Program, (mimeo).

Sachs, I. 2004. *Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado*. Garamond: Rio de Janeiro, Brasil.

Said, A. & Abreu, A. 2011. *A Economia Local da Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas Urok: Dinâmicas, constrangimentos e potencialidades*. IMVF & Tiniguena, Lisboa. 108p.

Santiago, A. 1996. Gestão comunitária de recursos renováveis em ecossistemas litorâneos: avaliação da experiência brasileira. In: *Ecossistemas costeiros: do conhecimento à gestão*. Anais da 3ª Reunião Especial da SBPC: Florianópolis. pp. 140 - 142.

Santilli, J. 2003. Conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade: elementos para a construção de um regime jurídico *sui generis* de proteção. In: Varella, M. & Platiau, A. (orgs.). *Diversidade biológica e conhecimentos tradicionais*. Belo Horizonte: Del Rey, (Coleção Direito Ambiental, 2).

Santos, B. 2002. *Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência* [Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática]. 2ª Edição. Volume I. Edições Afrontamento: Porto, Portugal.

- Santos, M. 1992. *1992: a redescoberta da Natureza*. Revista Estudos Avançados, São Paulo: Instituto de Estudos Avançados. USP. v.06, nº 14, jan./abr. 1992.
- Santos, M. 1996. *Metamorfoses do espaço habitado*. 4ª Edição. São Paulo: Hucitec, Brasil.
- Santos, M. 1997. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico - científico informacional*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, Brasil.
- Santos, M. 1988. O Espaço geográfico como categoria filosófica. In: *Terra Livre 5 – O Espaço em Questão*. Editora Marco Zero/AGB. São Paulo, Brasil (pp.09-20).
- Santos, M. 2000. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. EDUSP: São Paulo, Brasil. 174p.
- Saragoça, J. et al. 2012. *Antecipar para Agir: Potencialidades da Análise prospectiva para a Construção de “Novos Rumos” do Turismo na Sociedade de Risco*. Revista Turismo e Desenvolvimento. Volume 2 (17-18), Aveiro, Portugal. pp.979-995.
- Schaeffer-Novelli, Y. (s/d). *Grupo de ecossistemas: manguezal, marisma e apicum*. São Paulo, Brasil.
- Schaeffer-Novelli, Y. 1995. *Manguezal, ecossistema entre a terra e o mar*. São Paulo: Caribbean Ecological Research, 64 p.
- Scherer, M., Sanches, M. & Negreiros, D. 2009. Gestão das Zonas Costeiras e as Políticas Públicas no Brasil: um diagnóstico. In: Barragán Muñoz, J.M. (coord.). *Manejo Costero Integrado y Política Pública en Iberoamérica: Un diagnóstico. Necesidad de cambio*. Red IBERMAR (CYTED), Cádiz, 291-330 pp.
- Sewell, G. 1978. *Administração e controle da qualidade ambiental*. São Paulo: EPU, Editora da Universidade de São Paulo, CETESB.
- Silva, J. 2009. *Fatores externos e internos que alteram a vida do Homem e o ecossistema manguezal do Rio Jordão – Pernambuco*. Tese (Doutorado em Geografia Física), Universidade de São Paulo, Brasil, 229p.
- Soares, M. 1995. Zonação e as marés. In: Schaeffer-Novelli, Y. (org.). *Manguezal, ecossistema entre a terra e o mar*. São Paulo: Caribbean Ecological Research, pp.35-38.
- Souto, F. 2007. *Uma abordagem etnoecológica da pesca do caranguejo, Ucides cordatus, Linnaeus, 1763 (Decapoda: Brachyura), no manguezal do Distrito de Acupe (Santo Amaro-BA)*. Revista Biotemas, 20(1): 69-80.
- Souza, C. & Carvalho, I. 1999. *Reforma do Estado, Descentralização e Desigualdades*. Lua Nova (48): pp.187-212
- Souza, C. 2006. *Políticas Públicas uma revisão da literatura*. Sociologias, ano 8, nº. 16, Porto Alegre, Brasil. pp. 20-45.

Souza, C. 1998. *Relações Intergovernamentais e a Reforma da Administração Pública Local*. (Trabalho apresentado no Seminário A Reforma da administração Pública: Possibilidades e Obstáculos). Recife. pp. 10-22.

Souza, C. 2004. Governos Locais e Gestão de Políticas Sociais Universais. In: *São Paulo em Perspectiva*. 18 (2), São Paulo: SEADE. pp 27-41.

Sugiyama, M. 1995. A flora do manguezal. In: Schaeffer-Novelli, Yara (org.). *Manguezal, ecossistema entre a terra e o mar*. São Paulo: Caribbean Ecological Research, São Paulo, Brasil, pp. 17-22, 64 p.

Toledo, V. & Barrera-Bassols, N. 2009. *A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais*. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n.20, Editora UFPR, Paraná, Brasil, p.31-45.

Touraine, A. 1996. *Carta aos Socialistas*. Terramar: Lisboa, Portugal.

Tuan, Y. 1980. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Difel: São Paulo, Brasil.

Tuan, Y. 1983. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Difel: São Paulo, Brasil.

Tude, J. s/d. *Conceitos gerais de políticas públicas*. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rap. [Acedido em: 20/02/2013]. pp. 11-34

UNESCO. 1973. *Expert Panel on Project 13: perception of environmental quality*. Final report. MAB, Paris.

Viégas, O. 2003. Empreendedorismo coletivo em áreas protegidas: uma proposta para a zona costeira brasileira e o papel do SEBRAE. In: Vieira, P. (org). *Conservação da diversidade biológica e culturas das zonas costeiras: enfoques e experiências na América Latina e no Caribe*. APED editora, Florianópolis, Brasil.

Virilio, P. 2000. *Cibermundo a política do pior*. Teorema: Lisboa, Portugal.

Yázigi, E.; Carlos, A & Cruz, Rita. 1996. *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. Hucitec: São Paulo.

Zaoual, H. 2006. *Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global*. DP&A: Rio de Janeiro, Brasil.

Zaoual, H. 2008a. *Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições?* Caderno Virtual de Turismo, Vol. 8(2), pp.1-14.

Zaoual, H. 2008b. *Globalização e diversidade cultural*. 2ª Edição. Cortez Editora: São Paulo, Brasil.

Ziegler, J. 2002. *A fome no mundo explicada a meu filho*. São Paulo: Editora Vozes, Brasil. 132p.

**Anexo 1. Comunidades tradicionais não indígenas:
Identificação e características**

Comunidades tradicionais não indígenas	
Identificação	Características
Açorianos	<ul style="list-style-type: none"> - Descendentes dos imigrantes das ilhas dos Açores e dos madeirenses e portugueses continentais; - guardam traços culturais próprios, fruto da miscigenação com negros e índios; - A partir de sua fixação no sul do Brasil combinaram a pesca com a agricultura.
Babaqueiros	<ul style="list-style-type: none"> - Populações extrativistas vivendo basicamente da coleta do babaçu e da utilização dessa palmeira; - Vivem sobretudo no Meio Norte (zona fisiográfica da região Nordeste do Brasil), na área do cerrado e floresta, abrangendo Maranhão, Piauí e algumas áreas dos estados vizinhos; - não praticam apenas a coleta, mas também a pequena agricultura.
Caboclos/Ribeirinhos, seringueiros e castanheiros	<ul style="list-style-type: none"> - Caracterizam-se, principalmente por suas atividades extrativistas, de origem aquática ou florestal terrestre; - Para Darcy Ribeiro (1995), os seringueiros, os ribeirinhos e os castanheiros, são considerados 'caboclos' por apresentarem modo de vida semelhante; - Conforme Diegues & Arruda(2001), existem diferenças entre eles, uma vez que os ribeirinhos sobrevivem da pesca nas várzeas e beiras dos rios; muitos seringueiros e castanheiros vivem à beira dos rios, igapós e igarapés e outros vivem em terra firme, com menor dependência da pesca.
Caiçaras	<ul style="list-style-type: none"> - São comunidades formadas através da "mescla étnico-cultural de indígenas, colonizadores portugueses e, em menor grau, de escravos africanos" (Diegues & Arruda, 2001); - Sua forma de vida está baseada na agricultura itinerante, na pequena pesca, no extrativismo vegetal e do artesanato; - Seu desenvolvimento ocorreu particularmente nas áreas costeiras dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e norte de Santa Catarina.
Caipiras/Sitiantes	<ul style="list-style-type: none"> - Constituem, em grande parte, sitiantes, meeiros e parceiros; - Sobrevivem com precariedade em nichos entre as monoculturas das regiões Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, em pequenas propriedades a desenvolver atividades agrícolas e de pecuária, com sua produção voltada para a subsistência familiar e para o mercado.
Campeiros (Pastoreio)	<ul style="list-style-type: none"> - Resultam da miscigenação entre os Guaranis (habitantes originais) e os colonizadores espanhóis e portugueses; - "constituem grupo pastoral de cavaleiros e trabalhadores rurais vinculados à pecuária extensiva" na região do pampa gaúcho – Rio Grande do Sul.

Comunidades tradicionais não indígenas	
Identificação	Características
Jangadeiros	<ul style="list-style-type: none"> - Pescadores marítimos habitando na faixa costeira brasileira localizada entre o estado do Ceará e o sul do estado da Bahia; - pescam com jangadas, anteriormente construídas com pau-de-balsa (piúba), encontrado em áreas de mata nativa, mas sua redução fez com que sua construção fosse aos poucos substituída por outros materiais; - possuem grande conhecimento da arte da navegação e identificação dos locais de pesca; - as atividades em terra são menos essenciais para essas comunidades; - sofrem hoje a concorrência dos barcos motorizados, além dos impactos do turismo.
Pantaneiros	<ul style="list-style-type: none"> - Residentes em áreas dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; - constitui uma população que vive entre as maiores áreas inundáveis do planeta; - fruto da miscigenação entre as tribos indígenas originais, colonizadores da região sudoeste e escravos negros; - subsistem à base das atividades agropastoris nas fazendas da região ou em pequenas propriedades à beira dos rios.
Pescadores Artesanais	<ul style="list-style-type: none"> - Esta categoria de população encontra-se distribuída pelo litoral, em rios e lagos, e tem seu modo de vida apoiado na pesca, apesar de exercer outras atividades econômicas, o extrativismo vegetal, o artesanato e a pequena agricultura.
Praieiros	<ul style="list-style-type: none"> - Localizados na faixa litorânea da região amazônica encontrados entre o Piauí e o Amapá, geralmente chamados pescadores ou pescadores artesanais, apesar de apresentarem características socioculturais que os tornam diferentes das demais comunidades litorâneas.
Quilombolas	<ul style="list-style-type: none"> - Descendentes de escravos negros, sobrevivem em enclaves comunitários; - Sua visibilidade social é recente, devido à luta pela terra; - Possuem seus direitos garantidos pela Constituição de 1988; - Vivem de atividades ligadas à pequena agricultura, ao artesanato, ao extrativismo e a pesca.
Sertanejos/Vaqueiros	<ul style="list-style-type: none"> - Ocupam a orla descontínua do Agreste e avançam nas regiões semiáridas das caatingas do Nordeste brasileiro; - “Desenvolveram a economia pastoril associada à produção açucareira para o fornecimento de carne, couro e bois de serviço”; - Diante das condições climáticas dos sertões, com seus pastos pobres e extensas áreas sujeitas a secas periódicas, conformaram não só a vida, como também a própria figura do homem sertanejo e de seu gado.
Varzeiros – Ribeirinhos não amazônicos	<ul style="list-style-type: none"> - Populações tradicionais vivendo às margens dos rios e várzeas, sobretudo às margens do rio São Francisco, e também às margens de outros rios.

Tabela 9. Comunidades tradicionais não indígenas: Identificação e características. Fonte: (Diegues & Arruda, 2001).

Anexo. 2 – Princípios Fundamentais da Constituição Brasileira



Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Emendas Constitucionais

Emendas Constitucionais de Revisão

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Atos decorrentes do disposto no § 3º do art. 5º

ÍNDICE TEMÁTICO

Texto compilado

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

TÍTULO I Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania;
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

I - independência nacional;

II - prevalência dos direitos humanos;

III - autodeterminação dos povos;

IV - não-intervenção;

V - igualdade entre os Estados;

VI - defesa da paz;

VII - solução pacífica dos conflitos;

VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;

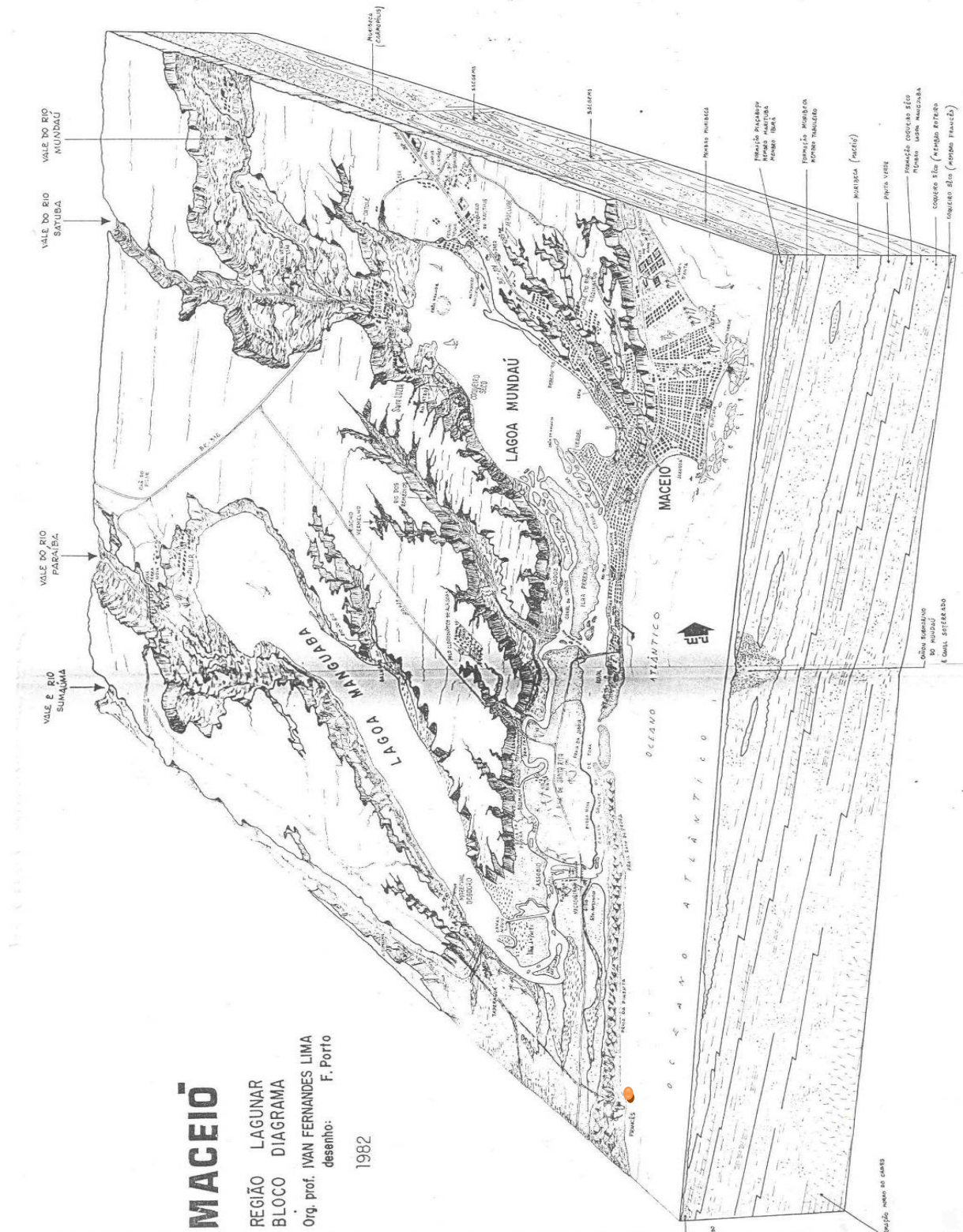
IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações

Anexo 2: [Constituição Brasileira de 1988](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Anexo. 3 – Praia do Francês: localização em bloco diagrama da região Lagunar – Alagoas (1982)



Anexo 3 – Bloco Diagrama – CELMM, Alagoas, Brasil. Fonte: Lima (1990).

Anexo. 4 – Registro do Loteamento e Desmembramento



Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979.

Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O parcelamento do solo para fins urbanos será regido por esta Lei.

Parágrafo único - Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão estabelecer normas complementares relativas ao parcelamento do solo municipal para adequar o previsto nesta Lei às peculiaridades regionais e locais.

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 2º. O parcelamento do solo urbano poderá ser feito mediante loteamento ou desmembramento, observadas as disposições desta Lei e as das legislações estaduais e municipais pertinentes.

§ 1º - Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.

§ 2º- considera-se desmembramento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.

§ 3º [\(VETADO\) \(Incluído pela Lei nº 9.785, de 1999\)](#)

§ 4º Considera-se lote o terreno servido de infra-estrutura básica cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos definidos pelo plano diretor ou lei municipal para a zona em que se situe. [\(Incluído pela Lei nº 9.785, de 1999\)](#)

§ 5º A infra-estrutura básica dos parcelamentos é constituída pelos equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação. [\(Redação dada pela Lei nº 11.445, de 2007\).](#)

§ 6º A infra-estrutura básica dos parcelamentos situados nas zonas habitacionais declaradas por lei como de interesse social (ZHIS) consistirá, no mínimo, de: [\(Incluído pela Lei nº 9.785, de 1999\)](#)

I - vias de circulação; [\(Incluído pela Lei nº 9.785, de 1999\)](#)

II - escoamento das águas pluviais; [\(Incluído pela Lei nº 9.785, de 1999\)](#)

III - rede para o abastecimento de água potável; e [\(Incluído pela Lei nº 9.785, de 1999\)](#)

IV - soluções para o esgotamento sanitário e para a energia elétrica domiciliar. [\(Incluído pela Lei nº 9.785, de 1999\)](#)

Art. 3º Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica, assim definidas pelo plano diretor ou aprovadas por lei municipal. [\(Redação dada pela Lei nº 9.785, de 1999\)](#)

Parágrafo único - Não será permitido o parcelamento do solo:

I - em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas;

II - em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados;

III - em terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes;

IV - em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação;

V - em áreas de preservação ecológica ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção.

CAPÍTULO II

Dos Requisitos Urbanísticos para Loteamento

Art. 4º. Os loteamentos deverão atender, pelo menos, aos seguintes requisitos:

I - as áreas destinadas a sistemas de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público, serão proporcionais à densidade de ocupação prevista pelo plano diretor ou aprovada por lei municipal para a zona em que se situem. [\(Redação dada pela Lei nº 9.785, de 1999\)](#)

II - os lotes terão área mínima de 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados) e frente mínima de 5 (cinco) metros, salvo quando o loteamento se destinar a urbanização específica ou edificação de conjuntos habitacionais de interesse social, previamente aprovados pelos órgãos públicos competentes;

III - ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias, será obrigatória a reserva de uma faixa não-edificável de 15 (quinze) metros de cada lado, salvo maiores exigências da legislação específica; [\(Redação dada pela Lei nº 10.932, de 2004\)](#)

IV - as vias de loteamento deverão articular-se com as vias adjacentes oficiais, existentes ou projetadas, e harmonizar-se com a topografia local.

§ 1º A legislação municipal definirá, para cada zona em que se divida o território do Município, os usos permitidos e os índices urbanísticos de parcelamento e ocupação do solo, que incluirão, obrigatoriamente, as áreas mínimas e máximas de lotes e os coeficientes máximos de aproveitamento. [\(Redação dada pela Lei nº 9.785, de 1999\)](#)

§ 2º - Consideram-se comunitários os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer e similares.

§ 3º Se necessária, a reserva de faixa não-edificável vinculada a dutovias será exigida no âmbito do respectivo licenciamento ambiental, observados critérios e parâmetros que garantam a segurança da população e a proteção do meio ambiente, conforme estabelecido nas normas técnicas pertinentes. [\(Incluído pela Lei nº 10.932, de 2004\)](#)

Art. 5º. O Poder Público competente poderá complementarmente exigir, em cada loteamento, a reserva de faixa non aedificandi destinada a equipamentos urbanos.

Parágrafo único - Consideram-se urbanos os equipamentos públicos de abastecimento de água, serviços de esgotos, energia elétrica, coletas de águas pluviais, rede telefônica e gás canalizado.

CAPÍTULO III

Do Projeto de Loteamento

Art. 6º. Antes da elaboração do projeto de loteamento, o interessado deverá solicitar à Prefeitura Municipal, ou ao Distrito Federal quando for o caso, que defina as diretrizes para o uso do solo, traçado dos lotes, do sistema viário, dos espaços livres e das áreas reservadas para equipamento urbano e comunitário, apresentando, para este fim, requerimento e planta do imóvel contendo, pelo menos:

I - as divisas da gleba a ser loteada;

II - as curvas de nível à distância adequada, quando exigidas por lei estadual ou municipal;

III - a localização dos cursos d'água, bosques e construções existentes;

IV - a indicação dos arruamentos contíguos a todo o perímetro, a localização das vias de comunicação, das áreas livres, dos equipamentos urbanos e comunitários existentes no local ou em suas adjacências, com as respectivas distâncias da área a ser loteada;

V - o tipo de uso predominante a que o loteamento se destina;

VI - as características, dimensões e localização das zonas de uso contíguas.

Art. 7º. A Prefeitura Municipal, ou o Distrito Federal quando for o caso, indicará, nas plantas apresentadas junto com o requerimento, de acordo com as diretrizes de planejamento estadual e municipal:

I - as ruas ou estradas existentes ou projetada, que compõem o sistema viário da cidade e do município, relacionadas com o loteamento pretendido e a serem respeitadas;

II - o traçado básico do sistema viário principal;

III - a localização aproximada dos terrenos destinados a equipamento urbano e comunitário e das áreas livres de uso público;

IV - as faixas sanitárias do terreno necessárias ao escoamento das águas pluviais e as faixas não edificáveis;

V - a zona ou zonas de uso predominante da área, com indicação dos usos compatíveis.

Parágrafo único. As diretrizes expedidas vigorarão pelo prazo máximo de quatro anos. [\(Redação dada pela Lei nº 9.785, de 1999\)](#)

Art. 8º Os Municípios com menos de cinquenta mil habitantes e aqueles cujo plano diretor contiver diretrizes de urbanização para a zona em que se situe o parcelamento poderão dispensar, por lei, a fase de fixação de diretrizes previstas nos arts. 6º e 7º desta Lei. [\(Redação dada pela Lei nº 9.785, de 1999\)](#)

Art. 9º Orientado pelo traçado e diretrizes oficiais, quando houver, o projeto, contendo desenhos, memorial descritivo e cronograma de execução das obras com duração máxima de quatro anos, será apresentado à Prefeitura Municipal, ou ao Distrito Federal, quando for o caso, acompanhado de certidão atualizada da matrícula da gleba, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis competente, de certidão negativa de tributos municipais e do competente instrumento de garantia, ressalvado o disposto no § 4º do art. 18. [\(Redação dada pela Lei nº 9.785, de 1999\)](#)

§ 1º - Os desenhos conterão pelo menos:

I - a subdivisão das quadras em lotes, com as respectivas dimensões e numeração;

II - o sistema de vias com a respectiva hierarquia;

III - as dimensões lineares e angulares do projeto, com raios, cordas, arcos, pontos de tangência e ângulos centrais das vias;

IV - os perfis longitudinais e transversais de todas as vias de circulação e praças;

V - a indicação dos marcos de alinhamento e nivelamento localizados nos ângulos de curvas e vias projetadas;

VI - a indicação em planta e perfis de todas as linhas de escoamento das águas pluviais.

§ 2º - O memorial descritivo deverá conter, obrigatoriamente, pelo menos:

I - a descrição sucinta do loteamento, com as suas características e a fixação da zona ou zonas de uso predominante;

II - as condições urbanísticas do loteamento e as limitações que incidem sobre os lotes e suas construções, além daquelas constantes das diretrizes fixadas;

III - a indicação das áreas públicas que passarão ao domínio do município no ato de registro do loteamento;

IV - a enumeração dos equipamentos urbanos, comunitários e dos serviços públicos ou de utilidade pública, já existentes no loteamento e adjacências.

§ 3º Caso se constate, a qualquer tempo, que a certidão da matrícula apresentada como atual não tem mais correspondência com os registros e averbações cartorárias do tempo da sua apresentação, além das consequências penais cabíveis, serão consideradas insubsistentes tanto as diretrizes expedidas anteriormente, quanto as aprovações consequentes. [\(Incluído pela Lei nº 9.785, de 1999\)](#)

CAPÍTULO IV

Do Projeto de Desmembramento

Art. 10. Para a aprovação de projeto de desmembramento, o interessado apresentará requerimento à Prefeitura Municipal, ou ao Distrito Federal quando for o caso, acompanhado de certidão atualizada da matrícula da gleba, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis competente, ressalvado o disposto no § 4º do art. 18, e de planta do imóvel a ser desmembrado contendo: [\(Redação dada pela Lei nº 9.785, de 1999\)](#)

I - a indicação das vias existentes e dos loteamentos próximos;

II - a indicação do tipo de uso predominante no local;

III - a indicação da divisão de lotes pretendida na área.

Art. 11. Aplicam-se ao desmembramento, no que couber, as disposições urbanísticas vigentes para as regiões em que se situem ou, na ausência destas, as disposições urbanísticas para os loteamentos. [\(Redação dada pela Lei nº 9.785, de 1999\)](#)

Parágrafo único - O Município, ou o Distrito Federal quando for o caso, fixará os requisitos exigíveis para a aprovação de desmembramento de lotes decorrentes de loteamento cuja destinação da área pública tenha sido inferior à mínima prevista no § 1º do art. 4º desta Lei.

CAPÍTULO V

Da Aprovação do Projeto de Loteamento e Desmembramento

Art. 12. O projeto de loteamento e desmembramento deverá ser aprovado pela Prefeitura Municipal, ou pelo Distrito Federal quando for o caso, a quem compete também a fixação das diretrizes a que aludem os arts. 6º e 7º desta Lei, salvo a exceção prevista no artigo seguinte.

[§ 1º](#) O projeto aprovado deverá ser executado no prazo constante do cronograma de execução, sob pena de caducidade da aprovação. [\(Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012\)](#)

§ 2º [\(Vide Lei nº 12.608, de 2012\)](#)

§ 3º É vedada a aprovação de projeto de loteamento e desmembramento em áreas de risco definidas como não edificáveis, no plano diretor ou em legislação dele derivada. [\(Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012\)](#)

Art. 13. Aos Estados caberá disciplinar a aprovação pelos Municípios de loteamentos e desmembramentos nas seguintes condições: [\(Redação dada pela Lei nº 9.785, de 1999\)](#)

I - quando localizados em áreas de interesse especial, tais como as de proteção aos mananciais ou ao patrimônio cultural, histórico, paisagístico e arqueológico, assim definidas por legislação estadual ou federal;

II - quando o loteamento ou desmembramento localizar-se em área limítrofe do município, ou que pertença a mais de um município, nas regiões metropolitanas ou em aglomerações urbanas, definidas em lei estadual ou federal;

III - quando o loteamento abranger área superior a 1.000.000 m².

Parágrafo único - No caso de loteamento ou desmembramento localizado em área de município integrante de região metropolitana, o exame e a anuência prévia à aprovação do projeto caberão à autoridade metropolitana.

Art. 14. Os Estados definirão, por decreto, as áreas de proteção especial, previstas no inciso I do artigo anterior.

Art. 15. Os Estados estabelecerão, por decreto, as normas a que deverão submeter-se os projetos de loteamento e desmembramento nas áreas previstas no art. 13, observadas as disposições desta Lei.

Parágrafo único - Na regulamentação das normas previstas neste artigo, o Estado procurará atender às exigências urbanísticas do planejamento municipal.

Art. 16. A lei municipal definirá os prazos para que um projeto de parcelamento apresentado seja aprovado ou rejeitado e para que as obras executadas sejam aceitas ou recusadas. ([Redação dada pela Lei nº 9.785, de 1999](#))

§ 1º Transcorridos os prazos sem a manifestação do Poder Público, o projeto será considerado rejeitado ou as obras recusadas, assegurada a indenização por eventuais danos derivados da omissão. ([Incluído pela Lei nº 9.785, de 1999](#))

§ 2º Nos Municípios cuja legislação for omissa, os prazos serão de noventa dias para a aprovação ou rejeição e de sessenta dias para a aceitação ou recusa fundamentada das obras de urbanização. ([Incluído pela Lei nº 9.785, de 1999](#))

Art. 17. Os espaços livres de uso comum, as vias e praças, as áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, constantes do projeto e do memorial descritivo, não poderão ter sua destinação alterada pelo loteador, desde a aprovação do loteamento, salvo as hipóteses de caducidade da licença ou desistência do loteador, sendo, neste caso, observadas as exigências do art. 23 desta Lei.

CAPÍTULO VI

Do Registro do Loteamento e Desmembramento

Art. 18. Aprovado o projeto de loteamento ou de desmembramento, o loteador deverá submetê-lo ao registro imobiliário dentro de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação, acompanhado dos seguintes documentos:

I - título de propriedade do imóvel ou certidão da matrícula, ressalvado o disposto nos §§ 4º e 5º; ([Redação dada pela Lei nº 9.785, de 1999](#))

II - histórico dos títulos de propriedade do imóvel, abrangendo os últimos 20 (vintes anos), acompanhados dos respectivos comprovantes;

III - certidões negativas:

- a) de tributos federais, estaduais e municipais incidentes sobre o imóvel;
- b) de ações reais referentes ao imóvel, pelo período de 10 (dez) anos;
- c) de ações penais com respeito ao crime contra o patrimônio e contra a Administração Pública.

IV - certidões:

- a) dos cartórios de protestos de títulos, em nome do loteador, pelo período de 10 (dez) anos;
- b) de ações pessoais relativas ao loteador, pelo período de 10 (dez) anos;
- c) de ônus reais relativos ao imóvel;
- d) de ações penais contra o loteador, pelo período de 10 (dez) anos.

V - cópia do ato de aprovação do loteamento e comprovante do termo de verificação pela Prefeitura Municipal ou pelo Distrito Federal, da execução das obras exigidas por legislação municipal, que incluirão, no mínimo, a execução das vias de circulação do loteamento, demarcação dos lotes, quadras e logradouros e das obras de escoamento das águas pluviais ou da aprovação de um cronograma, com a duração máxima de quatro anos, acompanhado de competente instrumento de garantia para a execução das obras; [\(Redação dada pela Lei nº 9.785, de 1999\)](#)

VI - exemplar do contrato padrão de promessa de venda, ou de cessão ou de promessa de cessão, do qual constarão obrigatoriamente as indicações previstas no art. 26 desta Lei;

VII - declaração do cônjuge do requerente de que consente no registro do loteamento.

§ 1º - Os períodos referidos nos incisos III, alínea b e IV, alíneas a, e d, tomarão por base a data do pedido de registro do loteamento, devendo todas elas serem extraídas em nome daqueles que, nos mencionados períodos, tenham sido titulares de direitos reais sobre o imóvel.

§ 2º - A existência de protestos, de ações pessoais ou de ações penais, exceto as referentes a crime contra o patrimônio e contra a administração, não impedirá o registro do loteamento se o requerente comprovar que esses protestos ou ações não poderão prejudicar os adquirentes dos lotes. Se o Oficial do Registro de Imóveis julgar insuficiente a comprovação feita, suscitará a dúvida perante o juiz competente.

§ 3º - A declaração a que se refere o inciso VII deste artigo não dispensará o consentimento do declarante para os atos de alienação ou promessa de alienação de lotes, ou de direitos a eles relativos, que venham a ser praticados pelo seu cônjuge.

§ 4º O título de propriedade será dispensado quando se tratar de parcelamento popular, destinado às classes de menor renda, em imóvel declarado de utilidade pública, com processo de desapropriação judicial em curso e imissão provisória na posse, desde que promovido pela União, Estados, Distrito Federal, Municípios ou suas entidades delegadas, autorizadas por lei a implantar projetos de habitação. [\(Incluído pela Lei nº 9.785, de 1999\)](#)

§ 5º No caso de que trata o § 4º, o pedido de registro do parcelamento, além dos documentos mencionados nos incisos V e VI deste artigo, será instruído com cópias autênticas da decisão que tenha concedido a imissão provisória na posse, do decreto de desapropriação, do comprovante de sua publicação na imprensa oficial e, quando formulado por entidades delegadas, da lei de criação e de seus atos constitutivos. [\(Incluído pela Lei nº 9.785, de 1999\)](#)

Art. 19. Examinada a documentação e encontrada em ordem, o Oficial do Registro de Imóveis encaminhará comunicação à Prefeitura e fará publicar, em resumo e com pequeno desenho de localização da área, edital do pedido de registro em 3 (três) dias consecutivos, podendo este ser impugnado no prazo de 15 (quinze) dias contados da data da última publicação.

§ 1º - Findo o prazo sem impugnação, será feito imediatamente o registro. Se houver impugnação de terceiros, o Oficial do Registro de Imóveis intimará o requerente e a Prefeitura Municipal, ou o Distrito Federal quando for o caso, para que sobre ela se manifestem no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento do processo. Com tais manifestações o processo será enviado ao juiz competente para decisão.

§ 2º - Ouvido o Ministério Público no prazo de 5 (cinco) dias, o juiz decidirá de plano ou após instrução sumária, devendo remeter ao interessado as vias ordinárias caso a matéria exija maior indagação.

§ 3º - Nas capitais, a publicação do edital se fará no Diário Oficial do Estado e num dos jornais de circulação diária. Nos demais municípios, a publicação se fará apenas num dos jornais locais, se houver, ou, não havendo, em jornal da região.

§ 4º - O Oficial do Registro de Imóveis que efetuar o registro em desacordo com as exigências desta Lei ficará sujeito a multa equivalente a 10 (dez) vezes os emolumentos regimentais fixados para o registro, na época em que for aplicada a penalidade pelo juiz corregedor do cartório, sem prejuízo das sanções penais e administrativas cabíveis.

§ 5º - Registrado o loteamento, o Oficial de Registro comunicará, por certidão, o seu registro à Prefeitura.

Art. 20. O registro do loteamento será feito, por extrato, no livro próprio.

Parágrafo único - No Registro de Imóveis far-se-á o registro do loteamento, com uma indicação para cada lote, a averbação das alterações, a abertura de ruas e praças e as áreas destinadas a espaços livres ou a equipamentos urbanos.

Art. 21. Quando a área loteada estiver situada em mais de uma circunscrição imobiliária, o registro será requerido primeiramente perante aquela em que estiver localizada a maior parte da área loteada. Procedido o registro nessa circunscrição, o interessado requererá, sucessivamente, o registro do loteamento em cada uma das demais, comprovando perante cada qual o registro efetuado na anterior, até que o loteamento seja registrado em todas. Denegado registro em qualquer das circunscrições, essa decisão será comunicada, pelo Oficial do Registro de Imóveis, às demais para efeito de cancelamento dos registros feitos, salvo se ocorrer a hipótese prevista no § 4º deste artigo.

§ 2º - É defeso ao interessado processar simultaneamente, perante diferentes circunscrições, pedidos de registro do mesmo loteamento, sendo nulos os atos praticados com infração a esta norma.

§ 3º - Enquanto não procedidos todos os registros de que trata este artigo, considerar-se-á o loteamento como não registrado para os efeitos desta Lei.

§ 4º - O indeferimento do registro do loteamento em uma circunscrição não determinará o cancelamento do registro procedido em outra, se o motivo do indeferimento naquela não se estender à área situada sob a competência desta, e desde que o interessado requeira a manutenção do registro obtido, submetido o remanescente do loteamento a uma aprovação prévia perante a Prefeitura Municipal, ou o Distrito Federal quando for o caso.

Art. 22. Desde a data de registro do loteamento, passam a integrar o domínio do Município as vias e praças, os espaços livres e as áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, constantes do projeto e do memorial descritivo.

Parágrafo único. Na hipótese de parcelamento do solo implantado e não registrado, o Município poderá requerer, por meio da apresentação de planta de parcelamento elaborada pelo loteador ou aprovada pelo Município e de declaração de que o parcelamento se encontra implantado, o registro das áreas destinadas a uso público, que passarão dessa forma a integrar o seu domínio. [\(Incluído pela Lei nº 12.424, de 2011\)](#)

Art. 23. O registro do loteamento só poderá ser cancelado:

I - por decisão judicial;

II - a requerimento do loteador, com anuência da Prefeitura, ou do Distrito Federal quando for o caso, enquanto nenhum lote houver sido objeto de contrato;

III - a requerimento conjunto do loteador e de todos os adquirentes de lotes, com anuência da Prefeitura, ou do Distrito Federal quando for o caso, e do Estado.

§ 1º - A Prefeitura e o Estado só poderão se opor ao cancelamento se disto resultar inconveniente comprovado para o desenvolvimento urbano ou se já se tiver realizado qualquer melhoramento na área loteada ou adjacências.

§ 2º - Nas hipóteses dos incisos II e III, o Oficial do Registro de Imóveis fará publicar, em resumo, edital do pedido de cancelamento, podendo este ser impugnado no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da última publicação. Findo esse prazo, com ou sem impugnação, o processo será remetido ao juiz competente para homologação do pedido de cancelamento, ouvido o Ministério Público.

§ 3º - A homologação de que trata o parágrafo anterior será precedida de vistoria judicial destinada a comprovar a inexistência de adquirentes instalados na área loteada.

Art. 24. O processo de loteamento e os contratos de depositados em Cartório poderão ser examinados por qualquer pessoa, a qualquer tempo, independentemente do pagamento de custas ou emolumentos, ainda que a título de busca.

CAPÍTULO VII

Dos Contratos

Art. 25. São irrevogáveis os compromissos de compra e venda, cessões e promessas de cessão, os que atribuam direito a adjudicação compulsória e, estando registrados, confirmam direito real oponível a terceiros.

Art. 26. Os compromissos de compra e venda, as cessões ou promessas de cessão poderão ser feitos por escritura pública ou por instrumento particular, de acordo com o modelo depositado na forma do inciso VI do art. 18 e conterão, pelo menos, as seguintes indicações:

I - nome, registro civil, cadastro fiscal no Ministério da Fazenda, nacionalidade, estado civil e residência dos contratantes;

II - denominação e situação do loteamento, número e data da inscrição;

III - descrição do lote ou dos lotes que forem objeto de compromissos, confrontações, área e outras características;

IV - preço, prazo, forma e local de pagamento bem como a importância do sinal;

V - taxa de juros incidentes sobre o débito em aberto e sobre as prestações vencidas e não pagas, bem como a cláusula penal, nunca excedente a 10% (dez por cento) do débito e só exigível nos casos de intervenção judicial ou de mora superior a 3 (três) meses;

VI - indicação sobre a quem incumbe o pagamento dos impostos e taxas incidentes sobre o lote compromissado;

VII - declaração das restrições urbanísticas convencionais do loteamento, supletivas da legislação pertinente.

§ 1º O contrato deverá ser firmado em 3 (três) vias ou extraídas em 3 (três) traslados, sendo um para cada parte e o terceiro para arquivo no registro imobiliário, após o registro e anotações devidas.

§ 2º Quando o contrato houver sido firmado por procurador de qualquer das partes, será obrigatório o arquivamento da procuração no registro imobiliário.

§ 3º Admite-se, nos parcelamentos populares, a cessão da posse em que estiverem provisoriamente imitidas a União, Estados, Distrito Federal, Municípios e suas entidades delegadas, o que poderá ocorrer por instrumento particular, ao qual se atribui, para todos os fins de direito, caráter de escritura pública, não se aplicando a disposição do inciso II do art. 134 do Código Civil. [\(Incluído pela Lei nº 9.785, de 1999\)](#)

§ 4º A cessão da posse referida no § 3º, cumpridas as obrigações do cessionário, constitui crédito contra o expropriante, de aceitação obrigatória em garantia de contratos de financiamentos habitacionais. [\(Incluído pela Lei nº 9.785, de 1999\)](#)

§ 5º Com o registro da sentença que, em processo de desapropriação, fixar o valor da indenização, a posse referida no § 3º converter-se-á em propriedade e a sua cessão, em compromisso de compra e venda ou venda e compra, conforme haja obrigações a cumprir ou estejam elas cumpridas, circunstância que, demonstradas ao Registro de Imóveis, serão averbadas na matrícula relativa ao lote. [\(Incluído pela Lei nº 9.785, de 1999\)](#)

§ 6º Os compromissos de compra e venda, as cessões e as promessas de cessão valerão como título para o registro da propriedade do lote adquirido, quando acompanhados da respectiva prova de quitação. [\(Incluído pela Lei nº 9.785, de 1999\)](#)

Art. 27. Se aquele que se obrigou a concluir contrato de promessa de venda ou de cessão não cumprir a obrigação, o credor poderá notificar o devedor para outorga do contrato ou oferecimento de

impugnação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de proceder-se ao registro de pré-contrato, passando as relações entre as partes a serem regidas pelo contrato-padrão.

§ 1º Para fins deste artigo, terão o mesmo valor de pré-contrato a promessa de cessão, a proposta de compra, a reserva de lote ou qualquer, outro instrumento, do qual conste a manifestação da vontade das partes, a indicação do lote, o preço e modo de pagamento, e a promessa de contratar.

§ 2º O registro de que trata este artigo não será procedido se a parte que o requereu não comprovar haver cumprido a sua prestação, nem a oferecer na forma devida, salvo se ainda não exigível.

§ 3º Havendo impugnação daquele que se comprometeu a concluir o contrato, observar-se-á o disposto nos arts. 639 e 640 do Código de Processo Civil.

Art. 28. Qualquer alteração ou cancelamento parcial do loteamento registrado dependerá de acordo entre o loteador e os adquirentes de lotes atingidos pela alteração, bem como da aprovação pela Prefeitura Municipal, ou do Distrito Federal quando for o caso, devendo ser depositada no Registro de Imóveis, em complemento ao projeto original com a devida averbação.

Art. 29. Aquele que adquirir a propriedade loteada mediante ato inter vivos, ou por sucessão causa mortis, sucederá o transmitente em todos os seus direitos e obrigações, ficando obrigado a respeitar os compromissos de compra e venda ou as promessas de cessão, em todas as suas cláusulas, sendo nula qualquer disposição em contrário, ressalvado o direito do herdeiro ou legatário de renunciar à herança ou ao legado.

Art. 30. A sentença declaratória de falência ou da insolvência de qualquer das partes não rescindir os contratos de compromisso de compra e venda ou de promessa de cessão que tenham por objeto a área loteada ou lotes da mesma. Se a falência ou insolvência for do proprietário da área loteada ou do titular de direito sobre ela, incumbirá ao síndico ou ao administrador dar cumprimento aos referidos contratos; se do adquirente do lote, seus direitos serão levados à praça.

Art. 31. O contrato particular pode ser transferido por simples trespasse, lançado no verso das vias em poder das partes, ou por instrumento em separado, declarando-se o número do registro do loteamento, o valor da cessão e a qualificação do cessionário, para o devido registro.

§ 1º A cessão independe da anuência do loteador mas, em relação a este, seus efeitos só se produzem depois de cientificado, por escrito, pelas partes ou quando registrada a cessão.

§ 2º - Uma vez registrada a cessão, feita sem anuência do loteador, o Oficial do Registro dar-lhe-á ciência, por escrito, dentro de 10 (dez) dias.

Art. 32. Vencida e não paga a prestação, o contrato será considerado rescindido 30 (trinta) dias depois de constituído em mora o devedor.

§ 1º Para os fins deste artigo o devedor-adquirente será intimado, a requerimento do credor, pelo Oficial do Registro de Imóveis, a satisfazer as prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, os juros convencionados e as custas de intimação.

§ 2º Purgada a mora, convalescerá o contrato.

§ 3º - Com a certidão de não haver sido feito o pagamento em cartório, o vendedor requererá ao Oficial do Registro o cancelamento da averbação.

Art. 33. Se o credor das prestações se recusar recebê-las ou furtar-se ao seu recebimento, será constituído em mora mediante notificação do Oficial do Registro de Imóveis para vir receber as importâncias depositadas pelo devedor no próprio Registro de Imóveis. Decorridos 15 (quinze) dias após o recebimento da intimação, considerar-se-á efetuado o pagamento, a menos que o credor impugne o depósito e, alegando inadimplemento do devedor, requeira a intimação deste para os fins do disposto no art. 32 desta Lei.

Art. 34. Em qualquer caso de rescisão por inadimplemento do adquirente, as benfeitorias necessárias ou úteis por ele levadas a efeito no imóvel deverão ser indenizadas, sendo de nenhum efeito qualquer disposição contratual em contrário.

Parágrafo único - Não serão indenizadas as benfeitorias feitas em desconformidade com o contrato ou com a lei.

Art. 35. Ocorrendo o cancelamento do registro por inadimplemento do contrato e tendo havido o pagamento de mais de 1/3 (um terço) do preço ajustado, o Oficial do Registro de Imóveis mencionará este fato no ato do cancelamento e a quantia paga; somente será efetuado novo registro relativo ao mesmo lote, se for comprovada a restituição do valor pago pelo vendedor ao titular do registro cancelado, ou mediante depósito em dinheiro à sua disposição junto ao Registro de Imóveis.

§ 1º Ocorrendo o depósito a que se refere este artigo, o Oficial do Registro de Imóveis intimará o interessado para vir recebê-lo no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de ser devolvido ao depositante.

§ 2º No caso de não se encontrado o interessado, o Oficial do Registro de Imóveis depositará quantia em estabelecimento de crédito, segundo a ordem prevista no inciso I do art. 666 do Código de Processo Civil, em conta com incidência de juros e correção monetária.

Art. 36. O registro do compromisso, cessão ou promessa de cessão só poderá ser cancelado:

- I - por decisão judicial;
- II - a requerimento conjunto das partes contratantes;
- III - quando houver rescisão comprovada do contrato.

CAPÍTULO VIII

Disposições Gerais

Art. 37. É vedado vender ou prometer vender parcela de loteamento ou desmembramento não registrado.

Art. 38. Verificado que o loteamento ou desmembramento não se acha registrado ou regularmente executado ou notificado pela Prefeitura Municipal, ou pelo Distrito Federal quando for o caso, deverá o adquirente do lote suspender o pagamento das prestações restantes e notificar o loteador para suprir a falta.

§ 1º Ocorrendo a suspensão do pagamento das prestações restantes, na forma do caput deste artigo, o adquirente efetuará o depósito das prestações devidas junto ao Registro de Imóveis competente, que as depositará em estabelecimento de crédito, segundo a ordem prevista no inciso I do art. 666 do Código de Processo Civil, em conta com incidência de juros e correção monetária, cuja movimentação dependerá de prévia autorização judicial.

§ 2º A Prefeitura Municipal, ou o Distrito Federal quando for o caso, ou o Ministério Público, poderá promover a notificação ao loteador prevista no caput deste artigo.

§ 3º Regularizado o loteamento pelo loteador, este promoverá judicialmente a autorização para levantar as prestações depositadas, com os acréscimos de correção monetária e juros, sendo necessária a citação da Prefeitura, ou do Distrito Federal quando for o caso, para integrar o processo judicial aqui previsto, bem como audiência do Ministério Público.

§ 4º Após o reconhecimento judicial de regularidade do loteamento, o loteador notificará os adquirentes dos lotes, por intermédio do Registro de Imóveis competente, para que passem a pagar diretamente as prestações restantes, a contar da data da notificação.

§ 5º No caso de o loteador deixar de atender à notificação até o vencimento do prazo contratual, ou quando o loteamento ou desmembramento for regularizado pela Prefeitura Municipal, ou pelo Distrito Federal quando for o caso, nos termos do art. 40 desta Lei, o loteador não poderá, a qualquer título, exigir o recebimento das prestações depositadas.

Art. 39. Será nula de pleno direito a cláusula de rescisão de contrato por inadimplemento do adquirente, quando o loteamento não estiver regularmente inscrito.

Art. 40. A Prefeitura Municipal, ou o Distrito Federal quando for o caso, se desatendida pelo loteador a notificação, poderá regularizar loteamento ou desmembramento não autorizado ou executado sem observância das determinações do ato administrativo de licença, para evitar lesão aos seus padrões de desenvolvimento urbano e na defesa dos direitos dos adquirentes de lotes.

§ 1º A Prefeitura Municipal, ou o Distrito Federal quando for o caso, que promover a regularização, na forma deste artigo, obterá judicialmente o levantamento das prestações depositadas, com os respectivos acréscimos de correção monetária e juros, nos termos do § 1º do art. 38 desta Lei, a título de ressarcimento das importâncias despendidas com equipamentos urbanos ou expropriações necessárias para regularizar o loteamento ou desmembramento.

§ 2º As importâncias despendidas pela Prefeitura Municipal, ou pelo Distrito Federal quando for o caso, para regularizar o loteamento ou desmembramento, caso não sejam integralmente ressarcidas conforme o disposto no parágrafo anterior, serão exigidas na parte faltante do loteador, aplicando-se o disposto no art. 47 desta Lei.

§ 3º No caso de o loteador não cumprir o estabelecido no parágrafo anterior, a Prefeitura Municipal, ou o Distrito Federal quando for o caso, poderá receber as prestações dos adquirentes, até o valor devido.

§ 4º A Prefeitura Municipal, ou o Distrito Federal quando for o caso, para assegurar a regularização do loteamento ou desmembramento, bem como o ressarcimento integral de importâncias despendidas, ou a despesa, poderá promover judicialmente os procedimentos cautelares necessários aos fins colimados.

§ 5º A regularização de um parcelamento pela Prefeitura Municipal, ou Distrito Federal, quando for o caso, não poderá contrariar o disposto nos arts. 3º e 4º desta Lei, ressalvado o disposto no § 1º desse último. [Incluído pela Lei nº 9.785, de 1999](#)

Art. 41. Regularizado o loteamento ou desmembramento pela Prefeitura Municipal, ou pelo Distrito Federal quando for o caso, o adquirente do lote, comprovando o depósito de todas as prestações do preço avençado, poderá obter o registro, de propriedade do lote adquirido, valendo para tanto o compromisso de venda e compra devidamente firmado.

Art. 42. Nas desapropriações não serão considerados como loteados ou loteáveis, para fins de indenização, os terrenos ainda não vendidos ou compromissados, objeto de loteamento ou desmembramento não registrado.

Art. 43. Ocorrendo a execução de loteamento não aprovado, a destinação de áreas públicas exigidas no inciso I do art. 4º desta Lei não se poderá alterar sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas, civis e criminais previstas.

Parágrafo único. Neste caso, o loteador ressarcirá a Prefeitura Municipal ou o Distrito Federal quando for o caso, em pecúnia ou em área equivalente, no dobro da diferença entre o total das áreas públicas exigidas e as efetivamente destinadas. [\(Incluído pela Lei nº 9.785, de 1999\)](#)

Art. 44. O Município, o Distrito Federal e o Estado poderão expropriar áreas urbanas ou de expansão urbana para reloteamento, demolição, reconstrução e incorporação, ressalvada a preferência dos expropriados para a aquisição de novas unidades.

Art. 45. O loteador, ainda que já tenha vendido todos os lotes, ou os vizinhos, são partes legítimas para promover ação destinada a impedir construção em desacordo com restrições legais ou contratuais.

Art. 46. O loteador não poderá fundamentar qualquer ação ou defesa na presente Lei sem apresentação dos registros e contratos a que ela se refere.

Art. 47. Se o loteador integrar grupo econômico ou financeiro, qualquer pessoa física ou jurídica desse grupo, beneficiária de qualquer forma do loteamento ou desmembramento irregular, será solidariamente responsável pelos prejuízos por ele causados aos compradores de lotes e ao Poder Público.

Art. 48. O foro competente para os procedimentos judiciais previstos nesta Lei será o da comarca da situação do lote.

Art. 49. As intimações e notificações previstas nesta Lei deverão ser feitas pessoalmente ao intimado ou notificado, que assinará o comprovante do recebimento, e poderão igualmente ser promovidas por meio dos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Comarca da situação do imóvel ou do domicílio de quem deva recebê-las.

§ 1º Se o destinatário se recusar a dar recibo ou se furtar ao recebimento, ou se for desconhecido o seu paradeiro, o funcionário incumbido da diligência informará esta circunstância ao Oficial competente que a certificará, sob sua responsabilidade.

§ 2º Certificada a ocorrência dos fatos mencionados no parágrafo anterior, a intimação ou notificação será feita por edital na forma desta Lei, começando o prazo a correr 10 (dez) dias após a última publicação.

CAPÍTULO IX

Disposições Penais

Art. 50. Constitui crime contra a Administração Pública.

I - dar início, de qualquer modo, ou efetuar loteamento ou desmembramento do solo para fins urbanos, sem autorização do órgão público competente, ou em desacordo com as disposições desta Lei ou das normas pertinentes do Distrito Federal, Estados e Municípios;

II - dar início, de qualquer modo, ou efetuar loteamento ou desmembramento do solo para fins urbanos sem observância das determinações constantes do ato administrativo de licença;

III - fazer ou veicular em proposta, contrato, prospecto ou comunicação ao público ou a interessados, afirmação falsa sobre a legalidade de loteamento ou desmembramento do solo para fins urbanos, ou ocultar fraudulentamente fato a ele relativo.

Pena: Reclusão, de 1(um) a 4 (quatro) anos, e multa de 5 (cinco) a 50 (cinquenta) vezes o maior salário mínimo vigente no País.

Parágrafo único - O crime definido neste artigo é qualificado, se cometido.

I - por meio de venda, promessa de venda, reserva de lote ou quaisquer outros instrumentos que manifestem a intenção de vender lote em loteamento ou desmembramento não registrado no Registro de Imóveis competente.

II - com inexistência de título legítimo de propriedade do imóvel loteado ou desmembrado, ressalvado o disposto no art. 18, §§ 4º e 5º, desta Lei, ou com omissão fraudulenta de fato a ele relativo, se o fato não constituir crime mais grave. [\(Redação dada pela Lei nº 9.785, de 1999\)](#)

Pena: Reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa de 10 (dez) a 100 (cem) vezes o maior salário mínimo vigente no País.

Art. 51. Quem, de qualquer modo, concorra para a prática dos crimes previstos no artigo anterior desta Lei incide nas penas a estes cominadas, considerados em especial os atos praticados na qualidade de mandatário de loteador, diretor ou gerente de sociedade.

Parágrafo único. (VETADO) [\(Incluído pela Lei nº 9.785, de 1999\)](#)

Art. 52. Registrar loteamento ou desmembramento não aprovado pelos órgãos competentes, registrar o compromisso de compra e venda, a cessão ou promessa de cessão de direitos, ou efetuar registro de contrato de venda de loteamento ou desmembramento não registrado.

Pena: Detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa de 5 (cinco) a 50 (cinquenta) vezes o maior salário mínimo vigente no País, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

CAPÍTULO X

Disposições Finais

Art. 53. Todas as alterações de uso do solo rural para fins urbanos dependerão de prévia audiência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, do Órgão Metropolitano, se houver, onde se localiza o Município, e da aprovação da Prefeitura municipal, ou do Distrito Federal quando for o caso, segundo as exigências da legislação pertinente.

Art. 53-A. São considerados de interesse público os parcelamentos vinculados a planos ou programas habitacionais de iniciativa das Prefeituras Municipais e do Distrito Federal, ou entidades autorizadas por lei, em especial as regularizações de parcelamentos e de assentamentos. [\(Incluído pela Lei nº 9.785, de 1999\)](#)

Parágrafo único. Às ações e intervenções de que trata este artigo não será exigível documentação que não seja a mínima necessária e indispensável aos registros no cartório competente, inclusive sob a forma de certidões, vedadas as exigências e as sanções pertinentes aos particulares, especialmente aquelas

que visem garantir a realização de obras e serviços, ou que visem prevenir questões de domínio de glebas, que se presumirão asseguradas pelo Poder Público respectivo. [\(Incluído pela Lei nº 9.785, de 1999\)](#)

Art. 54. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 55. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 19 de dezembro de 1979; 158º da Independência e 91º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Petrônio Portella

Angelo Amaury Stábile

Mário David Andreazza

Este texto não substitui o publicado no DOU de 20.12.1979

Anexo 4. Fonte: Acessível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6766compilado.htm [Acedido em: 29/11/ 2012].

Anexo. 5 – Agências de viagem – “Pacotes” de viagem comercializados para “conhecer” as praias do litoral de Alagoas



Registre-se ou faça o seu login.

Atendimento Seus Pedidos Nossas Lojas

f t +

TELEVENDAS : 3003-6282

PASSAGEM + HOTEL PACOTES CVC PASSAGENS AÉREAS HOTÉIS RESORTS CRUZEIROS VALE VIAGEM LISTA DE CASAMENTO FÉRIAS NOVO GUIA DE DESTINOS

ENCONTRE A SUA VIAGEM COM A CVC

PASSAGEM + HOTEL

HOTÉIS

PASSAGENS

PACOTES CVC

IDA E VOLTA

Saindo de: Indo para:

PARTINDO: VOLTANDO:

VOOS DIRETOS

QUARTOS: 1 QUARTO 1 ADULTOS: 2 CRIANÇAS: 0

BUSCAR

COM A CVC

a você viajar com apoio total, sem juros e sem entrada

a partir de 10x R\$ 88,

COMPRE AGORA!

SALDÃO DE VIAGENS

COMPRE PELO TEL OU NA LOJA MAIS

Publicado em 08/12/2013 às 13:00.1 por pessoa(s) e disponível a

PORTO SEGURO

10x R\$ 58,

20% DESCONTO

COMPRE AGORA!

DÓLAR MAIS BARATO

É NA CVC!

R\$ 1,99 CONFIRA!

RECEBA NOSSAS OFERTAS POR E-MAIL

Fique por dentro das promoções.

*NOME:

*E-MAIL:

ASSINAR E-MAIL

Já sou cliente de uma loja física CVC

Pacotes de Viagem Nacionais Mais Procurados

PACOTE PARA SALVADOR a partir de 10x de R\$ 57

PACOTE PARA MACEIÓ a partir de 10x de R\$ 63

PACOTE PARA ARACAJU a partir de 10x de R\$ 77

Destaques CVC

Pacote para Curitiba a partir de 10x de R\$ 59

Pacote para Porto Alegre a partir de 10x de R\$ 82

Pacote para Balneário Camboriú a partir de 10x de R\$ 84

Pacote para Recife a partir de 10x de R\$ 84

Pacote para João Pessoa a partir de 10x de R\$ 92

Pacote para Montevideu a partir de 10x de R\$ 118

Pacote para Orlando a partir de 10x de R\$ 273

Pacote para Paris a partir de 10x de R\$ 338

Pacote para Punta Cana a partir de 10x de R\$ 297

Pacotes de Viagem Internacionais Mais Procurados

PACOTE PARA LIMA a partir de 10x de R\$ 163

PACOTE PARA LONDRES a partir de 10x de R\$ 415

PACOTE PARA SAN FRANCISCO a partir de 10x de R\$ 435

Melhores Ofertas em Pacotes de Viagem

PACOTE PARA

PACOTE PARA RIO DE

PACOTE PARA FOZ DO

Dia a Dia

1º dia – Maceió Chegada ao aeroporto, recepção da equipe CVC e traslado até o hotel escolhido.

2º dia – Maceió Após café da manhã, saída para passeio panorâmico aos principais pontos turísticos de Maceió e ao Litoral Sul. Maceió visita ao histórico bairro de Jaraguá, Catedral Nossa Senhora dos Prazeres, Igreja de São Gonçalo, Praça Floriano Peixoto, Palácio do Governo, Igreja do Bom Jesus dos Martírios, Academia Alagoana de Letras, Praça Deodoro e Teatro Deodoro.

Parada para fotografias no mirante de São Gonçalo e visita às principais praias Jatiúca, Ponta Verde e Pajuçara e ao Centro de Artesanato. Litoral sul e passeio às principais praias e manguezais da ilha de Santa Rita e a fantástica Praia do Francês. Tempo livre para tomar banho de mar, retorno ao hotel no final da tarde.

Observação - A ordem destes passeios pode ser alterada para melhor aproveitamento devido a maré.

3º dia – Maceió Dia livre para atividades independentes. Sugere-se passeio que dura o dia inteiro pela Praia de Paripueira. A Costa dos Corais abriga o Parque Municipal Marinho, considerado o primeiro do Brasil. Essa é uma área de preservação do peixe-boi e a segunda maior concentração de piscinas naturais e bancos de corais do mundo. O local oferece passeio opcional às piscinas naturais com acompanhamento de biólogo e hidroaeróbica no mar. Retorno ao hotel no final da tarde.

4º dia – Maceió Dia livre para atividades independentes. Sugere-se passeio que dura o dia inteiro até as Dunas de Marapé (Duas Barras). Após o café da manhã, saída com destino ao município de Jequiá da Praia. A travessia será feita de barco até o complexo turístico Dunas de Marapé, localizado entre o rio e o mar. Visita ao mirante, onde serão servidos coquetéis de frutas regionais de boas-vindas e, em seguida, caminhada até as belas falésias e praias paradisíacas. Retorno ao hotel no final da tarde.

5º dia – Maceió Dia livre para atividades independentes. Sugere-se passeio de dia inteiro a Foz do Rio São Francisco. Após o café da manhã, saída com a primeira parada no município de Piaçabuçu, no extremo sul do estado. Embarque nas escunas, navegando por cerca de 40 minutos no 'Velho Chico' até chegar a sua foz. Será possível fazer uma caminhada sobre as dunas e depois com o deslize e a queda nas águas do rio. O local é área de preservação da tartaruga marinha e pouso das aves migratórias. Retorno ao hotel no final da tarde.

6º dia – Maceió Dia livre para atividades independentes. A sugestão são os passeios que duram o dia todo para a Praia de Maragogi ou Ilha da Crôa. Após o café da manhã, saída com destino ao extremo norte de Alagoas, região da Costa Dourada. Praia de Maragogi, umas das praias mais famosas do Estado. O pontal de Maragogi, localizado no Sítio Burgalhau, além da tranquilidade e da beleza, oferece total infraestrutura de apoio como redários, artesanatos, piscina, restaurante e passeio opcional até as piscinas naturais (galés), localizadas a 6 quilômetros da costa.

Retorno ao hotel no final da tarde. Após o café da manhã saída destino Ilha da Crôa ao litoral norte do Estado até a cidade de Barra de Santo Antonio, que é banhada pelo rio do mesmo nome. Haverá uma parada no Restaurante Estrela Azul, dotado de total infraestrutura. Travessia opcional de barco até a ilha, que também oferece estrutura de apoio e caminhada com acompanhamento de biólogos. Retorno ao hotel no final da tarde.

7º dia – Maceió Dia livre para atividades independentes. Sugere-se o passeio de Saveiro até a Praia do Gunga, que dura o dia todo. Após o café da manhã, saída em direção a Barra de São Miguel, onde embarcará em escuna, navegando no Rio São Miguel até chegar a famosa praia do Gunga, eleita entre as 10 mais belas do Brasil. Tempo livre para banho de rio e mar, além de caminhadas até as falésias. Retorno ao hotel no final da tarde.

8º dia – Maceió Em horário determinado traslado ao aeroporto para embarque com destino a cidade de origem

Anexo. 5 - Fonte: Disponível em: www.cvc.com.br [Acedido em: Outubro de 2013]

Anexo. 6 – Acúmulo de lixo na Praia do Francês



26/09/2011 - 09:23

Ação Ambiental do CBM/AL retira quilos de lixo da praia Francês

ALÉM DE TORNAR A PRAIA SUJA, O LIXO É A CAUSA DO GRANDE NÚMERO DE MORTES DE ANIMAIS MARINHOS, EM ESPECIAL AS TARTARUGAS

Mergulhadores do Corpo de Bombeiros Militar de Alagoas (CBMAL) participaram de um mutirão de limpeza na Praia do Francês, no município de Marechal Deodoro/AL. A "faxina" aconteceu neste sábado, 24, em parceria com o Instituto Salsa de Praia - idealizador do mutirão - e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente daquele município. Com a ação, o CBMAL contribui para a preservação ambiental e sobrevivência das espécies marinhas.

O mutirão de limpeza é formado por voluntários e é feito em comemoração ao Dia Mundial da Limpeza de Rios e Praias, que aconteceu no dia 18 de setembro. Bombeiros, estudantes da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e do Instituto Federal de Alagoas (IFAL), crianças do Instituto Salsa de Praia, biólogos, ambientalistas e comunidades do Francês. Ao todo, foram aproximadamente 250 voluntários que atuaram no recolhimento do lixo das areias e do fundo do mar.

Pouco menos de duas horas de mergulho. Esse foi o tempo que a equipe de dez mergulhadores, comandada pelo capitão bombeiro militar Francisco Leopardi, precisou para recolher uma grande quantidade de lixo alojada, principalmente, nos corais.

Além do capitão, a equipe era formada pelo aspirante a oficial Oliveira; pelos sargentos Nicolas, Hess e Izrael; pelos cabos Pinho e Sitônio; e pelos soldados Edson, Flávio Roberto e Jhonathan. O capitão destacou o trabalho de sua equipe: "são militares preparados para qualquer tipo de serviço", afirmou.

Para Aliete Bezerra, bióloga e coordenadora do Instituto Salsa de Praia, a participação dos bombeiros é fundamental para o sucesso da limpeza: "apenas os mergulhadores fazem a limpeza subaquática. Infelizmente, existe muito lixo embaixo d'água e sem o trabalho dos bombeiros seria inviável realizar o recolhimento de lixo do fundo do mar", declarou. A bióloga também falou da importância de conscientização: "Sabemos que a quantidade retirada da praia é pequena diante do volume de lixo que existe em nossas praias, mas o trabalho de conscientização dos frequentadores da praia é mais importante".

Além de tornar a praia suja, o lixo é a causa do grande número de mortes de animais marinhos, em especial as tartarugas: "muito plástico é encontrado no organismo desses animais. Eles confundem o plástico com algas marinhas, principal alimento da espécie", declarou a bióloga. A decomposição do plástico na natureza é de aproximadamente 450 anos.

Assessoria

Mergulhadores dos Bombeiros retiram quilos de lixo da praia do Francês em apenas duas horas de trabalho





Ação foi um atrabalho conjunto do CBM...

Para a gaúcha Carla Cerqueira, publicitária de férias em Alagoas, a importância do mutirão de limpeza vai além da preservação ambiental. Atinge também o turismo: "uma praia limpa atrai os turistas gerando renda para o município. É uma ação inteligente que conquista o turista. Com certeza, voltarei ao Francês", declarou. A publicitária ainda destacou a importância do trabalho dos bombeiros: "fico feliz de saber que os mergulhadores também atuam na preservação ambiental se preocupando com a saúde das praias".

Porém, ainda existe uma cultura ruim do brasileiro de que se pode sujar porque há trabalhadores que atuam na limpeza. "Se cada um limpasse o que sujasse a história era outra", pelo menos é o que afirma o mergulhador e soldado bombeiro militar Jhonathan Gomes. Em 2009 foram mais de 450 quilos de lixo retirados da praia do Francês. Este ano, o número saltou para três toneladas. Uma situação alarmante. Outro fator preocupante é a variedade de lixo: até lixo hospitalar, como seringas com agulhas, foi encontrado. Um risco enorme para os frequentadores da praia.

Após o recolhimento, o lixo passa por uma triagem onde é quantificado e qualificado. Em seguida, é feita a pesagem pela Viva Ambiental. Quando o lixo não é usado para reciclagem, é transformado em esculturas pela artista plástica e coordenadora do projeto "Reaproveitar para viver melhor", Denise dos Santos: "o que não pode é deixar o lixo nas praias", disse.

Assessoria CBM/AL

Anexo 6 - Fonte: Primeira Edição. Acessível: <http://www.primeiraedicao.com.br/noticias>. [Acedido em: 22/01/2013].

Anexo. 7 – Matérias de jornais desde a década de 1980, a denunciar a contaminação do Complexo Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba (CELMM)

Matéria: O Fundo das Lagoas | Plínio Lins – TNH1 – O portal de notícias de Alagoas

Primeira Página Últimas Notícias Brasil Concursos Economia Esporte Interior Maceió Mundo Polícia Política TNH1 TV



Plínio Lins
09/01/2012 O fundo das lagoas

[Tweeter](#) 0

Uma emenda da bancada de Alagoas, já aprovada no Orçamento Federal de 2012, destina cerca de R\$ 30 milhões para o desassoreamento das lagoas Mundaú e Manguaba. É um serviço urgente, para ontem, está atrasado de muitos anos. Imaginem, na enchente de 2010, como ficaram os rios Mundaú e Paraíba, transformados pela carga d'água em dois imensos vagalhões furiosos que levaram de roldão tudo que encontraram pelo caminho. Casas inteiras – centenas delas –, pneus, veículos, árvores, carroças, animais, móveis, até escombros de escolas e hospitais destruídos, nada escapou da fúria das águas e foi levado rio abaixo – para ser despejado onde? Nas lagoas, onde os dois rios desagüam. E mais lama, barro e areia num volume imenso. Fora o que vem sendo depositado em tempos normais, a terra que os dois rios, dia e noite, levam para as lagoas mesmo em períodos de águas mansas. Está tudo depositado ali, no fundo das lagoas. O resultado é que elas ficam mais rasas, assoreadas. O canal da barra, que leva para o mar o excesso de água da Mundaú, também está assoreado e faz tempo que não recebe uma boa dragagem. Se vier uma nova chuva forte e os rios despejarem outro grande volume de água nas lagoas, elas transbordam e inundam o que estiver ao redor. Cidades como Coqueiro Seco, Santa Luzia e Maceió ficam expostas a riscos sérios. O assoreamento também prejudica as populações que dependem das lagoas para a pesca, a cata do sururu e outras atividades. Aliás, é impressionante a virilidade dessas nossas duas lagoas. Mesmo com a carga brutal de agressões que sofrem do homem e da própria natureza (no caso das chuvas), a Mundaú e a Manguaba resistem e produzem. Deve ser por causa dos manguezais preservados que ainda existem no seu contorno e são verdadeiras usinas de vida. O fato é que a Mundaú e a Manguaba resistem. Mas até quando? Desassoreamento já. Postado às 20:46, Plínio Lins [9 comentários](#) postado em [Geral](#) |

Anexo 7.1 - Fonte: UOL Notícias. Disponível em: blog.tnh1.ne10.uol.com.br/pliniolins/2012/01/09/o-fundo-das-lagoas/ [Acedido em: 11/01/2013]

Matéria: Degradação ambiental da lagoa mundaú | Notícias na Rede! 10/06/2011 – Sítio da Produção Acadêmica dos alunos do curso de comunicação social da Faculdade Integrada Tiradentes - FITS

DEGRADAÇÃO AMBIENTAL DA LAGOA MUNDAÚ

A Lagoa Mundaú, presente em sete municípios do Estado de Alagoas, é responsável pela garantia de trabalho de cerca de 2 mil pescadores. Ao longo de seus 27 Km² promove o sustento de mais de 10 mil ribeirinhos das cidades de Maceió, Rio Largo, Satuba, Santa Luzia do Norte e Coqueiro Seco.

A despeito de toda a importância, esta lagoa vem sofrendo uma grave degradação ambiental que atinge não só os ribeirinhos, como toda a população dos municípios envolvidos.

A degradação advém das indústrias cloroquímicas, do crescimento desordenado das cidades, do povoamento das encostas de forma irregular e da intensa atividade das indústrias sucroalcooleiras às suas margens.

No município de Maceió, a lagoa é exemplo de um recurso natural que promove a sustentabilidade, já que muitas famílias vivem de seus recursos. Mas, diante de tanto potencial ambiental da região e pela sua localização privilegiada, a lagoa é muito explorada, o que determina as suas características do desenvolvimento, que gera empregos, renda, mas exaure o patrimônio ambiental e deteriora as características e os valores culturais locais.

De acordo com estudos do Instituto do Meio Ambiente (IMA), a partir da compreensão do processo de apropriação dos recursos ambientais, que ocorre nas margens da Lagoa Mundaú é possível observar um conjunto de problemas ambientais perfeitamente configurados, dentre os quais cabe mencionar: poluição hídrica, em especial por esgotos domésticos e despejos industriais; contaminação do solo e do lençol freático; assoreamento acelerado da lagoa com deposição de sedimentos; queima, corte e aterro de manguezais; ocupação das encostas dos tabuleiros; redução dos estoques e contaminação dos pescados; parcelamento inadequado do solo e construções impróprias nas orla lagunar; e, deterioração do patrimônio cultural.

Como agravante desse quadro, cabe destacar também fatores que ocorrem à montante, todos em geral com repercussões negativas para o carreamento de sedimentos e poluentes. Com efeito, às margens da lagoa constata-se a ocorrência de intensa atividade canavieira, unidades produtoras de açúcar e/ou álcool, pecuária, além de núcleos urbanos de porte significativo e outras atividades industriais, tais como matadouros, fábrica de fertilizantes, pedreiras e cerâmicas.

A identificação desse quadro deve ser analisada em estudos científicos mais profundos para que se garantam os direitos do povo que depende desse recurso natural, para que não se chegue a um ponto em que seja tarde demais.

De fato, não é recente a preocupação dos alagoanos com relação ao rico patrimônio natural. Ao longo dos últimos 25 anos, desde o pioneiro "Projeto de Levantamento Ecológico e Cultural das Lagoas Mundaú e Manguaba" realizado através de Convênio entre a SUDENE, CNRC e CDCT-SEPLAN/AL (77-78), diversos planos, estudos e projetos foram desenvolvidos na região, sem, no entanto, chegar a um programa estratégico e articulado de ações para sua recuperação.

Nos últimos anos os problemas se agravaram e as condições ambientais passaram a ser bastante críticas, levando a Lagoa em questão ao limite de sua sustentabilidade. Grandes mortandades de peixes voltaram a ocorrer, causando desespero e revolta entre os pescadores e familiares, em demonstração inequívoca da urgente necessidade de se equacionar os problemas ambientais das bacias hidrográficas que conformam o Complexo Lagunar.

Numa visita à Lagoa Mundaú, em entrevista à comunidade, foi possível contatar que a quantidade e qualidade dos peixes vêm diminuindo, prejudicando o sustento das pessoas que dependem da pesca, enquanto as águas estão a cada dia mais poluídas e de difícil utilização.

Das medidas mais recentes para a preservação da Lagoa, destaca-se a do Governo Federal, através da Agência Nacional de Águas, com a elaboração do Plano de Ações e Gestão Integrada do Complexo Estuarino-Lagunar Mundaú – Manguaba – CELMM, que inclui a Lagoa Mundaú no programa, visando a recuperação e a necessária conscientização da população.

Anexo 7.2: Fonte: Notícias na rede! Acessível em: www.noticiasnarede.com.br/2011/06/10/degradação-ambiental-da-lagoa-mundau/, acedido em: 11/01/2013

GAZETA DE ALAGOAS



ORGANIZAÇÃO
ALFONSO DE MELLO

110 193 ANO LV

MACEIO, SABADO, 14 DE OUTUBRO DE 1989

PREÇO NCZS 2,00

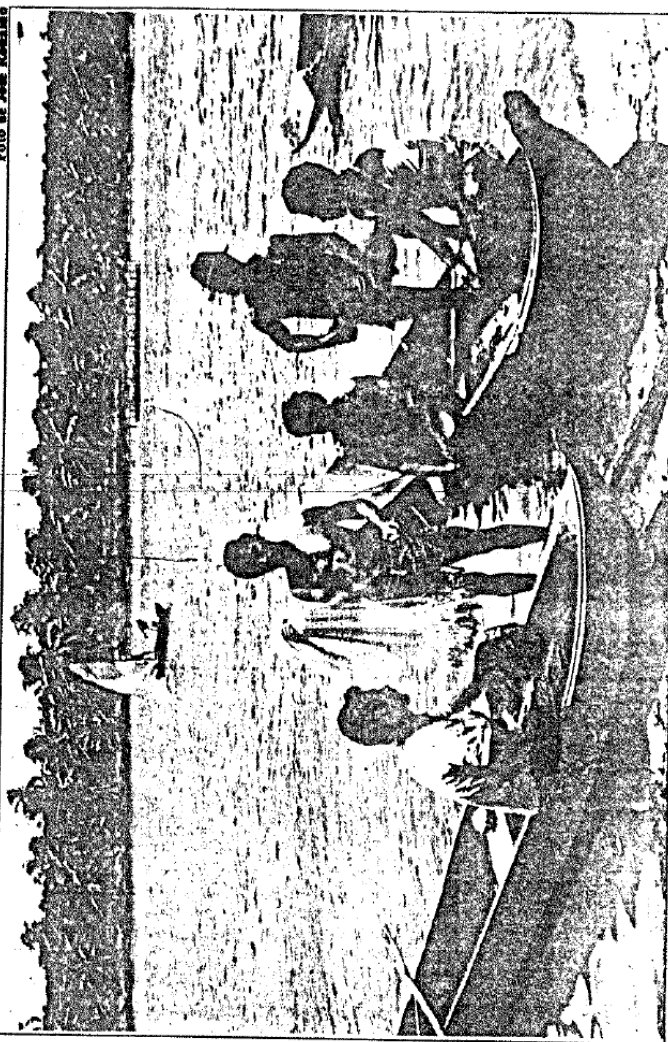


Foto de José Romão

Poluição da lagoa preocupa os pescadores

Há cerca de três anos convivendo com o problema, pela falta de uma ação fiscalizadora eficaz por parte da Secretaria do Meio Ambiente, os pescadores que atuam à beira do canal de Massagueira, que liga o mar à lagoa Manguaba, estão preocupados com a persistência de contaminação daquela área, provocada por despejos de produtos químicos que, segundo denunciaram, têm sido feitos por supostos pesquisadores.

A cada pesca, eles registram quantidades cada vez maiores de peixes com gosto de defensivos agrícolas, e temem que com a chegada de janeiro, época de desova, dessa vez os prejuízos sejam ainda maiores, tirando-lhes a possibilidade de continuarem desenvolvendo essa atividade, com a qual garantem o sustento de suas

Pescadores denunciam presença de substância química na lagoa

Há cerca de três anos os pescadores residentes à beira do canal da Massagueta, que liga o mar à Lagoa Manguaba, convivem com um problema que impede o consumo dos peixes retirados do local. Durante esta época do ano surgem emburrecimentos trazendo supostos pesquisadores que, segundo os moradores, usam produtos químicos na água, deturpando o alimento com gosto de defensivos agrícolas.

Conforme esclarecimentos de Luís Carlos dos Santos, geógrafo e morador, o produto lembra muito o BHC, proibido há vários anos no País. Segundo ele, o beirão e o gosto deixados pelo defensivo são muito fortes não permitindo que as escoras se alimentem do peixe retirado.

São 36 km de extensão que ficam contaminados até o início de janeiro, época de desova dos peixes, prejudicando sensivelmente o trabalho dos pescadores, que fazem da pesca seu único meio de subsistência. José Cajurana, pescador, afirma que os comerciantes do local não adquirem o produto deles, preferindo comprá-lo diretamente de Maceió.

Ninguém sabe o motivo real destas visitas realizadas por pessoas estranhas ao local. Afirma-se somente que sempre que aparecem, fogem algo na água. Nunca procuramos saber o que eles fazem mas o certo é que prejudicam muito.

Jadilson Gouveia, vereador de Marechal Deodoro, afirmou que diversos requerimentos já foram encaminhados ao

Instituto d' Meio Ambiente e à Capitania dos Portos, no sentido de solucionar o problema, mas até agora não obtiveram respostas. "Há vários meses estamos trabalhando para conseguir uma manifestação dos órgãos competentes mas está difícil", disse.

Sebastião Helano dos Santos, residente no local, afirmou que não existe uma fiscalização ao canal, facilitando a atuação de pessoas com o intuito de destruir a área. "Seria preciso que o INEA agisse com mais rigor, inclusive com punição aos infratores", disse Sebastião dos Santos, ressaltando que o Instituto poderia ao menos descobrir quem são os responsáveis pela poluição. "Queremos apenas que ele se manifeste", concluiu.



A poluição deve perturbar até janeiro a desova de peixes, o que preocupa os pescadores.

Anexo. 8 – Matéria sobre turismo voltado para pesca – Arquipélago dos Bijagós

15/01/13 GUINEE BISSAU (Iles Bijagos), Peche en mer, Peche du tarpon, de la carangue hippo..., sejour de peche et de chasse, infos pratiques

VOYAGES GP

CHASSE & PÊCHE

Français

Italian

English

GUINEE BISSAU

Iles Bijagos

TARIFS EN BAISSE !!!

A partir de

1350 €

De Novembre à Avril

DETAILS DU VOYAGE



1234567891011

GUINEE BISSAU (Iles Bijagos)

Renseignements pratiques

La Guinée Bissau a une population de 1,2 millions d'habitants pour une superficie totale de 28 000 km². Côté climat, on peut distinguer deux saisons : l'une sèche de novembre à mai, l'autre humide de juin à octobre, quant aux températures elles varient entre 25 et 30°C.

Tout au long de ce séjour vous pourrez découvrir la riche faune des Iles Bijagos et voir : tortue, crocodile, hippopotame marin, varan, singe ...



Copyright GP Chasse et
Pêche 9 rue de
Saussure 75017 PARIS
Téléphone : +33 (0)1 47
64 47 47

Chasse de l'impala, du grand koudou, du guib du Limpopo... Chasse des anatides... Chasse du Tur du Caucase Pêche du permit Chasse de la bécasse Pêche de la truite brune... Chasse de l'élan de Derby... Pêche du king salmon Chasse de Fourn, sanglier, élan européen Pêche du tarpon, de la carangue hippo... Chasse du cerf hongrois Pêche de la carangue, du safran... Chasse aux bécasses et bécassines Pêche du saumon et de la truite de mer Chasse à l'écaille de carpe et de l'écaille de carpe court Pêche du saumon atlantique, de la truite fario... Chasse de l'élan géant Chasse de Fourn brun Chasse de l'écaille de carpe et au Marco Polo Pêche de l'espagnol volant, du martin, de la carangue ignoble... Pêche de la carangue ignoble, de la carangue bleue... Chasse de l'argal de l'argal, l'argal du Hargal, argal de Gobi, bouquetin de l'Alpi, bouquetin de Gobi, chevreuil de Sibérie, gazelle de Mongolie Chasse aux grandes antilopes Pêche du bonfish, de la carangue bleue, et ignoble Pêche du saumon coho, de la truite arc-en-ciel... Chasse du brocard de Sibérie... Pêche du koudja, du saumon Chum, du saumon silure... Pêche du brochet, de la carpe, du black bass Pêche de l'espagnol volant, du martin... Chasse anatides, phacochères, ganges... Chasse du brocard et du sanglier Chasse des caïllots et des tourterelles Chasse du faisane et du lièvre Chasse du lion, de l'éléphant, du crocodile du Nil... Chasse du buffle Caffre Pêche des permit, bonfish, bar jack... Chasse de l'éléphant... Tous les séjours pêche Tous les séjours chasse

GUINEE BISSAU (Iles Bijagos)

Les photos



15/01/13

GUINEE BISSAU (Iles Bijagos), Peche en mer, Peche du tarpon, de la carangue hippo..., sejour de peche et de chasse, photos



Anexo 8 – Viagens: Caça e Pesca no Arquipélago dos Bijagós – Guiné-Bissau. Fonte: Voyages GP – Chasse & Pêche. [www.gpvoyages-chasse-peche.com/sejour/pecheguinee-bissau-iles-bijagos/infos-pratiques.html].